



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Diego José Fernandes Freire

O PASSADO DA HISTÓRIA: OS HISTORIADORES E AS HISTORIADORAS DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA
BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1970

PORTO ALEGRE/2020

Diego José Fernandes Freire

O PASSADO DA HISTÓRIA: OS HISTORIADORES E AS HISTORIADORAS DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA
BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1970

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial para a obtenção do título
de doutor em história, na linha de pesquisa Teoria da
História e Historiografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Nicolazzi.

PORTO ALEGRE/2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Rui Vicente Oppermann

VICE-REITOR

Jane Tukinian

DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Claudia Wasserman

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Maria Izabel Saraiva Noll

DIRETOR DO INSTITUTO DE LETRAS

Sérgio de Moura Menuzzi

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS

Beatriz Cerisara Gil

CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Vladimir Luciano Pinto

CIP – Catalogação na Publicação

Freire, Diego José Fernandes.

O passado da história: os historiadores e as historiadoras da universidade de São Paulo e a história da historiografia brasileira na década de 1970 / Diego José Fernandes Freire. -- Porto Alegre, 2020.

254f.: il.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-graduação em história.

Orientador: Fernando Nicolazzi.

1. Historiografia Brasileira. 2. Historiadores. 3. Universidade de São Paulo.
I. Nicolazzi., Fernando. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRSGS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Diego José Fernandes Freire

O PASSADO DA HISTÓRIA: OS HISTORIADORES E AS HISTORIADORAS DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA
BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1970

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial para a obtenção do título
de doutor em história, na linha de pesquisa Teoria da
História e Historiografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Nicolazzi.

Data de aprovação: 14 de Outubro de 2020

BANCA EXAMINADORA:

Fabio Franzini
Departamento de História
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Rebeca Gontijo Teixeira
Departamento de História
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Termistocles Americo Correa Cezar
Departamento de História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Eliane Fernandes Freire (*In memoriam*) e Sofia Valentina Gonçalves Freire: a vida segue e seguirá, com passado, presente e futuro, mas não sem amor e saudade.

AGRADECIMENTOS

Praticar história é praticar um tipo especial de solidão, aquela em que nunca se está sozinho, aquela solidão povoada por amigos, por cúmplices, por próximos, vivos ou mortos.
Durval Muniz de Albuquerque Junior, 2001¹.

Abrindo a linguagem autoral da tese – ou sendo por ela aberta - , gostaria de iniciar lembrando não tanto nomes, mas figuras, senão rostos que, indo e vindo agora na minha mente, transformaram meu percurso de pesquisa. Em fins de 2016, prestei a seleção de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRG). Naquela ocasião, no momento da entrevista, após ter meu projeto aprovado, tive já uma recepção que muito me deixou confortável. Guardo na memória o papo futebolístico rápido, porém descontraído, que tive com Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, Carla Brandalise e Fabio Kuhn, fundamental para atenuar o nervosismo típico de uma seleção de doutorado. Em 2018, a fim de cursar as disciplinas do PPGH, fui novamente bem recepcionado pelas pessoas que cruzaram o meu caminho na UFRGS.

Menciono aqui o grupo *Os forasteiros*, capitaneado por Alexandra Alvim e composto por Amanda Basilo, Priscila Scoville e Rovian Schenatto, que se formou no início do meu ano letivo. Se não fosse ele e seus integrantes, as noites no Campus do Vale seriam ainda mais frias. Nossas conversas, até hoje, me transmitem um calor humano que faz da distância entre os “Rios Grande” um mero detalhe. Para além da vida acadêmica, sou imensamente grato aos momentos partilhados com Alexandra, Priscila e Rovian, companheiro e companheiras de mesa, de parque, de banco, de rua, de sofá...De coração...Obrigado por isso e por tudo...Vocês foram meu Porto Alegre em 2018.

Ainda na capital gaúcha, desfrutei ricos momentos de discussão acadêmica com jovens historiadores e historiadoras do grupo de pesquisa do professor Fernando Nicolazzi, meu orientador. Com Guilherme Cardoso, Jaime Santos, Erik Vargas, Julia Dias, Vicente Deotoni e Jacson Schwengber vivenciei vários momentos de aprendizado intelectual, lendo e debatendo diferentes pesquisas da área de Teoria e Historiografia. Além disso, com tais interlocutores privilegiados, planejei e ensaiei alguns passos apresentados nesta tese. Ao Fernando, devo não só uma orientação competente, como

¹ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. São Paulo: EDUSC, 2001, p.214.

também agradáveis momentos em Porto Alegre, todos ricos em conversas e ensinamentos. Sua postura enquanto orientador tornou todo o processo mais ameno, sem deixar de ser também intelectualmente formativo.

Quero registrar também os professores e professoras com quem tive aulas das mais instigantes, as quais fizeram valer minha estadia no sul do país, enfrentando intempéries relacionadas ao clima frio, demasiadamente frio para alguém que, até então, sempre tinha morado no nordeste. José Rivair Macedo, Luiz Alberto Grijó, Arthur Lima de Ávila, Temístocles Cezar e Mara Cristina de Matos Rodrigues exemplificaram bem o quanto uma aula de história pode ser crítica, complexa e prazerosa, ao mesmo tempo. Ao penúltimo, aproveito para agradecer a presença na minha banca de defesa; e à última docente citada, dedico o mesmo sentimento, pela valiosa contribuição no meu exame de qualificação, o qual contou também com a generosa participação de Benito Bisso Schmidt. Saindo do âmbito da UFRGS, gostaria de alcançar também Tatyana de Amaral Maia, pela excelente disciplina que me proporcionou sobre a Ditadura Militar, no semestre de 2018.2, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Seguirei lembrando de nossas discussões por muito tempo, professora!

Aos professores que aceitaram participar de minha banca de tese, Rebeca Gontijo e Fábio Franzini, também agradeço imensamente. Uma honra ter minhas “referências bibliográficas” discutindo meu trabalho e estabelecendo comigo uma privilegiada interlocução, podendo assim desenhar um diálogo de alto nível.

Menciono também, tanto em tom de agradecimento quanto de parceria intelectual, os colegas do fórum de Teoria da história e História da historiografia, com os quais desde 2016 venho participando de um movimento instigante e bonito de se ver, ampliando e consolidando o debate historiográfico no Brasil, bem como tensionando uma certa geopolítica do saber acadêmico. Cito os nomes de Wagner Geminiano, Pablo Spindola, Bruno Balbino, Elton John, Evandro dos Santos, Eduardo Henrique e Rodrigo Perez como aqueles de quem mais me acompanhei para realizar meu trajeto.

Aqui, na minha cidade Natal, de onde escrevo, diversas pessoas foram fundamentais durante meu período de doutorado. Uma das mais importantes foi Maiara Juliana, que ficou ao meu lado como companheira durante quase todo o percurso, sempre suportando e atenuando as tensões decorrentes da pesquisa e da escrita. Coube a ela também cuidar de nossa pequena filha durante meu ano sabático em Porto Alegre, em um gesto de dedicação, parceria e amor que nunca me esquecerei. Se os nossos

caminhos voltaram a se desencontrar, hoje outras veredas se abrem, e os frutos não ficaram pelo chão, como serão regados pelo sentimento da amizade.

Tão vital quanto ela, foi também os meus pais – Ronaldo e Eliane -, exemplos máximos de dedicação paterna e materna, onde sei que sempre poderei encontrar abrigo. Meus irmãos Anderson e Thiago também foram pessoas generosas, ouvindo e alimentando, inclusive, discussões realizadas na tese.

Os amigos e as amigas, pelos momentos de descontração, foram essenciais para minha saúde mental, especialmente na conjuntura política atual desestimulante – para dizer o mínimo. Kaline e Kleber, Lucila e Thyago, bem como Leda e Robson me acompanharam em muitas mesas e em outros tantos copos. Além disso, sou grato a vocês por aliviarem no espírito de Sofia e de Maiara a dupla ausência de um pai e de um companheiro. Menção especial faço ao Robson Potier, amigo historiador que sempre se mostrou interessado em conversar sobre nossas pesquisas de doutorado. Elynaldo Gonçalves (Naldinho) também foi esse companheiro de discussão, sóbrio ou alcoolizado.

Alguns sujeitos da pesquisa também devem ser mencionados, pela contribuição que deram. Carlos Guilherme Mota, sempre bem humorado, me passou logo no primeiro e-mail o seu “zap zap”, oportunizando produtivas conversas e indicações bibliográficas. Raquel Glezer, “a gentileza em e-mail”, me proporcionou várias informações, bem como documentos impressos, gentilmente enviados para o meu endereço residencial. Jayro Gonçalves de Melo também foi bastante atencioso, confidenciando-me algumas histórias que me ajudaram a entender um pouco a década de 1970, em termos historiográficos. Maria de Lourdes Monaco Janotti, no primeiro e-mail trocado, incentivou-me na pesquisa. Muito obrigado a todos vocês: espero que meu trabalho tenha a mesma criticidade que as pesquisas de vocês. Como vocês e com a comunidade historiográfica em maneira geral, estabeleço o compromisso da crítica.

Para externar minha gratidão aos profissionais das instituições onde pesquisei, cito aqui os nomes de Cida e Beth, funcionárias do CAPH que prontamente me disponibilizara as teses acadêmicas e os currículos profissionais que solicitei, sempre com um sorriso no rosto, a despeito do peso de alguns volumes. Em cada arquivo em que fui e em cada biblioteca onde passei, fui sempre bem recepcionado, o que mostra que nosso funcionalismo público está longe da imagem caótica e ineficiente que certos setores sociais querem pintar. Com este mesmo sentimento, menciono a CAPES, em

razão da bolsa de doutorado, concedida durante os anos de 2017-2020, o que me permitiu focar só na pesquisa e na docência do ensino superior.

Por fim, com gratidão e com saudade, menciono meus alunos e alunas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Universidade Potiguar (UNP), que durante vários semestres entre os anos de 2016-2020 me permitiram e me instigaram a trazer algumas discussões da tese para a sala de aula. Alguns de vocês hoje são meus amigos, trilhando inclusive um caminho bem parecido com o meu. Junto com os demais nomes citados aqui, vocês foram os cúmplices, os próximos, os responsáveis por meu tipo especial de solidão, uma solidão povoada por tantos e tantas, cheia de vivacidade.

O *Homo academicus* gosta do acabado. Como os pintores acadêmicos, ele faz desaparecer dos seus trabalhos os vestígios da pincelada, os toques e os retoques.

Pierre Bourdieu.

RESUMO

Investiga-se nesta tese a construção de um determinado passado da historiografia brasileira, o qual teve lugar na realidade nacional dos anos 1970. Analisando um grupo específico de historiadores e historiadoras da Universidade de São Paulo que refletiram a respeito da história da historiografia brasileira na referida década, o corrente trabalho problematiza o *passado disciplinar* resultado dessa reflexão. Que escrita da história da historiografia nacional tais profissionais de Clio produziram? Como o objeto de estudo foi temporalizado e que *passado disciplinar* daí adveio? Com quais conceitos de história e historiografia a discussão foi realizada? Tais são as perguntas centrais da pesquisa, que adotou as seguintes fontes principais: artigos, livros e teses acadêmicas, bem como escritos de jornais, entrevistas já publicadas, memoriais e currículos acadêmicos.

Palavras-chaves: Historiografia Brasileira – historiadores e historiadoras da Universidade de São Paulo – Anos 1970 – Passado disciplinar

ABSTRACT

This thesis searches the formation of a certain past in the Brazilian historiography which has taken place in the national circumstances in the 1970s. By the analysis of a specific group of historian men and women from São Paulo University who have thought about the history of the Brazilian historiography in that decade, the present paper discusses the disciplinary past that was the result of this reflection. What writing of the national historiography history such professionals of Clio have created? How the object of study was temporalized and what disciplinary past has come from it? Those are the fundamental questions of the present research that adopted the following main sources: articles, books, academic theses as well as newspapers, interviews already published and academic memorials and resumes.

Keywords: Brazilian historiography – Historians from Universidade de São Paulo – 1970s – Disciplinary past

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capa do número 12 da <i>Revista de história</i> e cópia do brasão original da USP.....	47
Quadro 1 - Trabalhos da mesa redonda “estado atual da pesquisa histórica no Brasil” (1971)	54
Quadro 2 - Cursos de pós-graduação no Brasil entre 1961-1974.....	69-70
Quadro 3 - Disciplinas ministradas na pós-graduação em história da USP.....	72
Quadro 4 - Orientações de trabalhos acadêmicos e participações em bancas examinadoras de Astrogildo Rodrigues de Melo.....	80-81
Quadro 5 - Teses de doutorado segundo o gênero defendidas no antigo regime de Pós-graduação da USP (1967-1973)	133-134
Quadro 6 - Informações institucionais da tese de Maria de Lourdes Mônaco Janotti e Maria Odila Leite da Silva Dias	142
Quadro 7 - Informações institucionais das defesas de tese de Carlos Guilherme Mota e Raquel Glezer.....	173-174
Figura 2: Ilustração de Guto Lacaz - “A história dos vencedores: um carro alegórico de grandes homens”	237

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

1) *Em Natal:*

BCZM – Biblioteca Central Zila Mamede da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

2) *Em São Paulo:*

BFF – FFLCH da USP – Biblioteca Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

CAPH– Centro de Apoio à Pesquisa Histórica “Sergio Buarque de Holanda”

IEB – Instituto de Estudos Brasileiros

3) *Em Porto Alegre:*

BIBCSH – Biblioteca de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

BC – UFRGS – Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

4) *Acervos on-line:*

Jornal *Folha de São Paulo*

Jornal *Estadão – O Estado de S. Paulo*

Revista *Veja*

Revista *de história*

Associação Nacional de História (ANPUH)

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

Sumário

<u>O sonho da história</u> (Prólogo)	18
--	----

Introdução

<u>O passado da história</u>	19
------------------------------------	----

Ato inicial: O passado de uma construção

<u>Capítulo 1</u> : Estabelecendo fronteiras: agentes da profissionalização e a reflexão historiográfica	44
--	----

1.1 A <i>Revista de história</i> da FFCL – USP	48
--	----

1.2 A APUH	60
------------------	----

1.3 A Pós-Graduação em história da USP	68
--	----

<u>Capítulo 2</u> : Cruzando passados: dois historiadores-juristas e suas histórias da historiografia brasileira	79
--	----

2.1 Dois historiadores-juristas: trajetórias	81
--	----

2.2 Da revista ao manual: ligações	89
--	----

2.3 Do passado para o presente: construções	98
---	----

Entreato

<u>A história no balanço: o presente e o futuro do passado</u>	115
--	-----

Ato final: a construção de um passado

<u>Capítulo 3</u> : Os nomes da história: o passado romântico da historiografia brasileira	130
--	-----

3.1 Dos historiadores-juristas às historiadoras universitárias	132
--	-----

3.2 Do balanço à monografia?	142
------------------------------------	-----

3.3 O passado romântico da história	152
---	-----

3.4 Dois historiadores do passado romântico da historiografia brasileira	163
--	-----

<u>Capítulo 4</u> : O presente da história: o passado contemporâneo da historiografia brasileira ..	178
---	-----

4.1 A hora da estrela: a historiografia brasileira em questão	182
---	-----

4.2 Os “intérpretes do Brasil” e a historiografia universitária	191
---	-----

4.3 Da monografia ao balanço monográfico?	200
---	-----

4.4 Anos 1930: o passado disruptivo da historiografia brasileira	207
--	-----

4.5 O passado universitário da história	220
---	-----

Epílogo

<u>Cavaleiros da história: a história da historiografia como crítica da ideologia</u>	235
---	-----

<u>Fontes e referências bibliográficas</u>	251
--	-----

Prólogo

O SONHO DA HISTÓRIA¹

Ao chegar ao palácio de seu amigo Klein-Ols, após uma conversa filosófica com o ilustre companheiro de copo e de mesa, Wilhelm Dilthey se recolheu aos aposentos que lhe havia sido destinado. Fatigado pela prosa levada à exaustão, não lhe restou outra opção senão deitar-se na cama, onde o pensamento, cansado, se revigorou ao contemplar um quadro disposto acima da cama. Era a famosa pintura de Rafael, *A escola de Atenas*. Olhando todos aqueles sábios do mundo grego antigo, Dilthey sossegou, mas sonhou.

De repente, passado e presente se misturavam, assim como realidade e ficção. Em um canto, Sócrates e Platão recebiam a visita de Santo Agostinho, e juntos tentavam articular filosofia e cristianismo; em outro, Arquimedes e Ptolomeu recebiam D'Alembert e Comte, a fim de produzirem uma explicação universal para os fenômenos do mundo humano. O espaço se dilatava, e mais pessoas chegavam: Kant e Descartes conversam, e Schiller, Fichte, Carlyle, Ranke e Guizot formam um grupo. O devaneio se completa com a chegada de Goethe, que trouxe consigo todos os seus personagens: Fausto, Meister, Efigênia, Tasso etc.

Após visualizar um grande confronto de distintas cosmogonias, Dilthey despertou, ofegante e impressionado. Entreviu as estrelas e intuiu o quão misterioso é o mundo, e as visões (*Weltanschauungen*) sobre ele. Como conciliá-las, se são tantas e tão diferentes? A resposta estaria no princípio da historicidade, ou seja, no próprio mundo histórico, onde todos os indivíduos vivem, ontem e hoje. Um realismo histórico colocou em suspenso o sonho. Seria a morte da imaginação? Clio contra Calíope?

Porém, se ao invés de homens pensadores de grandes questões do universo, irrompessem no sonho de Dilthey historiadoras e historiadores discutindo palmo a palmo o seu tipo de conhecimento, a história de si e dos outros, que ambiente de discussão se formaria? Que grupos se ladeariam? Que temáticas abordariam? Que tempo se teria? Em uma palavra: que história se contaria?

¹ O texto de abertura foi inspirado nas seguintes referências: DILTHEY, W. O sonho de Dilthey. In:_____. *Introducción a las Ciencias del Espíritu*. México: Fondo de Cultura Económica, 1949. Segundo o editor do livro, Eugenio Imaz, o texto de Dilthey foi apresentado em 1903, por ocasião de uma conferência, onde o ilustre filósofo completava 70 anos de idade. Michael Lowy também apresentou uma interpretação inspiradora do “sonho de Dilthey”. Mais informações em: LOWY, Michael. O historicismo ou a luz prismada. In:_____. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

O PASSADO DA HISTÓRIA (INTRODUÇÃO)

As humanidades poderiam quase ser definidas como aquelas disciplinas nas quais a reconstrução de um passado disciplinar inextricavelmente pertence ao âmago da disciplina.

Wolf Lepines & Peter Weigart, 1983².

O nosso *insight* sobre o passado e a nossa relação com ele serão, no futuro, de natureza metafórica, e não real.

Frank Ankersmit, 1989³.

No dia 22 de julho de 1978, o jornal paulista *O Estado de S. Paulo* estampava, como manchete de uma de suas páginas, uma reportagem intitulada “Vamos discutir a história do Brasil: conversação com José Honório Rodrigues e J.R. do Amaral Lapa”. Um terceiro nome se fez ainda presente no diálogo, Carlos Guilherme Mota, que atuou como principal mediador do encontro. Os três autores participaram de uma mesa-redonda cujo principal intento era discutir a seguinte questão: “por que uma revisão de nossa historiografia agora?”. Os resultados da reflexão foram publicados em formato de entrevista no livro daquele terceiro autor denominado *História e contra-história*⁴, lançado em 2010. Além daquela pergunta motivadora, a prosa acadêmica também foi instigada pelo livro de José Honório Rodrigues, *História da história no Brasil*, que no momento estava prestes a ser publicado, o que aconteceu logo no ano seguinte, em 1979.

Quase um ano depois dessa conversação, a fim de comemorar o centésimo primeiro ano da morte de Francisco Adolfo de Varnhagen, a Secretaria de Educação junto com o Serviço de Difusão Cultural da Prefeitura de Sorocaba - interior de São Paulo -, resolveram organizar um ciclo de palestras a respeito do Visconde de Porto Seguro e a historiografia brasileira. Entre os participantes, convidados para realizarem palestras, estavam os nomes de Jaime Pinsky, Nilo Odália e José Honório Rodrigues, que encerrou o evento com uma apresentação sobre “Historiografia brasileira e colonialismo”. Informações a respeito da chamada “Semana Varnhagen” foram

² LEPENIES, Wolf; WEINGART, Peter. Introduction. GRAHAM, Loren; LEPENIES, Wolf; WEINGART, Peter (editer by). *Functions and uses of disciplinary histories*. Dordrecht (Holland): D. Reidel, 1983, p. XV.

³ ANKERSMIT, Frank R. Historiography and Postmodernism. In: *History and Theory*, Num. 28, 1989, 137-153, p. 131.

⁴ MOTA, Carlos Guilherme. *História e contra-história*. São Paulo: Editora Globo, 2010, p.337-357.

fornecidas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, na edição dominical do dia 17 de junho de 1979⁵.

O que essas duas notícias, redigidas e colhidas alvissareiramente, possuem em comum? O que elas podem indiciar, do ponto de vista de uma história da historiografia brasileira, seara na qual a presente tese pretende se movimentar?

As publicações da imprensa paulista evidenciam um movimento que marcou toda a década de 1970 no Brasil, em especial na região sudeste: a discussão a respeito da historiografia brasileira. Em *O Estado de S. Paulo*, evidenciou-se um debate sob o signo da angústia e da necessidade urgente de revisar a historiografia brasileira; na *Folha de S. Paulo*, registrou-se uma preocupação semelhante, mas com a diferença de se voltar para aquele que foi colocado como o fundador dos estudos históricos no país. Ali, o presente disciplinar interrogado e colocado em xeque, a fim de repensar a própria história nacional da qual é fruto; aqui, o passado em foco, mas sem perder de vista o futuro, já que toda homenagem é também um ato de atualização⁶. No centro das notícias estava, pois, a historiografia nacional, entendida como a instância intelectual de produção do conhecimento histórico.

Entretanto, discussões concernentes à historiografia brasileira não se restringiram apenas ao espaço da imprensa paulista. A Universidade também se envolveu em tal conversação. Ora, a exceção de José Honório Rodrigues, todos os outros participantes possuíam na época uma vinculação direta e forte com o meio universitário, instituição onde realizaram suas formações profissionais⁷. Amaral Lapa, era não só professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), como era também o coordenador do mestrado em história desta instituição, curso recém criado no ano de 1976; Carlos Guilherme Mota, era professor livre-docente da Universidade de São Paulo (USP), semelhante a Jaime Pinsky, que em 1977 alcançou o mesmo título

⁵ *Folha de S. Paulo*, 17 de junho, 1979, p. 11.

⁶ Sobre a relação entre comemoração e atualização, a partir de um estudo de caso específico, ver: CATROGA, Fernando. “Ritualizações da história”. In: CATROGA, Fernando, TORGAL, Luís Reis e MENDES, José Amado. *História da história em Portugal, séculos XIX e XX*. S.l., Temas & Debates, [1998], vol.2.

⁷ Amaral Lapa graduou-se em história na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em 1952; Guilherme Mota na USP, em 1963 e Jaime Pinsky na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, em 1965. Sobre a formações desses três autores, ver, respectivamente: *CORREIO POPULAR*, 21 de junho de 2000, Caderno Memórias, Campinas, São Paulo. MOTA, Carlos G. S. S da. *Curriculum vitae*. Universidade de São Paulo, 1992, p. 3. PINSKY, Jaime. *Curriculum vitae*. Universidade de São Paulo, 1992, p.2.

que seu par profissional; por fim, Nilo Odália, livre-docente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. Dessa forma, os debatedores eram, majoritariamente, *intelectuais universitários*, isto é, professores-pesquisadores atuantes em universidades públicas do país.

As notícias evidenciam a forte presença desse *indivíduo epistêmico*, uma figura de saber que, com a expansão universitária dos anos 1970 levada a cabo autoritariamente pela ditadura militar, tanto em nível de graduação como de pós-graduação, passou a dominar cada vez mais o campo intelectual brasileiro⁸. Esforçando-se para se distinguir do erudito autodidata pouco afeito à disciplinarização dos saberes, o intelectual universitário vai tomar para si uma outra identidade, na qual a pesquisa, o diálogo pessoal com os pares, a cientificidade e a particularidade dos saberes, bem como o engajamento com a própria área de conhecimento e com a instituição universitária, recebem todo um investimento identitário, essencial para o seu *métier*, compondo um determinado *ethos* intelectual. A institucionalização do campo universitário no Brasil, processo iniciado nos anos 1930⁹, produziu um tipo de intelectual específico, propenso a se diferenciar do letrado que se tinha até então.

Nos anos de 1960 e 1970, quando o número de universidades no país cresceu consideravelmente, a figura do intelectual universitário ganhou ainda mais visibilidade e densidade. Antes de 1964, a sociedade brasileira contava com apenas 21 universidades federais; em 1979 já se encontrava 33 instituições desse tipo, perfazendo um aumento de mais de 50% em uma década e meia. Expandindo-se o número de universidades federais, expandia-se também o professorado: dos 15 mil professores universitários de 1968 passou-se para 38 mil, em 1979¹⁰. Registre-se que estes novos profissionais atuaram em uma condição trabalhista diferente de seus pares das décadas anteriores, em que a dedicação exclusiva, o incentivo a pesquisa e a estabilidade laboral eram praticamente inexistentes. A expansão do ensino superior atingiu igualmente as universidades estaduais, em todas as regiões do Brasil, como evidencia a criação da

⁸ Sobre a noção de *indivíduo epistêmico*, ver: BOURDIEU, Pierre. Indivíduo empírico e indivíduo epistêmico. In:_____.*Homo academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. A respeito da expansão universitária nos anos 1970, ver: SCHWARTZMAN, Simon. O grande salto científico. In:_____. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2015.

⁹ Sobre tal fenômeno histórico, ver: MENDONÇA, Ana Waleska P.C. A universidade no Brasil. *Revista Brasileira de educação*, Rio de Janeiro, Num., 14, maio-agosto, 2000.

¹⁰ Dados retirados de: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. O ensino superior: 1974-1978. Brasília, 1979, p. 63.

UNESP (1976), UDESC (1965), UPE (1966), UNEMAT (1978) e UEA (1973)¹¹. Todavia, para além dessa crucial dimensão material, é possível apontar outros elementos definidores do intelectual universitário.

Sobre esse sujeito do conhecimento, pode-se assinalar que seu *habitus*¹² está marcado pela competitividade e produtividade, preocupação com a carreira profissional, formação de quadros intelectuais sucessórios e de instituições de apoio, bem como um ideal pragmático de conhecimento científico, mas sem abrir mão de valores como objetividade e autonomia. Ao contrário dos homens de letras, são indivíduos intelectualmente sedentários, isto é, tendem a transitar menos por diferentes instituições sociais, e menos ainda por rodas literárias e boêmias. A Universidade, a faculdade, o instituto de pesquisa, o departamento, a pós-graduação, o grupo de estudos cravam-lhe seus pés em um dado espaço, de onde realiza suas investigações, profere suas palestras, monta sua rede e escreve seus textos. O *homo academicus* não é um “intelectual total”¹³, o polígrafo da cultura, detentor de saber livresco pronto a esbanjar erudição sobre qualquer assunto.

No decorrer dos anos 1970, esses intelectuais universitários - excetuando Jaime Pinsky - realizaram importantes produções a respeito da história da historiografia nacional. No ano de 1976, Amaral Lapa publicou *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*, livro em que procurou fornecer uma radiografia precisa do objeto em foco, diagnosticando sua historicidade, suas agruras e suas tendências¹⁴. Momentos antes da publicação, em carta a um importante colega e interlocutor, o autor confidenciou:

Quanto aos trabalhos de historiografia brasileira aguardo-os com interesse, gostaria mesmo, caso isso lhe seja possível, de vê-los até antes de publicados, pois me jogaram um curso de Historiografia Brasileira em nosso mestrado em História, o que está me obrigando a transformar o que era um simples flerte em namoro, que talvez até acabe dando em casamento. Até o mês que vem deverá sair alguma

¹¹ Respectivamente, estadual de: São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco, Mato Gross e Amazonas.

¹² A respeito de tal noção, ver: BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e campo. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

¹³ Sobre a primeira categoria, ver: BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. A respeito da ideia de “intelectual total”, ver: MICELLI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das letras, 2001, p. 380.

¹⁴ LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1976.

coisa que resultou das minhas reflexões nesse terreno. Mandarei a você, pois me interessam as suas críticas¹⁵.

De maneira espirituosa, própria ao espaço das missivas, Amaral Lapa deu a ver o seu progressivo interesse e compromisso com a temática historiográfica, que se firmou em meio à institucionalidade da pós-graduação na Unicamp. Em tal união temática, ele contou com a parceria de Nilo Odália, destinatário da carta acima.

Focando no mesmo objeto, o interlocutor de Amaral Lapa elaborou sua tese de livre-docência, intitulada *As formas do mesmo: um estudo de historiografia*¹⁶, defendida em 1979 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. Sobre as motivações de seu trabalho, apontou:

Eu tinha um plano, um projeto que eu não pude realizar em Assis, com muita dor no coração, que era fazer uma História da historiografia brasileira com meus alunos de pós-graduação, se nós chegássemos a ter pós-graduação. Eu falei: "Bom, se eu quero fazer isso, eu tenho que começar pelo pai. Então, falei: quem é o pai? O pai é Varnhagen." Então, essa missão é minha porque eu vou fazê-la servir como um exemplo do que deve ser feito pelos demais.¹⁷

A despeito da insistência de Amaral Lapa para a publicação da tese¹⁸, o trabalho só virou livro em 1997, embora fosse bem conhecido entre os historiadores do eixo Rio-São Paulo logo após a defesa. Ainda em 1979 - e somando mais uma produção sobre a história da historiografia brasileira -, Nilo Odália organizou na Editora Ática o número sobre Varnhagen, referente a uma coleção a respeito dos cientistas sociais brasileiros, em que resumiu vários pontos de sua tese de livre-docência¹⁹.

Por fim, Guilherme Mota, que desde o início do decênio de 1970 tomou a produção histórica brasileira como interesse de reflexão. Nesse sentido, cabe citar seu

¹⁵ Trecho retirado do excelente artigo de: ANHEZINE, Karina. Arautos da história da historiografia: as disputas por um conceito de historiografia nas cartas de Amaral Lapa e Nilo Odália. *Revista Patrimônio e Memória* São Paulo, Unesp, Vol. 11, Num. 41, p. 4-21, janeiro-junho, 2015.

¹⁶ ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

¹⁷ CORRÊA, Anna Maria Martinez; DIAS, Márcia Regina Tosta. Entrevista com o professor Nilo Odália, *Cadernos CEDEM*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 83-97, 2011, p. 95. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/689>>. Acesso em 15 de abril de 2018.

¹⁸ Em carta de 27 de fevereiro de 1978, Amaral Lapa revelou a Nilo Odália: "agora falo como editor, gostaria que se você transformar mesmo em livre-docência, depois que passar pelo torneio, reservasse o original para a coleção que vou dirigir para a Vozes". Mais informações em: ANHEZINE, Karina. Arautos da história da historiografia: as disputas por um conceito de historiografia nas cartas de Amaral Lapa e Nilo Odália. *Revista Patrimônio e Memória* São Paulo, Unesp, Vol. 11, Num. 41, p. 4-21, janeiro-junho, 2015.

¹⁹ ODÁLIA, Nilo (Org.). *Varnhagen*. São Paulo: Ática, 1979.

artigo *A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica*, produzido em 1974 para uma mesa-redonda da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SPBC)²⁰, realizada no dia 11 de julho de 1974, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e destinada a discutir a “pesquisa histórica no Brasil”²¹. No ano seguinte, defendeu sua tese de livre-docência *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*²², na qual revisitava e revisava a produção histórica nacional do século XX. Além dos nomes já citados, cabe ainda lembrar um outro historiador, que na época era bem próximo aos intelectuais anteriores, especialmente de Carlos Guilherme Mota²³.

Trata-se de Francisco Iglésias, que obteve sua formação em história no ano de 1944, na Universidade de Minas Gerais²⁴. Iglesias, vinculado como docente à Faculdade de Ciências Econômicas, dedicou-se a pensar a historicidade nacional de seu saber, como indicam alguns artigos do livro, publicado em 1971, *História e Ideologia*, bem como os vários artigos que escreveu ao longo dos anos 1970 e o seu projeto de uma “história da história nacional”, idealizado nos anos 1980, mas que acabou não se concretizando²⁵. Aponte-se ainda que tal preocupação historiográfica foi incorporada, inclusive, nas suas pesquisas de história econômica, como atesta seu segundo trabalho acadêmico importante, *Introdução à historiografia econômica*, de 1959. Em 1979, Iglésias participou do projeto de Mário Guimarães e Shozo Motoyoma, de fornecer um

²⁰ Associação científica criada no ano de 1948, a partir da ação de médicos paulistas, com a intenção de institucionalizar a ciência no Brasil e contribuir para o desenvolvimento nacional, conforme as diretrizes da ONU na conjuntura de fins da II Guerra Mundial. Mais informações em: <http://portal.sbpcnet.org.br/a-sbpc/historico/historia/> Acessado em 22/07/2019.

²¹ *Revista de história*, Num. 97, 1º trimestre de 1977, São Paulo, p. 315-314.

²² MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Tese de livre-docência defendida na Universidade de São Paulo, 1975.

²³ No ano de 1970, ao passear pela região de Minas Gerais com o historiador francês Albert Soboul, Guilherme Mota aponta que o passeio foi feito junto com Francisco Iglésias, que “brindou a todos cantando Azulão na noite fria de Ouro Preto”. Além disso, cabe citar ainda que a tese de doutorado de Carlos Guilherme (*Nordeste, 1817*) foi dedicada à Francisco Iglésias, “amigo de mil datas minerais”. Ver: Ver: MOTA, Carlos Guilherme. Arquivo aberto – um marxista heterodoxo. *Folha de São Paulo*, 18 de janeiro, 2015, São Paulo. e MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste, 1817*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

²⁴ Tal instituição representa a origem da atual Universidade Federal de Minas Gerais. No momento em que Francisco Iglésias fez sua formação em história, tal curso estava vinculado ao de geografia, união que permaneceu até 1957. Sobre a formação de Francisco Iglésias, bem como sobre sua escrita da história, conferir o excelente trabalho de: SANTOS, Alessandra Soares. *A universidade, a história e o historiador: o itinerário intelectual de Francisco Iglésias (1940-1990)*. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013, 350p. As informações sobre Iglésias foram retiradas deste trabalho.

²⁵ Tal projeto, inacabado, foi publicado em 2000, postumamente, como livro, denominado sintomaticamente de *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*.

amplo quadro da história das ciências no Brasil, escrevendo o capítulo sobre a disciplina histórica²⁶.

Em 1978 e 1983, cumprindo uma demanda institucional, ligada ao governo federal, o supracitado historiador realizou para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a avaliação de sua área disciplinar “a luz de sua história”²⁷. Por conta dessa preocupação com a historicidade da história no e do Brasil, Alessandra Soares Santos defende que “a reflexão sobre a historiografia e, especialmente, sobre a história da historiografia brasileira esteve sempre presente no percurso intelectual de Francisco Iglésias. Ele é justamente considerado, ao lado de José Honório Rodrigues, um dos precursores dos estudos do gênero no Brasil”²⁸. Como se vê, nenhum dos historiadores citados até então estavam sozinhos, mas sim em um arrojado contato, perfazendo um movimento intelectual de diálogo historiográfico.

Francisco Iglésias, Amaral Lapa e Nilo Odália, ao lado de Honório Rodrigues²⁹, animaram o debate sobre a historiografia brasileira na segunda metade do século passado. No decênio de 1970, os três costumavam participar de vários eventos acadêmicos, compondo mesas-redondas e apresentando suas pesquisas em grupos de trabalho³⁰. Suas produções balizaram várias discussões nos mais variados cursos de história espalhados pelo Brasil³¹, bem como em importantes congressos científicos. Francisco Iglésias, junto com Sergio Buarque de Holanda, aliás, fez parte da banca de doutorado de Amaral Lapa, ocorrida em 1966 na Faculdade de Filosofia, Ciências e

²⁶ IGLÉSIAS, Francisco. A história no Brasil. In: FERRI, Mario G.; SHOZO, Motoyoma. *História das ciências no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1979.

²⁷ CNPq. História. In: *Avaliação & perspectivas*. Brasília: CNPq, 1978, p.131-151. CNPq. História. In: *Avaliação & perspectivas*. Brasília: CNPq, 1982, p. 189-225. CNPq. História. In: *Avaliação & perspectivas*. Brasília: CNPq, 1983, p. 379-383.

²⁸ SANTOS, Alessandra Soares. *A universidade, a história e o historiador: o itinerário intelectual de Francisco Iglésias (1940-1990)*. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013, p. 261.

²⁹ No contexto dos anos 1970, José Honório estava vinculado, institucionalmente, a várias instituições, como a Academia Brasileira de Letras e diversos institutos históricos regionais. Além disso, atuava também como professor visitante em universidades do Brasil e do exterior, tanto em cursos de graduação como de pós-graduação. Portanto, ao contrário de Francisco Iglésias, José Roberto do Amaral Lapa e Nilo Odália, tinha uma circulação institucional bem mais ampla e diversificada.

³⁰ Ver: *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, Brasil, 1973, p.911.

³¹ Na década de 1970, todas as regiões do país contavam com cursos de história em universidades públicas federais. No final do mesmo decênio, a exceção da região norte, todas as demais contavam com pós-graduação em história a nível de mestrado. Mais informações em: CNPq. História. In: *Avaliação & perspectivas*. Brasília: CNPq, 1978. e FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989)*. Ouro Preto: UFOP, 1992, p. 33.

Letras de Marília, interior de São Paulo³². Assim, nos idos de 1970 a discussão sobre a historiografia nacional acolhia uma coletividade de autores ligados à instituição universitária.

Todavia, entre tais autores é necessário estabelecer algumas divisões. Carlos Guilherme Mota representava um nome bastante vinculado à USP, ligado que estava a esta instituição desde a época de graduação. Esta vinculação institucional não se observa em Honório Rodrigues, Francisco Iglésias, Amaral Lapa e Nilo Odália, esses dois últimos intelectuais que fizeram suas carreiras em universidades do interior paulista, embora o último tenha se formado em filosofia na USP, em 1955. Todos, porém, partilharam reflexões a respeito da historiografia brasileira no contexto setentista. Na mesa-redonda noticiada pelo *Estadão*, José Honório, Guilherme Mota e Amaral Lapa tiveram assim seus trabalhos enfeixados, segundo este último:

Nós três, em diferentes momentos, tivemos como preocupação comum examinar criticamente o que se está fazendo em matéria de estudos históricos no Brasil. Nesse caso [...], o José Honório deu a primeira contribuição, a mais ampla, a mais profunda, dessa avaliação crítica. O Carlos Guilherme inseriu neste exame crítico a preocupação de recuperar todo o universo das ciências humanas, fazendo uma espécie de leitura ideológica do discurso do historiador brasileiro. E eu tento sistematizar e exigir uma permanência para esse processo de avaliação crítica³³.

Vozes autorizadas a falar, possuindo a legitimidade do discurso, os nomes citados foram colocados lado a lado, debatendo, unindo-se através de um objeto de saber comum. Ao longo de toda a década em apreço, observa-se a presença de intelectuais universitários interessados na temática da história da historiografia brasileira.

Pode-se assinalar que estes intelectuais, juntamente com outros em cidades como Curitiba, Rio de Janeiro e Salvador, inseriram o debate sobre a historiografia brasileira na Universidade, intensificando e consolidando-o neste espaço de produção. Até os anos 1950, esta discussão fazia-se em grande medida fora dos muros universitários (vide a obra de Honório Rodrigues), só esporadicamente encontrando lugar entre os docentes de instituições de ensino superior. Os nomes aqui citados, acrescidos dos de Alice Piffer Canabrava, Emilia Viotti da Costa, Francisco José Calazans Falcon, Maria Cecília

³² O título da tese era *A Bahia e a carreira da Índia*. Mais informações em: MATOS, Odilon de Nogueira. Resenha. *Revista de história*, Num., 80, Vol., 30, 1969.

³³ MOTA, Carlos Guilherme. *História e contra-história*. São Paulo: Editora Globo, 2010, p.343.

Westphalen e István Jacsó, ligados a universidades como a USP, a Federal Fluminense, do Paraná e da Bahia, abriram os espaços da academia para a reflexão sobre a historiografia brasileira em sua faceta pretérita e presente. Com eles, o debate historiográfico foi paulatinamente se consolidando no meio universitário, entre docentes e estudantes, a partir de aulas, cursos, palestras, artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e de livre-docência³⁴.

Ocorrendo em diferentes universidades, essa discussão, contudo, tendeu a se concentrar em um ambiente específico: a Universidade de São Paulo, mais precisamente no seu departamento de história (DHIS). Além de Guilherme Mota e Jaime Pinsky, intelectuais universitários como Maria de Lourdes Monaco Janotti, Maria Odila Leite da Silva Dias e Raquel Glezer, todas formadas em história pela USP, tomaram a sua disciplina como objeto de estudo durante a segunda década da Ditadura Militar. Em 1971, Maria de Lourdes Monaco defendeu sua tese denominada *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira*; no ano seguinte, Maria Odila Leite concluiu sua tese, intitulada *Robert Shouthey, historiador do Brasil*; em 1975, ocorreu a já referida defesa de tese de Guilherme Mota; um ano depois foi a vez de Raquel Glezer obter seu doutorado, significativamente com um trabalho sobre José Honório Rodrigues, referência nacional nos estudos de (e da) historiografia brasileira³⁵.

Além desses trabalhos, é possível ainda destacar outras ações ligadas à USP. No começo dos anos 1970, o DHIS trouxe para o seu interior, na qualidade de professor visitante, Charles-Olivier Carbonell, historiador na época ligado à universidade de Toulouse. Na USP, Carbonell vinculou-se à cadeira de Metodologia e Teoria da história, ministrando dois cursos: iniciação ao estudo da história e teorias da historiografia³⁶. A vinda deste nome parece ser algo bem significativo, do ponto de vista da reflexão historiográfica, pois no início da segunda metade dos anos 1970 Carbonell enveredava-se na seara da história da historiografia francesa, do que resultou, em 1976, na

³⁴ Até o presente momento, ainda não se mapeou e avalizou este amplo movimento universitário de reflexão sobre a historiografia brasileira ocorrido na segunda metade do século passado. Ao delimitar a tese aos historiadores e historiadoras da USP, ter-se-á nestas páginas apenas uma amostra reduzida de tal movimento.

³⁵ JANOTTI, Maria de Lourdes. *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira*. Tese apresentada a Universidade de São Paulo, 1971. DIAS, Maria Odila L. da S. *Robert Shouthey, historiador do Brasil*. Tese de doutorado apresentada a Universidade de São Paulo, 1972. GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo, 1976, 2 Vols.

³⁶ *Revista de história*, Num. 85, 1 trimestre de 1971, São Paulo, p.271.

elaboração de sua tese: *Histoire et historiens, une mutation idéologique des historiens français (1865-1885)*.

Anos mais tarde, no início dos anos 1980, Carbonell escreveria seu manifesto *Pour une histoire de l'historiographie*, publicado na revista italiana *Storia della Storiografia*. Parece ser este historiador francês ligado às discussões historiográficas que aportou na Universidade de São Paulo. Se a sua vinda se insere em uma “tradição” de outros historiadores franceses que já tinham lecionado no curso de história da USP, com destaque para Jean Glenisson nos anos 1960, regendo a cadeira de Introdução aos estudos históricos, o fato novo a se ressaltar aqui é que Carbonell era um historiador que estava na época se especializando nas temáticas da teoria e da história da historiografia. Esforços na abertura deste novo campo estavam sendo tentados. Ao lado dele, significativamente, vinculada à mesma cadeira de Teoria e metodologia da história, estava Maria de Lourdes Monaco Janotti, responsável pelo curso de historiografia brasileira.

No mesmo ano de conclusão da tese da historiadora supracitada, a Universidade de São Paulo sediou o I seminário de Estudos Brasileiros, evento que contou com uma mesa-redonda acerca dos “Estudos Históricos no Brasil”. Dois anos depois, Eduardo de Oliveira França, professor catedrático da Universidade de São Paulo, orientou a tese de doutoramento de Pedro de Alcântara Figueira, *Historiografia brasileira: análise crítica (1900-1930)*, defendida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, interior paulista. Fechando a oitava década do século passado, Jayro Gonçalves de Melo defendeu sua dissertação de mestrado, a qual tomou Capistrano de Abreu, mais precisamente “a concepção capistraniana da história”³⁷, como objeto de investigação. A partir deste momento, no ano de 1979, a reflexão acerca da história da historiografia brasileira começou a arrefecer nos membros do DHIS da USP que no decênio anterior motivaram estudos historiográficos, não se observando mais nos anos seguintes nenhum trabalho acadêmico de fôlego³⁸.

³⁷ FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. *Historiografia brasileira: 1900-1930 (análise crítica)*. Tese de doutoramento defendida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis – São Paulo, 1974. MELO, Jayro Gonçalves. *A obra de João Capistrano de Abreu: um estudo*. Dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo, 1979, p. 6.

³⁸ Frise-se que Maria de Lourdes, Maria Odila, Raquel Glezer e Guilherme Mota, no decorrer dos anos 1980 enveredaram por outros temas de pesquisa, não diretamente relacionados à historiografia brasileira, como ocorreu nos anos 1970. As três historiadoras, por exemplo, enveredaram, respectivamente, por temas ligados à história política, do cotidiano e da história urbana, como indica seus trabalhos posteriores.

No entanto, algumas perguntas permanecem. Por que historiadores e historiadoras da USP nos idos dos anos de 1970 praticaram intensamente uma reflexão histórica a respeito da historiografia brasileira? Como se iniciou tal reflexão? Com quais conceitos de história e historiografia ela operou? Que passado para a historiografia brasileira foi aí construído? Como esse objeto de estudo foi temporalizado? Eis aí as questões que balizarão a corrente tese, as quais ainda não receberam a devida e merecida atenção.

O interesse maior aqui é problematizar e discutir a maneira como um grupo específico de intelectuais universitários, participando de um debate amplo, produziu uma história da historiografia brasileira na antepenúltima década do século passado. Na impossibilidade de trabalhar com todos os nomes, recorta-se àqueles que tomaram sua área de saber como objeto de estudo em pesquisas acadêmicas de maior envergadura, como as teses de doutoramento e de livre-docência. Nesse sentido, têm-se os trabalhos supracitados de Maria de Lourdes, Maria Odila, Carlos Guilherme³⁹ e Raquel Glezer, os quais produziram uma escrita da história para a historiografia nacional, de modo que é justamente tal escritura que se pretende investigar, analisando a temporalidade pretérita que foi aí montada e desmontada. Portanto, o foco está no exame da construção de um passado para a história no Brasil, a partir de trabalhos acadêmicos específicos.

Sendo assim, a tese a ser exposta e sustentada neste trabalho consiste em assinalar e demonstrar que a reflexão universitária acerca da historiografia brasileira, em sua dimensão pretérita, teve lugar importante na segunda metade do século XX, especialmente na terceira metade temporal deste período, com processos, sujeitos, cenários e reflexões particulares. O DHIS da USP, em tal conjuntura, foi um polo fundamental de produção, disseminação e sistematização do amplo colóquio estabelecido entre o(a)s intelectuais universitário(a)s que assumiram a história enquanto objeto de estudo, para além dos acontecimentos históricos. O passado disciplinar examinado nestas páginas originou-se deste amplo movimento historiográfico, de modo que através de tal exame pode-se evidenciar e aquilatar a tese supracitada. História, historiografia brasileira e passado disciplinar triangulam-se, a fim de colocar de pé e

O seguinte trabalho explicita esses “novos temas” de pesquisa: RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. *Revista Anos 90*. Num. 11., Porto Alegre, 1999. Já Carlos Guilherme Mota dedicou-se a reeditar suas obras anteriores (notadamente sua tese de livre-docência, atualmente na quarta edição), organizar livros e a escrever produções paradigmáticas, todas sobre a história do Brasil.

³⁹ Nota de leitura: por uma opção estilística, optou-se em boa parte da tese por encurtar os nomes próprios supracitados.

conceder assatura a afirmação segundo a qual os historiadores e as historiadoras da Universidade fomentaram nos anos 1970 um pensar e um fazer a respeito do tempo ido de sua disciplina, configurando um ambiente de debate, de produção de ideias e de posicionamentos político-intelectuais.

*

Na conjuntura setentista da era anterior, a historiografia nacional vivia um momento de grande efervescência político-intelectual. No centro desta época, estava o regime ditatorial instaurado em 1964, que no início do decênio seguinte passou a executar discricionariamente a reforma universitária, responsável por remodelar a Universidade brasileira, pondo fim ao regime de cátedras⁴⁰, instituindo o sistema unificado de vestibular, de departamentos e de pós-graduação no país, aumentando o número de universidades (públicas e privadas) e de universitários, entre outras medidas⁴¹. Tudo isso acompanhado de censura, policiamento repressivo e cassação de estudantes e professores no meio universitário. Contraditoriamente, a historiografia brasileira, assim como a própria atividade científica no país, expandia-se, em termos de produção. Não à toa, um estudioso da história da ciência no Brasil qualificou os anos 1970 como “o grande salto à frente”⁴², em alusão ao estrondoso desenvolvimento chinês propalado por Mao Tsé-Tung entre 1958-1960.

No caso da história, entre 1971 e 1974, oito programas de pós-graduação foram criados. Ao final desta década, mais quatro foram regulamentados, totalizando 12 centros de pesquisa histórica⁴³. Excetuando a USP, que surgiu já com mestrado e doutorado, todos os outros programas restringiram-se ao curso de formação de mestres. Com essa excepcionalidade, o DHIS da USP foi responsável por boa parte da produção acadêmica historiográfica no país. Dos 309 trabalhos de pós-graduação em história defendidos no Brasil entre 1973-1979, os historiadores e historiadoras daquela

⁴⁰ Funcionamento curricular da Universidade brasileira entre os anos 1930-1968, no qual as cadeiras (disciplinas) e os catedráticos representavam as principais instâncias pedagógicas e institucionais da estrutura universitária, em termos de ensino, pesquisa e currículo.

⁴¹ Mais informações em: MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁴² SCHWARTZMAN, Simon. O grande salto científico à frente. In: _____. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2015.

⁴³ Os Programas de Pós-Graduação em história foram criados nas seguintes universidades: USP, UFF, UFPR, PUC-SP, UFGO, PUC-RS, FFCLSCJ, UFPE, UFSC, UnB, UNICAMP e UFRJ.

universidade compareceram com 132 trabalhos, perfazendo 41,3 % do total⁴⁴. Com essa média de trabalhos, o DHIS da USP concentrou em termos numéricos não só a produção historiográfica no país, mas também uma efervescente reflexão em torno da história da historiografia brasileira, conforme apontado anteriormente.

A produção histórica dos anos 1970 no Brasil permanece ainda pouco investigada, daí porque Francisco Falcon, em um diagnóstico dado em 2015 mas ainda atual, asseverou que “não dispomos de uma história realmente histórica da historiografia da década de 70”⁴⁵. Ana Maria de Oliveira Burmester foi possivelmente uma das primeiras historiadoras a investigar essa historiografia. Seu trabalho, fruto de uma tese de titularidade em Teoria da História, defendida em 1992 no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, abordou o tema específico da revolução – bastante efervescente à época –, a partir das teses defendidas no DHIS da USP⁴⁶. Porém, devido ao seu recorte temático, Ana Maria de Oliveira praticamente nada apontou a respeito dos trabalhos de Maria de Lourdes, Maria Odila, Carlos Guilherme e Raquel Gleezer, em sua articulação com o debate historiográfico setentista. Este passou ao largo das discussões da autora.

Na verdade, a partir de fins do século XX, os intelectuais universitários que fomentaram uma conversação sobre a historiografia brasileira foram colocados como autores a serem superados. Nesse sentido, sublinhe-se a crítica de Manoel Luiz Salgado Guimarães, produzida em 1995, no momento em que tentava refundar a área dos estudos historiográficos no país⁴⁷. Objetivando “discutir a constituição de um campo de pesquisa”, Salgado Guimarães avaliou os autores dos anos 1970 como praticantes de estudos historiográficos nos quais o contexto fornecia a chave analítica principal dos trabalhos. Com isso, reduzia-se a complexidade – e a relativa autonomia – da historiografia analisada, fazendo ainda com que o texto, em suas diversas operações de construção e de relação com outros elementos, não fosse nunca interrogado. Contra essa abordagem dita externalista, preconizava-se uma outra, encarada como mais fecunda e promissora, epistemologicamente orientada para a desnaturalização do texto, da escrita.

⁴⁴ Todos os dados foram retirados de: FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989): elementos para uma análise*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1992, Vol. 1, p.34-42.

⁴⁵ FALCON, Francisco J.C. *Estudos de teoria da história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2015, p.140.

⁴⁶ BURMESTER, Maria Oliveira. *A (des)construção do discurso histórico: a historiografia brasileira dos anos 1970*. Tese de livre docência apresentada a Universidade Federal do Paraná, 1992.

⁴⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e cultura histórica: notas para um debate*. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1. p. 31-47, jan./jun. 2005.

Diante de tal crítica, a área de história da historiografia no Brasil foi sendo arquitetada a partir da noção de escrita da história⁴⁸, entendida como a inquirição do processo de construção do conhecimento histórico. O texto, muito mais do que as suas ideias ou as intenções autorais, entrou para a ordem do dia, virando um problema historiográfico, e não uma simples evidência, mero suporte de transmissão de mensagens. Autores como Michel Foucault, Michel de Certeau, Roland Barthes, Paul Veyne, Paul Ricoeur e Hayden White, os quais tiveram acalorada penetração na comunidade historiográfica brasileira dos anos 1980/1990, auxiliaram no empreendimento de interrogação da “escriturística historiográfica”⁴⁹. Sintomaticamente, o artigo de Manoel Luiz Salgado Guimarães foi publicado dentro de um dossiê cujo título era “Historiografia e escrita da história”.

Se, por um lado, essa refundação da área renovou as análises historiográficas, frutificando em novas pesquisas, por outro lado ela tendeu a tornar um grupo de autores *demandê*. Não à toa, o próprio Manoel Luiz Salgado Guimarães costuma ser colocado como o pai dos novos estudos em história da historiografia brasileira, contrapondo-se aos seus antecessores, entre os quais se situariam Honório Rodrigues, Guilherme Mota, Amaral Lapa, Nilo Odália, etc. Para esses estudiosos da historiografia brasileira, Valdeci Lopes de Araujo, em artigo de 2011, chegou a sugerir uma periodização em termos de uma “pré-história da história da historiografia brasileira”⁵⁰, enquanto campo de estudos só iniciado efetivamente nos anos 1980-1990. Com uma direção interpretativa semelhante, o autor de *Historiografia e cultura histórica: notas para um debate* assim taxou a obra de José Honório Rodrigues: “o tom permanece o mesmo que presidia seus trabalhos anteriores: o catálogo de autor e obra permeado de juízos de valoração com pouca ou nenhuma análise”, finalizando que “a organização de catálogos não deve ser confundida com trabalho de historiografia”⁵¹.

⁴⁸ Um simples exercício de observação dos títulos que compõem os vários trabalhos atuais de história da historiografia no Brasil demonstrará a centralidade da expressão “escrita da história”. Uma boa amostra de tais produções – colocadas como “as novas” - pode ser conferida na nota 22 do seguinte texto: CEZAR, Temístocles; KNAUSS, Paulo. O historiador e o viajante. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011, p.07-21.

⁴⁹ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 90.

⁵⁰ ARAÚJO, Valdeci Lopes de. O século XIX no contexto da redemocratização brasileira. In: OLIVEIRA, Maria da Gloria de; ARAÚJO, Valdeci Lopes de (Org.). *Disputas pelo passado: História e historiadores do império do Brasil*. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

⁵¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1. p. 31-47, jan./jun. 2005, p. 37.

Tentando revisitar a tradição intelectual citada acima, autoras como Rebeca Gontijo e Alessandra Soares Santos produziram alguns textos relativos ao tipo de história da historiografia brasileira realizado nos anos de 1970. Nessa direção, destaca-se *Revisão e prospecção da historiografia no Brasil nos anos 1970*, artigo da primeira autora que, publicado em 2017, analisa os diferentes modelos de história da historiografia brasileira produzidos no início daquela década. Aqui, sublinhou-se a existência de propostas concorrentes para se historicizar a história no Brasil, fornecendo um quadro bem variado, rico e complexo da discussão⁵², ao contrário do esboçado por Manoel Luiz Salgado. No entanto, o estudo da produção dos historiadores e historiadoras vinculados à USP não recebeu a devida centralidade, opção a ser aqui adotada, a partir de uma investigação de sua escrita da história, em especial da operação de fabricação de um passado para a historiografia brasileira.

Para investigar tais autores e autoras, a historiografia brasileira será entendida como uma disciplina acadêmica que, em franca expansão nas últimas décadas do século anterior, demandava um passado capaz de lhe situar temporalmente, em seu desenvolvimento histórico. Disciplina não diz respeito tão só somente ao conhecimento, embora a produção deste seja fundamental. Sua definição não se esgota na dimensão intelectual, isto é, em “um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos”⁵³. Todos esses elementos simbólicos de produção de conhecimento são acionados dentro de um contexto social que lhe dá base e que lhe é fundamental para a sua existência.

Nesse sentido, conforme lembra Michel de Certeau, toda disciplina é inseparável de um *lugar social*, materializado em uma instituição, grupo de estudo, círculo de letrados, revista, escola, etc., de modo que tal inscrição faz com que seus praticantes não sejam indivíduos socialmente exilados, mas sim homens e mulheres reagrupados concretamente no espaço social. Uma vez reagrupados, observa-se a formação de uma rede humana, a qual anima toda e qualquer disciplina, condição elementar para os

⁵² GONTIJO, Rebeca. *Revisão e prospecção da historiografia no Brasil nos anos 1970*. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César (Org.). *Escrever história*. Serra: Editora Milfontes, 2017.

⁵³ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2012, p. 28.

processos de socialização e de formação de grupos⁵⁴. Assim conclui tal perspectiva o autor de *A operação historiográfica*:

Os nascimentos de ‘disciplinas’ estão ligados à criação de grupos. Desta relação entre uma instituição social e a definição de um saber, o contorno aparece desde Bacon ou Descartes, [...]. À maneira de uma retirada relativa dos ‘assuntos públicos’ e dos ‘assuntos religiosos’, constitui-se um lugar ‘científico’. A ruptura que torna possível a unidade social, chamada a se transformar na ‘ciência’, indica uma reclassificação global, em curso. Este corte mostra, pois, através da sua face externa um lugar articulado sobre outros num conjunto novo, e através de sua face interna, a instauração de um saber indissociável de uma instituição social⁵⁵.

Dessa forma, a disciplina relaciona-se com a forma social de um dado conteúdo intelectual, de modo que seu arranjo está sempre ligado à história de uma determinada sociedade. Ela possui um forte *enraizamento histórico*⁵⁶, que confere aos conceitos, métodos, autores e teorias uma dimensão social indelével, gerando vários condicionamentos. Não que a relação entre os termos *disciplina* e *sociedade* seja unilateral e determinista, como supõe certa sociologia do conhecimento baseada nas ideias de Karl Mannheim⁵⁷, mas sim que a produção do saber, fim precípua do primeiro, não ocorre de maneira etérea, descarnada. Portanto, disciplina é tanto uma prática científica quanto um empreendimento social, de maneira que seu estudo está fadado a oscilar entre esses dois eixos constitutivos.

O caráter social da disciplina abre a possibilidade da formação de uma verdadeira *geografia disciplinar*, entendida com o conjunto de lugares que alocam a produção intelectual, condicionando-a⁵⁸. Revistas, laboratórios, institutos, núcleos e grupos de estudos, assim como eventos e órgãos acadêmicos, espacializam a disciplina, dando-lhe uma capilaridade social e formando uma determinada paisagem, visível para todos, praticantes e não praticantes do saber em ebulição. Daí, conforme a obra de Pierre Bourdieu, o horizonte de uma *morfologia da vida intelectual* colocar-se de forma imperativa, cartografando as diversas instâncias espaciais de produção do

⁵⁴ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.57-70.

⁵⁵ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.69-70.

⁵⁶ PROST, Antoine. *Doze lições de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 33.

⁵⁷ MANNHEIM, Karl. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974. Para um apanhado da recepção das ideias deste autor no Brasil, ver: LOWY, Michael. O historicismo ou a luz prismada. In: _____. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen*. São Paulo: Busca e Vida, 1987.

⁵⁸ Tal categoria foi pensada a partir do seguinte trabalho: SANTOS, Wagner Germiniano dos. *A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)*. Tese apresentada ao programa de pós graduação em história da Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

conhecimento, as quais compõem aquilo que o sociólogo francês qualificou como *campo*⁵⁹. A geografia, tanto quanto a história, estão no âmago das disciplinas, como que dimensões inseparáveis e constitutivas das mesmas. A partir deste duplo entendimento, é possível pensar o papel que uma história da disciplina pode vir a desempenhar.

Como toda prática intelectual, estabelecida socialmente em instituições e contendo vários praticantes, os quais regulam a atividade, não há disciplina acadêmica que não precise de passado. Sua legitimação social, inclusive, passa por aí, do que decorre a criação de pais fundadores, de tradições e valores, bem como de grandes obras. Nessa direção, Donald Kelley aponta que:

A construção de uma história disciplinar não apenas define o assunto e o método, mas também fornece a justificativa mais convincente de uma área, suas reivindicações e aspirações, compará-las com outras disciplinas determina seus autores clássicos e cânones, suas perguntas e respostas mais importantes, sua tradição institucional e social, seu lugar no vasto campo da intelectualidade e da cultura⁶⁰.

Essa historicização disciplinar tende a ocorrer no momento em que a disciplina começa a se institucionalizar, adquirindo mais claramente seus contornos espaciais na sociedade. Garantir para si um passado, por meio de uma história, é assentar lugar no espaço social do presente.

Nobert Elias, em *Scientific establishments*, faz uma instigante comparação entre as histórias de si contadas pelas disciplinas e as histórias nacionais, conforme fomentadas pelos Estados modernos⁶¹. Tal qual o discurso da nação, que arquiteta um passado para o estado-nacional a fim de garantir sua presença no tempo (passado, presente e futuro), ocorre com as disciplinas científicas, que também reclamam para si os seus artífices, na tarefa de consolidar sua existência em uma dada sociedade. Assim como o passado nacional nunca é dado, ou recuperado naturalmente, ocorre com as

⁵⁹ Tal discussão encontra-se espalhada em diversos livros do referido autor, ora aparecendo de forma prática, ora de maneira teórica e programática. Para uma visão sistemática e objetiva do conceito de *campo*, ver: BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. p. 122-155, 1980.

⁶⁰ Tradução minha. No original: The construction of a disciplinary history not only defines the subject matter and method but also provides the most convincing justification of a field, its claims and aspirations, compares its with other disciplines, determines its classical authors and canon, its major questions and answers, its institutional and social tradition, its place in the large intellectual and cultural fields. KELLEY, Donald R. *History and the disciplines*. New York: University of Rochester Press, USA, 1997, p. 26.

⁶¹ ELIAS, Nobert. *Scientific establishments*. In: ELIAS, Nobert; MARTINS, Herminio; WHITLEY, Richard (Edited by). *Scientific establishments and hierarchies*. Dordrecht, 1982, p. 3-69.

disciplinas que investem material e humanamente na edificação de tempos idos, de realidades pretéritas que visam comprovar seu nascimento e perenidade histórica.

As disciplinas também postulam seus territórios, desenham suas fronteiras, no mesmo movimento que diferenciam seus integrantes *established* dos seus intrusos *outsider*, conforme as categorias de Nobert Elias. Há nelas também uma política do presente, que reparte cargos, funda missões e faz e desfaz lugares institucionais. Cenário de múltiplos agentes, toda disciplina, por mais que combata a ausência de ordem, instituindo a chamada ordem disciplinar, não está nunca imune de disputas e tensões entre os seus praticantes. O seu passado, muitas vezes, é o ponto de discórdia, distribuindo uns a favor da continuidade conservadora e confortadora e tantos outros interessados na modernização transformadora. Aqui, como lembra Peter Osborne, a política do presente se transforma rapidamente em uma *politic of time*, na qual manejos do passado implicam em dadas posições no presente e determinados projetos de futuro⁶². Longe de ser o reino da quietude límpida da razão, a disciplina é uma arena social institucionalizada, palco de variados duelos pelos mais distintos troféus.

Logo, há uma íntima relação entre disciplina e história, razão pela qual alguns autores criaram a expressão conceitual “história disciplinar” (*disciplinary history*)⁶³. Os praticantes de uma disciplina costumam investir no passado de sua área de conhecimento, tanto por uma vontade de saber quanto por uma vontade de poder. Nesse prisma, as histórias disciplinares podem servir aos mais diferentes propósitos, como as disputas do campo, os interesses políticos, as contendas pessoais, os preconceitos arraigados e os projetos individuais. Como o estudo de todo e qualquer objeto, a disciplina, inquirida em seu passado, não é apreendida de forma inocente, pura, angelical. Demasiada humana, a história disciplinar enreda-se ao rés do chão, tornando-se cenário para as várias contradições sociais que existem entre os indivíduos, inevitavelmente. Dessa história emerge, por mãos humanas, determinados passados, qualificados aqui de *passado disciplinar*.

Na esteira da reflexão de Michael Oakeshott, o passado obedece a usos particulares, fazendo com que sua natureza seja variada. Na visão do filósofo inglês, a

⁶² OSBORNE, Peter. Avant-Garde and Everyday. In: _____. *The Politics of Time: modernity and avant-garde*. London: Verso, 1995, p. 160-197.

⁶³ Ver os diversos trabalhos do livro: LEPENIES, Wolf; WEINGART, Peter. Introduction. GRAHAM, Loren; LEPENIES, Wolf; WEINGART, Peter (editer by). *Functions and uses of disciplinary histories*. Dordrecht (Holland): D. Reidel, 1983.

sociedade e as ciências não lidam da mesma forma com o passado. Há um passado prático, manuseado cotidianamente pelos indivíduos para os mais disparatados fins, que se subdivide em outros três: encapsulado, lembrado e consultado. Além do prático, existiria também o histórico, construído pela historiografia, e que se subdivide em registrado e analisado⁶⁴. Dentro deste último passado, caberia um terceiro, o passado disciplinar, o qual visa situar temporalmente, em termos pretéritos, a própria disciplina. Trata-se de um passado para a disciplina, que também necessita ser historicizada, sobretudo para os seus praticantes oficiais. O passado de uma disciplina é o que lhe dá existência no tempo, fazendo com que tenha densidade temporal e estabilidade histórica, não sendo um mero ponto fixo isolado no presente, perdido no mundo da atualidade.

Passado disciplinar tem menos a ver com uma suposta realidade pretérita do que com a maneira pela qual a experiência disciplinar decorrida foi narrada. Com tal noção, vislumbra-se o tempo ido de uma disciplina, dito, visto e sentido por aqueles e aquelas que habitam o seu interior. Operar com esta noção implica em analisar determinados usos do passado, pensando este como fruto de uma operação intelectual, jamais como real fora da linguagem ou como presença independente de uma *re-apresentação*. Se o passado chega sempre a partir de narrativas, de modo que uma *narrativização* é o que lhe dá forma, abre-se a possibilidade de se investigar esse *trabalho de narrativa*, operação que incorpora diversos elementos (memória, projeção de futuro, engajamento ante o presente, disputas, temores, recalques etc.). Assim pensado, o passado de uma disciplina torna-se menos natural e mais histórico, fruto de todo um trabalho *no e com o tempo*⁶⁵.

No centro desta discussão, e de forma desnaturalizadora, a cirúrgica pergunta formulada por Carolina Silveira Bauer ganha todo um sentido: “como será o passado?”⁶⁶; Quais serão suas cores e formas, seus traços e personagens? Como será o passado imaginado pelos historiadores e historiadoras da Universidade de São Paulo que fizeram da historiografia brasileira um objeto de pesquisa na conjuntura dos

⁶⁴ Esses tipos de passado podem ser consultados em: OAKESHOTT, Michel. Presente, futuro e passado. In: _____. *Sobre a história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

⁶⁵ Os conceitos em destaque foram utilizados a partir de, respectivamente: BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012. RICOEUR, Paul. A representação historiadora. In: _____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

⁶⁶ BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado?* História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

governos de Médiçi e Geisel? Este passado da disciplina não está dado, evidente por si só, como se fosse apenas uma realidade a ser resgatada ou descoberta. No caso de um passado disciplinar, as palavras de Raymond Aron a seguir são basilares: “é preciso devolver ao passado a incerteza do futuro”⁶⁷.

Toda historiografia que se pretende científica produz não só passado histórico, isto é, historicizações de eventos como a Revolução Francesa, o Imperialismo, a Independência da América Portuguesa, etc. Além das fabricações alheias, os historiadores e as historiadoras também se veem às voltas com o imperativo de tecerem para si, disciplinarmente, passados, de modo que esse “si mesmo” costuma também ser colocado como “outro”, ganhando alteridade, tornando-se “outramente”, ou, na feliz metáfora de Paul Ricoeur, “le moi comme un autre”⁶⁸. A partir daí, o próprio saber é interrogado, escrutinado, temporalizado, ficcionado. Aí está a especificidade da categoria: toda disciplina é formada *de e por* passado (quantos?). Outrossim, o passado disciplinar torna-se uma história de uma dada ciência, revelando o esforço e a operação de historicização de um determinado saber. Logo, de modo algum se trata de um passado resgatado ou descoberto, mas sim esculpido palmo a palmo.

Para a fabricação do passado disciplinar, existem diferentes maneiras, não se restringindo a um único procedimento. Há também variados atores, como a memória, o Estado, os institutos e as academias. Materiais discursivos como necrológios, memoriais, discursos de recepção e até fotografias podem vir a produzir uma dada temporalidade pretérita para um saber. Discurso legítimo sobre si, a história da historiografia representa justamente a área por excelência em que passados são inventados para a disciplina. Nesse sentido, ela figura como um dos principais modos de construção de passados para a historiografia. E mais: sua construção disciplinar pretérita dá-se sob uma chancela acadêmica, científica, posto que feita em conformidade com os protocolos científicos, resultados de toda uma investigação empreendida por intelectuais que se pretendem pesquisadores. Logo, trata-se de um terreno fértil de reflexão, a respeito da relação entre historiografia e passado disciplinar.

⁶⁷ Citado por TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Silvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. II.

⁶⁸ RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1991.

Dessa forma, os trabalhos dos historiadores e das historiadoras da Universidade de São Paulo serão encarados como discursos construtores de passado disciplinar, com a função maior de temporalizar a historiografia brasileira. Maria de Lourdes, Maria Odila, Guilherme Mota e Raquel Glezer, em meio a outros tantos autores, produziram um tempo para a sua área de conhecimento, tempo esse que abrangeu a época oitocentista, passando pelos anos iniciais do século XX, até chegar à segunda metade da era passada. Se a viagem é uma dimensão estruturante do discurso histórico, seja no mundo antigo ou no moderno, como destacou François Hartog, esse “deslocamento no tempo”⁶⁹ das pesquisas acadêmicas pode ser problematizado.

Se o foco pende para os movimentos temporais de construção do passado, não se perderá de vista também as relações com o presente - as disputas, os interesses, o contexto institucional e histórico - e, sobretudo, com o futuro, o futuro passado, isto é, as projeções e expectativas feitas com base no que ocorreu. Tal é a intenção maior desta tese, perscrutando uma operação de temporalização da historiografia brasileira nos anos 1970, conforme a produção de alguns historiadores e historiadoras da Universidade de São Paulo, na qual a construção de um passado disciplinar ocupou um lugar de destaque.

Por fim, em termos teórico-metodológicos, importa assinalar que, delimitando uma camada de profissionais de Clio específica, composta por historiadoras e historiadores da USP que vivenciaram a segunda metade do século passado, adotou-se como estratégia analítica os “procedimentos relacionais” (cruzar, intercalar, interconectar e comparar) da *história cruzada*, tal qual o entendimento de autores como Michael Werner e Bénédict Zimmermann. Segundo os defensores de uma *histoire croisée*

O cruzamento nunca se apresenta como um ‘já dado ali’ que bastaria identificar e registrar. Ele requer um observador ativo para construí-lo, e é num movimento de ida e volta entre o pesquisador e seu objeto que se desenham conjuntamente as dimensões empíricas e reflexivas da história cruzada. O cruzamento se dá assim como uma atividade cognitiva estruturante que, por diversas operações de enquadramento, constrói um espaço de compreensão⁷⁰.

⁶⁹ HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora da UNB, 2003, p.12.

⁷⁰ ZIMMERMANN, B e WERNER, M. Pensar a História Cruzada: entre empiria e reflexividade, *Textos de História*, vol.11, n°s 1-2, 2003, p. 97.

Visando criar este “espaço de compreensão”, os diversos sujeitos da corrente tese serão articulados entre si, bem como suas produções simbólicas, de modo que cada elemento cruzado servirá para iluminar o outro, configurando uma rede de cruzamento que, ao final, permitirá produzir um quadro de inteligibilidade. Longe da imagem de unidades separadas, ou de polos opostos, pretende-se trabalhar as fontes com base em encruzilhadas, isto é, naquilo que elas possuem de comum, de forma relacional.

Além das teses acadêmicas do DHIS da USP, o corpo documental desta pesquisa será composto de artigos e livros, bem como de textos oficiais e de memórias acadêmicas, referentes à historiografia brasileira dos anos 1950-1970⁷¹. Tal recorte, apesar de variado, abrangendo distintas modalidades textuais, ganha unidade por fornecer subsídios para se problematizar a história da história no Brasil em um recorte temporal e espacial específicos. Julga-se que ele pode fornecer uma radiografia da historiografia setentista e do tipo de história da história praticada, permitindo, assim, uma problematização referente ao passado disciplinar edificado para a historiografia brasileira nos idos de 1970.

O texto a seguir está dividido em dois grandes atos (partes): o primeiro, denominado *O passado de uma construção*, em que se explicita e se discute as condições históricas de possibilidade do debate setentista, no âmbito dos intelectuais universitários ligado a uma instituição de ensino superior específica. Nessa perspectiva, apresentam-se dois capítulos: o primeiro discorre acerca de três agentes institucionais de profissionalização da historiografia brasileira e sua relação com a história da historiografia, tal qual pensada por historiadores e historiadoras da USP; o capítulo seguinte analisa dois textos pioneiros da comunidade disciplinar uspiana a respeito da historiografia brasileira, destacando aí uma primeira construção de um passado disciplinar. Trata-se de dois artigos, um de Astrogildo Rodrigues de Melo e outro de Pedro Moacyr Campos.

A ambição maior deste Ato inicial é lançar um olhar específico sobre a seguinte indagação: quando e como um objeto tido como “historiografia brasileira” se tornou um problema histórico para uma determinada comunidade de praticantes? Com tal problematização, almeja-se consolidar a ideia da primeira parte da tese, a qual consistiu

⁷¹ Na citação das mesmas no decorrer do trabalho, optou-se por manter a grafia original, sem nenhuma atualização.

em historicizar a construção do passado disciplinar dos anos 1970, feita por pesquisadores e pesquisadoras que serão investigados na parte seguinte do trabalho. Do ponto de vista teórico, *o passado de uma construção* tentou mapear uma geografia e uma história da historiografia brasileira antecedentes da efervescente conversação setentista, na qual historiadores e historiadoras da USP se envolveram, não como origem causadora, mas sim como condição de possibilidade.

Além desta primeira parte, apresenta-se também um Entreato, voltado para uma rápida discussão sobre a experiência do tempo presente dos historiadores e das historiadoras da antepenúltima década do século passado. Espécie de excursão, tal texto faz também a passagem da primeira para a segunda parte, sugerindo uma articulação entre os anos 1950-1960 e os 1970, a partir da comunidade historiográfica no Brasil. Seu mote diz respeito a uma percepção do tempo vigente baseado na ideia de crise, questão bastante presente nos dias de hoje. A atmosfera de crise que enreda a história na atualidade, especialmente na sociedade brasileira, tão propensa a instabilidades de toda ordem, não é uma novidade em si mesma.

A segunda e última parte da tese, o Ato final, denominado de *A construção de um passado*, é composta de dois capítulos, onde em cada um dos quais se discute um *passado disciplinar* específico da historiografia brasileira. No capítulo 3, emerge o que foi chamado de *passado romântico*, tal qual a fabricação das teses de Maria de Lourdes e de Maria Odilia, analisadas em conjunto, de forma semelhante ao capítulo 2 da parte anterior. O capítulo seguinte se debruçou a respeito do *passado contemporâneo* da historiografia brasileira. Aqui, analisaram-se os trabalhos de Carlos Guilherme e Raquel Glezer, sempre de forma cruzada. Em todos esses capítulos, como procura indiciar o título do Ato final, a preocupação incidiu na fabricação de um determinado passado *da e para a* historiografia brasileira.

Finalizando a tese, apresenta-se um epílogo, voltado menos para repassar e reafirmar as considerações principais feitas ao longo do texto do que para reagrupar os autores e as autoras investigados, bem como suas produções, no que diz respeito ao tipo de história da historiografia praticado. Discute-se sinteticamente a função que esta modalidade historiográfica cumpriu em determinados trabalhos de intelectuais universitário(a)s, notadamente historiadoras e historiadores. Com isso, espera-se clarificar um ponto importante do debate setentista, ao mesmo tempo em que se almeja

arrematar e unificar (não sem tensões e diferenças) os diversos nomes próprios que surgiram ao longo destas páginas. Assim, o epílogo da tese como que volta ao prólogo, não tanto para encerrá-lo como para reforçar a imagem de conjunto, de múltiplas vozes e sujeitos da história que tomaram um objeto de investigação em comum.

Sendo assim, a presente tese se estrutura com base em uma discussão sobre as diversas temporalidades passadas da historiografia brasileira. Tratada como uma prática social e científica, a historiografia é um empreendimento intelectual que tanto possui historicidade como também a constrói, para objetos estudados e também para si mesma. Problematizar essa historicidade, expor suas linhas, camadas, agentes e tempos, é a principal ambição da tese. A discussão do passado disciplinar da historiografia brasileira, focando nos historiadores e historiadoras da USP durante os anos 1970, balizará uma *démarche* temporal, idas e vindas no tempo, flanando pela história do e no Brasil.

Ato inicial: O passado de uma construção

CAPÍTULO 1: ESTABELECENDO FRONTEIRAS: AGENTES DA PROFISSIONALIZAÇÃO E A REFLEXÃO HISTORIOGRÁFICA

Não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem.

Michel Foucault, 1969⁷².

Foi preciso que houvesse reuniões, comissões, associações, ligas de defesa, movimentos, manifestações, petições, requerimentos, deliberações, votos, tomadas de posição, projetos, programas, resoluções etc. para que aquilo que era e poderia ter continuado a ser um problema *privado*, particular, singular, se tornasse num *problema social*, num problema público, de que se pode falar *publicamente*, num problema oficial.

Pierre Bourdieu, 1987⁷³.

A partir da segunda metade do século passado, a historiografia brasileira começou a viver um progressivo processo de profissionalização. A partir da terceira década de sua existência, os cursos universitários de história começaram a caminhar para uma realidade na qual o arranjo inicial, oriundo dos anos 1930, começou a sofrer alguns abalos⁷⁴. O primeiro ponto importante deste processo foi o desmembramento do curso de história e geografia, sob a força da Lei Federal n.º. 2.594, aprovada em 8 de setembro de 1955. A história virou mais do que um saber específico, particular: passou a ser tratada, pelas autoridades legais e institucionais relacionadas ao governo, como tal⁷⁵. Já em 1956, através do decreto 25.701, de 4 de abril, o governo estadual de São

⁷² FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p.50.

⁷³ BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 37. Grifos do autor.

⁷⁴ Para acompanhar tais mudanças, ver para o caso de São Paulo: ROIZ, Diogo. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seus ensino*: a institucionalização do ensino universitário de história na FFLC da USP. Curitiba: Appris, 2012. Um exemplo carioca consta em: FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício*: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

⁷⁵ BRASIL. *Lei n.º 2.594, de 8 de setembro de 1955*. Dispõe sobre o desdobramento dos Cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2594-8-setembro-1955-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado em 11/02/2019. 361157-

Paulo oficializou a possibilidade de cursos independentes de história, no que foi logo seguido pela USP.⁷⁶

Após esta autonomia, disciplinas específicas começaram a se multiplicar: Introdução ao estudo da história, Metodologia da história, Teoria da história e História das ideias passaram a compor o currículo de alguns cursos universitários. E mais: tais componentes curriculares recebiam sua razão de ser justamente da necessidade de se formar o historiador profissional, sujeito do conhecimento que deve aprender a se valer do método histórico, a pesquisar no arquivo e a escrever um texto historiográfico. Não foi outra justificativa que, por exemplo, José Honório Rodrigues deu àquelas disciplinas, no que foi seguido por vários outros intelectuais⁷⁷. Quem precisaria mais de teoria e metodologia da história, senão o historiador formado e profissionalizado? Tal foi o reclame de um evento, realizada entre os dias 7 a 13 de julho de 1968: o *I encontro brasileiro sobre Introdução ao estudo da história*⁷⁸.

A profissionalização implicava em uma especialização, em particularidades disciplinares, em um devir de paulatino estreitamento intelectual. Fronteiras do e no saber: tal seria o movimento. Ao mesmo tempo em que o curso de história se fechava, apartando-se do de geografia, se aprofundava no seu interior: surge uma História da arte, uma História das doutrinas econômicas⁷⁹. O saber histórico, imperialista, foi colonizando outras áreas de conhecimento. A criação de novas disciplinas se fazia acompanhar da própria expansão do curso de história, que, no caso da USP, a partir de 1951, passou a ter turmas noturnas com uma média de 30 estudantes⁸⁰.

Ano emblemático no Ocidente, 1968 também marcou a proposição da primeira iniciativa legislativa de profissionalização da atividade intelectual do historiador⁸¹. O

⁷⁶ *Revista de história*, Vol. 12, Num. 25, 1956, p. 285.

⁷⁷ RODRIGUES, José Honório. As tendências da historiografia brasileira e as necessidades de pesquisa. In: _____. *Vida e história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 50.

⁷⁸ ESPOSEL, José Pedro P. (Org.). *Anais - I encontro brasileiro sobre Introdução ao estudo da história*. Niterói: UFF, 1970.

⁷⁹ As disciplinas citadas foram retiradas dos currículos dos cursos de história da USP e da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, respectivamente de 1956 e 1955, consultados em: ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonal Rafael dos. *As transferências culturais na historiografia brasileira*. Jundiaí: Paco Editora, 2012, p.160. e FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 51.

⁸⁰ MESGRAVIS, Laima. *Revista Brasileira de história*, Num. 3., Vol., 5, São Paulo, 1983, p. 88.

⁸¹ As informações deste parágrafo foram baseadas no dossiê sobre a profissionalização do historiador organizado pela ANPUH. Disponível em: https://www.historia.ufg.br/up/108/o/dossie_sobre_a_regul_da_prof_do_hist.pdf Acessado em 30.04.2019.

projeto pioneiro de regulamentação deste ofício foi protocolado na Câmara Federal pelo deputado Ewaldo de Almeida Pinto, político de renome no cenário paulista, ligado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A proposta entregue foi fruto das discussões lideradas por um graduado em história na USP, Heródoto de Souza Barbeiro, na época presidente da Federação Brasileira do Centro de Estudos Histórico, órgão ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE). Em que pese não ter obtido êxito, em razão da rejeição do governo militar, tal iniciativa representou todo um conjunto de iniciativas sociais anteriores que visavam redefinir, em termos regulamentados por lei, o *status* do historiador no meio nacional.

Todavia, o cerne do processo de profissionalização inaugurado na segunda metade do século XX diz respeito à consolidação de uma historiografia universitária. Dar autonomia ao curso de história, aprofundando e multiplicando suas disciplinas, não representou um fim em si mesmo, mas o que estava no horizonte era o próprio fortalecimento da história no meio universitário brasileiro. Profissionalizar implicava cada vez mais em institucionalizar a historiografia na Universidade, cerrando suas estruturas neste espaço. Desse modo, o processo de profissionalização, basilar para o argumento da corrente tese, é entendido como a

Atividade profissional permanente de docentes e pesquisadores em condições de fazer da Universidade o centro de sua vida pessoal (afetiva e profissional), o lugar de suas realizações, o espaço prioritário de sociabilidade, o horizonte último de suas expectativas de melhoria social, a instância decisiva de reconhecimento do mérito científico e intelectual⁸².

A institucionalização universitária da história é o sentido maior do processo de profissionalização iniciado na década de 50 da era passada. Paulatinamente, o espaço de ensino, produção, circulação e disseminação da história foi se solidificando na Universidade, diminuindo a presença em antigos espaços, como os institutos históricos, os museus, os jornais e as rodas literárias⁸³.

Com tal inserção, o espaço universitário passou a definir a própria identidade do historiador e da historiadora. Acompanhando o nome próprio do intelectual universitário, resumindo até sua trajetória de formação, a instituição fornece-lhe um

⁸² MICELLI, Sergio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: _____. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989, p. 86.

⁸³ A respeito desses outros espaços, diferentes do universitário, para o início do século XX, ver: GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

lugar, isto é, um pertencimento capaz de lhe assegurar uma origem dentro de um universo profissional mais amplo e bem circunscrito. A profissionalização da historiografia, processo tanto simbólico como material que institucionaliza a história na Universidade, afeta a própria *persona* do conhecimento, na sua autoimagem de si e na imagem dos outros, modelando assim uma identidade. Daí porque emerge um “eu historiador” pretensamente distinto de um “outro não historiador”, distinção essa reivindicada com base na instituição, na qual esta adquire enorme relevo. Se na ordem disciplinar a instituição é um dos mecanismos de controle do saber, vide o estudo *Vigiar e Punir* de Michel Foucault⁸⁴, é porque ela atua, antes de tudo, como elemento de definição entre seus praticantes disciplinados.

Durante os anos de 1950 e 1960, a profissionalização universitária da história deu seus primeiros passos firmes, realizando mudanças iniciais, todavia sem eliminar de todo os fatores marcantes do prelúdio universitário dos anos 1930. Naquelas décadas, estruturas de um antigo regime disciplinar permaneceram, em razão da existência das cátedras e, conseqüentemente, dos catedráticos, mestres que não só se formaram na época em que o curso de história estava irmanado com o de geografia, como também iniciaram suas carreiras nesse formato. Tais profissionais, embora estivessem na Universidade, atuando há um tempo considerável, mantiveram estreitas e íntimas relações com outros espaços de produção da história. Assim, o processo de profissionalização não ocorreu isento de ambiguidades, retrocessos e contradições. Como todo fenômeno social, deu-se de forma complexa.

O debate a respeito da história da historiografia brasileira ocorrido nos anos 1970 tem tudo a ver com essa reestruturação da história. É bastante significativo o fato de que esse tipo de reflexão começou a reverberar na sociedade brasileira de forma intensa e regular a partir da segunda metade do século passado. Segundo os autores de *Brazilian historical writing in global perspective*, a própria categoria “historiografia brasileira” começou a se generalizar neste momento⁸⁵, de modo que o processo de profissionalização contribuiu bastante para a referida ampliação. Afinal, historiografia não deixa de ser um vocábulo particular, que realiza na própria língua um estreitamento léxico, não inteligível a todos. Nesse sentido, a profissionalização da história, sua

⁸⁴ Ver: FOUCAULT, Michel. *Disciplina*. In: _____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

⁸⁵ PEREIRA, Mateus H. de F.; SANTOS, Pedro A. C. dos; NICODEMO, Thiago L. *Brazilian historical writing in global perspective: on the emergence of the concept of “historiography”*. *History and Theory*, Theme Issue 54, december, 2015, p.84-104.

institucionalização relativamente autônoma na Universidade, alimentou reflexões especializadas nas quais a própria historicidade da historiografia encontrou acolhimento e impulso.

Na impossibilidade de trabalhar com todos os fatores deste processo de profissionalização⁸⁶, recorta-se aqueles que se relacionaram com uma reflexão histórica sobre a historiografia brasileira, sobretudo a partir dos historiadores e historiadoras da USP. O presente capítulo delimita três agentes que espacializaram esta reflexão, acolhendo e impulsionando-a, tecendo uma geografia disciplinar institucional. Trata-se da *Revista de história*, da Associação dos Professores Universitários de História (APUH) e da Pós-Graduação de História na Universidade de São Paulo. Com essa delimitação, pensada com base no *locus* universitário, espera-se historicizar o objeto desta tese, mostrando e discutindo o cenário institucional em torno do qual ele encontrou lugar e foi erguido.

No limite, tenta-se mostrar como e em quê situação a historiografia brasileira, em especial o seu passado disciplinar, tornou-se um objeto de saber, uma questão de investigação para um grupo de historiadores e historiadoras. Afinal “é preciso fazer a história social da *emergência* desses problemas, da sua constituição progressiva, quer dizer, do trabalho coletivo [...] o qual foi necessário para dar a conhecer e fazer reconhecer estes problemas como *problemas legítimos*, confessáveis, publicáveis”⁸⁷. Com essa pretensão, tenta-se a seguir cartografar algumas iniciativas institucionais ligadas à USP que possibilitaram um pensar a historiografia brasileira em sua historicidade.

1.1) *A Revista de história da FFCL*⁸⁸ – USP:

Para a formação de todo e qualquer campo disciplinar, a ação de periódicos especializados é essencial. As revistas acadêmicas deste tipo atuam como

⁸⁶ Elementos como revistas especializadas, periódicos de ampla circulação, congressos, livros-manuais, disciplinas específicas, orientações, medidas legislativas etc. podem ser pensados como agentes de profissionalização. Assim, o corrente capítulo estrategicamente ignora vários outros fatores. Além disso, a profissionalização da historiografia brasileira, em suas diversas localidades do território nacional, aguarda ainda um estudo pormenorizado, capaz de fornecer uma visão sintética do processo.

⁸⁷ BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 37. Grifos do autor.

⁸⁸ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, origem da atual Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), mudança que ocorreu no ano de 1969.

verdadeiros criadores, consolidadores e dinamizadores da disciplina que se quer edificar. Para o caso da historiografia de matriz ocidental, Julio César Bentivoglio tece os seguintes comentários: “as revistas constituem um lugar social e um instrumento decisivo na institucionalização de um campo científico para a História, que se autonomiza enquanto saber, sendo ainda capaz de ilustrar uma determinada cartografia da pesquisa e da escrita da história”⁸⁹. Nesse sentido, a *Revue Historique* e *Annales d’histoire économique et sociale*, criadas respectivamente em 1876 e 1929, a despeito das suas diferenças para além das datas de criação, podem ser vistas a partir de um esforço comum de disciplinarização da história na sociedade francesa.

Para o caso brasileiro, a ação da *Revista de história*, periódico criado em 1950 por Eurípides Simões de Paula, marca um momento importante para a articulação da prática historiográfica com as normas e procedimentos de um saber em vias de disciplinarização na sociedade. Atuando em uma conjuntura na qual outras revistas especializadas já estavam presentes, como a *Revista Sociologia* (1939)⁹⁰ e o *Boletim Paulista de Geografia* (1949)⁹¹, o órgão comunicativo de Simões de Paula procurou, desde o início, se ligar ao espaço universitário do qual o seu criador era oriundo. Nessa direção, destacam-se as primeiras palavras de abertura, sob o significativo título de “o nosso programa”:

Supomos que tal divulgação, conquanto não possa corresponder inteiramente aos anseios dos jovens pesquisadores, conseguirá encorajá-los e estimulá-los, a ponto de os levar à intensificação dos seus labores e ao aprimoramento de sua cultura histórica. Mas a Revista quer ter também outra finalidade; quer ser o traço de união entre a Faculdade e os professores de História do ensino normal e secundário. Para isso pretende fornecer-lhes bibliografias sempre

⁸⁹ BENTIVOGLIO, Julio Cesar. A história no Brasil Imperial: a produção historiográfica na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839 – 1850). *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 63, n. 2, 2015, p. 291.

⁹⁰ Publicada entre 1939 e 1966, sendo considerada um dos mais antigos periódicos brasileiros, que acompanhou o movimento de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, com a criação dos primeiros cursos superiores de Ciências Sociais, na Escola Livre de Sociologia e Política e na Universidade de São Paulo. Em 27 anos de existência, foram editados pouco mais de 100 números que contabilizam milhares de artigos e dezenas de assuntos e temas relacionados à grande área das Ciências Sociais. Mais informações em: ALMEIDA, Rodrigo Estramano; SILVA, Isabela Oliveira Pereira da (orgs). *As Ciências Sociais em Revista: temas e debates da Revista Sociologia 1939-1966*. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2015. Seus exemplares encontram-se digitalizados em: https://www.fespsp.org.br/inst_institucional/73/revista_sociologia/edicoes2 Acessado em 17/12/2018.

⁹¹ É uma revista científica publicada desde 1949 pela Seção São Paulo da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB-SP), existente até hoje. Como sua congênere de sociologia, acompanhou e contribuiu para a institucionalização da geografia. Ver: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/index> Acessado em 17/12/2018. Todos os exemplares também encontram-se digitalizados.

atualizadas, interpretações novas de fatos históricos em geral, resenhas críticas de obras recentes, comentários desapaixonados à margem de assuntos contravertidos e documentos antigos devidamente estudados⁹².

Escrito na gramática coletiva da instituição, a primeira pessoal do plural, o “nós” é o ponto de partida do discurso que visa alcançar tanto os pares em potencial (“os jovens pesquisadores”) quanto um “outro” (os profissionais da educação básica), supostamente afastado e carente de orientação. A divisão do trabalho intelectual pressuposta coloca os professores universitários e os jovens pesquisadores como aqueles que não só produzirão o saber, mas também os que farão a sua divulgação.

Ao escrever e publicar “o nosso programa”, Eurípides Simões de Paula era o catedrático de História da Civilização Antiga e Medieval da FFCL - USP, condição obtida em 1946, com a tese *Marrocos e suas relações com a Ibéria na Antiguidade*. Antes deste posto, concluiu a graduação em história no ano de 1936, o que lhe permitiu ser assistente de professores como Fernand Braudel e Jean Gajé⁹³, tendo sido orientado por este último na sua tese de doutoramento, defendida em 1942. Além de docente catedrático, Simões de Paula foi também diretor da FFCL, em dois mandatos: o primeiro entre 1968-1972, e o segundo em 1974-1977⁹⁴.

Assim, era um homem profundamente ligado à instituição a partir da qual discorria. De fato, a *Revista de história*, durante suas primeiras décadas, carregou uma dupla marca: a do seu criador e a da instituição à qual a criatura se vinculava. Nessa ambiguidade, oscilando entre o nome próprio pessoal e o substantivo comum impessoal ligado à instituição, tal periódico integrou-se no processo de profissionalização da historiografia no Brasil, fomentando e moldando-o. Com tal traço, pavimentou o pensamento histórico relativo à história no país, acolhendo autores e autoras, textos e obras.

⁹² *Revista de história*, Ano I, Num. 01, Vol. 1, São Paulo, 1950, p. 1.

⁹³ Tais professores integraram uma iniciativa franco-brasileira na qual diversos docentes franceses vieram dar aula na USP, nos anos 1930 e 1940. Aponte-se que tal relação não ocorreu somente em São Paulo, mas também, por exemplo, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre. Para o caso das primeiras universidades citadas, ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e o ensino da história no Rio de Janeiro nos anos 30. In MAIO, Marco Chor; BÓAS, Gláucia Villas (Org.). *Ideias de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre (RS): Ed. Universidade/UFRGS, 1999, p. 277-299. Para o caso gaúcho, ver: RODRIGUES, Mara Cristina de M. A formação superior em história na UPA/URGS/UFRGS de 1943-1971. *Revista História da historiografia*. Num. 11., Abril, 2013, p.122-139.

⁹⁴ Retirado de: <https://www.fflch.usp.br/historicodediretores> Acessado em 14/02/2019.

Eduardo d'Oliveira França, catedrático de História da Civilização Moderna e Contemporânea da FFCL - USP, assim lembrou a relação entre o seu colega Eurípides e a revista por este criada:

Era o grande patrimônio de sua vida, muito sua, ciosamente sua. Ela o tiranizava como um vício bom. Quantas vezes na efervescência de problemas da Faculdade, íamos encontrar, na diretoria, o Eurípides debruçado sobre provas tipográficas da revista, como se no mar só houvesse o ameno balanço dos marulhos. A Revista, esse milagre que só podemos entender como o prêmio a uma dedicação sem-par. [...] Só ele poderia conseguir, sozinho quase, ao longo de tantos anos, com tantos sacrifícios, realizar essa duração: 1950-1977⁹⁵.

Saindo do território uspiano, também se encontra um julgamento parecido, bem resumido por Francisco Iglésias, ao se referir à *Revista de história* como “a revista de Eurípides”⁹⁶. Porém, no empreendimento editorial em apreço, a marca institucional também merece ser realçada, dada a sua relevância, como se verá a seguir. Longe de ser obra de um único homem, pretensamente excepcional, a *Revista de história* contou com a contribuição de outros indivíduos e da própria USP.

Ao se ligar umbilicalmente à figura de seu criador, a *Revista de história* acabava por se atrelar também à própria instituição de Simões de Paula, na medida em que este indivíduo tinha sua existência profissional profundamente vinculada à USP, em especial à Faculdade de Filosofia, onde realizou todo seu processo formativo enquanto historiador, e em seguida desempenhou vários cargos administrativos⁹⁷. A marca institucional pode ser aferida, inicialmente, atentando-se para a cor vermelha do nome “Revista de História”, presente na capa do periódico, cor essa que também estampa, de forma destacada, o brasão original da USP, criado em 1934 pelo artista

⁹⁵ SOUZA, Antonio C. de M. e. (et all). *In memoriam de Eurípides Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros de FEB*. São Paulo: Seção gráfica da FFLCH – USP, 1983, p. 11.

⁹⁶ Op., Cit., 1983, p. 434.

⁹⁷ *Homos Academicus*, Simões de Paula foi diretor da FFCL em seis diferentes mandatos, tendo sido também vice-reitor da USP em dois mandatos distintos, além de chefe do DHIS da USP entre 1972-1974. Após o seu falecimento, várias outras ações reforçaram sua ligação como a sua instituição profissional, como placas de homenagem, dossiês em revistas, nomenclatura de prédios, auditórios e salas, livros In memoriam, entre outras, caracterizando um processo de consagração e monumentalização. Ver: *Revista de história*, Num. 160, 1º semestre, São Paulo, 2009.

paulista José Wasth Rodrigues⁹⁸. Para além da capa, não obstante, é possível avançar nessa articulação.

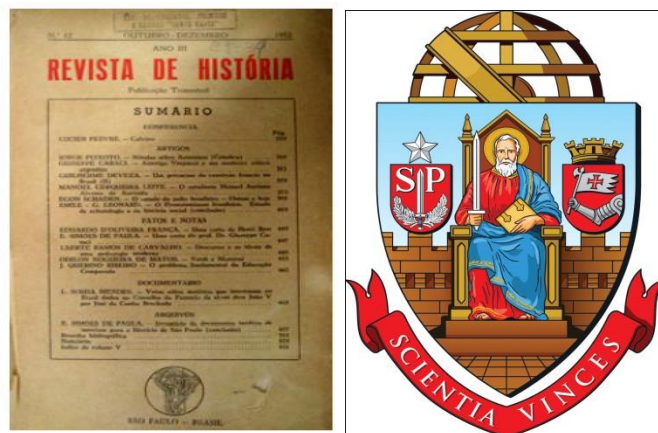


Figura 1: capa do número 12 da revista e cópia do brasão original da USP.

Além da direção vitalícia de Eurípides Simões de Paula, a *Revista de história* contou também com uma comissão de redação, responsável por auxiliar o diretor no processo de organização e publicação do periódico. Originalmente, a referida comissão era formada pelos seguintes indivíduos: Alfredo Ellis Júnior, Alice Piffer Canabrava, Astrogildo Rodrigues de Melo, Carlos Drumond, Eduardo d’Oliveira França, Émile Léonard, Fidelino de Figueiredo, Pedro Moacyr Campos, Plínio Ayrosa, Sergio Buarque de Holanda e Aldo Jannoti. Todos esses nomes possuíam ligação direta ou indireta com a USP, seja na condição de professor integrado formalmente à instituição ou na qualidade de especialista frequentemente convidado para participar de bancas de doutorado e livre-docência (caso de Fidelino de Figueiredo e Sergio Buarque de Holanda antes de 1956, data de sua vinculação oficial à FFCL).

Essa equipe de redação não atuava apenas nos bastidores da produção, recebendo artigos, organizando números e reproduzindo textos. Ela tinha um papel ativo no periódico, constituindo-se como uma peça importante na *Revista de história*. Cabia à mesma a produção de textos, para além daqueles noticiosos, como se percebe na produção a respeito da história do Arquivo Nacional e sua importância para a historiografia brasileira, presente no segundo número da revista, logo após a sua

⁹⁸ O site a seguir, ligado à própria USP, fornece interessantes informações a respeito da origem, elementos e significados do brasão: http://www.scs.usp.br/identidadevisual/?page_id=10 acessado em 13/12/2018.

fundação⁹⁹. Seus membros também costumavam publicar, constituindo-se como os autores que, entre os anos 1950-1960, mais forneceram produções para a revista. Indicando um exemplo apenas, registre-se o número de 30 publicações, alcançado por Pedro Moacyr Campos em uma única década¹⁰⁰.

O minucioso estudo de Fabricio Alves Gomes acerca da *Revista de história* em seus primeiros anos, permite visualizar, em termos quantitativos, a forte presença institucional da USP. Se Simões de Paula, entre 1950-1960, foi o autor que mais publicou na revista, perfazendo um total de 68 textos, logo após o mesmo tem-se João Cruz Costa, professor de filosofia, com 62 publicações. Ao lado desses intelectuais universitários, outros também se fizeram presentes com alto índice de publicação: Odilon Nogueira Matos (35), Pedro Moacyr Campos (30), Myriam Ellis Austregésilo (15), entre outros. Essa forte presença de indivíduos associados à USP fez com que tal universidade fosse a instituição mais presente no periódico, responsável por 32,84% das publicações, ficando bem a frente de entidades como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, 2,95% e 2,58%, respectivamente.

Tais informações mostram bem que a *Revista de história* foi, em suas primeiras décadas, um bem simbólico essencialmente endógeno, fortemente marcado pelos intelectuais internos: professores catedráticos e assistentes, além de docentes e especialistas nacionais e estrangeiros convidados, bem como discentes. Em 1958, essa endogenia institucional ganhou um significativo revestimento simbólico, pois neste ano houve a incorporação do periódico ao DHIS da FFCL, “como órgão oficial”, em reunião realizada no dia 23 de abril e após uma “proposta aprovada por unanimidade” pelo corpo docente do referido departamento, conforme anunciado, em letras garrafais, pela comissão de redação¹⁰¹. O curioso – a ambiguidade, para ser mais preciso – é que, mesmo representando uma coletividade maior, o DHIS da

⁹⁹ COMISSÃO DE REDAÇÃO. O arquivo nacional. *Revista de história*, Ano I, Vol. 1, Num. 2, São Paulo, 1950, p. 241-252.

¹⁰⁰ Mais informações sobre essa discussão, ver o trabalho de: ALVES, Fabrício Gomes. *Folheando páginas, descobrindo histórias: a Revista de História e a difusão da historiografia dos Annales no Brasil (1950-1960)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, 2010.

¹⁰¹ COMISSÃO DE REDAÇÃO. *Revista de história*, Ano IX, Vol. 17, Num. 35, São Paulo, 1958, p. 288.

FFCL, conforme aprovação em colegiado interno, a *Revista de história* manteve “a direção e orientação a cargo do Prof. Eurípides Simões de Paula”¹⁰².

Além dessa endogenia institucional ao nível da USP¹⁰³, pode-se assinalar ainda uma outra, profissional: entre 1950-1960, 32,19% dos autores que publicaram foram categorizados como historiador, contra 9,01% e 7,73% que foram colocados, respectivamente, como profissionais de língua/literatura portuguesa e cientista social. Historiador aqui diz respeito ao intelectual com formação universitária em história, e não um letrado que costuma se nomear – e ser nomeado também, por vezes – como historiador. Essa figura de saber sem formação e atuação especializadas comparece com 30,04% das publicações, o que mostra sua forte presença na paisagem intelectual paulista do começo da segunda metade do século XX. Porém, o equilíbrio entre historiador de profissão e de vocação sofrerá, a partir dos anos 1970, com a pós-graduação, que alimentará bastante publicações especializadas, uma considerável mudança, no sentido de uma maior visibilidade para a primeira figura.

Publicação especializada, ainda que aberta a letrados com outras formações intelectuais, a *Revista de história* trouxe a marca do espaço universitário uspiano e do curso de história aí desenvolvido. Nesse sentido, atentando para o conteúdo interno da revista, observa-se a presença de discussões especializadas próprias da disciplina da história. As produções de teoria e metodologia da história, crítica historiográfica e ensino de história correspondem ao total de 28,6% das publicações entre 1950-1960, número superior aos trabalhos de história do Brasil (25,3%) e geral (18,37%). Sobre uma parte dessas reflexões, e justificando tais categorizações, Fabricio Gomes Alves assinala que

Devemos destacar, inicialmente, a grande diversidade de temas e abordagens contempladas pelos colaboradores, que se dedicaram a estudar não apenas os aspectos teóricos e metodológicos, mas também se empenharam na elaboração de estudos historiográficos. Estes últimos, por sua vez, caracterizam-se pelo fato de tratar diferentes temáticas, a partir de análises preocupadas em discutir um autor, um

¹⁰² COMISSÃO DE REDAÇÃO. *Revista de história*, Ano IX, Vol. 17, Num. 35, São Paulo, 1958, p. 288.

¹⁰³ Dado importante que atesta tal caracterização diz respeito às várias notícias da instituição que a revista divulgava em sua sessão *noticiário*, como reuniões, concursos, defesas de teses, prêmios, congressos, entre outros acontecimentos.

conjunto de obras historiográficas, ou mesmo um determinado aspecto característico de uma obra ou da história da historiografia¹⁰⁴.

Adensando a dimensão especializada da *Revista de história*, registre-se o artigo do professor de história da PUC-SP Tito Livio Ferreira, *Historiografia e senso histórico*, publicado em 1951, bem como os de Fernand Braudel, *A responsabilidade do historiador* de 1952, Frederic Mauro, *O historiador face às ciências sociais* e o da bacharel em Ciências Sociais Amélia Santos Mota, *Método e História em Max Weber*, que vieram a lume, respectivamente, em 1954 e 1967. Aponte-se ainda que o livro *Introdução aos estudos históricos* de José Van Den Besselaar foi publicado na revista, de forma fragmentada, entre 1954-1958, a partir de dez artigos consecutivos¹⁰⁵. Publicações pioneiras entre os intelectuais universitários, que historicizaram a historiografia brasileira, como os artigos de Astrogildo Rodrigues de Melo e de Pedro Moacyr Campos, não à toa apareceram justamente na *Revista de história*, em 1951, no caso do primeiro autor, e 1961, para o segundo¹⁰⁶.

Dos anos 1950 até boa parte da década 1970, elucubrações especializadas encontraram intenso acolhimento na revista de Simões de Paula e do DHIS da USP. Um exemplo sintomático dessa tendência está em uma edição de 1971, quando a *Revista de história* publicou todos os textos da mesa-redonda denominada “estado atual da pesquisa histórica no Brasil”, realizada em um evento da SBPC, em parceria com o núcleo regional da APUH - Paraná, em Curitiba. A seguir, breves e rápidas informações sobre os textos, todos eles provenientes do espaço universitário e preocupados com questões caras à historiografia disciplinar, como por exemplo sua historicidade nacional:

Título da comunicação	Autor(a)	Lugar social da autoria
Estado atual da pesquisa histórica no Brasil	Cecília Maria Westphalen, Jair Mequelusse	Universidade Federal do Paraná
Pesquisa de História do Brasil:	Katia M. Abud, Raquel Glezer	Universidade de São Paulo

¹⁰⁴ ALVES, Fabrício Gomes. *Folheando páginas, descobrindo histórias: a Revista de História e a difusão da historiografia dos Annales no Brasil (1950-1960)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, 2010, p. 120-121.

¹⁰⁵ Ver do número 20 ao 35, da *Revista de história*.

¹⁰⁶ Tais textos serão analisados no segundo capítulo desta tese.

trabalhos em realização		
A Pesquisa Histórica no Brasil	Francisco Iglesias	Universidade Federal de Minas Gerais
Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu	A. P. Canabrava	Universidade de São Paulo
Algumas considerações sobre a contribuição da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a historiografia brasileira	Eurípedes Simões de Paula	Universidade de São Paulo
A Pesquisa Histórica em Goiás	Gilka Vasconcelos F. de Salles	Universidade Federal de Goiás
A pesquisa histórica sobre o cristão-novo no Brasil	Anita Novinsky	Universidade de São Paulo
O treinamento em pesquisa histórica em um curso de Ciências Sociais	Jeanne Berrance de Castro, Júlia Maria Leonor Scarano	Faculdade de filosofia, ciências e letras de Rio Claro (SP)
A hemeroteca "Júlio de Mesquita" do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo	Ana Maria de Almeida Camargo	Universidade de São Paulo

Quadro 1 (elaborado pelo autor): trabalhos da mesa redonda “estado atual da pesquisa histórica no Brasil” (1971).

Por mais que discussões semelhantes às apresentadas nos três últimos parágrafos já aparecessem em outros periódicos anteriores, como por exemplo os famosos textos de Pedro Lessa (*Reflexões sobre o conceito de história*) e José Oiticica (*Como se deve escrever a história do Brasil*), os quais vieram à baila, respectivamente, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em 1908 e na *Revista Americana* de 1910, uma reflexão mais específica e especializada sobre as dimensões teórica, metodológica e historiográfica da história possuía um caráter pontual e episódico. Veja-se o caso

daquela revista, bem escrutinada por Lucia Maria Paschoal Guimarães e Rollie E. Poppino, na qual boa parte das publicações dizia respeito à biografias e necrológicos, transcrições documentais, traduções, relatos e itinerários de viagens, discursos, mapas, corografias, poemas, estudos etimológicos e cartas, ou seja, uma diversidade de escritos gerais relacionados direta ou indiretamente com o gênero histórico, concebido como um discurso amplo e indefinido sobre o passado nacional¹⁰⁷.

Nos 45% de produções ligadas à história, de um total de 1.862 publicações entre os anos de 1838-1938, conforme o levantamento de Rollie Pollino, pouco se vê de discussão teórica, metodológica e historiográfica. Daí porque este historiador agrupou tais produções em termos de história política, social, religiosa, militar e econômica, identificando um predomínio das duas primeiras. De certa forma, a intenção original oitocentista do IHGB, de “coligir, metodizar, publicar e arquivar os documentos referentes à História e Geografia do Brasil e à Arqueologia, Etnografia e língua dos seus indígenas”¹⁰⁸, permaneceu bastante forte, refletindo-se na sua revista até décadas finais da primeira metade do século passado. Assim, durante seu primeiro século de existência, o IHGB continuou seu processo de acumulação de capital arquivístico, tendo em vista uma posterior escrita da história nacional com forte base documental.

Não que elucubrações teórico-metodológicas fossem inexistentes na revista trimestral do IHGB. Ocorre que o regime disciplinar o qual orquestrava a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, desde a época imperial até meados do século XX, atribuía uma dignidade maior ao estudo de documentos e fontes, acontecimentos e processos históricos, bem como a elementos da cultura material pretérita. O interesse pela escrita da história, a partir do *topos como se deve escrever a história de*, não constituía um interesse em si, como objeto de interesse central e mais estimado, mas sim como subproduto de uma investigação em torno dos tradicionais tópicos estudados pelos sócios da instituição.

Nesse sentido, as palavras a seguir de Rollie Pollino são bastante significativas: “para o historiador pesquisador, o maior valor do Instituto reside possivelmente na

¹⁰⁷ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial: instituto histórico e geográfico brasileiro (1838-1889)*. São Paulo: Anablume, 2011, p. 76. e POPPINO, Rolli E. A century of the Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *The Hispanic American Review*. Durham (USA), Num. 33, Vol. 2, 1953.

¹⁰⁸ Referência aos primeiros objetivos da instituição, presentes nos estatutos iniciais. Ver: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial: instituto histórico e geográfico brasileiro (1838-1889)*. São Paulo: Anablume, 2011, p.65.

enorme quantidade de documentos que tem colecionado e publicado em sua revista”¹⁰⁹. Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra, os letrados do instituto preocuparam-se menos com a formação do historiador, em termos teórico-metodológicos e historiográficos, do que com o próprio estudo do passado. A *história estudo* de desfrutava de um *status* mais elevado, minorando preocupações teóricas, as quais não tinham o mesmo valor que o levantamento e a crítica de fontes.

Ligada a um historiador de formação universitária e a uma instituição de ensino superior, a *Revista de história* marca um importante deslocamento em relação a outros impressos que acolhiam estudos de história no Brasil. Tal diferença, sem dúvida, tem a ver com o seu *lugar social* de produção, o qual trazia a forte marca do meio universitário, paulista em geral, e brasileiro em particular, ainda que em menor número. Mapeando a instituição dos autores e autoras que publicaram, Fabricio Gomes Alves chega a informação de que 40,02% das publicações eram provenientes de universidades públicas, contra 13,29% de centros, associações e institutos. O texto de abertura do periódico não deixou já de buscar essa articulação universitária:

Contamos desde já com o apôio valioso dos Departamentos de História e de Etnografia, de nossa Faculdade, com os Professôres de História Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo e da Escola de Sociologia e Política, e com a cooperação de conhecidos historiadores do Rio de Janeiro, dentre os quais podemos destacar: Eremildo Luiz Vianna, Jayme Coelho, Delgado de Carvalho, Hélio Vianna, Sílvio Júlio e Artur César Ferreira Reis¹¹⁰.

Se a instituição é o que permite e interdita o discurso, conforme lembram Michel de Certeau e Michel Foucault¹¹¹, tal marca espacial pode ser considerada como elemento condicionador da *Revista de história*, e certamente ajuda no entendimento de suas produções. Como um intelectual universitário, Simões de Paula usava seu lugar e capital institucional para carrear publicações para o interior de sua revista, fazendo esta ter traços de uma cultura universitária disciplinar que progressivamente se afirmava na sociedade brasileira, a partir de uma crescente demanda por profissionais

¹⁰⁹ E POPPINO, Rolli E. a century of the Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *The Hispanic American Review*. Durham (USA), Num. 33, Vol. 2, 195, p. 310. Tradução minha.

¹¹⁰ *Revista de história*, Ano I, Num. 01, Vol. 1, São Paulo, 1950, p. 2. Todos os colegas cariocas citados atuavam na época como docentes no curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia. Mais informações em: FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p.145-149.

¹¹¹ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 60-65. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2009, p. 8-9.

especializados. Refletir regularmente sobre os fundamentos da história, discutir com frequência obras de história e investir no ensino histórico, seja na formação do pesquisador ou do professor, eram horizontes que se colocavam intensamente conforme o espaço inicial de produção e circulação da *Revista de história*, a Universidade de São Paulo.

Porém, é importante qualificar essa origem universitária do periódico, não vendo nela uma instituição completamente oposta aos institutos históricos da época. Na verdade, a FFCL da USP, a partir de alguns membros do seu corpo docente, possuía marcas de uma cultura historiográfica bem próxima à do IHGB e suas variantes regionais. Aliás, o próprio Eurípides Simões de Paula fazia parte do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do IHGB, assim como seu colega Alfredo Ellis Junior. Conforme o estudo de Lidiane Soares Rodrigues, muitos dos catedráticos uspianos possuíam uma cultura bacharelesca, proveniente do curso de ciências jurídicas que realizaram inicialmente¹¹². Para o início da segunda metade do século passado, opor radicalmente Universidade e instituições como o IHGB, é reproduzir acriticamente a autoimagem dos historiadores profissionais, sedentos por se oporem aos chamados eruditos diletantes. Entre essas duas instâncias de produção intelectual, em termos de produção do conhecimento histórico, existiam semelhanças, a despeito das diferenças.

Entretanto, a origem universitária da *Revista de história* é o seu enraizamento social, o chão histórico a partir do qual foi erguido. Não à toa, desde o início e até hoje, seu endereço, local onde recebia e recebe encomendas impressas, é o da USP. Onde estava a FFCL, aí também ela estava. Em 1983, seis anos depois da morte trágica e repentina de seu idealizador, em um atropelamento de carro, a *Revista de história* ressurgiu, após “a doação da Revista ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, pelos herdeiros e segundo as intenções de seu fundador”¹¹³. Havia a Universidade, a historiografia, e a revista não poderia ter o mesmo destino triste que seu criador, o súbito desaparecimento, tal era o pensamento e o desejo de Eurípides. Era preciso retornar-lhe a vida, animá-la novamente com as produções de historiadores e historiadoras. E o DHIS da USP o fez no ano de 1983, como já o tinha feito antes.

¹¹² RODRIGUES, Lidiane Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. *História da Historiografia*, n. 11, p. 85-103, 2013.

¹¹³ *Revista de história*, Num. 14, Vol. 1, São Paulo, 1983, p. 3.

1.2) A APUH:

Ligação mais visceral com o espaço acadêmico vai apresentar a Associação dos Professores Universitários de História, a APUH, entidade criada em 1961, no I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, realizado em Marília – SP entre os dias 15 e 20 de outubro. Essa marca espacial de origem acompanhará tal instituição fortemente, principalmente até as duas primeiras décadas de sua existência. De forma mais precisa, sua formulação surgiu a partir de uma moção do historiador universitário José Roberto do Amaral Lapa no referido congresso, no dia 16. Justificando tal proposta, apontou-se:

Considerando o isolamento em que trabalham os professores universitários de história, uns em relação aos outros. Considerando a importância que, em nossos dias, assume o diálogo para o cientista; Considerando o êxito que, no gênero, têm logrado outras iniciativas, submeto à apreciação desta Mesa Redonda a proposta de criação de uma entidade que possa congregiar os professores universitários de História¹¹⁴.

Professores universitários de história, pensados como cientistas, aparecem duas vezes na justificativa de criação da entidade. A ideia era aproximá-los, fortalecê-los, consolidá-los, expandi-los mesmo enquanto categoria intelectual e profissional. O anseio de formar uma consistente comunidade intelectual de historiadores e historiadoras universitários era o que estava no horizonte da proposta, orientando os rumos do processo de profissionalização da historiografia no Brasil.

Entre os objetivos da APUH, aprovados quando da criação de seu estatuto em 1962, constava, como primeiro, “o aperfeiçoamento do ensino de história em nível superior”¹¹⁵. Aqui, ecoava ainda a proposta do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, quando a discussão sobre o currículo de história foi o principal eixo do evento. O que ensinar nas graduações de história? Como formar o historiador? Que figura de saber é essa denominada socialmente de *historiador*? Questões como essas foram objeto de discussão, o que não deixa também de indicar uma reflexão mais especializada, própria a intelectuais específicos que ocupam determinados postos e circulam por dados espaços.

A conferência de abertura, ministrada pelo historiador medievalista francês Michel Mollat, defendendo “une étude équilibrée de L’Histoire”, entre a “recherche et

¹¹⁴ Simpósio de professores de história do ensino superior. *Anais*. Marília: São Paulo, 1962, p. 287-288.

¹¹⁵ *Revista de História*, Num. 50, Vol. XXIV, São Paulo, 1962, p. 568.

enseignement”, exemplificou bem a proposta do evento, na qual pontos a respeito do ensino superior de história e da pesquisa histórica vieram à tona. Para Mollat, o espaço universitário deveria oscilar entre o ensino e a pesquisa, polos relacionáveis e incontornáveis de uma vivência acadêmica. Assim deveria se fazer ciência da história, proclamava o professor de Paris IV¹¹⁶, conclamando seus pares ouvintes para um fortalecimento de uma historiografia universitária, da qual ele mesmo era oriundo.

O estatuto da APUH não deixou também de se referir diretamente à dimensão da pesquisa, chegando a colocar como um dos seus objetivos “o estudo, a pesquisa e a divulgação de assuntos de História e a defesa das fontes e manifestações culturais de interesse dos estudos históricos”¹¹⁷. Associação científica: era a (auto) imagem que a entidade visava constituir para si, seguindo o exemplo de associações como a Brasileira de Geografia, criada em 1934, a de Antropologia, que teve origem em 1954, e a Sociedade Brasileira de Sociologia, refundada em 1950¹¹⁸.

Tal traço explica o verniz cientificista do 3º artigo do estatuto: “a associação não poderá tomar parte em manifestações políticas ou religiosas, nem tratar de qualquer assunto estranho aos seus objetivos”¹¹⁹. Enrolada confortavelmente no manto da Ciência, a direção da APUH evitou sobremaneira o chão histórico das contendas sociais e das discussões políticas, como se observou em relação à reforma universitária, premente nos anos 1960, mas sempre esfriada nos eventos da entidade¹²⁰. Entretanto, há mais do que cientificismo aí, base desta postura conservadora da entidade.

A APUH, integrando e atuando no processo de institucionalização da história, realizava na sua primeira infância um movimento de fechamento próprio à formação de campos disciplinares. Daí a proposta de ser uma associação estritamente científica, sem outros intentos que não os nobres fins da pesquisa intelectual desinteressada, conforme proclamada. E para a direção da entidade¹²¹, ciência não teria a ver simplesmente com a

¹¹⁶ Sobre tal historiador, ver: TOUBERT, Pierre. Allocution à l'occasion du décès de M. Michel Mollat du Jourdin, académicien ordinaire. *Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 140^e année, n° 4, 1996, p. 1275-1277.

¹¹⁷ *Revista de História*, Num. 50, Vol. XXIV, São Paulo, 1962, p. 568.

¹¹⁸ Sobre tais entidades, consultar seus respectivos sites, facilmente encontrados na internet.

¹¹⁹ *Revista de História*, Num. 50, Vol. XXIV, São Paulo, 1962, p. 568.

¹²⁰ A discussão a respeito de como os eventos da APUH lidaram com a questão da reforma universitária, está em: DA SILVA, Paulo Thiago S. G.; *A Associação Nacional dos Professores Universitários de História: espaço de identificação profissional e legitimação do saber histórico (1967-1977)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, 2014.

¹²¹ A primeira diretoria da APUH, que governou a entidade entre 1961-1965, teve a seguinte organização: Presidente: Eremildo Luiz Viana; Vice-Presidente: Cecília Maria Westphalen; Secretário-Geral: Sérgio Buarque de Hollanda; Primeiro Secretário: Alice Piffer Canabrava; Segundo Secretário: Antônio Camilo

correta utilização do método histórico, por si só, mas se relacionaria com um espaço institucional específico, a saber, a Universidade. Este seria o *locus* de produção do conhecimento histórico, o laboratório do cientista historiador. Logo, os membros de uma entidade que se pretendia defensora de uma história científica, não poderiam ser de um espaço diferente do universitário, conforme apontava o estatuto, só admitindo entre os associados professores do ensino superior.

E mais: para a categoria de sócio efetivo, não bastava apenas ser docente, mas “que haja também publicado trabalho original de comprovado valor em qualquer ramo da história”¹²². A proposição de um sócio efetivo, feita somente pelos sócios fundadores ou outros efetivos, precisava ser “acompanhada de um exemplar de cada trabalho de história, bem como as informações referentes a seus títulos e atividades no campo da história”¹²³. Tal perfil profissional evidencia que a APUH foi pensada e arquitetada como uma instituição de saber universitária, de historiadores para historiadores, com quase nenhuma abertura social. O *esprit de corp* que a animava era não só científico, como era bastante especializado, disciplinar, disciplinado, por mais que se defendesse o diálogo com outras áreas de conhecimento.

O indivíduo epistêmico *historiador universitário* ganhou contornos existenciais distintos a partir deste processo de refundação da história no Brasil, dentro do qual a APUH atuou e militou. Olivier Dumoulin, problematizando as diferentes figurações do historiador especializado, do século XIX ao XX, apontou que “a organização do campo científico determina o *expertise*; a figura do *expertise* em história se confunde com a do especialista, do autor de uma tese ou de trabalhos históricos”¹²⁴. Quem seria esse especialista? Onde encontrá-lo e como formá-lo? Para a entidade recém-criada, a resposta passaria, sem dúvida, pela Universidade, espécie de instituição detentora de um monopólio legítimo sobre a formação da figura de saber *historiador*, persona acadêmica autorizada a produzir conhecimento histórico com uma chancela profissional.

Com isso, a figura de saber desenhada pela APUH para integrar seus quadros humanos alijou o profissional docente não atuante no meio universitário. Para os professores e professoras do nível escolar foi reservado apenas um papel de receptor passivo das contribuições da entidade, na medida em que eles e elas poderiam tão

Faria Alvim; Primeiro Tesoureiro: Armando Souto Maior; Segundo Tesoureiro: Jorge Calmon; Imprensa e Propaganda: José Roberto do Amaral Lapa.

¹²² *Revista de História*, Num. 50, Vol. XXIV, São Paulo, 1962, p. 568.

¹²³ *Revista de História*, Num. 50, Vol. XXIV, São Paulo, 1962, p. 568.

¹²⁴ DUMOULIN, Olivier. *O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 31.

somente comparecer nos eventos acadêmicos, o que de fato costumava ocorrer. A direção, a condução, o dia a dia da Associação, portanto o seu desenvolvimento e a sua contribuição científica, deveria estar a cargo dos homens e das mulheres que ocupavam cadeiras na Universidade, intelectuais ditos e identificados com uma historiografia de ponta. O espaço escolar estaria como que carente de dignidade historiográfica, o que impedia uma maior legitimidade intelectual dos profissionais que ali circulavam.

No II Simpósio organizado pela APUH, entre os dias 27 e 31 de outubro de 1962, a vice-presidente da entidade fez um discurso de “instalação” do evento precisando bem o *status* científico da entidade via espaço universitário. Eis as palavras iniciais:

A instalação do II Simpósio dos Professores Universitários de História significa estar consolidada a Associação dos Professores Universitários de História que surgiu, sem dúvida, graças à iniciativa pioneira dos professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília. Esta Associação tardava, porém, chegou ainda em hora oportuna para fazer viver o estudo e a pesquisa histórica no Brasil em um plano outro que não o da simples erudição ou do diletantismo. Reunindo profissionais da História, em grau universitário, por certo ela irá orientar os estudos históricos, em nosso meio, com a seriedade e o nível compatíveis com o verdadeiro espírito científico que deve animar as Universidades brasileiras¹²⁵.

Como na proposta de Amaral Lapa, o termo universidade se multiplica..., de modo que caberia a tal espaço iniciar uma nova era para a pesquisa histórica no Brasil. Cecília Maria Westphalen, professora de história na universidade sede do evento, a federal do Paraná, saudou seus pares afirmando uma divisão intelectual entre os eruditos diletantes, de um lado, e historiadores universitários, de outro. Um representaria o passado de Clio, o outro o presente e o futuro da ciência histórica. Logo, seria muito mais do que apenas pontos de vista diferentes.

Nove anos após o discurso acima, em um contexto de celebração do décimo aniversário da associação, Alice Piffer Canabrava, na condição de 1º secretária da entidade que agora se pretendia nacional, reforçou ainda mais a marca universitária de seu grêmio profissional. Para a catedrática de História Econômica da USP,

A Associação Nacional dos Professores Universitários de História, na sua substância científica e humana, só pode ser compreendida como um botão que se desenvolveu da fértil sementeira que significou o

¹²⁵ Simpósio de professores de história do ensino superior. *Anais*. Curitiba: São Paulo, 1962, p. 22.

estabelecimento das Faculdades de Filosofia em nosso país, desde os anos 1934-1935, quando se fundaram as de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nossa entidade tem suas raízes sociológicas e científicas na inquietação intelectual que, vindo de mais longe no tempo, consubstanciou-se na década dos anos 30, com a fundação dos institutos de ensino superior e das Universidades brasileiras¹²⁶.

Se a ANPUH tardara, como apontou Cecília Maria Westphalen, era justamente porque sua origem estava inscrita já nos anos 1930, prenunciada, como que em germe histórico, no processo de criação das primeiras universidades do país (leia-se no eixo Rio-São Paulo). Daquela década, tradicionalmente colocada como marco do Brasil moderno, do Brasil novo, a entidade dos historiadores e das historiadoras universitários teria recolhido seu sentido, sua inspiração, sua razão de ser, trinta anos depois.

Na linha imaginária temporal da história que cruza as eras, a ANPUH dos anos 60 ligar-se-ia à Revolução de 30, continuando a modernização do país. Logo, nada mais natural do que considerar tal entidade como a legítima representante da “moderna historiografia brasileira”. Dentro daquela década, foi destacada ainda a relação com a Universidade, com o meio universitário, afirmando que a ANPUH veio deste espaço, e não de outra instituição. No passado, na origem, os professores e as professoras universitários de história encontrariam o seu próprio presente profissional. Passado e presente estariam juntos, como que unidos, assegurando um futuro também de união.

Alice Piffer Canabrava, no início da década de 1970, radicalizou o discurso oficial da associação, reproduzindo e aprofundando vários pontos já presentes no decênio anterior:

Na ANPUH seria difícil encontrar lugar para o amadorismo. A figura do amador, que cultivava a História como expressão das belas letras, ou com a preocupação de nomes e datas como significativos por si próprios, delineava-se na aurora da década dos 60, como sombra a desaparecer no passado. A ressonância de seu pensamento se circunscreve cada vez mais a círculos cada vez mais estreitos¹²⁷.

Emparedando o ambiente intelectual, a associação, mesmo se expandindo, virando na ocasião nacional, continuou com o seu anseio de fechamento disciplinar, com suas fronteiras intelectuais bem delimitadas e estreitas. “Que não entre aqui quem não for historiador universitário”: poderia escrever a ANPUH em seu propileu imaginário.

¹²⁶ Simpósio de professores de história do ensino superior. *Anais*. Goiânia: São Paulo, 1973, p. 85-86.

¹²⁷ Op., Cit., São Paulo, 1973, p. 86.

Segundo Bonnie Smíth, uma reivindicação radical de diferença entre o historiador universitário e o erudito amador é uma das principais marcas do discurso de profissionalização da história¹²⁸. No mundo europeu, a história científica alojada na Universidade, instituição que se pretendia guardiã do método histórico, se fez contra a figura do mero diletantismo, rotulada como uma atividade de curiosos, colecionadores, antiquários, homens e mulheres *naifs*, sem rigor acadêmico. Fazer história não era uma prática naturalmente democrática, aberta a todos e todas, de modo que, para esse convencimento, para si e para a sociedade, foi fundamental atacar os ditos amadores. Do Velho Mundo para o Novo, não é outro o discurso que Maria Westphalen e Piffer Canabrava, nos anos 1960 e 1970, reagem em tom veemente.

Na esteira do pensamento de Herman Paul, a autoimagem (*self-images*) que os historiadores constroem para si e para os outros é fundamental na composição de determinadas identidades intelectuais¹²⁹. Ao repudiar a figura de saber do erudito, visto como amador e diletante, perdido nas miudezas do estudo do passado, o discurso da ANPUH edifica um Outro, um avesso, uma diferença para se contrapor e assim se afirmar simbolicamente. Não raro, tal distinção assumia a oposição entre história tradicional X história nova. Assim, o historiador universitário, tanto pela via positiva (quem sou) como pela negativa (quem não sou), foi ganhando existência na paisagem intelectual nacional. Com isso, o próprio perfil da instituição foi se aclarando, ganhando mais consistência e capacidade de atração para aqueles e aquelas que poderiam subjetivar uma identidade de intelectual universitário.

Foi com essa forte marca do meio universitário, notadamente paulista e da USP¹³⁰, que a ANPUH favoreceu, desde os anos 1960, uma discussão disciplinar mais específica, semelhante à *Revista de história*. Aliás, desde 1965 e até 1977, ambos os agentes de profissionalização da historiografia no Brasil tiveram o mesmo historiador à frente, Eurípides Simões de Paula, que durante mais de dez anos ficou como diretor da entidade. Ao seu lado, também ocupando um cargo chave por muitos anos, estava Alice

¹²⁸ SMÍTH, Bonni G. O que é um historiador? In: _____. *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

¹²⁹ PAUL, Herman. Self-Images of the Historical Profession: Idealized Practices and Myths of Origin. *Storia della Storiografia*. Num. 59-60, 2011, p. 157-170.

¹³⁰ A tese de Paulo Thiago fornece valiosos e substantivos indícios que mostram o predomínio da USP (leia-se do DHIS) nas duas primeiras décadas da A(N)PUH, hegemonia essa que passa pela ocupação dos principais cargos, temários dos eventos, edição dos anais, etc. Mais informações em: DA SILVA, Paulo Thiago S. G.; *A Associação Nacional dos Professores Universitários de História: espaço de identificação profissional e legitimação do saber histórico (1967-1977)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, 2014, p.263-275.

Piffer Canabrava, atuando ora como secretário geral, ora como primeiro secretário. Se Eurípides Simões permaneceu na entidade até 1977, ano de seu trágico falecimento, Alice Piffer marcou sua seguida presença na diretoria até o ano de 1983, tendo sido presidenta entre 1977-1981¹³¹.

Agentes da profissionalização, ANPUH e *Revista de história* estiveram juntas no processo de institucionalização historiográfica, dando-se às mãos para uma consolidação da história em bases universitárias. Irmanados pelo mesmo anseio de disciplinarizar a história a partir da Universidade, a *Revista de história* atuou, inclusive, como um órgão de divulgação da ANPUH, tanto da nacional quanto das regionais, publicando vários informes institucionais, chamadas de eventos, novas diretorias, concursos, teses etc. Significativamente, o estatuto da – na época – APUH veio sob o timbre da *Revista de história*, no momento em que Eurípides Simões de Paula e Alice Piffer Canabrava não estavam ainda na dianteira da associação. Mais do que pessoas na direção, o que unia A(N)PUH e *Revista de história* era o anseio de profissionalização historiográfica.

Já no I Simpósio, como fruto das discussões do evento, aprovou-se a moção de número 22, que recomendava aos estabelecimentos de ensino superior de história que ofertassem, como disciplinas obrigatórias, cursos de introdução a história, teoria e metodologia da história, bem como história da historiografia¹³². No evento seguinte, os docentes da Universidade do Brasil, Eremildo Viana e Guy de Holanda, catedrático de História Antiga e Medieval e livre docente em História da América, respectivamente, apresentaram considerações metodológicas sobre o tema do II Simpósio, *A propriedade e o uso da terra*¹³³. Essa tendência especializada permanecerá nos eventos seguintes, permitindo a historiadores e historiadoras realizarem discussões a respeito da historiografia brasileira.

No IV Simpósio de 1967, realizado em Porto Alegre nos primeiros dias do mês de setembro (3 a 8), Francisco Iglésias apresentou uma comunicação a respeito da historiografia oitocentista, a partir do que chamou de “ideologia do colonialismo”¹³⁴; no evento seguinte, em 1971, Maria de Lourdes trouxe para uma comunicação a respeito de alguns problemas metodológicos da história sua experiência de pesquisa levada a cabo

¹³¹ Informações retiradas de: <https://anpuh.org.br/index.php/quem-somos/diretoria-nacional> Acessado em 25/07/2019.

¹³² Simpósio de professores de história do ensino superior. *Anais*. Marília: São Paulo, 1962, p. 299.

¹³³ Simpósio de professores de história do ensino superior. *Anais*. Curitiba: São Paulo, 1962, p. 71-75.

¹³⁴ Simpósio de professores de história do ensino superior. *Anais*. Porto Alegre: São Paulo, 1967, p. 251.

em sua tese de doutorado¹³⁵. Por toda a década de 1970, através de trabalhos como os de Nilo Odália, denominado *Modelo de aplicação do método estruturalista genético à análise da historiografia nacional*¹³⁶, de Sylvia Basseto, intitulado *Metodologia, teoria e historiografia*¹³⁷, de Ana Maria de Almeida Camargo, *Historiografia brasileira: problemas metodológicos*¹³⁸, entre outros, o debate a respeito da produção historiográfica brasileira foi sendo alimentado. Encerrando tal decênio, no evento de 1979, ocorrido em Niterói (RJ), organizou-se uma mesa redonda com título de *A categoria estado e sociedade na historiografia brasileira*¹³⁹. Tal simpósio acolheria ainda os resultados finais da tese de doutorado de Raquel Glezer, a respeito de José Honório Rodrigues¹⁴⁰.

Sendo assim, vinculando-se profundamente ao meio universitário, a ANPUH, por meio de seus simpósios realizados regularmente, incentivava e oferecia à comunidade historiográfica universitária a possibilidade de uma reflexão especializada sobre a história, na qual discussões a respeito da historicidade da historiografia brasileira frequentemente ocorriam. Inserida no mesmo processo de disciplinarização que a *Revista de história*, a entidade dos professores universitários fomentava e permitia a reflexão sobre a história da historiografia brasileira. No interior dos simpósios esta discussão encontrava lugar, ocorrendo para além das páginas da *Revista de história*, abrindo caminho e ganhando espaço para uma mirada histórica a respeito do conhecimento historiográfico no Brasil.

Pouco a pouco, ao longo dos primeiros anos da segunda metade do século XX, condições institucionais foram sendo criadas para favorecer debates disciplinares, em torno das quais o fazer histórico, em suas distintas épocas e por diferentes sujeitos, poderia ser objeto de exposição e discussão. Uma geografia disciplinar encontrava uma história, e vice-versa, espacializando-se uma reflexão sobre o tempo, o tempo da história no Brasil. Ocorrendo em conjunto com os eventos nacionais da ANPUH, uma ação institucional, ao nível da USP, será também vital para o debate acerca da historiografia brasileira.

¹³⁵ Simpósio de professores de história do ensino superior. *Anais*. Goiânia: São Paulo, 1971, p. 525.

¹³⁶ Simpósio de professores de história do ensino superior. *Anais*. Belo Horizonte: São Paulo, 1971, p. 23-31.

¹³⁷ Simpósio de professores de história do ensino superior. *Anais*. Aracaju: São Paulo, 1975, p. 861-863.

¹³⁸ Simpósio de professores de história do ensino superior. *Anais*. Florianópolis: São Paulo, 1977, p. 127-128.

¹³⁹ Simpósio de professores de história do ensino superior. *Anais*. Niterói: São Paulo, 1979, p. 6.

¹⁴⁰ Simpósio de professores de história do ensino superior. *Anais*. Niterói: São Paulo, 1979, p. 166.

1.3) A Pós-Graduação em história da USP:

Até 1962 a pós-graduação enquanto curso de especialização específico e atividade orientada de pesquisa não existia na Universidade de São Paulo. A novidade começou a ser introduzida a partir do decreto estadual 40.346, quando tal instituição de ensino procurou se adequar aos ditames da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), documento oficial que, pioneiramente, colocou a pós-graduação como um dos objetivos essenciais da Universidade brasileira¹⁴¹. A segunda metade do século XX foi o momento, por excelência, em que a pesquisa científica nacional foi objeto de acalorada celeuma, trazendo a necessidade de cursos de pós-graduação para a ordem do dia. Órgãos como a SPBC, CNPq e CAPES impulsionaram uma importante demanda, a qual será atendida, por exemplo, na Universidade de Brasília, uma instituição pensada para ser referência nacional em termos de pesquisa científica¹⁴².

Dialogando com este cenário nacional, a USP começou a legislar a respeito dos cursos de pós-graduação em seu interior, culminando na elaboração, em 14 de setembro de 1965, da portaria GR n° 189, que estabeleceu o regulamento para os cursos de pós-graduação da FFCL, os quais se dividiam em mestrado e doutorado. Segundo Laima Mesgravis, historiadora que obteve o título de doutora sob a legislatura em tela, tal documento estabelecia

Regimentos diversificados para cada área de conhecimento. O curso de pós-graduação em história previa duração de 2 anos a ser realizado sob orientação docente responsável pela cátedra ou disciplina escolhida. O aluno deveria participar de cursos especializados, trabalhos de pesquisa e seminários à critério do orientador, findo os quais deveria apresentar para a defesa uma monografia que será defendida perante uma banca¹⁴³.

O depoimento acima se coaduna com o texto oficial da portaria, no qual “os cursos de Pós-Graduação têm por objetivo aperfeiçoar a formação científica do graduado e deverão ser orientados de maneira a favorecer a entrosagem entre o ensino e a

¹⁴¹ Ver: SÃO PAULO. *Decreto 40.346, de 7 de julho de 1962*. Aprova os Estatutos da Universidade de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1962/decreto-40346-07.07.1962.html>> e BRASIL. *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 21/01/2019.

¹⁴² Sobre tal, ver: UnB. *Plano Orientador da Universidade de Brasília*. Brasília: UnB, 1962.

¹⁴³ MESGRAVIS, Laima. *Revista Brasileira de história*, Num. 3., Vol., 5, São Paulo, 1983, p. 89.

pesquisa”¹⁴⁴, conforme seu primeiro artigo. Entendida como momento de aprimoramento especializado, a etapa posterior à graduação procurava não dissociar ensino e pesquisa. A ideia era uma atualização acadêmica rápida e precisa, que não tomasse muito tempo de quem investisse em tal formação.

No entanto, historiadores e historiadoras ligados à USP já realizavam pesquisas históricas antes mesmo da formalização da pós-graduação nesta instituição. Através das teses de cátedra e de livre-docência, exigências formais da carreira docente na Universidade brasileira até a reforma de 1968, investigações históricas eram realizadas. Nessas inquirições, o título de doutor era concedido, e até mesmo o rito acadêmico de defesa de tese, presente nas pós graduações até hoje, também era realizado. Sob esse formato inicial de pesquisa acadêmica, importantes trabalhos foram defendidos, como os de Alice Piffer Canabrava, denominado *A indústria de açúcar nas ilhas inglesas e francesas do mar das Antilhas* (1946), de Sergio Buarque de Holanda, *Visões do paraíso: os motivos edênicos no Descobrimento e colonização do Brasil* (1958), de Emilia Viotti da Costa, *Escravidão nas áreas cafeeiras: aspectos econômicos, sociais e ideológicos da desagregação do sistema escravista* (1964), todos sendo mais tarde publicados em formato de livro¹⁴⁵.

Diferentemente deste modelo, que, embora estivesse ligado a uma disciplina, não tinha orientador formal nem tampouco exigia cursos disciplinares, a pesquisa acadêmica realizada nos moldes da pós-graduação praticada a partir de 1965 era menos solitária e individual. Entre as atividades do pós-graduando, o documento legal informa que “o aluno deverá participar de cursos especializados, trabalhos de pesquisa, seminários e outras atividades, a juízo de seu orientador, sendo submetido a provas de capacidade, incluindo-se entre elas, obrigatoriamente, a defesa de uma monografia perante uma banca examinadora”¹⁴⁶. Até 31 de dezembro de 1973¹⁴⁷, dissertações de mestrado e teses de doutorado foram concluídas com base no regime anterior, sendo então logo em seguida regidas em conformidade com a reforma universitária de 1968,

¹⁴⁴ Consultado a partir da tese de: OLIVEIRA, Fabiane Costa. *Boris Fausto: história e historiografia*. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em história da Universidade de Brasília, 2016, p. 76.

¹⁴⁵ Respectivamente: CANABRAVA, Alice Piffer. *A indústria de açúcar nas ilhas inglesas e francesas do mar das Antilhas*. São Paulo: IPE/FIPE/USP, 1981. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia: Corpo e alma do Brasil*. São Paulo: DIEL, 1966.

¹⁴⁶ *Revista de História*, Num. 65, 1966, São Paulo, p. 282.

¹⁴⁷ PAULA, Eurípides Simões de. Algumas considerações sobre a contribuição da Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo para a historiografia brasileira. *Revista de história*, Vol. 43., Num., 88, São Paulo, 1971, p. 442.

conforme os novos estatutos e portarias da pós-graduação da USP, aprovados em 15 de janeiro de 1970.

Apesar de ter durado pouco tempo, o antigo regime de pós-graduação conseguiu fomentar vários trabalhos de pesquisa no âmbito da FFCL. Assim, entre 1965-1973 no curso de história defendeu-se o número de 77 teses de doutorado e 35 de dissertações de mestrado, sendo a diferença explicada pelo fato de que vários professores-assistentes, apenas graduados, podiam “saltar” logo para o curso de doutorado, conforme a legislação de pós-graduação da época na USP. Tais números contrastam eloquentemente com as 14 defesas de teses de cátedra e de livre-docência ocorridas entre 1942-1964, isto é, o período que vai do início das defesas deste tipo de trabalho até a formalização da pós-graduação na universidade paulista¹⁴⁸.

O regime inicial de pós-graduação na FFCL da USP também produziu valorosos trabalhos. Exemplificando com alguns da área de história, têm-se teses como as de Boris Fausto, *1930: historiografia e história* (1969), e de Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial* (1973), trabalhos que não só viraram livro, mas que, uma vez publicados neste formato, alcançaram mais de uma edição. Maria Odila Leite da Silva Dias e Maria de Lourdes Monaco Janotti também escreveram suas teses conforme o regime de pós-graduação de 1965, o que evidencia os vínculos entre tal institucionalidade e o debate setentista a respeito da história da historiografia brasileira. Reforçando ainda essa vinculação, pode-se citar o processo formativo de Carlos Guilherme Mota, historiador que escreveu sua dissertação de mestrado e tese de doutorado sob o signo deste antigo regime de pós-graduação.

O doutoramento (ou o mestrado) era uma espécie de prova, na qual o intelectual universitário, através de seu orientador, requeria uma banca para avaliar seu trabalho, banca essa que concedia o título mediante uma avaliação do texto e uma arguição do candidato. A tese ou dissertação era orientada por um professor de grau academicamente superior, geralmente livre-docente ou catedrático. Nesse sentido, o ritual de defesa era um verdadeiro certame, no qual o aspirante a doutor necessitava provar para seus superiores que constituíam a banca, mediante seu texto e sua apresentação, que era capaz do título requerido. Toda a defesa era aberta ao público acadêmico (geralmente alunos e alunas e demais docentes), que costumava comparecer.

¹⁴⁸ Os dados deste parágrafo foram obtidos a partir do cruzamento de informações dos seguintes trabalhos: MESGRAVIS, Laima. *Revista Brasileira de história*, Num. 3., Vol., 5, São Paulo, 1983, p. 98-106. E ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonal Rafael dos. *As transferências culturais na historiografia brasileira*. Jundiaí: Paco Editora, 2012, p.163.

A banca que avaliava a tese e concedia o título era formada por professores catedráticos, em sua maioria.

Com o título de doutor, o referido uspiano e as uspianas obtiveram as credenciais institucionais para fazerem parte do quadro docente de orientadores da pós-graduação em história, o que lhes permitia não só orientar trabalhos, como também ministrar disciplinas nesse nível de ensino, conforme se verá mais a frente. Assim, Guilherme Mota ingressou nesta seara em 1971, logo após seu doutoramento, sendo seguido em 1972 e 1974, respectivamente, por Maria de Lourdes e Maria Odila, após a conclusão de suas teses de doutorado. A conclusão do doutorado, sobretudo para docentes que já atuavam na USP, revelava-se como um momento chave para a continuação da carreira de professor-pesquisador no âmbito universitário, tal qual ocorreu com o(a)s intelectuais citado(a)s.

Desse modo, a reflexão a respeito da historiografia brasileira recebeu importante alento já com a formalização inicial da pós-graduação na USP, agente que também contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa histórica de feição universitário. Com o novo formato da pós-graduação, de acordo com a reforma universitária de 1968, organizado em linhas de pesquisa, créditos disciplinares, proficiência em língua estrangeira, prazos mais estendidos e avaliações externas, incentivou-se ainda mais a pesquisa histórica, no interior da qual novos trabalhos a respeito da história da historiografia brasileira encontraram lugar.

A nova pós-graduação de fins de 1960 estreitou ainda mais os laços com a discussão a respeito da reforma universitária, feita mais intensamente durante todo os anos de 1960 e que resultou no parecer de nº 77/69, aprovado em 11 de fevereiro de 1969. Este documento produzido por Newton Sucupira a partir de uma encomenda do Conselho Federal de Educação, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, então chefiado por Jarbas Passarinho, formalizou um sistema nacional padrão de pós-graduação no Brasil, definindo toda sua estrutura, organização e princípios, de forma relativamente semelhante ao que se tem hoje em dia. Nesse momento, a reforma universitária do governo ditatorial chegava ao seu *clímax*, impondo-se autoritariamente como uma norma a ser seguida por todas as universidades do país.

Rodrigo Patto Sá Motta, estudando o impacto do regime ditatorial militar nas universidades brasileiras, assim resumiu as principais orientações da reforma universitária: “racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas,

reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento a pesquisa e à pós-graduação”¹⁴⁹. Quanto a este último ponto, o crescimento foi bastante visível, constituindo-se como uma direção importante da política universitária do governo discricionário militar. A tabela a seguir quantifica de forma cristalina a expansão da pós-graduação:

Ano de criação	Total de cursos novos no ano	Total acumulado
1961	6	6
1962	3	9
1963	7	16
1964	7	23
1965	11	34
1966	7	41
1967	12	53
1968	21	74
1969	26	100
1970	62	162
1971	64	226
1972	71	297

Quadro 2 (elaborado por Rodrigo Patt Sá Motta): Cursos de pós-graduação entre 1961-1974¹⁵⁰.

No contexto do famigerado milagre econômico, a etapa posterior à graduação era encarada como estratégica para o desenvolvimento nacional, para a produção de novas tecnologias e para a ampliação da capacidade produtiva da nação. Daí porque, em termos de área do conhecimento, saberes ligados à engenharia e às ciências exatas tiveram um crescimento maior do que as humanidades.

¹⁴⁹ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 15.

¹⁵⁰ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 257.

Como bem discutiu Rodrigo Perez, os anseios desenvolvimentistas da ditadura militar para a pós-graduação brasileira materializaram-se em um documento específico: o primeiro plano nacional de pós-graduação, preconizado em 1975, durante o governo de Ernesto Geisel. Tal medida objetiva fazer “evoluir o sistema universitário brasileiro para uma nova etapa, na qual as atividades de pós-graduação tenham uma importância estratégica crescente”¹⁵¹. Procurando se adequar a essa nova realidade, em que a pesquisa pós-graduada alavancaria o país, aumentando seus índices de crescimento econômico, a USP decretou a portaria GR-nº 885, promulgada em 25 de agosto de 1969, instituindo, a partir de 1970, uma pós-graduação na universidade paulista em bases relativamente diferentes daquela iniciada em 1965.

Agora, os cursos de mestrado e doutorado possuíam, como prazos máximos de conclusão, respectivamente, 4 anos e 6 anos, sendo obrigatório para o primeiro curso a integralização de 120 (1440h) unidades de crédito (disciplinas) e 240 (2280h) para o doutorado. O documento estabelecia ainda a não obrigatoriedade do requisito de mestre para a realização de doutorado, devendo apenas o candidato possuir título de graduado e ser aprovado em seleção. O exame de qualificação antes da defesa foi pontuado como exigência também, bem como a necessidade de áreas de concentração, entendida como “o campo específico em que o candidato deverá desenvolver suas atividades de pesquisa”¹⁵². Setorializando a disciplina da história, tal obrigatoriedade fará surgir, no começo dos anos 1970, as linhas de pesquisa em História Social e História Econômica da pós-graduação em história da USP, existentes até hoje. A reforma universitária, assim, contribuiu para o movimento de especialização no interior do campo histórico.

Assim como o regime de pós-graduação anterior, instituído em 1965, o novo modelo também gerou trabalhos a respeito da história da historiografia brasileira no – agora – departamento de história da FFLCH da USP. Além da tese de doutoramento de Raquel Glezer, sobre José Honório Rodrigues, defendida em 1977, a dissertação de Jayro Gonçalves Melo, intitulada *A obra de João Capistrano de Abreu: um estudo*, concluída em 1979, também foi feita nos moldes do novo regime de pós-graduação. Ambos os trabalhos foram escritos a partir da linha de pesquisa em História Social.

¹⁵¹ BRASIL. I PNPG. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Pós-Graduação. Brasília, DF: 1975, p. 13. Para uma análise mais detalhada do impacto deste plano na historiografia, ver: PEREZ, Rodrigo. O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979). *História da Historiografia*, n. 26, jan-abri, ano 2018, 197-222.

¹⁵² UNIVERSIDADE SÃO PAULO. Portaria GR nº 885, de 25 de agosto de 1969. Dispõe sobre o regime de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. São Paulo: FFCL/Secção de Publicações, 1970, p. 3.

Esses dois historiadores, quando cursaram a pós-graduação, realizaram disciplinas com Maria Odilia e com Carlos Guilherme¹⁵³, o que mostra a proximidade intelectual dos historiadores e historiadoras da USP que participaram do debate a respeito da história da historiografia brasileira nos anos 1970. Raquel Glezer, aliás, atribuiu ao Guilherme Mota o despertar do interesse pelo seu tema de doutorado¹⁵⁴.

Carlos Guilherme Mota, Maria de Lourdes, Maria Odilia e Raquel Glezer não só produziram suas pesquisas sob o signo e as normas da pós-graduação, seja a anterior ou a posterior à reforma de 1968, como também atuaram na mesma assim que obtiveram o título de doutor, conforme dito. Nesse sentido, registre-se a seguir as disciplinas que, durante os anos 1970, ministraram na pós-graduação de História Social na USP:

Professor-pesquisador	Disciplina	Linha de pesquisa
Carlos Guilherme Mota	<ul style="list-style-type: none"> . Nordeste, 1817: problemas de método. . Ideologia da cultura brasileira. . Nordeste, 1817. . História social das ideias no Brasil. . Mudanças sociais e estruturas mentais no Brasil. 	História Social
Maria de Lourdes Monaco Janotti	Historiografia e sociedade.	História Social
Maria Odilia Leite da Silva Dias	<ul style="list-style-type: none"> . Tendências da historiografia contemporânea. . História das mulheres no povoamento do Brasil no século XVIII. . História das mulheres no século 	História Social

¹⁵³ Informações obtidas nos seguintes documentos: GLEZER, Rachel. *Relatório* de atividades do curso de pós-graduação em história social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1973-1974, p. 17. MELO, Jayro Gonçalves Melo. *Memorial*. Trabalho apresentado para o concurso de livre docência junto ao departamento de geografia da Universidade Estadual de São Paulo, 2004, p. 15.

¹⁵⁴ Glezer, Raquel. *Discurso na outorga do título de professora Emérita*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2018, p. 7.

	XIX. . Indivíduo e Sociedade na historiografia contemporânea.	
Raquel Glezer	. A cidade de São Paulo no século XX: evolução urbana. . História e historiografia da cidade de São Paulo	História Social

Quadro 3 (elaborado pelo autor a partir do *lattes* e do currículo profissional): Disciplinas ministradas na pós-graduação em história da USP.

As disciplinas ministradas evidenciam a “entrosagem entre ensino e pesquisa”, na medida em que seus títulos apontam para as investigações históricas que seus docentes realizaram ou estavam realizando na época. A pós-graduação convertia-se em um espaço no qual pesquisas acadêmicas eram apresentadas, discutidas e fomentadas, tentando-se extrair daí ensinamentos práticos para alunos e alunas que estavam cursando suas especializações *lato sensu*. Nesse sentido, os componentes curriculares ofertados por Guilherme Mota são bem significativos, pois se referem justamente às pesquisas que realizou no mestrado, doutorado e livre-docência¹⁵⁵. Levar experiências de pesquisa para a pós-graduação parece ser um critério importante para este historiador professor-pesquisador. Tal nível de ensino incorporava facilmente interesses de pesquisa.

É interessante destacar também a vinculação de todas essas disciplinas – bem como de seus respectivos docentes – com a linha de pesquisa História Social, mesmo aquelas que não aparentam ter uma ligação direta com a discussão historiográfica nacional. Essa relação certamente condicionou o tipo de história da historiografia brasileira feito nos anos 1970 pelos historiadores e historiadoras da USP, como se verá mais a frente. Por ora, registre-se, pelo menos a nível institucional, a entrada na discussão historiográfica pela via da História Social, daí a existência de disciplinas como as de Maria de Lourdes, *Historiografia e sociedade*, e de Maria Odila, *Indivíduo e*

¹⁵⁵ Respectivamente: MOTA, Carlos Guilherme. *A ideia de Revolução no Brasil (1789-1801)*. Dissertação de mestrado apresentada a Universidade de São Paulo, 1967. _____. *Nordeste, 1817*. Tese de doutorado apresentada a Universidade de São Paulo, 1970. _____. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Tese de livre-docência defendida na Universidade de São Paulo, 1975.

Sociedade na historiografia contemporânea, montadas para relacionar estes termos e discutir um a partir do outro.

A ponderação sobre a historiografia, seja a brasileira ou qualquer outra, vinha acompanhada de um anseio de estudar a sociedade, os grupos sociais, os processos históricos etc. Uma institucionalidade amparava, legitimava e fomentava este tipo de exame, de tal maneira que o foco não estava na historiografia em si mesma, fechada, como se fosse uma redoma impenetrável. Antes, era uma espécie de janela ou porta para a discussão da própria sociedade na qual a produção historiográfica se integrava. Historiografia brasileira e história do Brasil, ou historiografia e sociedade, se complementavam, sendo o estudo de uma necessariamente o estudo de outra.

Ressalte-se ainda que - a partir de categorias propostas por Nobert Elias e Umberto Eco¹⁵⁶ -, Guilherme Mota, Maria de Lourdes, Maria Odilia e Raquel Glezer podem ser caracterizados como intelectuais universitários *estabelecidos e integrados*, na medida em que atuaram intensamente na esfera de pesquisa por excelência das universidades brasileiras, a pós-graduação, permanecendo nela até mesmo após a aposentadoria, o que mostra o compromisso e o apreço que tinham para com tal instância. Não à toa, todos possuem currículo lattes, plataforma que se generalizou justamente a partir da criação e expansão da pós-graduação¹⁵⁷, sendo lançada em agosto de 1999.

É igualmente sintomático o fato de que todos os nomes nacionais supracitados foram não só outorgados com o título de professor emérito na USP, como, no discurso apresentado em tal cerimônia, fizeram questão de mencionar o(a)s aluno(a)s e o(a)s orientando(a)s que tiveram¹⁵⁸. Em suas produções acadêmicas de mestrado e doutorado, dedicatórias ofertadas aos alunos foram bastante comum, em uma espécie de tributo pago àquele(a)s que acompanharam os primeiros passos da pesquisa¹⁵⁹. Assim, a pós-

¹⁵⁶ Respectivamente: ELIAS, Nobert. Ensaio teórico sobre as relações entre estabelecidos-outsiders. In: _____. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. ECO, Humberto. Prefácio. In: _____. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

¹⁵⁷ Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/> Acessado em 30/01/2018.

¹⁵⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Discurso na outorga do título de professora Emérita*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2013. Glezer, Raquel. *Discurso na outorga do título de professora Emérita*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2018. JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Discurso na outorga do título de professora Emérita*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2014. MOTA, Carlos Guilherme. *Discurso na outorga do título de professora Emérito*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2009.

¹⁵⁹ Destaca-se aqui os trabalhos de Carlos Guilherme Mota, os quais sempre registraram um agradecimento aos alunos.

graduação parece ter funcionado como uma etapa *sine qua non* para a subjetivação de uma identidade enquanto professor-pesquisador, como um intelectual universitário.

Dessa forma, a reflexão sobre a historiografia encontrou forte lugar na pós-graduação de história da USP, tanto no formato instituído no início dos anos 1970 quanto no anterior, de 1965. Tal qual a *Revista de história* e a ANPUH, foi mais uma instância institucional a espacializar e fomentar reflexões, materializadas em pesquisas, apresentações e debates a respeito da história da historiografia brasileira. Por meio desses espaços, historiadores e historiadoras da Universidade de São Paulo, em especial, começaram a problematizar a sua disciplina, em sua faceta pretérita, mas sem tirar os olhos do presente e do futuro.

Por mais que a *Revista de história*, a ANPUH e a pós-graduação em história na USP não tenham sido criadas especificamente para a investigação acerca da historiografia brasileira, ao se constituírem como entidades disciplinares e disciplinadas, especializadas, ensejaram um processo de profissionalização da história que muito favoreceu a reflexões específicas, especializadas, como é toda que se pretende um olhar sobre si. A ideia de agente de profissionalização, mobilizada para articular essas três instâncias de produção, vem justamente do fato de que elas agregaram e mobilizaram uma parte da comunidade historiográfica universitária em torno de questões próprias à disciplina histórica. Elas em conjunto teceram uma geografia disciplinar na qual historiadores e historiadoras da USP se movimentaram, pensaram, debateram e arquitetaram pesquisas historiográficas. Menos cenário do que sujeito, a *Revista de história*, a ANPUH e a pós-graduação em história na USP tanto acomodaram como impeliram as reflexões acadêmicas de historiadores e historiadoras universitário(a)s.

Dessa forma, o depoimento de Fernando Novais, comparando sua época de graduação (segunda metade dos anos 1950) com a historiografia pós-implementação do sistema de pós-graduação atual, quando a *Revista de história* e a ANPUH já havia sido criadas, é bem elucidativo: “eu tenho a impressão, e acho que a maior parte dos meus colegas de geração também, que nós despertamos para o interesse de historiografia com essa mudança na historiografia brasileira. Nos primeiros tempos, nós não estávamos preocupados com isso”¹⁶⁰.

O testemunho memorialístico em destaque parece indicar uma mudança a respeito da historiografia brasileira enquanto objeto de reflexão, enquanto tema digno de

¹⁶⁰ NOVAIS, Fernando. Francisco Iglésias e a historiografia. In: PAULA, João Antônio de (Org.). *Presença de Francisco Iglésias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 58.

estudo e de discussão, aberto à produção de historiadores e historiadoras. Fernando Novais, historiador universitário cuja formação e atuação ocorreu ao longo da segunda metade do século XX, captou *a posteriori* o impacto da profissionalização universitária. No entanto, a fabricação de um passado disciplinar para a historiografia brasileira não esperou a pós-graduação na USP para emergir: fez-se antes, nos idos dos anos de 1950.

CAPÍTULO 2: CRUZANDO PASSADOS: DOIS HISTORIADORES-JURISTAS E SUAS HISTÓRIAS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Non philosophorum, sed philosophiae historia.
Gottfried Wilhelm Leibniz, 1699¹⁶¹.

Sempre que se institui um destes universos relativamente autônomos o processo histórico aí instaurado desempenha o mesmo papel de *abstractor de quinta-essência*. Donde a análise da história do campo ser, em si mesma, a única forma legítima da análise da essência.
Pierre Bourdieu, 1985¹⁶².

A história do campo é realmente irreversível.
Pierre Bourdieu, 1992¹⁶³.

Nas décadas iniciais da segunda metade do século passado, dois historiadores de formação da Universidade de São Paulo empreenderam reflexões pioneiras a respeito do passado da historiografia brasileira. Astrogildo Rodrigues de Melo e Pedro Moacyr Campos foram os primeiros historiadores universitários no âmbito da USP a dedicarem uma maior atenção a historicidade nacional da historiografia. O primeiro intelectual, já no segundo ano de existência da *Revista de história*, escreveu para este periódico *Os estudos históricos no Brasil*, publicado em 1951. Seguindo o exemplo de seu colega de instituição, Pedro Moacyr escreveu *O estudo da história na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, três anos depois. Porém, será em 1961 que apresentará uma produção mais fundamentada a respeito da historiografia brasileira, com o artigo *Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*.

Tais autores perscrutaram a produção histórica no Brasil pós-Estado Novo, na dita república populista, dando especial atenção a uma historiografia universitária, a qual na época vivenciava um processo de profissionalização. Nesse sentido, de dentro da Universidade, eles enfrentaram a questão de dimensionar o papel e a contribuição de uma produção universitária aos estudos históricos, diante da qual – como se verá – deram uma resposta positiva. A importância deles, em grande medida, reside aí:

¹⁶¹ Tradução (minha): “Não filósofos, sim história da filosofia”. Citado em: KELLEY, Donald R. *History and the disciplines*. New York: University of Rochester Press, USA, 1997, p.19.

¹⁶² BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e campo. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 71. Grifos do autor.

¹⁶³ BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das letras, 1996, p. 273.

representam os primeiros intelectuais universitários a fazerem uma apreciação elogiosa ao seu próprio meio de produção. Todavia, para este (auto)elogio foi mister toda uma construção temporal em torno da historiografia brasileira, construção essa com a qual historiadores e historiadoras posteriores terão que se haver. Maria de Lourdes, Maria Odila e Raquel Glezer, bem como Guilherme Mota, não encetaram suas reflexões em cima de um terreno vazio. Logo, não iniciaram as ponderações historiográficas no DHIS da USP.

Discutindo os sujeitos Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr, abre-se uma possibilidade de enfrentamento do desafio lançado por Marieta de Moraes Ferreira, qual seja: “merece ser revista a pouca importância dada às contribuições historiográficas produzidas pela história universitária no período anterior à criação dos programas de pós-graduação, a partir de 1971”¹⁶⁴. Embora o presente capítulo não se estruture com base na ideia *contribuição*, não deixa de ratificar a validade de se estudar a historiografia brasileira dos anos iniciais da primeira metade do século XX, notadamente do recorte temporal situado entre as décadas de 1950 e 1960, período limiar, situado entre o início da implementação dos cursos de graduação e o advento da pós-graduação.

Isso porque, ao contrário de certa memória disciplinar, a pairar difusamente sobre alguns textos de história da história no Brasil¹⁶⁵, a pesquisa histórica na Universidade não começou com o aparecimento do sistema atual de pós-graduação, em que pese a importante inflexão investigativa que este proporcionou. Silenciar uma dada forma de pesquisa histórica, com o intuito de superdimensionar outra, impede uma capacidade essencial do conhecimento: o estranhamento da atualidade, do presente, daquilo que se impõe como padrão e norma. Ademais, para se dimensionar com precisão o próprio impacto da pós-graduação na historiografia brasileira é necessário entender bem o tipo de história e de historiador(a) que se tinham anteriormente.

¹⁶⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. Por um novo ensino de história: os desafios dos anos 1940-1950. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. *O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

¹⁶⁵ Para ficar apenas em um exemplo, bastante eloquente, veja-se: FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas, SP: Papius, 1996. No referido texto, como sugere o próprio título, a pós-graduação é colocada como marco principal da historiografia brasileira contemporânea, levando a uma desqualificação *a priori* das épocas anteriores.

Assim, o que se investiga nas próximas páginas é a fabricação do passado disciplinar da historiografia brasileira anterior à década de 1970, no alvorecer do movimento de profissionalização, a partir de uma história do conhecimento histórico produzido no Brasil. O processo de institucionalização da história em bases universitárias, ao abrigar um pensar a respeito da historicidade da historiografia nacional, conforme mostrado no capítulo anterior, arquitetou um passado para a história no Brasil, conforme a produção de autores como Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr. Estes indivíduos, ao sentirem sua disciplina fincar pés no presente, decidiram tratar da própria trajetória histórica da sua área de saber, para quem sabe assim contar uma história de progresso, para o presente e para o futuro. De que maneira eles construíram um passado disciplinar para a historiografia brasileira? Eis a questão central do capítulo que ora se inicia.

2.1) Dois historiadores-juristas: trajetórias

Os estudos históricos no Brasil e Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX foram produzidos no contexto inicial do processo de profissionalização da historiografia brasileira. A despeito dos dez anos que os separam, eles possuem várias semelhanças, as quais evidenciam bem os contornos íntimos que os ligam a uma historiografia universitária. Nos primórdios das décadas de 1950-1960, esta começou mais claramente a se autonomizar, a se definir, conforme a ação de variados agentes de institucionalização. Foi inserindo-se neste processo que Astrogildo Rodrigues de Melo e Pedro Moacyr Campos escreveram suas primeiras reflexões sobre a história da historiografia brasileira. Ambos foram alunos das primeiras turmas do curso de História-Geografia da USP, e, portanto, tiveram aulas com alguns dos ditos mestres franceses: Fernand Braudel, Émile Coonaert e Jean Gajé.

Astrogildo Rodrigues formou-se em 1936, junto com Eurípides Simões, ao passo que Pedro Moacyr graduou-se quatro anos depois, em 1940¹⁶⁶. Ambos foram também bacharéis em Direito, em consonância com vários outros colegas do curso de História-Geografia. Como tantos outros historiadores do início dos tempos universitários no Brasil, passaram por um curso de Ciências Jurídicas. No caso, os dois frequentaram a

¹⁶⁶ Informações retiradas de: ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonal Rafael dos. *As transferências culturais na historiografia brasileira*. Jundiaí: Paco Editora, 2012, p.163.

tradicional Faculdade de Direito do Largo do São Francisco¹⁶⁷, instituição de ensino criada em 1827 que, nos decênios iniciais da era passada, recebia varões provenientes das classes alta e média de São Paulo. Eles realizaram o curso de Ciências Jurídicas no momento em que a Arcada deixava de se ligar ao governo central, incorporando-se à Universidade de São Paulo, conforme as exigências dos revoltosos de 1932, muitos dos quais estudantes do nobre centro de ensino jurídico. Astrogildo Rodrigues colou grau em 1937, enquanto que Pedro Moacyr o fez em 1945¹⁶⁸.

Outro ponto em comum que os dois historiadores-juristas guardaram com alguns dos seus contemporâneos diz respeito à incorporação aos quadros do IHGSP. Três anos após sua formatura em Direito, Astrogildo Rodrigues foi admitido nesta instituição paulista, na mesma data em que seu colega uspiano, Eurípides Simões. Já Pedro Moacyr ingressou no IHGSP em 1945, junto com Eduardo de Oliveira França. Conforme o estudo de Aryana Lima Costa, os anos 1940 e 1950 viram o ingresso maciço de historiadores e historiadoras da USP no interior do chamado instituto histórico paulista: Alice Piffer Canabrava (1943), Sergio Buarque de Holanda (1946), Olga Pantaleão (1947) e Miriam Ellis (1951) são alguns exemplos dessa tendência¹⁶⁹. Embora estes últimos indivíduos não tenham se formado em Direito, é possível sugerir uma relação próxima entre o IHGSP e o bacharelismo jurídico, já que a primeira instituição foi fundada em 1894, justamente no salão nobre da Arcada. Além do mais, entre os membros do IHGSP sempre estiveram vários bacharéis em Direito, como apontou Danilo José Zioni¹⁷⁰.

Para além do IHGSP, a formação bacharelesca jurídica de Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr certamente concorreu para o ingresso de ambos na docência do curso de História-Geografia. Logo após a conclusão deste curso, Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr passaram a atuar, respectivamente, como assistentes das cadeiras de

¹⁶⁷ A respeito de tal instituição, ver: VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das Arcadas do Bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

¹⁶⁸ Os nomes dos antigos alunos da Arcada, com suas respectivas datas de ingresso e conclusão de curso, podem ser encontrados no seguinte endereço: http://www.arcadas.org.br/antigos_alunos.php Acessado em 13/03/2019.

¹⁶⁹ LIMA, Aryana Costa. *De um curso d'água a outro: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de história da USP*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018, p. 101-102.

¹⁷⁰ FERRETI, Danilo José Zioni. *A construção da paulistanidade: identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)*. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social, do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2004.

História da Civilização Americana e História da Civilização Antiga e Medieval, o primeiro com Paul Vanorden Shaw¹⁷¹ e o segundo com Eduardo de Oliveira França, na época regendo interinamente a cadeira. A promoção deles de graduados para assistentes de cadeira lembra muito os casos de Eurípides Simões de Paula, Eduardo de Oliveira França e Alfredo Ellis Júnior, bacharéis em Clio e em Themis que substituíram os catedráticos no curso de História-Geografia¹⁷². Tais sucessões comprovam o peso e o valor dado à formação jurídica, conforme já assinalado por Lidiane Rodrigues. Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr, historiadores-juristas, fizeram suas trajetórias acadêmicas ligando-se às cadeiras em que foram assistentes.

No percurso de ambos, ainda que o ofício de historiador ou de professor de história tenha se sobressaído, não se deve menosprezar a importância da formação jurídica, por mais que a mesma não tenha sido exercida¹⁷³. A erudição livresca, a disciplina intelectual, a familiaridade com o universo acadêmico (por mais precário que fosse à época), as noções básicas de retórica e de latim, bem como outras disposições intelectuais, possivelmente abriram caminhos para o(a)s estudantes de história que galgaram (ou foram alçados a) postos de prestígio na hierarquia universitária. Foi este *background* que Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr incorporaram, carreando-o para a área de história, seja na prática do magistério, ou na escrita da história. Por isso se utiliza aqui a expressão historiador-jurista, de modo a indicar uma formação e uma atuação mista no campo da história. Aliás, durante toda a primeira metade do século XX, um dos modelos de *persona* historiadora mais fortes dizia respeito à figura do juiz, daquele que escrutinava o passado com motivações não só de compreensão, como também de julgamento, prestes a dar o seu veredicto acerca dos acontecimentos pretéritos¹⁷⁴.

¹⁷¹ Nascido no interior de São Paulo – na cidade de Americana - em 1898 , atuou como docente na USP entre os anos de 1930 e 1940, nos cursos de história, filosofia e literatura. Doutorou-se em filosofia na universidade de Columbia. Além daquela instituição de ensino, vinculou-se também à *American Historical Association* e ao jornal Estado de São Paulo, como colunista regular. Mais informações em: https://prabook.com/web/paul_vanorden.shaw/1119739 Acessado em 30.05.2019.

¹⁷² O primeiro substituiu Jean Gajé em História da Civilização Antiga e Medieval; o segundo, Émile Leonard em História da Civilização e o terceiro sucedeu Afonso Taunay em História da Civilização Brasileira.

¹⁷³ Embora não se tenha pesquisado a fundo, não foi encontrada nenhuma atuação de Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr no campo do Direito. Nos escritos utilizados na corrente tese, não houve sequer menções pelos sujeitos a este exercício laboral.

¹⁷⁴ Mais informações em: MENONCELO, Aline Michelini. Pedro Lessa, um juiz-historiador: nação, patriotismo e raça. *Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista*, 2016.

Assim, em 1942 Astrogildo Rodrigues concluiu sua tese, *A política colonial da Espanha através das encomendas*, sob a orientação de Jean Gajé, professor francês visitante que, entre 1938-1946, substituiu Fernand Braudel na cadeira de História da Civilização. Quatro anos depois, já atuando na cadeira de História da Civilização Americana, o historiador-jurista escreveu o trabalho intitulado *Serviços pessoais nas fainas agrícolas em Nova Espanha*, e prestou o polêmico concurso de cátedra, no qual se tornou catedrático, em detrimento de Alice Piffer Canabrava, que teve notas maiores mas acabou sendo preterida, em um lamentável caso de machismo e misoginia, segundo bem evidenciou Otávio Erbereli Júnior¹⁷⁵. Astrogildo Rodrigues foi também diretor da FFCL, entre 1947-1950¹⁷⁶, e atuou na USP até a sua aposentadoria, no ano de 1967, às vésperas da reforma universitária que, entre outras medidas, extinguiu o regime de cátedras e padronizou o sistema nacional de pós-graduação no Brasil.

Sua prática profissional na USP, além das aulas ministradas na cadeira de História da Civilização Americana, contemplou também a orientação de pesquisas acadêmicas e a participação em bancas examinadoras, até mesmo após a aposentadoria. Nesse sentido, o quadro a seguir sintetiza tais atuações¹⁷⁷:

Tipo de trabalho	Autor/ano de conclusão	Condição
Livre-docência: <i>O comércio livre entre Havana e os Portos da Espanha (1778-1789)</i>	Manuel Nunes Dias/ 1965	Orientador
Doutoramento: <i>O monopólio do sal no Estado do Brasil</i>	Miriam Ellis/1955	Orientador
Mestrado: <i>A naturalização para o comércio na América dos Áustrias</i>	Yvone Dias Avelino/1970	Orientador
Cátedra: <i>Portugal na Época da Restauração</i>	Eduardo de Oliveira França/1951	Membro examinador

¹⁷⁵ JÚNIOR, Otávio Erbereli. De preterida a preferida: considerações em torno da trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava (1935-1951). *História da historiografia*, Num. 22, Dezembro, p. 97-115, 2016.

¹⁷⁶ A lista dos ex-diretores, bem como dos ex-reitores da USP, pode ser consultada em: <https://www.fflch.usp.br/historicodediretores> Acessado em 13/03/2019.

¹⁷⁷ Elaborado a partir de PAULA, Maria Regina Simões. Teses Defendidas no Departamento de História da Universidade de São Paulo (1939-1974). *Revista de História*. São Paulo: v. 50, n. 100, 1974. p. 821-857.

Livre-docência: <i>A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)</i>	Manuel Nunes Dias/1960	Membro examinador
Livre-docência: <i>As feitorias baleeiras meridionais do Brasil Colônia</i>	Miriam Ellis/1966	Membro examinador
Doutorado: <i>A realeza em Portugal e as origens do absolutismo</i>	Eduardo de Oliveira França/1945	Membro examinador
Doutoramento: <i>Buenos Aires e Cadiz (Contribuição ao estudo do Comércio Livre)</i>	Emanuel Soares da Veiga Garcia/1968	Membro examinador
Doutoramento: <i>A Instituição do Correio Marítimo das Índias: A Carreira de Buenos Aires (1767-1779)</i>	Manuel Lello Belloto/1969	Membro examinador
Doutorado: <i>Ensaio sobre a significação e importância da Memória sobre a reforma dos estudos da Capitania de São Paulo, escrita em 1813, por Martim Francisco Ribeiro d'Andrada Machado.</i>	José Querino Ribeiro/1943	Membro examinador
Doutorado: <i>Minas Gerais e o Caraça</i>	José Ferreira Carrato/1961	Membro examinador
Mestrado: <i>Os jesuítas e seus sucessores (mochos e chiquitos)</i>	Uacury Ribeiro de Assis/1970	Membro examinador

Quadro 4 (autoria própria): Orientações de trabalhos acadêmicos e participações em bancas examinadoras de Astrogildo Rodrigues de Melo.

Destaque-se que Astrogildo Rodrigues atuou em trabalhos em conformidade com a área de sua cátedra. Se o historiador-jurista realizou pesquisas especializadas e bem delimitadas ao tema de História da América, conforme sua tese de doutoramento e de cátedra, algo semelhante também ocorreu em sua atuação como orientador e como participante de bancas examinadoras. Excetuando-se os trabalhos de Eduardo de Oliveira França, sobre Portugal, os demais se ligam, direta ou indiretamente, à história da Civilização Americana, seja via América espanhola ou portuguesa.

Pedro Moacyr também apresentou uma atuação profissional semelhante. Em 1944, defendeu sua tese de doutoramento, *Alguns aspectos da Germaniza Antiga através dos autores clássicos*, orientada por Eurípides Simões de Paula no âmbito da cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval. Seis anos depois, com a mesma vinculação e já com o título de doutor, fez sua tese de livre-docência, *A idealização de Roma e a sua aceitação pelos cristãos*, trabalho com o qual se objetivou “dar uma contribuição modesta para o desenvolvimento da tradição de trabalho honesto e cientificamente objetivo que caracteriza a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo”¹⁷⁸. A *política do apolitismo*, comum nos discursos formadores de um dado campo disciplinar¹⁷⁹, reluz fortemente aqui, não deixando de ser reatualizado nas décadas seguintes. Sintomaticamente, o material escrito da livre-docência, no início dos anos 1950, foi publicado integralmente na *Revista de história*, em cinco exemplares consecutivos do periódico¹⁸⁰.

Tal qual seu colega bacharel em Direito, Pedro Moacyr também realizou pesquisas com um recorte temático e temporal específicos, a saber, a Antiguidade Romana, vista como clássica, ao lado da grega. Muito influenciado por Jean Gajé, de quem foi aluno, Pedro Moacyr procurou se constituir, inicialmente, como um pesquisador romanista. Porém, a partir de sua atividade docente, foi progressivamente focando no Medieval. De acordo com o levantamento de Maria Regina da Cunha Rodrigues, até 1974 ele participou apenas de duas bancas, uma de doutorado e outra de mestrado, ambas na condição de examinador de trabalhos relacionados ao período medieval¹⁸¹, recorte em que passou a atuar nos anos 1960, conforme as memórias de seus ex-alunos. Nesse sentido, registre-se a lembrança de Rosa Maria Godoy, aluna do

¹⁷⁸ CAMPOS, Pedro Moacyr. A idealização de Roma e a sua aceitação pelos cristãos. *Revista de História*, Vol.2, Num. 6, 1951, São Paulo. Registre-se que este mesmo número do periódico contém os comentários da banca de defesa da livre-docência.

¹⁷⁹ A relação entre esses dois pontos foi analisada para o caso da historiografia francesa por: DUMOULIN, Olivier. O triunfo do cientista impotente e as vias alternativas: 1920-1970. In: _____ . *O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

¹⁸⁰ Ver os números de 6 a 10 da referida revista.

¹⁸¹ Trata-se dos trabalhos de José Roberto de Almeida Melo, *A insularização da Monarquia Angevina e a formação da Nação Inglesa: século XIII-XV*, e de José Roberto Filho, *visão crítica do governo nas canções políticas inglesas do século XIII*. Mais informações em: PAULA, Maria Regina Simões. Teses Defendidas no Departamento de História da Universidade de São Paulo (1939-1974). *Revista de História*. São Paulo: v. 50, n. 100, 1974. p. 821-857.

curso de História da USP em fins dos anos 1960, para quem Pedro Moacyr era “uma das feras acadêmicas”, conhecido como “o terremoto de medieval”¹⁸².

Na época em que Carlos Guilherme Mota, Maria de Lourdes Monaco Janotti, Maria Odila Leita da Silva Dias e Raquel Glezer fizeram a graduação em história, em fins dos anos 1950 e início dos 1960, Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr estavam ainda no exercício da docência, como catedráticos em sala de aula. É provável que as referidas uspianas e Guilherme Mota tenham tido aulas com os dois historiadores-juristas, a despeito de em seus discursos de outorga de professor emérito não se encontrar nenhuma menção àqueles professores. No caso de Maria Odila, todavia, há uma referência explícita a Pedro Moacyr Campos, a quem atribuiu o tema de sua tese de doutorado, quando o romanista revelou-lhe que Robert Southey foi o primeiro a escrever uma história do Brasil em mínimas bases científicas¹⁸³.

De todo modo, Astrogildo Rodrigues de Melo e Pedro Moacyr Campos não eram, de forma alguma, historiadores desconhecidos para aqueles e aquelas que se formaram a partir da segunda metade do século passado no curso de história da USP, em razão de estarem não só no exercício do magistério superior, mas também por escreverem para a *Revista de história*, ocuparem cargos administrativos e participarem de entidades científicas e de eventos acadêmicos. Conforme já dito, Astrogildo Rodrigues atuou como diretor da FFCL, e Pedro Moacyr, durante os anos 1960, foi o presidente da comissão de história responsável pelo vestibular na Universidade de São Paulo¹⁸⁴, além de ter dado assistência a Sergio Buarque de Holanda nos números iniciais da famosa coleção *História da Civilização Brasileira*¹⁸⁵.

¹⁸² Consultado em: VIRGULINO, Maria Helena C. *O itinerário de duas uspianas na UFPB*. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós graduação em educação da Universidade Federal da Paraíba, 2016, p. 66.

¹⁸³ Informação colhida na entrevista que José Geraldo e José Marcio Rego fizeram com Maria Odila, entre 1999-2001, publicada em: MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Marcio (Entrevistadores). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 190.

¹⁸⁴ *Revista de história*, Num. 85, 1º trimestre, São Paulo, 1971, p.285. O mesmo noticiário que traz essa informação aponta também uma lista de professores da USP que corrigia a prova de história.

¹⁸⁵ Tal parceria se deu até o último número da coleção sobre o Brasil Monárquico, publicado em 1972. Para uma análise desta coleção, ver: VENÂNCIO, Giselle Martins; FURTADO, André Carlos. *Brasiliana & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da História, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956- 1972)*. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.9, jan./jun. 2013, p. 05 - 23.

Dessa forma, eles realizaram um processo de especialização muito ligado às cadeiras que ocuparam na FFCL, entre os anos de 1940-1960¹⁸⁶. Foi ligando-se às temáticas de História da América e História Antiga e Medieval que ambos pautaram suas atividades de pesquisa e orientação, o que os aproxima um pouco da atuação de Eurípides Simões de Paula e Eduardo de Oliveira França, mas com a diferença de que, ao contrário destes, tiveram uma baixa atuação na pós-graduação e na APUH. Na lista dos professores aptos a orientarem na pós graduação apresentada por Eurípides Simões em 1971, não consta o nome de Astrogildo Rodrigues, e o de Pedro Moacyr foi colocado apenas para o mestrado, e com a menor carga horária de orientação: somente 5h¹⁸⁷. Quanto aos eventos da principal associação dos professores universitários de história, entre 1961-1979, não há nenhum registro da participação de ambos, exceto uma inscrição de Astrogildo Rodrigues no simpósio inaugural de Marília¹⁸⁸.

Logo, em termos de profissionalização e inserção institucional, os dois historiadores-juristas não estavam no mesmo patamar que alguns dos seus contemporâneos. A institucionalização da historiografia brasileira em bases universitárias não atingiu a todos de forma indiferenciada e absoluta. Trata-se de um processo que, em certa medida e em seus momentos iniciais, dependia da adesão e da participação dos indivíduos nele envolvidos. Assim, houve distintos envolvimento, a partir de diferentes atores. Nesse sentido, a despeito de considerável especialização e do forte vínculo com a USP, Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr não atuaram com efetividade na pós-graduação e na APUH, dois agentes diretos de institucionalização da historiografia universitária nos anos 1960-1970, conforme já apresentado.

A trajetória de ambos mostra que se trata de indivíduos fronteiros, limiares, na medida em que tanto vivenciaram uma historiografia anterior ao processo de profissionalização (anos 1930-1940) quanto uma que se inseriu em tal movimento (pós 1950). *Passeurs*, Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr foram como que *homens duplos*

¹⁸⁶ Detalhe importante: nos textos que publicaram, logo após os seus nomes, informações a respeito da cadeira que ocupavam sempre surgiam no final. Assim, Astrogildo Rodrigues de Melo era o “professor da cadeira de História da Civilização Americana (USP)” e Pedro Moacyr Campos, o “livre-docente da cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval (USP)”.

¹⁸⁷ Enquanto que a maior era de 20h, praticada pelo docente Manuel Nunes Dias. Ver: *Revista de história*, Num. 88, 4º trimestre, São Paulo, 1971, p.481.

¹⁸⁸ Simpósio de professores de história do ensino superior. *Anais*. Marília: São Paulo, 1962, p.19.

(*hommes doubles*¹⁸⁹), isto é, intelectuais situados entre dois regimes simbólicos distintos, mas que não deixou de integrá-los mestiçamente. Dessa forma, não se deve deduzir que eles ficaram completamente alheios ao processo de profissionalização da historiografia, como se não portasse disciplinar e subjetivamente os sinais de tal devir. *Os estudos históricos no Brasil e Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX* trouxeram as marcas do processo de disciplinarização da história, conforme se evidencia a partir da articulação com alguns órgãos e com algumas práticas intelectuais.

2.2) Da revista ao manual: ligações

Para além da *Revista de história*, onde foram publicados, os artigos supracitados apresentam uma relação umbilical com uma iniciativa intelectual do prelúdio da segunda metade do século XX: a *Sociedade de Estudos Históricos* (SEH)¹⁹⁰. Esta entidade foi criada em 1942, por Jean Gajé e Eurípides Simões de Paula, inicialmente com o nome de *Sociedade Paulista de Estudos Históricos*. Sua existência inicial se resumiu ao período de março a dezembro de 1942, sendo, porém, refundada em 1950, no mesmo ano de criação da *Revista de história*, a partir de uma reunião realizada em uma das salas da FFLC. Para essa refundação, Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr, junto com outros docentes da FFCL da USP, em especial Odilon Nogueira de Matos, contribuíram, formando o quadro de sócios fundadores do órgão, categoria que indicava todas aquelas pessoas que assinaram o estatuto de criação da SEH. Astrogildo Rodrigues chegou a fazer parte do conselho consultivo¹⁹¹, tendo o poder de deliberar sobre certas medidas da entidade.

A SEH foi definida pelos seus membros fundadores como uma entidade científica voltada para o aperfeiçoamento dos estudos históricos no Brasil. Semelhante à *Revista de história* e a APUH, o estatuto apontou a inexistência de “qualquer preocupação de ordem sectária” nem tampouco a vinculação a “interesses específicos de

¹⁸⁹ CHARLE, Christophe. Le temps des hommes doubles. *Revue d'histoire modern et contemporaine*. Tomo 39, Num. 1, Janvier-mars, p. 73-85, 1992. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/rhmc_0048-8003_1992_num_39_1_1621 Acessado em 26/07/2019.

¹⁹⁰ As informações a seguir foram baseadas em: *Revista de história*, Ano II., Num. 05, São Paulo, 1951, p.227-231. em que se observou a origem e o estatuto da entidade.

¹⁹¹ Junto com Eduardo de Oliveira França e João Cruz Costa.

qualquer grupo ou classe”¹⁹². Daí porque entre as normas da mesma estava, conforme artigo 3º, a impossibilidade de “participar de manifestações de caráter político”¹⁹³. Há aqui a retórica do ato simbólico desinteressado, puramente intelectual, comprometido unicamente com o saber, com a ciência da história, a fim de consolidar um dado campo disciplinar¹⁹⁴. No início da segunda metade do século XX, em meio à tumultuada experiência democrática do regime anterior ao Golpe de 1964, a SEH também reivindicou o refúgio da Ciência para se abrigar.

Em termos mais propositivos, a associação estabelecia como objetivo geral “pesquisar, estudar e divulgar assuntos que interessem à História, principalmente brasileiros”¹⁹⁵. Tais fins seriam intentados

Realizando e auxiliando pesquisas e estudos de História; promovendo o conhecimento e o intercambio de ideias e informações através de reuniões periódicas de seus associados; procurando promover a publicação de documentos e trabalhos de História; participando, sempre que possível, de certames que interessem ao desenvolvimento da cultura histórica e interessando-se pelo aperfeiçoamento do ensino de história em todos os seus graus¹⁹⁶.

O foco na historiografia deu o tom nos objetivos da SEH, realizando um movimento que seria comum e paulatino ao longo do século XX, a saber: o estreitamento disciplinar. Nesse sentido, é sintomático que a expressão “cultura histórica” aparecesse nos intentos finais, sendo logo seguida pela referência ao ensino de história, em todos os seus níveis. A cultura histórica não estaria, assim, imune de uma certa tutela de uma historiografia universitária, tal qual pensavam também órgãos como a *Revista de história* e a APUH.

Todavia, a SEH, ao contrário da APUH mais tarde, não se fechou tanto no espaço universitário, a despeito de sua diretoria vir toda daí. Para a inclusão de sócios, além das “pessoas que se dediquem ao ensino ou à pesquisa da História e aos portadores de grau universitário na especialidade ou matérias afins”, havia também a possibilidade de “autores de obras que, pelo seu valor, contribuam para o desenvolvimento da história”¹⁹⁷. Não à toa, e significativamente, Caio Prado Junior fez parte dos sócios

¹⁹² *Revista de história*, Ano II., Num. 05, São Paulo, 1951, p.228.

¹⁹³ *Op., Cit.*, 1951, p.229.

¹⁹⁴ Sobre o papel dessa retórica na formação de um campo disciplinar, ver: BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado? In: _____. *Razões práticas*. Campinas, São Paulo: Papius, 2014, p. 137-157.

¹⁹⁵ *Op., Cit.*, 1951, p.228.

¹⁹⁶ *Revista de história*, Ano II., Num. 05, São Paulo, 1951, p.228.

¹⁹⁷ *Op., Cit.*, 1951, p. 229.

fundadores da associação, mesmo não atuando institucionalmente a partir de nenhuma universidade brasileira.

Tal característica mostra a complexidade do processo de profissionalização historiográfica, que ocorreu ligado ao meio universitário, mas não necessariamente fechando-se sempre nele, sobretudo nos anos 1950. Havia espaço para o ecletismo acadêmico, para o hibridismo intelectual, sobretudo neste momento, na medida em que o próprio meio universitário estava em vias de definição, não sendo ainda um espaço de produção simbólica plenamente cristalizado, definido em seus traços, objetivos, sujeitos e valores. Na verdade, tanto a historiografia quanto a própria instituição universitária foram passando por transformações ao longo do processo de profissionalização, ganhando novas feições simbólicas e materiais, as quais, contudo, caminhavam *pari passu* com antigas estruturas. Historiografia e Universidade, durante os anos 1950-1960, tinham ainda muito de sua época inicial, do decênio 1930, vide o regime de cátedra, para se ficar no exemplo mais eloquente.

Essa ambivalência pode ser constatada na própria expressão “estudos históricos”, que compõe o próprio nome da entidade. Em nenhum momento, nos informes da SEH divulgados pela *Revista de história*, “estudos históricos” refere-se exclusivamente à produção historiográfica universitária. Ao contrário, observa-se uma considerável e importante indefinição, que fez com que o termo pudesse significar tanto a produção de intelectuais universitários como também de autores não acadêmicos, comprometidos com o estudo histórico do passado. A história, em termos de conhecimento sobre o passado, foi inserida no âmbito cultural, isto é, fazia parte de uma das várias iniciativas culturais do país, não sendo considerada como uma disciplina rigidamente acadêmica. Logo, não era monopólio de historiadores e historiadoras, mas aberta a quem se comprometesse com o estudo das realidades pretéritas.

Tal comprometimento, realizado com um mínimo de rigor, parece ser o critério essencial para a participação na entidade. Daí porque a SEH se abriu para autores como Sergio Buarque de Holanda, Antônio Candido, José Aderaldo Castelo, Laerte Ramos de Carvalho, Maria Isaura Pereira de Queiroz e João Cruz Costa, indivíduos não formados em história mas cujas obras, além de conterem forte interesse pelo passado brasileiro, contribuíram para a história do e no país. Todos esses nomes citados foram

incorporados como sócios fundadores¹⁹⁸, e o último, professor de filosofia na FFLC, chegou a integrar a comissão consultiva da entidade. Se a SEH fechou-se em meio a intelectuais oriundos de São Paulo, notadamente da USP, o mesmo não se pode dizer em termos disciplinares, já que geógrafos, sociólogos, antropólogos, filósofos e estudiosos da literatura nacional ingressaram no seu interior.

Escrito e publicado um ano após a criação da SEH, *Os estudos históricos no Brasil* apresentou também uma polissemia para a expressão que lhe deu título. Como “estudos históricos no Brasil”, Astrogildo Rodrigues considerou não só a produção de seus pares - historiadores universitários, a qual teve em alta conta, como se verá -, como também os livros de homens de letras e de profissionais de outras áreas. Nesse sentido, as palavras a seguir, em tom formal e elogioso, são bem significativas:

Aos tradicionais centros de cultura que foram no passado o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, o Museu Goeldi incorporam-se hoje as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras do país, o Museu de Arte, o Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo, centros de primeira grandeza na projeção dos estudos históricos¹⁹⁹.

O lugar de produção dos estudos históricos, na visão do analista acima, não se reduziria ao seu departamento disciplinar. Antes, o englobaria, alcançando vários outros centros de saber, para além do estritamente historiográfico. A categoria “estudos históricos” representaria a contribuição de diferentes áreas do saber humanístico, comprometidas com a análise do passado, da história em seu sentido amplo de realidade humana. Tratar-se-ia, pois, de um termo condizente com um universo disciplinar ainda não de todo disciplinado e especializado, no qual diferentes campos e sujeitos do conhecimento poderiam dar sua contribuição.

A orientação polissêmica da categoria “estudos históricos” esteve presente não apenas em Astrogildo Rodrigues, mas também em um escrito de um outro sócio fundador da SEH: Sergio Buarque de Holanda. Escrevendo no mesmo ano que *Os estudos históricos no Brasil*, este autor publicou no jornal *Correio da Manhã* o artigo *O pensamento histórico no Brasil dos últimos 50 anos*, no qual também se valeu de um

¹⁹⁸ Para a lista completa, ver: *Revista de história*, Ano II., Num. 06, São Paulo, 1951, p. 407-409.

¹⁹⁹ MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os estudos históricos no Brasil. *Revista de história*, ano II, Num. 06, 1951, p. 386.

significado amplo da noção em apreço. Pedro Afonso e Matheus Henrique, analisando o texto de Sergio Buarque, apontaram: “podemos equivaler ‘pensamento histórico’ a ‘estudos históricos’ e ‘historiografia’? O conjunto do artigo define como objeto, de fato, a ampla categoria dos estudos históricos: *toda a produção nas diferentes áreas da história, ou que se valem da história, ou que repercutem sobre ela*”²⁰⁰. Foi com esse enfoque alargado que se valorizou a contribuição tanto de uma história econômica de Roberto Simonsen como uma história sociológica de Fernando Azevedo, ambos os autores ligados à prestigiada Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Assim como Astrogildo Rodrigues e Sergio Buarque, o também sócio fundador da SEH Pedro Moacyr operou em seu texto com uma semântica alargada do termo “estudos históricos”. Embora use bastante a expressão “historiografia”, o romanista da USP não deixou de incorporar também no seu esboço historiográfico autores e obras não ligados à história disciplinar *tout court*. Escrito dez anos depois dos textos de Astrogildo Rodrigues e Sergio Buarque, *Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX* incorporou no seu rol historiográfico digno de nota produções de autores como João Cruz Costa e Laerte Ramos de Carvalho, os quais teriam dado importantes contribuições a uma história das ideias no Brasil²⁰¹. Ressalte-se que os filósofos citados, além de serem docentes na FFCL da USP, eram também sócio fundadores da SEH. Aliás, a própria SEH, ao lado da *Revista de história*, teve sua ação destacada, digna de comparecer como iniciativa vital no esboço historiográfico²⁰².

Ao lado dos colegas profissionais supracitados, Pedro Moacyr referenciou outros também, como Lourival Gomes Machado, Fernando de Azevedo, Roger Bastide e Florestan Fernandes, todos os nomes ligados ao curso de Ciências Sociais da USP. Essa forte ligação com os cientistas sociais da Universidade de São Paulo evidencia um traço fundamental da realidade intelectual paulista dos anos 1950-1960, qual seja, o prestígio daquela área de conhecimento, a qual os historiadores e as historiadoras tenderam a ter

²⁰⁰ SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Matheus Henrique Faria. Mutações do conceito moderno de história? Um estudo sobre a constituição da categoria “historiografia brasileira” a partir de quatro notas de rodapé (1878-1951). In: SILVA, Ana Rosa Cloet da; NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Matheus. *Contribuições à história da historiografia luso-brasileira*. São Paulo: Hucitec/Belo Horizonte: Fapemig, 2014, p. 47. Grifos dos autores.

²⁰¹ CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista de história*, Vol. 22, Num. 45, São Paulo, 1961, p. 156. e CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1961, p. 289-290.

²⁰² Op. Cit., 1961, p. 15. e Op. Cit., 1961, p. 286.

em alta conta, até mesmo durante as décadas seguintes. Nomes como Florestan Fernandes e Antonio Candido chegaram a exercer, inclusive, certa liderança intelectual não só entre os praticantes de Clio, como na própria Faculdade de Filosofia, centro ao qual vários intelectuais universitários se ligavam. Carlos Guilherme Mota, em sua tese de livre-docência, sofisticará e reforçará esta atitude de consagração dos cientistas sociais da USP, elevados ao posto de modernizadores das Humanidades no país no alvorecer na segunda metade do século passado.

Porém, intelectuais não atuantes na Universidade também foram apontados por Pedro Moacyr em seu esboço, como Octávio Tarquino de Souza, Caio Prado Junior, Gilberto Freyre, Alberto Rangel e Álvaro Lins. A polissemia do termo “estudos históricos” permitiu a avaliação positiva destes homens de letras, bem como de outros do início do século XX e fins do XIX. “Estudos históricos”, categoria não disciplinar, longe de indicar a historiografia *strictu sensu*, apontaria para a pesquisa sistemática sobre o passado nacional, e o seu conseqüente produto escrito, perfazendo um esforço de compreensão da história do país, ampliando assim o conhecimento histórico do e no Brasil.

Dessa forma, a vinculação dos dois historiadores-juristas a SEH, parece ser fundamental para o entendimento de seus balanços históricos a respeito da historiografia brasileira. A categoria “estudos históricos”, central nos seus textos, aparenta ecoar orientações da antiga *Sociedade Paulista de Estudos Históricos*, órgão criado por “um grupo de estudiosos de história e ciências sociais” mas que contou com “o apoio e a colaboração de diversos elementos não pertencentes aos quadros universitários”, na “mais íntima comunhão de interesses culturais”²⁰³. Porém, para o caso de Pedro Moacyr Campos, além da referência à SEH, uma outra iniciativa de suma relevância foi a produção e publicação do manual *Iniciação aos estudos históricos*, de Jean Glénisson, em 1961, mesmo ano de criação da APUH.

Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX, a despeito da publicação na *Revista de história* no primeiro trimestre de 1961, foi concebido para o manual de Jean Glénisson, conforme a indicação de uma nota de abertura do próprio

²⁰³ *Revista de história*, Ano II., Num. 05, São Paulo, 1951, p. 227.

artigo²⁰⁴. Pedro Moacyr conheceu o historiador francês quando este veio, a partir de uma indicação de Fernand Braudel, reger no curso de História da USP a recém criada cadeira de “Introdução aos estudos históricos”, entre 1957 e 1958. Além de formação em história, obtida na *université de Poitiers* no início dos anos 1940, Jean Glénisson passou também pela *l'école des Chartes*, licenciando-se em letras e especializando-se em arquivologia e paleografia medieval. Assim como Pedro Moacyr, tinha interesses de pesquisa na história de Roma Antiga e, principalmente, na história medieval, sobre a qual escreveu vários livros, como *La France de la guerre de Cent ans (1300-1450)* e *Le Livre au Moyen Age*, publicados respectivamente em 1971 e 1988²⁰⁵.

Essas afinidades de pesquisa certamente aproximaram Jean Glénisson e Pedro Moacyr, pautando possivelmente várias conversas entre ambos. Nos agradecimentos do livro, o primeiro reconheceu: “supérflua é a lembrança ao professor Pedro Moacyr Campos, pois está presente na tradução e elaboração do próprio volume, especialmente no capítulo sobre a historiografia brasileira, de sua lavra²⁰⁶”. Mais do que verter do francês para o português, Pedro Moacyr aparenta ter influenciado na escolha editorial da publicação, já que conhecia bem o editor-chefe da Difusão Europeia do Livro (Difel), empresa de capital suíço-português, dirigida por Jean-Paul Monteil, que publicou o trabalho de Jean Glénisson. Nesta mesma casa editorial, o historiador uspiano participou das publicações dos livros *História geral das civilizações* coordenado por Maurice Crouzet, entre 1955-1958, na condição de tradutor, e *História geral da civilização brasileira*, como assistente e um dos vários autores que contribuíram com capítulos para a obra²⁰⁷.

Essas atuações em empreendimentos editoriais sugerem que Pedro Moacyr, a despeito de sua baixa atuação na pós-graduação, parece ter se inclinado para outras frentes do processo de profissionalização. Conforme já ressaltado, este movimento englobou diferentes iniciativas, possibilitando aos intelectuais nele envolvidos

²⁰⁴ “O presente trabalho é um capítulo da obra intitulada *Introdução aos estudos históricos*, sob a direção do Prof. Jean Glénisson (do Centre de recherches historiques, Paris), a ser brevemente publicada pela Editora Difusão Europeia do Livro.” Retifique-se que a obra foi publicada com o título de *Iniciação - e não introdução - aos estudos históricos*.

²⁰⁵ Sobre Jean Glénisson, ver a seguinte síntese de sua biografia intelectual: http://pollagoras.free.fr/auteurs/glenisson_jean/glenisson.htm Acessado em 13/03/2019.

²⁰⁶ GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1961, p.8.

²⁰⁷ Sobre os empreendimentos editoriais citados, ver: HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EdUSP, 1985, p. 573-605. Sobre Maurice Crouzet (1897-1973), cujo manual foi bastante usado nos cursos de graduação Brasil afora, ver: PAULA, Eurípedes Simões de. *História Geral das Civilizações*. *Revista de história*. Vol. 18, Num. 37, São Paulo, 1959.

diferentes performances. Sua ação na feitura dos dois livros supracitados relaciona-se com seu anseio, enquanto docente da FFCL da USP, de fornecer aos discentes de graduação a possibilidade de estudos sintéticos e macros, calçados em autores gabaritados universitariamente e chancelados pelo conhecimento científico. Se Sergio Buarque de Holanda era na época o catedrático de História da Civilização Brasileira, Maurice Crouzet era por esse mesmo tempo editor-chefe da prestigiada *Revue historique*. *Homme doubles*, Pedro Moacyr valoriza a formação profissional a partir de interpretações holísticas, gerais, ainda que fosse um especialista em Roma antiga.

Além do romanista uspiano, João Cruz Costa também atuou para a feitura do manual, conforme a “orelha” escrita por este último: “conhecedor dos altos méritos de professor, de erudito e de investigador de Jean Glénisson, insisti para que ele transformasse os seus cursos em um livro. Não foi fácil, porém, convencer o autor da utilidade, da oportunidade e do alcance que o mesmo poderia ter em nosso meio²⁰⁸”. *Iniciação aos estudos históricos* veio à baila com uma forte presença de profissionais ligados à USP. Além de Pedro Moacyr e João Cruz Costa, a produção estampou também o nome de Emilia Viotti da Costa, que foi assistente de Jean Glénisson na cadeira de “Introdução aos estudos históricos”, passando a reger a mesma após a saída do professor francês. Emilia Viotti escreveu o capítulo “Algumas tendências da historiografia contemporânea no congresso internacional de história de 1955”, o qual figurou como apêndice da obra.

O livro de Jean Glénisson, fomentado por vários docentes que atuavam na FFCL da USP, insere-se bem no processo de profissionalização da historiografia no Brasil, sendo uma espécie de resumo ampliado das aulas do referido docente. Daí porque sua motivação partiu não inicialmente do autor, mas sim daqueles que estavam ao seu redor, profissionalmente. Nesse sentido, a obra ganhou ares de um verdadeiro manual, um passo a passo destinado à formação profissional de historiadores e historiadoras, conforme desejava João Cruz Costa. Eurípides Simões de Paula, em sessão de 30 de julho de 1965, a qual condecorou o historiador francês com o título de *doutor honoris causa* da USP, afirmou que o livro-manual do homenageado era, para todo estudante de história, uma “fonte de referência obrigatória, uma espécie de bíblia da Introdução aos

²⁰⁸ Consultar a primeira edição de: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1961.

Estudos Históricos”²⁰⁹. Simões de Paula destituía aqui o *Teoria da história do Brasil* de José Honório Rodrigues? Provavelmente²¹⁰.

O fato é que Jean Glénisson incorporou tal anseio disciplinar, apontando os seguintes propósitos para o seu livro:

Iniciar o estudioso na concepção contemporânea de história, de encorajá-lo a praticar aquilo que Marc Bloch chamava com tão belo nome: o ofício; o ofício do historiador. O de mostrar sumariamente os caminhos percorridos pela história até atingir sua problemática atual. O de assinalar, de passagem, as correntes inovadoras que permitem discernir a provável evolução de nossa disciplina nos anos por vir, concedendo-se, evidentemente, grande lugar à história da história, pelo menos a partir dos anos 1850-1900, que presenciaram o triunfo do método crítico. O de, enfim, revelar o método e as técnicas, pôr ao alcance do amator de história o instrumento que poderá convertê-lo num historiador consciente²¹¹.

Foi dentro desse *discours de la méthode* que *Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX* encontrou lugar, situando-se justamente nas últimas páginas do livro-manual. Com isso, o estudante de história tinha diante de si a possibilidade de encontrar uma historicização disciplinar tanto ao nível ocidental quanto nacional. Aqui, especialmente, os vínculos entre formação profissional do(a) historiador(a) e história da historiografia encontram-se plenamente, como que práticas indissociáveis.

Tal fato mostra a relevância do texto de Pedro Moacyr dentro da comunidade historiográfica de São Paulo, alçado à condição de discurso disciplinar introdutório e incontornável ao estudante paulista e brasileiro que desejava se iniciar nos estudos históricos. A proposta de historicização da historiografia brasileira surgia como um conhecimento prático na formação do historiador, indispensável para o exercício deste profissional. Sendo assim, intensificando os anseios profissionais do texto de Astrogildo Rodrigues, *Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX* colocou no horizonte o profissional historiador, a formação deste *indivíduo epistêmico*²¹². Articulado não só à SEH, mas principalmente ao manual *Iniciação aos estudos*

²⁰⁹ *Revista de história*, Num. 68, São Paulo, 1966, p. 591.

²¹⁰ Nesse sentido, ele parece fazer o coro a crítica de seu colega de departamento, Eduardo de Oliveira França, que no começo dos anos 1950 fez uma resenha apontando “reparos, imprecisões e perigos” do livro de José Honório Rodrigues. Ver: FRANÇA, Eduardo Oliveira. A Teoria Geral da História: Considerações a propósito de um livro recente. *Revista de História*. São Paulo. Nº7, vol.3, 1951, p.111 - 141.

²¹¹ GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1961, p. 05.

²¹² BOURDIEU, Pierra. *Homo academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011, p. 143.

históricos, o capítulo de Pedro Moacyr investiu em “uma renovação dos estudos de história no Brasil”²¹³, conforme suas primeiras linhas. E para renovar o presente, mirando o futuro, foi preciso construir um passado, um passado disciplinar para a historiografia brasileira.

2.3) *Do passado para o presente: construções*

Os dois historiadores-juristas conceberam um formato textual semelhante para veicular suas ideias. Em termos de forma, desconsiderando a quantidade de páginas radicalmente diferente entre os autores, o modelo de *balanço* se fez presente. A visão de Horst Walter Blank a respeito desta configuração narrativa, como sendo “livro-textos que contem visões panorâmicas do estado das pesquisas com intenção de graduar historiadores ou classificá-los em campos específicos”²¹⁴ fornece uma aproximação inicial. De fato, as produções em apreço apresentam um narrador solar, isto é, uma voz narrativa que, soberana no texto, sobrevoa séculos da história, pontuando autores, artigos, livros e instituições, fornecendo uma visão de conjunto. Ante ao texto, é como se o leitor tivesse diante de si um percurso linear e evolutivo da historiografia brasileira ao longo do tempo, de sua origem até os dias contemporâneos de seus autores.

Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr operaram a partir daquilo que o antropólogo francês Joel Candau chamou de *retórica holista*: “o emprego de termos, expressões, conceitos e figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que são conceituados como *outra coisa* que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, isomorfos”²¹⁵. A historiografia brasileira seria esse conjunto estável, *a priori* até, a ser esclarecido em seus componentes, desenhos e formas, o que faz com que a simples configuração de *balanço*, tal qual exposta por Horst Walter, não seja suficiente para pensar a forma discursiva de *Os estudos históricos no Brasil e Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*.

²¹³ CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista de história*, Vol. 22, Num. 45, São Paulo, 1961, p.107. e CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1961, p. 250.

²¹⁴ BLANKE, H. W. Por uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 30.

²¹⁵ CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2016, p.29. Grifos do autor.

Além de objetivarem caracterizar panoramicamente o objeto, estes textos estão marcados também pelas seguintes perguntas: o que é a historiografia brasileira? Produção histórica de brasileiros ou produção sobre o Brasil? É possível entendê-la a partir da história do Brasil? Ou ela acompanha outra história, paralela à nacional? Em suma, como enquadrar historicamente o que se chama de historiografia brasileira? Conforme apontado, há uma considerável nebulosidade na expressão “historiografia brasileira”, a qual leva não só ao esforço de definição, mas também, e principalmente, de *como abordar e tratar* tal objeto. Sugestivamente, *Os estudos históricos no Brasil e Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX* apresentaram uma preocupação metodológica, para além do anseio de descrição geral do objeto.

Ainda sobre a forma dos artigos, cumpre destacar a sua dimensão circular. Em que pese o tratamento linear do objeto, na processualidade do tempo histórico, bem de acordo com a concepção moderna de história, avulta-se nos textos uma circularidade, na medida em que eles começam e terminam tratando do presente, da época atual, isto é, da produção historiográfica universitária. Esta temporalidade é não só o ponto de partida, como é igualmente o destino final dos textos. No horizonte de produção textual, o presente da historiografia brasileira se impôs, fazendo com que o passado compareça para explicá-lo e situá-lo temporalmente. No fundo, o passado seria parte do presente, daí o interesse em fazer uma história da historiografia brasileira. Assim, na linearidade narrativa dos textos, abrigou-se uma circularidade que, partindo do presente, recua-se ao passado, para ao final voltar-se a ele, esfericamente.

Neste formato textual e narrativo urdido pelos historiadores-juristas, é importante sublinhar a intertextualidade com algumas produções semelhantes, em termos de objeto e objetivos. Nesse sentido, Astrogildo Rodrigues referenciou o *Manual bibliográfico de Estudos brasileiros*, livro concebido nos anos 1940 para ser uma “bibliografia crítica e seletiva, que pudesse servir de guia introdutório aos estudos brasileiros”²¹⁶, compondo um vasto painel de algumas áreas de conhecimento desenvolvidas no país, como direito, etnologia, filologia, geografia, história, sociologia, entre outras. Já Pedro Moacyr referenciou trabalhos como os de *The idea of History*, de George Collingwood; *Notions d’historiographie moderne*, de George Lefebvre; *A pesquisa histórica no Brasil* e *Teoria da história do Brasil*, ambos de José Honório

²¹⁶ MORAIS, Manoel Borba de; BERRIEN, William. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 10.

Rodrigues; *O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos*, artigo de Sergio Buarque e *Notes et réflexions sur le travail historique au Brésil*, de Henri Hauser.

Como se vê, José Honório Rodrigues foi o único autor a ser referenciado com mais de um trabalho, o que mostra sua posição de relevância no interior das reflexões sobre a historiografia brasileira pós anos 1950. Registre-se que na produção de Astrogildo Rodrigues, concebida no prelúdio desta década, aquele intelectual carioca não foi citado em nenhum momento, contrastando com o texto de Pedro Moacyr, o qual chegou a expressar que seu apanhado da pesquisa histórica durante o século XIX apoiava-se todo em Honório Rodrigues, mais precisamente no livro *A pesquisa histórica no Brasil*, escrito em 1952. O autor de *Teoria da história do Brasil* chegou a comparecer em quinze – das 176 – notas de rodapé, como referência bibliográfica, fornecendo tanto subsídios teóricos como empíricos. Nenhum outro autor foi tão referenciado. Logo, parece plausível afirmar que José Honório Rodrigues foi o principal interlocutor do artigo-capítulo de Pedro Moacyr.

Se o autor de *Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX* especializou mais seu diálogo autoral, realizado sobretudo com autores ligados ao espaço universitário, ambos os historiadores-juristas, entretanto, adotaram procedimentos disciplinares comumente ligados ao ofício da história enquanto ciência. Notas de rodapé em profusão (176 no texto de Pedro Moacyr e 15 no de Astrogildo Rodrigues), remissões documentais e autorais frequentes e linguagem na primeira pessoa do plural, como a indiciar a voz conjunta da comunidade, pululam nos dois textos. Essas *marcas de historicidade*, conforme a conceituação de Krzysztof Pomian²¹⁷, marcam uma diferenciação dos textos de Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr em relação a outros que, semelhantes, circulavam no universo intelectual brasileiro do início da segunda metade do século XX, como o *Manual bibliográfico de Estudos brasileiros* e *O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos*. Tal diferença parece advir do espaço de produção de cada um desses textos.

A respeito da historiografia brasileira, expressão bastante usada pelos dois historiadores-juristas, pode-se assinalar que, para ambos, ela acompanhava a própria história do país, da colônia à nação independente. Espelhando a história nacional, aquela categoria foi posta até mesmo antes da nação, razão pela qual se apontou uma

²¹⁷ POMIAN, Krzysztof. História e ficção. *Revista Projeto História*. Num. 26, São Paulo, 2003, p. 20-21.

“historiografia brasileira colonial”. Aqui, por exemplo, eles não se diferenciaram de José Honório Rodrigues, autor que, desde *Teoria da história do Brasil*, publicado em 1949, já falava em uma produção histórica colonial.

Com essa perspectiva, Astrogildo Rodrigues arrematou que “de Frei Vicente do Salvador (século XVI) a Varnhagen (século XIX) a contribuição histórica é escassa. Não há sistematização do estudo e o apoucado material existente é falho pela ausência de crítica, pela desconexão e pela falta de um objetivo norteante”²¹⁸. A fragilidade historiográfica deste momento seria reflexo do próprio “acanhado campo cultural da colônia, onde a Metrópole afogava quase tôdas as possibilidades de desenvolvimento intelectual”²¹⁹. Assim, pouco haveria do que se falar da historiografia brasileira colonial.

Pedro Moacyr apresentou um diagnóstico divergente. Para ele, o período colonial brasileiro edificou um traço que marcara a historiografia brasileira durante mais de um século. Trata-se do nativismo, sentimento nacionalista de hipervalorização da terra local e de seu povo. Aqui, destacou-se a obra de Sebastião Rocha Pita, colono nascido em Salvador que, em 1730, escreveu *História da América Portuguesa*. Para Pedro Moacyr,

Sua intenção era, decididamente, tecer um hino à terra, resultando daí passagens famosas, em que a natureza, especialmente, era cantada em todos os seus esplendores, numa exaltação gongórica às belezas e à opulência do Brasil. Notava-se, ainda, outra característica fundamental na obra: o desejo de exibir sapiência a qualquer pretexto, segundo o gosto em vigor nas academias literárias [...]. O elemento clássico assume uma considerável importância, não deixando Rocha Pita de julgar a América Portuguesa em condições de rivalizar com a Itália e a Grécia na produção de engenhosos filhos. Acima de quaisquer discussões, entretanto, Rocha Pita ocupa um lugar de relevo na historiografia nacional, pelo reflexo que teve no ulterior desenvolvimento desta última.²²⁰

O fundador da *Academia dos esquecidos* foi colocado não só como o marco inicial da historiografia brasileira, a pedra de fundação dos estudos históricos no Brasil, mas foi visto como uma espécie de fantasma a ser exorcizado pelos historiadores posteriores,

²¹⁸ MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os estudos históricos no Brasil. *Revista de história*, ano II, Num. 06, 1951, p. 382.

²¹⁹ MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os estudos históricos no Brasil. *Revista de história*, ano II, Num. 06, 1951, p. 381.

²²⁰ CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista de história*, Vol. 22, Num. 45, São Paulo, 1961, p. 110. CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1961, p.252.

em razão do sentimento nativista. Contra ele, ou melhor, combatendo o nativismo plantado por ele, letrados como Robert Southey, Francisco Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu escreveram suas histórias e abriram caminhos de renovação.

Dessa forma, a origem da historiografia brasileira marca uma diferença importante entre os autores de *Os estudos históricos no Brasil* e *Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*. Lá, Varnhagen surgiu como “o pai da historiografia brasileira”²²¹; aqui, Rocha Pita ocupou tal posto, cabendo ao autor de *História Geral do Brasil* o qualificativo de “o máximo expoente da historiografia brasileira do século XIX”²²². Com isso, emerge a principal divergência entre os dois historiadores-juristas, em termos de construção temporal da história dos estudos históricos no Brasil. Para Astrogildo Rodrigues, “o problema historiográfico brasileiro oferece, na verdade, aspectos bem característicos, cuja interpretação encontra suas raízes em momentos bem definidos da civilização brasileira”²²³; já para Pedro Moacyr, “apenas com o pensamento voltado para toda a Europa Ocidental será inteligível a visão de uma história brasileira”²²⁴.

Em sua história da historiografia brasileira, o autor de *Os estudos históricos no Brasil* centrou-se no próprio processo histórico nacional, encarado de forma relativamente autônoma em relação ao Velho Mundo. Daí porque o historiador uspiano estabeleceu marcos políticos da história brasileira como balizas temporais de sua produção. Nesse sentido, descreveu-se a historiografia brasileira nos períodos colonial, imperial e republicano, destacando os traços, os autores e as obras históricas de cada um desses momentos. O século XIX, com a criação do IHGB e os estudos de Varnhagen, marcaria um momento de “evolução dos métodos de pesquisa histórica, que já se inspiraram no estudo das fontes, bem como numa incipiente crítica, falha, por vezes, mas inspiradora de futuras observações”²²⁵. O enfoque nacional de Astrogildo

²²¹ MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os estudos históricos no Brasil. *Revista de história*, ano II, Num. 06, 1951, p. 382. Registre-se que em nenhum momento tal expressão aparece no texto de Pedro Moacyr.

²²² CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista de história*, Vol. 22, Num. 45, São Paulo, 1961. 129.

²²³ MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os estudos históricos no Brasil. *Revista de história*, ano II, Num. 06, 1951, p. 381.

²²⁴ CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista de história*, Vol. 22, Num. 45, São Paulo, 1961, p. 108. CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1961, p.251.

²²⁵ MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os estudos históricos no Brasil. *Revista de história*, ano II, Num. 06, 1951, p. 382.

Rodrigues ficou bem evidenciado na historicização desta fase oitocentista da historiografia brasileira, quando apontou que

Não se pode negar igualmente a essa fase de evolução a influencia decisiva da côrte imperial, nordeada por um chefe de estado de tendências filosóficas e bizantices literárias, bafejando os estudos históricos com sua paternal proteção, consubstanciada na atenção para com o primeiro núcleo convergente de atividades históricas – o IHGB - , modelo dos organismos que proliferaram a espaços regulares nas demais províncias do país²²⁶.

Na contramão desta perspectiva, Pedro Moacyr enfatizará a todo momento as ligações da historiografia brasileira com a Europa, de onde viria o seu sentido histórico. Essa ligação já estaria inscrita na origem mesma dos estudos históricos, na medida em que Rocha Pitta, com seu sentimento nativista, reproduzia o movimento romântico europeu de fins do século XVIII de enaltecimento da localidade, vista como a verdadeira pátria do indivíduo, o seu berço e túmulo histórico, razão pela qual deveria ser exaltada. Ampliando tal dimensão ocidental, o historiador romanista assinalou que “simbólico, a tal respeito, parece-nos ser o próprio panorama da historiografia relativa ao país na primeira metade do século XIX, em que se destaca um inglês – Southey – e um alemão - Martius”²²⁷.

Na escrita da história da historiografia brasileira de Pedro Moacyr, o autor inglês de *History of Brazil* foi enaltecido, colocado como o primeiro a combater o nativismo plantado por Rocha Pita, no que “procedeu ele, enfim, de molde a merecer respeito até os nossos dias”²²⁸. A operação é clara: Rocha Pita pertence ao passado, ao tempo a ser ultrapassado, como origem, enquanto que Robert Southey, mesmo no século XIX, merece ser lembrado, tornando-se passado-presente. Em vários momentos do texto, o representante do romantismo inglês apareceu com um autor cujo legado foi assumido por outros letrados, como Von Martius e Varnhagen.

²²⁶ MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os estudos históricos no Brasil. *Revista de história*, ano II, Num. 06, 1951, p. 383.

²²⁷ CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista de história*, Vol. 22, Num. 45, São Paulo, 1961, p. 109. CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1961, p.251.

²²⁸ CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista de história*, Vol. 22, Num. 45, São Paulo, 1961, p. 113. CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1961, p.255.

No caso do IHGB, grande símbolo da historiografia brasileira oitocentista, apontou-se que sua “fundação [...] ocorreu precisamente quando floresciam na França os historiadores românticos, empolgados pelas ideias de liberdade, de exaltação à nacionalidade, cujas origens últimas procuravam reconstituir em suas obras”²²⁹. A articulação do instituto com a Europa, inexistente no artigo de Astrogildo Rodrigues, foi feita também a partir de uma nota de rodapé, na qual se registrou que o presidente do congêneres francês, Le Peletier D’Aunay, também estava entre os membros fundadores do IHGB. Assim, a historiografia brasileira oitocentista, desde o seu nascimento, cultivaria relações próximas com o Velho Mundo, semelhante ao que ocorria com a cultura brasileira de maneira geral.

A despeito dessa diferença de enfoque entre Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr, ambos usaram a ideia de *civilização*. Para o primeiro, a civilização brasileira enquadraria os estudos históricos no Brasil, ao passo que no segundo seria a civilização ocidental que forneceria tal enquadramento. Logo, a operação de inclusão da produção histórica nacional em um quadro civilizatório foi comum a ambos. *Civilização* parece significar, conforme seu sentido oitocentista, *cultura*, esse “todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridas pelo homem como membro de uma sociedade”²³⁰. Trata-se do conceito moderno de cultura, conforme a formulação do inglês Edward Tylor, nas décadas finais do século XIX. A associação entre civilização e cultura, dois conceitos vitais no dito “século da história”, foi bastante comum neste momento, estendendo-se, inclusive, para a era seguinte, subsidiando até os processos políticos de imperialismo ocidental e independência colonial.

Com essa ideia de civilização, a historiografia, de maneira geral, foi entendida como uma produção cultural, essencialmente ligada a uma cultura geral específica, nacional para Astrogildo Rodrigues, e ocidental para Pedro Moacyr. Os estudos históricos, embora se diferenciem de outras produções, como as artes, os costumes, os tratados políticos e filosóficos, etc., partilhariam com estes uma mesma origem,

²²⁹ CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista de história*, Vol. 22, Num. 45, São Paulo, 1961, p. 115. CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1961, p.256.

²³⁰ TYLOR, Edward Burnett. *Primitive Culture*. Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art, and Custom. London: John Murray, 1903. Tradução minha.

inseridos que estão no mesmo universo cultural. A produção da cultura de um povo ou de uma sociedade, também envolveria a história, os escritos sobre o passado de uma dada comunidade. A historiografia brasileira faria parte de uma “cronologia civilizacional”²³¹, isto é, acompanharia desde o início uma civilização, razão pela qual teria, quase que inevitavelmente, uma *démarche* de progresso.

E aqui, sobretudo no caso de Astrogildo Rodrigues, que usou recorrente e explicitamente a expressão “civilização brasileira”, o vínculo entre civilização e comunidade nacional deu bem o tom, comprovando o que Pim de Boer denominou de “nacionalização do conceito de civilização”²³². Com o fortalecimento dos estados-nacionais no último quartel do século XIX, a ideia de civilização foi se pluralizando, abrindo-se para ser mais do que um coletivo-singular, como na clássica discussão de Reinhart Koselleck. Itália, Alemanha, mas também Brasil e Argentina, reivindicaram para si o atributo de civilização, após seus processos de emancipação política.

O termo civilização estruturou várias disciplinas do curso de História nas décadas iniciais de sua criação. No currículo dos anos 1930, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, foi comum a existência de componentes curriculares como “História da civilização”, “História da civilização brasileira”, “História da civilização americana”, entre várias outras. Os próprios autores de *Os estudos históricos no Brasil e Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*, os quais se formaram neste currículo, ocuparam enquanto docentes cadeiras orquestradas com base na ideia de civilização: a americana, para Astrogildo Rodrigues, e a Antiga e Medieval, para Pedro Moacyr. Logo, não surpreende o uso de tal categoria em seus textos, colocada como a geografia do Brasil, a realidade cultural na qual o país estaria envolvido, nacional para um e ocidental para outro.

A diferença entre os dois historiadores-juristas seguiu também a respeito do passado da historiografia brasileira no século XX. Se ambos apontaram a figura de Capistrano de Abreu como o elo renovador entre a fase oitocentista e o momento moderno dos estudos históricos, o sentido dessa passagem foi lido de modo particular.

²³¹ Conforme expressão de Temístocles Cezar, em: Escrita da história e tempo presente na historiografia brasileira. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 40.

²³² A ideia deste autor foi consultada indiretamente, através do texto de: FERRES JÚNIOR, João. O conceito de civilização: uma análise transversal. In: _____ (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014, p. 423-455.

Astrogildo Rodrigues viu aqui o princípio de uma historiografia brasileira que se voltava para si, para a realidade local, estudando temas essencialmente nacionais, como os bandeirantes, os sertanejos, a civilização do couro e a formação territorial brasileira²³³. Ao passo que Pedro Moacyr enxergou e sentiu o desabrochar de um “novo espírito”, em que “a ânsia de chegar ao cerne do Brasil é permanente a preocupação com a Europa, combatendo-se o nacionalismo provinciano e buscando-se acertar o passo com os valores representativos da cultura ocidental”²³⁴.

Desse modo, a nação, autossuficiente ou integrada ao mundo europeu, parece ser um referente vital nos passados disciplinares construídos para a historiografia brasileira por Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr. A divergência em torno do nacional carrega para os seus textos uma diferença a respeito do passado dos estudos históricos no Brasil, o que mostra a relevância da questão nacional nos anos iniciais da segunda metade do século XX. Tais autores vivenciavam uma época na qual os Estados Nacionais, a despeito da Globalização que no momento já mostrava sua força, tinha uma importância essencial, pautando várias discussões e outros tantos projetos de mudanças. Era a época da Guerra Fria, da bipolaridade entre dois regimes socioeconômicos que se confundia com duas comunidades nacionais: Estados Unidos da América x União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Socialismo e capitalismo apontavam também para realidades nacionais, de modo que discutir tais regimes era ter em mente Estados Nacionais específicos²³⁵.

Na conjuntura do terceiro quartel do século passado, bastante herdeira da realidade pós II Guerra, era praticamente impossível não colocar a nação no horizonte de reflexão. Ela era o ponto de partida e de chegada. No caso brasileiro em particular, havia toda a atmosfera do nacional-desenvolvimentismo dos governos Vargas e JK, que colocou a nação tanto no presente, no sentido de diagnosticar a realidade nacional, quanto no futuro, com o objetivo de se criar um novo país, desenvolvido e soberano. Pensar a nação brasileira era uma realidade irresistível e incontornável para a

²³³ MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os estudos históricos no Brasil. *Revista de história*, ano II, Num. 06, 1951, p. 383.

²³⁴ CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista de história*, Vol. 22, Num. 45, São Paulo, 1961, p. 151. CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1961, p.265-266.

²³⁵ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.234.

intelectualidade nacional da segunda metade do século XX²³⁶. Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr fizeram essa reflexão a partir da historiografia brasileira, em que através da historicidade desta, ao longo dos séculos, se evidenciava o sentido da história da nação brasileira. Nação, história e historiografia se triangulavam, produzindo um dado sentido histórico, a orientar toda a narrativa.

Neste particular, os dois autores apresentaram diferentes teleologias, ainda que marcadas igualmente pela noção de progresso. O catedrático de História da Civilização Americana intuiu o sentido da história do Brasil – e por tabela da própria história da historiografia brasileira – como

A formação duma cultura de caráter personalista, que se libertou, por fim, da tutela intelectual europeia, não apenas na história, mas também na literatura, na arte e em outros setores da atividade cultural. Aquela timidez, diante dos tabus intelectuais criados pelo classicismo europeu, que tirava o brasileiro a espontaneidade e a naturalidade, converteu-se hoje num personalismo por vezes ousado, como o que transparece na moderna legislação brasileira, na pintura, na literatura, etc. [...] Vem o Brasil aparelhando-se com varias instituições culturais capazes de orientarem a civilização brasileira num sentido eminentemente renovador de cultura²³⁷.

A história do Brasil seria a história do progressivo desenvolvimento do espírito nacional, materializado em uma cultura brasileira a partir da qual a historiografia, ao lado de outras áreas de saber, revelaria uma autêntica preocupação com a realidade do país. Como nenhuma outra área, a história dos estudos históricos no Brasil manifestaria o paulatino “progresso nacional”²³⁸, o ser brasileiro revelado e conscientizado pela própria nação.

Contra essa filosofia nacional da história do Brasil, o docente da cátedra de História Antiga e Medieval bradou que

Fora do plano da história geral, não é possível uma história do Brasil, ou melhor, não é possível dar-se à história brasileira o seu pleno sentido; de fato, consideramos como indispensável o seu entrosamento no panorama ocidental, ao menos para corrigir a tendência à ideia do isolamento e do particularismo histórico. [...] Uma sadia base de

²³⁶ WASSERMAN, Claudia. Identidade nacional: o Brasil para seus intelectuais. *Revista Acervos*, Vol.19., Num. 1-2., jan/dez, 2006, p. 31-32.

²³⁷ MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os estudos históricos no Brasil. *Revista de história*, ano II, Num. 06, 1951, p. 385-386.

²³⁸ MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os estudos históricos no Brasil. *Revista de história*, ano II, Num. 06, 1951, p. 386.

conhecimento de história geral é indispensável para o desenvolvimento de uma legítima consciência ocidental, tanto mais para os brasileiros, povo de origem colonial, cujas raízes estão na Europa²³⁹.

Parte e reflexo da história do Brasil, a historiografia brasileira também seguiu o sentido desta, nascendo, desenvolvendo e permanecendo ligada à Europa, à cultura ocidental, de onde jamais deveria se apartar. O caminhar da historiografia brasileira acompanhou o mesmo passo da história nacional, rumo a uma “legítima consciência ocidental”²⁴⁰.

Onde estariam os vínculos históricos com a África e com os indígenas, matrizes históricas de formação da sociedade brasileira, apontadas desde o século XIX? O texto nada fala, em um completo silenciamento de contribuições não europeias. Pedro Moacyr, em nenhum momento, citou ligações africanas e indígenas com a história, cultura e historiografia brasileiras, o que escancara o pensamento eurocentrado do historiador da USP. Certamente, na citação mais acima, onde se vê “história geral” pode-se ler “história ocidental”, já que “foi a Europa, e não Portugal sozinho, que forneceu a esta nação [Brasil] os seus mais importantes fundamentos”²⁴¹. Representante da nação, a historiografia brasileira também adviria daí, de bases europeias, como comprovaria nomes como Rocha Pitta, Robert Southey, Von Martius, Varnhagen e Capistrano de Abreu, já que “todos eles, de uma forma ou de outra, tinham seu espírito aberto para a cultura europeia, todos eles faziam história com a gente imbuída de Europa”²⁴². Como a nação, o passado da historiografia nacional seria igualmente europeu, colonizado pelo ocidente ou por autores ocidentalizados.

No cerne das construções pretéritas de Astrogildo Rodrigues e de Pedro Moacyr está o contraste entre um passado disciplinar nacional e ocidental, respectivamente.

²³⁹ CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista de história*, Vol. 22, Num. 45, São Paulo, 1961, p. 154. CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1961, p.288.

²⁴⁰ CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista de história*, Vol. 22, Num. 45, São Paulo, 1961, p. 154. CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1961, p.288.

²⁴¹ CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista de história*, Vol. 22, Num. 45, São Paulo, 1961, p. 107-108. CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1961, p.250-251.

²⁴² CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista de história*, Vol. 22, Num. 45, São Paulo, 1961, p. 148. CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1961, p.283.

Historicizando a historiografia brasileira, o primeiro historiador-jurista viu uma origem nacional, eminentemente nacional, situada nos marcos da nação. Enquanto o Brasil se desenvolvia, desde sua época colonial, a sua historiografia crescia junto. O outro historiador-jurista, por sua vez, investiu em um passado disciplinar ocidental para o seu campo de conhecimento, alargando sua origem histórica, para além do suposto limite geográfico nacional. Este teria sido transcendido pelos historiadores oitocentistas, afinados que estariam com uma historiografia francesa, inglesa ou alemã.

O ápice dessa teleologia ocidentalista encontrou lugar no destaque dado à fundação das Faculdades de Filosofia, onde os cursos de história passaram a ter lugar nos anos 1930. Eis o movimento de culminância:

Para São Paulo e Rio de Janeiro vieram professores franceses, cujos nomes jamais serão esquecidos, ao tratar-se da história cultural do país: Émile Coornaert, Fernand Braudel, Henri Hauser, Eugène Albertini, Jean Gajé. Sob a orientação dêste último as cadeiras de história, em São Paulo, principiaram a formar seus primeiros doutores; por mais defeituosas que fôssem as teses apresentadas, em virtude de condições dominantes, não se pode negar representarem um grande progresso. Pela primeira vez no Brasil, trabalhava-se metodicamente, sob a orientação de um mestre europeu, e dava-se ao movimento de auto-crítica, que fermentava na elite brasileira, uma nova direção, na medida em que se principiava a ver o Brasil como uma parte do mundo ou, ao menos, do Ocidente; compreendia-se, assim, o quanto de absurdo havia naquela atmosfera antes predominante, em que se tinha a impressão de viver isolado do resto da humanidade²⁴³.

Verdadeiro acontecimento, divisor de águas da história no Brasil, a chamada “missão francesa” teria lançado as bases da “moderna historiografia brasileira”. Mas não só: a própria autocompreensão do país, sua auto-imagem enquanto corpo social, teria se transformado. Tal qual o modernismo de 1922, a vinda dos “mestres franceses” foi mais um capítulo da renovação da cultura nacional, entendida agora em suas relações como o mundo, o mundo ocidental, civilizado e moderno.

Embora cite a experiência universitária carioca, Pedro Moacyr não se deteve nela, focando exclusivamente na Universidade de São Paulo. O analista da historiografia brasileira destacou, além da contribuição de dois órgãos aos quais estava ligado na época (*Revista de história e Sociedade de Estudos Históricas*), as teses de

²⁴³ CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista de história*, Vol. 22, Num. 45, São Paulo, 1961, p. 153. CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1961, p.287.

Alice Piffer Canabrava, Olga Pantaleão, Myriam Ellis e Nícia Vilela Luz. Para ele, sobretudo com a primeira historiadora, a pesquisa histórica alcançava um nível nunca antes visto na sociedade brasileira. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)* e *A indústria do açúcar nas ilhas francesas e inglesas do mar das Antilhas (1697-1735)*, teses, respectivamente, de doutorado e de livre docência de Alice Piffer Canabrava, deveriam ficar para sempre como marcos de uma historiografia universitária herdeira dos “mestres franceses”, comprometida que seria com o método histórico e com o rigor científico, e não com nacionalismos ufanistas.

Interessante apontar que, das quatro historiadoras citadas acima, duas escreveram trabalhos ligados à cadeira de História da Civilização Americana: Alice Piffer Canabrava e Olga Pantaleão. O regente da cadeira, o catedrático Astrogildo Rodrigues de Melo, que chegou a orientar o trabalho de Myriam Ellis, em nenhum momento foi citado, embora sua tese de livre docência tenha recebido as mesmas notas que *A indústria do açúcar nas ilhas francesas e inglesas do mar das Antilhas (1697-1735)*. Pedro Moacyr parece não ter avaliado bem o trabalho de seu colega uspiano, fazendo questão de referenciar positivamente a historiadora que concorreu com Astrogildo Rodrigues, e que acabou perdendo injustamente a cátedra. Talvez por isso o autor de *Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX* tenha assinalado que os trabalhos de Alice Piffer Canabrava “não podem ser postos de lado”²⁴⁴.

Astrogildo Rodrigues, contudo, foi mais generoso com os seus pares universitários (incluindo a si próprio), elaborando uma longa lista de autores e trabalhos ligados ao DHIS da FFCL – USP. Nesse sentido, destacam-se os nomes de Eurípides Simões de Paula, Pedro Moacyr Campos, Eduardo de Oliveira França, Olga Pantaleão, Alice Piffer Canabrava e Alfredo Ellis Júnior. Além do próprio Astrogildo Rodrigues de Melo, referenciado excepcionalmente com três trabalhos: as teses de doutorado e de cátedra, e uma produção intitulada *O comércio europeu nos séculos XV e XVI e o florescimento de Espanha e Portugal*. Quanto ao nome de Alice Piffer Canabrava, concorrente no concurso de cátedra de 1946, o catedrático referenciou apenas a tese de doutorado daquela historiadora, defendida dois anos antes do certame, a despeito de A

²⁴⁴ CAMPOS, Pedro Moacyr. *Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*. *Revista de história*, Vol. 22, Num. 45, São Paulo, 1961, p. 155. CAMPOS, Pedro Moacyr. *Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1961, p.289.

indústria do açúcar nas ilhas francesas e inglesas do mar das Antilhas (1697-1735) ter circulado bastante na FFCL entre os anos de 1946-1960.

Os autores e os trabalhos supracitados apareceram em uma nota de rodapé, a fim de exemplificar e comprovar a seguinte situação:

Talvez tenhamos ganho, no setor histórico do presente, mais em profundidade do que em extensão. Já não predominam as obras maciças abrangendo largos períodos, como o foram no passado as de Varnhagen, Rocha Pombo e outros: preponderam, antes, as teses abrangendo períodos restritos, mas fortalecidos por uma análise mais objetiva, mais fecunda em observação, mais profunda em seus fundamentos, como as que tem produzido o Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo neste decênio de atividade²⁴⁵.

A era das grandes sínteses chegara ao fim: ao invés de histórias gerais, chegara o momento das teses, estudos bem delimitados e aprofundados sobre determinados objetos históricos. Emerge, assim, o tempo das monografias, valorado positivamente e em contraposição à época dos estudos macros anteriores. O movimento qualitativo é claro: das grandes sínteses para os estudos monográficos. Daí porque, entre os autores e obras referenciados no artigo, predominaram as teses de doutorado e de livre-docência.

Valorizando a especialização historiográfica, Astrogildo Rodrigues qualificou o seu departamento profissional como sendo um verdadeiro e eficiente “laboratório de pesquisa”²⁴⁶. A metáfora cientificista não parece ser fortuita. Assim como o seu par profissional Pedro Moacyr, ele também destacou a criação das universidades nos anos 1930 como um marco histórico, momento de inflexão dos estudos históricos no país. O progresso teria finalmente chegado ao Brasil: “a predominância dum ‘espírito universitário’ de cultura histórica vem norteando um progressivo incremento das pesquisas históricas, calcadas em preciosos subsídios dos arquivos, que vêm aumentando extraordinariamente o acervo documental de épocas notáveis de nossa história”²⁴⁷. Nem decorridos vinte anos de experiência universitária no país, Astrogildo Rodrigues, não obstante, já enxergou aí uma tendência a se tornar hegemônica na

²⁴⁵ MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os estudos históricos no Brasil. *Revista de história*, ano II, Num. 06, 1951, p. 387.

²⁴⁶ MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os estudos históricos no Brasil. *Revista de história*, ano II, Num. 06, 1951, p. 390.

²⁴⁷ MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os estudos históricos no Brasil. *Revista de história*, ano II, Num. 06, 1951, p. 386.

historiografia brasileira. O futuro seria dos historiadores universitários, acreditava piamente o historiador-jurista.

Dessa forma, nos dois uspianos a ideia de *contribuição* parece ser essencial, atuando como um elemento não só organizador da narrativa, como também hierarquizador do material historiográfico em apreço. Tal proposta pavimentou o caminho para a discussão sobre os méritos da criação do curso de história da USP. Os anos de 1950-1960 representam justamente o nascedouro da tópica relativa ao papel da FFCL no desenvolvimento da historiografia brasileira. Dali em diante, inúmeros historiadores e várias historiadoras, para além da USP, tomaram para si a tarefa de conjecturar a respeito da relação entre o curso superior de história e a produção histórica nacional, em um movimento que culminará na invenção de uma “escola uspiana de história”, por autoras como Maria Helena Rolim Capelato, Raquel Glezer e Vera Lucia Amaral Ferlini nos anos 1990²⁴⁸. Aqui, o passado da historiografia brasileira vai se (re)vestir com as túnicas da memória, uma memória tanto disciplinar como institucional²⁴⁹.

Intelectuais universitários limiares, Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr fizeram o elogio não só do curso uspiano de história, ou da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Na verdade, eles se colocaram como cultores da própria instituição a qual estavam vinculados, a Universidade de São Paulo. No texto de ambos reluz um cristalino encantamento com a instituição universitária, encarada como a principal entidade da história e da vida cultural brasileira. Tributários de uma formação universitária, os dois historiadores-juristas enxergaram o seu espaço formativo como o principal agente de uma revolução intelectual existente no Brasil desde os anos 1930. Sob esse prisma, era inevitável que um curso de história, edificado em bases acadêmicas universitárias, não fosse igualmente um fator tão importante quanto a própria Universidade. Assim, a historiografia brasileira estaria abrigada no interior de uma instituição de enorme prestígio simbólico, fadada a renovar o meio intelectual nacional.

²⁴⁸ CAPELATO, Maria H. R.; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera L. A. A escola uspiana de história. *Estudos Avançados*, Vol. 8., Num. 22., São Paulo, 1994, p. 349-358.

²⁴⁹ Analisei especificamente o referido artigo das historiadoras em: FREIRE, Diego José Fernandes. Memória, história e identidade: o caso da “escola uspiana de história”. *Artcultura*, Vol. 21, Num. 39, 2019, p. 139-153.

Embora abordem o passado e o presente, *Estudos históricos no Brasil e Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX* descortinaram também um futuro para o objeto em questão. A maneira como eles temporalizaram a historiografia brasileira, dando especial destaque à produção universitária, fez com esta desse o tom do presente, colocando-se quase que soberanamente, de modo que desse domínio se avizinhava uma provável continuidade no futuro. Sintomático a esse respeito é o fato de que ambos terminaram – e começaram também – suas linhas textuais tratando de uma historiografia universitária, tal qual praticada no DHIS da FFCL da USP.

O tempo narrativo circular, tendo a Universidade como *alfã* e *ômega*, ao invés de completamente fechado, mostrou-se também aberto, apontando o futuro que, paradoxalmente, seria semelhante ao presente. Se os historiadores universitários não dominavam o passado da historiografia brasileira, em razão dos estudos históricos de importantes letrados, no presente e, principalmente, no futuro a disputa estaria ganha para os primeiros. E aqui, conquistada a vitória, aquele tempo pretérito poderia ser reinscrito, inventado mesmo por quem se dizia agora senhor do tempo, especialista na e da disciplina histórica. Estava assim preparado o caminho para historiadores como Carlos Guilherme Mota e historiadoras como Maria de Lourdes, Maria Odila e Raquel Glezer, intelectuais universitárias que, logo na década seguinte aos textos de Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr, se lançaram em uma reelaboração do passado disciplinar da historiografia brasileira.

Entreato

A HISTÓRIA NO BALANÇO: O PRESENTE E O FUTURO DO PASSADO

A visão que afinal professamos não é nada otimista. Mas não é bem do otimismo que vive o homem, mas da esperança.
Luiz Costa Lima, 1978²⁵⁰.

Astrogildo Rodrigues de Melo e Pedro Moacyr Campos escrutinaram a historiografia brasileira a partir de uma visão comum a respeito do saber histórico na época em que viviam. A despeito da diferença de dez anos entre as produções de cada um, ambos os historiadores-juristas leram o seu presente sob o signo da renovação dos estudos históricos. 1950, 1960: como que dísticos temporais encarados como momentos de crescimento da história no Brasil. Para um, “o campo da investigação histórica se vai alargando”²⁵¹; na mesma direção, anos depois, o outro assinalava que a historiografia brasileira alcançava uma “maturidade”²⁵². Diante de um quadro historiográfico de evolução, exemplificado na existência de uma revista especializada, na produção de artigos e teses e nos cursos de graduação espalhados pelo país, a necessidade de um balanço histórico se fazia premente. E assim, sob o impulso de um presente a ser compreendido, os dois historiadores-juristas partiram para uma história da historiografia brasileira.

O exercício intelectual de temporalizar a historiografia brasileira feito por ambos compartilhou a experiência do tempo presente como evolução, típica da modernidade oitocentista²⁵³ da *belle époque*. A história no Brasil, enquanto conhecimento produzido e mobilizado por diferentes intelectuais, viveria uma atualidade de expansão, de maturação da área de saber em balanço. O momento seria não só de mudança, de transformação, mas sobretudo de progresso. Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr, que vivenciaram os anos 1930, o início do curso de História na USP, qualificavam agora as

²⁵⁰ LIMA, Luiz Costa. Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil. In:_____. *Dispersa Demanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, p. 26.

²⁵¹ MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os estudos históricos no Brasil. *Revista de história*, ano II, Num. 06, 1951, p. 381.

²⁵² CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista de história*, Vol. 22, Num. 45, São Paulo, 1961, p. 108. CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1961, p. 250.

²⁵³ Sobre a experiência do tempo oitocentista a partir da historiografia, em especial de Fustel de Coulanges, ver: HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003. Um exemplo brasileiro eloquente pode ser encontrado em: CEZAR, Temístocles. *Movimentos em Varnhagen*. In:_____. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

décadas seguintes como positivas. O presente saltava sobre o passado, elevando-o qualitativamente. Um esboço da historiografia brasileira pelo tempo da nação não deixaria de comprovar essa experiência exitosa linear e evolutiva. Contudo, na década seguinte aos anos 1960, essa compreensão do presente cederia lugar a uma outra percepção, completamente diferente.

Durante o decênio setentista, inúmeros historiadores e historiadoras trataram sua atualidade sob o signo da crise. Tal percepção do presente já foi mobilizada, inclusive, no princípio daquela década, quando inúmeros intelectuais universitários se reuniram no I Seminário de Estudos Brasileiros (SEB), realizado no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo, em 1971. Dentro deste evento, houve um grupo de trabalho voltado para uma discussão a respeito da situação dos estudos históricos no Brasil, coordenado por Sergio Buarque de Holanda, Alice Piffer Canabrava e Nícia Vilela Luz. Entre os analistas participantes estava José Eduardo Marques Mauro, historiador formado na USP²⁵⁴, o qual apresentou a comunicação *A pesquisa histórica no Brasil*, em que procurou dar conta da situação da área, em termos de “constatar as falhas e lacunas observadas e em seguida apresentar sugestões para a sua melhoria”²⁵⁵. A partir daqui, um presente tenebroso foi se desenhando na experiência do tempo do historiador²⁵⁶.

Logo de saída, como pressuposto, o historiador universitário apontou a existência de falhas e lacunas na pesquisa histórica praticada no Brasil de sua época. Seu retrato do estado geral e atual da arte então continuou:

A pesquisa histórica no Brasil se opera em condições bastante precárias e é mesmo sabido e repisado que ela continua a se constituir, as vezes, num misto de aventura com felizes coincidências ou desencontros desagradáveis que podem levar, as vezes, a grande decepções. [...] A nossa atenção voltou-se mais para a enumeração de certas deficiências básicas em setores fundamentais da pesquisa e que atuam como verdadeiros *pontos de estrangulamento* dos esforços dos pesquisadores, comprometendo, por vezes, a obra dos historiadores²⁵⁷.

²⁵⁴ Suas informações acadêmicas podem ser consultadas em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4727431T5> acessado em 03/08/2018.

²⁵⁵ MAURO, J.E.M. A pesquisa histórica no Brasil. In: IEB, *Anais do I Seminário de Estudos Brasileiros*. São Paulo: IEB, 1972, 3v, p. 10. Grifos do autor.

²⁵⁶ Experiência é pensada aqui a partir das contribuições de Yi-Fu Tuan, para o qual “é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Estas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização do mundo”. Ver: TUAN, Yi Fu. *Perspectiva experiencial*. In: ____ *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 2005.

MAURO, J.E.M. A pesquisa histórica no Brasil. In: IEB, *Anais do I Seminário de Estudos Brasileiros*. São Paulo: IEB, 1972, p. 9-10. Grifos do autor.

A metáfora do *estrangulamento*, apesar de forte, é significativa: os caminhos da historiografia estariam estreitados, de modo que os profissionais de Clio que enveredam por essa trilha corriam o risco de terem suas pesquisas sufocadas, antes mesmo de gerarem seus produtos, em uma espécie de aborto historiográfico espontâneo.

Não obstante, quais seriam esses *pontos de estrangulamento*, responsáveis por asfixiar a historiografia brasileira? José Eduardo continuou seu diagnóstico:

É o caso, de um lado, das *insuficiências das bibliotecas* (com deficiência de catalogação, acervos incompletos, bibliografia desatualizada, coleções de periódicos incompletos, inexistência de periódicos recentes) e, de outro, *a situação dos arquivos* (com deficiência e falta de catalogação de documento; as instalações precárias, comprometendo as vezes a própria conservação dos documentos; a falta de pessoal especializado; a insuficiência de publicação de catálogos; a ausência de equipamento moderno para a reprodução e manutenção de material etc.)²⁵⁸.

O avaliador acima elencou dificuldades que – todas elas – dizem respeito à pesquisa histórica, ao trabalho do pesquisador em história, daquele e daquela que necessita ir aos arquivos e às bibliotecas, lendo documentos, livros e revistas, tomando notas e escrevendo textos historiográficos. É a historiografia em sua face de investigação científica que o preocupava. É esta que estaria em perigo, com sua existência estreitada em razão de constrictões materiais que abafavam seu livre pulsar e, portanto, seu pleno desenvolvimento.

O texto de José Eduardo representou a atuação de um especialista, de alguém que, formado na lida do arquivo, no escarafunchar papéis antigos e decifrar documentos alheios, conhece a realidade sobre a qual discorre. No momento em que escrevia o texto ora em apreço, estava com o doutorado na USP em andamento, sob a orientação de José Sebastião Witter, a respeito do desenvolvimento econômico brasileiro na segunda metade do século XIX. Entre 1967-1968, realizou um curso de especialização de 380 horas que foi finalizado com um trabalho a respeito da repercussão da Crise de 1929 na imprensa paulista, a partir da orientação de Sergio Buarque de Holanda. Em 1973, dois anos após o I SEB, concluiria seu doutorado, com uma tese escrita em 2 volumes²⁵⁹.

²⁵⁸ MAURO, J.E.M. A pesquisa histórica no Brasil. In: IEB, *Anais do I Seminário de Estudos Brasileiros*. São Paulo: IEB, 1972, p. 10.

²⁵⁹ Informações retiradas do seu currículo lattes.

Em termos de experiência do tempo presente, a ideia de *estrangulamento* suscita um contraponto importante com a percepção de Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr. É como se destes para José Eduardo a historiografia brasileira tivesse tido seu movimento de livre expansão abreviado, sofregamente. O momento agora não era mais de progressivo alargamento do conhecimento histórico nacional, como era de temeroso encurtamento. Possibilidades, outrora abertas e sinalizadoras de desenvolvimento, agora se fechavam, encurtando e emparedando a historiografia brasileira. Como fazer história em um cenário estrangulador das potencialidades de desenvolvimento disciplinar? Tal foi a questão que Carlos Guilherme Mota (se) colocou no dia 16 de dezembro de 1974, ao discursar perante uma turma de concluintes do curso de história da UFMG.

Seu discurso, intitulado *O historiador brasileiro e o processo histórico*, tomou o mesmo pressuposto de José Eduardo a respeito da contemporaneidade, porém de forma ampla, o que gerou alguns constrangimentos, pois

Como dizer-lhes que estão ingressando numa comunidade ainda traumatizada pelo processo histórico da última década? Nós que estudamos o processo histórico, quase fomos por ele engolidos. [...] Como dizer a vocês que o ‘ofício do historiador’, de que falava Marc Bloch, é ameno e a travessia calma, quando, na verdade temos, aqui e agora, tantos problemas a superar?!²⁶⁰

Guilherme Mota negou-se a oferecer um discurso esperançoso aos recém-formados do curso de história da UFMG. A entrada na confraria dos historiadores e historiadoras deveria se dar sob o signo da lucidez, ante a um presente que precisava ser encarado – e enfrentado – realisticamente. A atualidade não comportava otimismo, acreditava o historiador da USP. O realismo, ainda que pessimista, era o tributo a ser pago para o entendimento adequado da atualidade.

Aprofundando a percepção temporal, o palestrante tratou seu presente de forma historicizada, razão pela qual o colocou em termos de *processo histórico*. Diferentemente de seu colega de instituição, o historiador da USP não se restringiu ao presente de sua disciplina, fornecendo uma impressão mais ampla e geral. Para ele, o seu hoje vinha de um ontem: 1974, 1964. Escrito e verbalizado quando o Golpe civil-militar completara já dez anos, *O historiador brasileiro e o processo histórico* deu densidade temporal à sua época vivida, situando-a historicamente, o que mostra o quanto o presente, percebido de forma negativa, impactava a comunidade

²⁶⁰ MOTA, Carlos Guilherme. O historiador brasileiro e o processo histórico. In: _____. *Educação, contraideologia e cultura*. Rio de Janeiro: Globo, 2011, p. 215 e 217.

historiográfica nacional dos anos 1970. A relação entre a ditadura inaugurada em 1964 e uma experiência traumática do presente marcou toda a palestra, dando-lhe um tom trágico:

Como dizer que as coisas vão bem na seara historiográfica, quando podemos verificar, com um simples golpe de vista, que no processo cultural brasileiro a universidade viu serem alijados de seus quadros figuras eminentes como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Paula Beiguelman, Maria José Garcia Werebe, Bento Prado Júnior (hoje com trinta e poucos anos de idade), ou uma historiadora e professora do porte de Emília Viotti da Costa? Ouço dizer que há, ainda hoje, elementos responsáveis no Brasil, ocupando posições de mando, mas que parecem, creio, desatentos para esse aspecto grave, para esta página negra da história da cultura no Brasil.²⁶¹

Após o discurso, revelando de forma ainda mais cruel o vínculo com o regime ditatorial, um funcionário do serviço de segurança interpelou o orador, confiscando ao final o texto de sua palestra, sob a acusação de estar incitando a rebeldia juvenil contra a ordem instituída²⁶². Mais uma vez, o presente se colocava, traumático e autoritariamente.

Em um texto produzido em 1974, o qual forneceu a base de sua tese de livre-docência, Guilherme Mota não deixou de experimentar uma certa vivência de seu tempo. O historiador paulista, tratando a historiografia nacional no âmbito de uma história contemporânea da cultura brasileira, caracterizou sua época em termos de um processo histórico de “compressão”, isto é, a realidade dos seus coetâneos estaria comprimida, apertada, espremida por uma grave crise econômica, de um lado, e uma censura autoritária e persecutória político-social, de outra. A atualidade setentista no Brasil seria de “impasse e de fechamento”, de modo que “a descompressão torna-se, pois, tarefa a ser executada com urgência”²⁶³. A realidade assim percebida tornava-a quase insuportável, demandando um exercício intelectual de abertura do tempo, em nome da sobrevivência. Como viver em tempos de fechamento político e social? Tal era a aporia que agonizava o autor de *A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos*.

²⁶¹ MOTA, Carlos Guilherme. O historiador brasileiro e o processo histórico. In: _____. *Educação, contraideologia e cultura*. Rio de Janeiro: Globo, 2011, p. 215.

²⁶² Informação presente no próprio texto de Guilherme Mota. Rodrigo Patto, em seu estudo sobre as universidades brasileiras durante o Regime Militar, assinalou que casos como o relatado acima foram bastante comuns. Ver: MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 217.

²⁶³ MOTA, Carlos Guilherme. A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica. In: _____. *Educação, contraideologia e cultura*. Rio de Janeiro: Globo, 2011, p. 73.

Cumprer destacar que essa experiência do tempo presente não se encontra apenas nos historiadores ligados à USP. Vários autores que refletiram a respeito da historiografia brasileira deixaram registros de uma percepção contemporânea afim a de José Eduardo e Guilherme Mota. Tal é o caso, por exemplo, de José Roberto do Amaral Lapa. Para este historiador, na conjuntura dos anos 1970, a história na sociedade brasileira estaria em crise, vivendo um de seus piores momentos. Para o autor de *A história em questão*,

História e historiografia do Brasil sentiram ampliar-se uma crise que as vinha solapando. [...] Ai não se trata tanto de verificar se o povo brasileiro vai bem ou mal. Não é essencialmente um problema de conteúdo, embora acabe por envolver o objeto da História. A crise se desdobra e é envolvente. Há crise ideológica, crise de mercado profissional, crise de mercado editorial e de leitores, crise do ensino e das obras²⁶⁴.

Repetida várias vezes, a palavra *crise* dá o tom na experiência do tempo presente de Amaral Lapa, tal qual este o percebe no momento em que escrevia a respeito da historiografia brasileira contemporânea, no ano de 1976. Apesar do crescimento material da área, percebido e analisado pelo próprio historiador da Unicamp em seu livro, sua área disciplinar foi tratada com aflição, diante de um tempo que aparentava colapsar toda a sociedade brasileira. A crise era total, envolvente, em uma palavra: atmosférica.

Diante dessa experiência traumática do vivido, Francisco Iglésias, cinco anos antes de seu par profissional, afirmava que era “dramática a situação dos estudos de História no Brasil”, chegando mesmo a intuir a possibilidade de um desaparecimento disciplinar da história nos anos imediatos. Com um pessimismo semelhante, Cecília Maria Westphalen, em 1971, no mesmo evento que contou com a participação de José Eduardo, acusava a historiografia brasileira de viver um “processo de esclerosamento”²⁶⁵ contínuo. Estrangulamento, compressão, crise, drama e esclerosamento: sinais de uma experiência do tempo que aparenta ter marcado a vivência de historiadores e historiadoras dos anos 1970, no que toca à percepção do presente, temporalidade que era intuída de forma nauseática, sob um profundo mal-

²⁶⁴ LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão*: historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 10.

²⁶⁵ IEB, *Anais do I Seminário de Estudos Brasileiros*. São Paulo: IEB, 1972, 3v, p 40.

estar, bem distante do otimismo de Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr nas décadas anteriores.

Os vultosos índices de crescimento econômico que o Brasil alcançava no início da década de 1970, a proliferação de obras faraônicas como a ponte Rio-Niterói e a propaganda ufanista do governo militar aparentam não ter contagiado os intelectuais em apreço, em direção a um otimismo histórico que marcou a ditadura militar de 1964²⁶⁶. Antes, o sentimento de tal grupo esteve mais próximo do desencantamento do que de uma euforia alegre em relação ao presente. Na experiência do tempo vigente dos historiadores e historiadoras universitários, a involução, o congelamento das potencialidades criativas, em uma palavra, a crise, atuou mais forte, estruturalmente. Tal percepção soturna do hoje também foi expressa por outros intelectuais da sociedade brasileira da época.

No começo dos anos 1970, a revista carioca *Visão* mobilizou-se para oferecer ao seu público uma avaliação da cultura brasileira em vigor, passado mais de meia década do regime ditatorial. Qual teria sido o efeito de seis anos de governo discricionário na vida espiritual nacional? Eis a pergunta-enquete, entregue a vários jornalistas, escritores, professores, artistas, etc. da época, que motivou o inquérito do periódico. A resposta foi praticamente unânime: “vazio cultural”, “cessão criadora”, “apocalipse espiritual”, “emperramento artístico” e “deserto intelectual” foram algumas das várias expressões usadas para caracterizar o momento vivido pela cultura brasileira no prelúdio da oitava década do século passado²⁶⁷. Zuenir Ventura encarnou uma voz que pode sintetizar boa parte das avaliações:

O quadro atual oferece uma perspectiva sombria: a quantidade suplantando a qualidade, o desaparecimento da temática polêmica e da controvérsia na cultura, a evasão dos nossos melhores cérebros, o êxodo de artistas, o expurgo nas universidades, a queda na venda de jornais, livros e revistas, a mediocrização da televisão, a emergência de falsos valores estéticos, a hegemonia de uma cultura de massa buscando apenas o consumo fácil.²⁶⁸

²⁶⁶ Sobre o otimismo do regime, moldando uma visão positivadora da história brasileira, ver: FICO, Carlos. *Reiventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

²⁶⁷ O resultado da enquete pode ser consultado em: GASPARI, Elio; HOLANDA, Heloisa Buarque de; VENTURA, Zuenir. *Cultura em trânsito: da repressão a Abertura – 70/80*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

²⁶⁸ VENTURA, Zuenir. O vazio cultural. In: GASPARI, Elio; HOLANDA, Heloisa Buarque de; VENTURA, Zuenir. *Cultura em transito: da repressão a Abertura – 70/80*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 41.

O sentimento do observador da cultura brasileira era de que os anos 1960 tinham ficado para trás, definitivamente. A efervescência criativa que fez Brasília ganhar forma e estrutura, a ousadia crítica que esteve na base do Cinema Novo e a serenidade clássica da Bossa Nova estavam agora mais do que nunca no passado, como que congelados, inertes em um presente que abafava todo e qualquer avanço cultural.

“Houve um tempo em que o Brasil estava irreconhecivelmente inteligente”: frase do crítico literário Roberto Schwarz, para se referir ao final dos anos 1950 e início da década de 1960, passou a ser bastante usada para particularizar a “asfixia cultural” do decênio setentista²⁶⁹. Além de indicar uma experiência plúmbea do tempo presente da classe letrada brasileira, Zuenir Ventura serve também para mostrar as semelhanças dessa percepção temporal com aquela dos historiadores e historiadoras universitários: “esse balanço deixa no ar uma advertência. Sem germes e sem herança, sem promessas e sem caminhos, sem busca e sem questionamento crítico, sem o fermento da inquietação e sem a livre disposição criadora, o que será da cultura brasileira na década de 1970?”²⁷⁰ O mesmo sentimento de dúvida, de paralisia, de emparedamento e o mesmo questionamento marcaram também alguns praticantes de Clio.

Todavia, esse presente percebido caoticamente não dominou soberanamente os supracitados intelectuais. Na ordem do tempo vivido, os historiadores e as historiadoras ligados ao espaço universitário conseguiram realizar furos, em um movimento de abertura temporal, no qual o futuro, alternativamente, teimava em ser evocado. O exemplo de Guilherme Mota, ao assinalar a necessidade de uma “descompressão” do tempo histórico de sua época, já sugere esse anseio de provocar fissuras em uma temporalidade que era vivenciada de maneira sufocante. O mesmo historiador que tratou de um tempo comprimido, assim reivindicou uma utilidade intelectual e prática para o seu esforço de historicizar o conhecimento histórico na sociedade brasileira: “se os estudos históricos ensinam algo valioso, é a pensar no futuro, projetar e nutrir a utopia com dados retirados do passado”²⁷¹.

²⁶⁹ A frase do crítico está em: SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política, 1964-69*. In: SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Paz e Terra, 1978, p. 61-92. As diversas referências a supracitada frase pode ser consultada em: NOVAIS, Adauto. *Anos 70: ainda sob a tempestade*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.

²⁷⁰ VENTURA, Zuenir. *O vazio cultural*. In: GASPARI, Elio; HOLANDA, Heloisa Buarque de; VENTURA, Zuenir. *Cultura em transito: da repressão a Abertura – 70/80*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 41.

²⁷¹ MOTA, Carlos Guilherme. *A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica*. In: _____. *Educação, contraideologia e cultura*. Rio de Janeiro: Globo, 2011, p. 72.

“Nutrir a utopia”, como se ela estivesse disponível, repousada comodamente no horizonte, a espreitar os homens e as mulheres, de quem esperava os mais variados investimentos simbólicos. Moderno, Guilherme Mota esteve atento ao futuro, *crendo em História*, conforme as lúcidas observações de François Hartog: “a História, com H maiúsculo precisamente, foi um grande, senão o grande objeto de crença da época moderna. Ela teve seus crentes, seus devotos e seus mártires”²⁷². Crer-se em história quando o futuro de progresso passa a ser o seu *telos*, dando-lhe a direção, cabendo aos homens fazer a história. Segundo Ana Maria de Oliveira Burmester, a historiografia brasileira dos anos 1970 foi dominada pelo mote do “fazer a história”, daí porque a temática da revolução, ocasião típica em que se acredita que a história é feita pelos Homens, colocou-se de forma irresistível para a comunidade historiográfica²⁷³.

Ao relembrar a atmosfera dos anos 1970 mais de trinta anos depois, a necessidade de ter um horizonte alvissareiro foi colocada como uma característica vital daquele ambiente. Ao lado de um clima histórico limitador e paralisador, Guilherme Mota rememorou que “éramos menos céticos em 1975, porque vislumbrávamos um Brasil desenredado da herança colonial e imperial, distante do legado político, ideológico e mental do império bragantino”²⁷⁴. Ao contrário dos primeiros anos do segundo milênio, o período de Médici e Geisel ressurgiu na memória do historiador da USP como um momento menos trágico, justamente em razão de um futuro possível, que ainda se descortinava para a intelectualidade brasileira. Fechando a comparação entre tais épocas, constatou-se, melancolicamente:

A grande diferença entre aqueles dias difíceis dos anos 70 e os atuais é que então havia um horizonte nítido pelo qual se lutar. Os sonhos também eram mais límpidos. O horizonte chegou, porém com nuvens pesadas, agravantes, heranças socioculturais malditas, entulhos jurídico-políticos, atavismos e patologias que não imaginávamos: ao lado dos velhos coronéis e suas famílias, figuras imbatíveis dos referidos lumpen-proletariado e lumpen-burguesia subiram junto com a vanguarda sindical que se instalou no Planalto. Triste é que muitos provêm de uma esquerda que imaginávamos heróica²⁷⁵.

²⁷² HARTOG, François. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 28.

²⁷³ Ver: BURMESTER, Maria Oliveira. O tema da Revolução: interpretações e diálogos. In: _____. *A (des)construção do discurso histórico: a historiografia brasileira dos anos 1970*. Tese de livre docência apresentada a Universidade Federal do Paraná, 1992.

²⁷⁴ MOTA, Carlos Guilherme. Apresentação a esta edição. In: _____. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 20.

²⁷⁵ MOTA, Carlos Guilherme. Apresentação a esta edição. In: _____. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 24.

Da grande expectativa para a amarga decepção: tal parece ser o movimento percorrido pela consciência do autor. Parafraseando – e atualizando – a frase atribuída a Martinho Prado da Silva, um dos construtores da República no Brasil, caberia apontar, a fim de caracterizar a desilusão de Guilherme Mota, que o que este assistia no prelúdio do século XXI não era a (nova) república dos seus sonhos²⁷⁶.

Outros historiadores universitários também manifestaram uma atenção considerável com o futuro. O mesmo que alertou para a possibilidade de um fim iminente da disciplina histórica no Brasil ditatorial, Francisco Iglésias, não deixou também de, no mesmo texto, assinalar que seu interesse estava muito mais no mundo novo que surgia para a vida do que no velho mundo que se extinguiu²⁷⁷. O futuro estava no horizonte, a vista, logo ali: “no próximo século, possivelmente, o homem vai olhar para os anos anteriores à cibernética, às viagens espaciais, como algo tão distante que terá a impressão de que a História começa na segunda metade do século XX”²⁷⁸.

O presente temeroso, percebido como ameaça, não foi capaz de impedir uma visada ao porvir, na qual o progresso se colocava novamente. Assim como Guilherme Mota, Francisco Iglésias realizou o gesto de abertura do tempo, projetando a história em um futuro imaginado. O gesto comum aos dois historiadores universitários foi a pluralização do atual, entrevedo um Amanhã.

Porém, a fenda no presente negativo não soabria apenas o futuro: o passado também se descortinava, em especial o da historiografia brasileira. Nesse sentido, a resenha de Vamireh Chacon, professor universitário na Universidade de Brasília, sobre o texto de Guilherme Mota de 1974, é bastante salutar. A produção, publicada no segundo trimestre de 1976 na *Revista de história*, na sessão denominada “Historiografia”, foi intitulada, significativamente, *Passado e futuro da historiografia brasileira*. Se o presente era o “não dito”, estas outras temporalidades deram o tom do texto. Vamireh Chancon, analisando o trabalho de seu par profissional, percorreu o que entendeu ser o passado dos estudos históricos no país, fazendo várias retificações ao objeto em escrutínio. De maneira geral e sintética, caberia perceber que

²⁷⁶ A frase original, expressa em 1891, é: “esta não é a republica dos meus sonhos”. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 52.

²⁷⁷ Tal pensamento é uma referência a uma famosa ideia do historiador inglês Geoffrey Barraclough, que apontou que sua “obra se inseria muito mais no mundo novo que surge para a vida do que no velho mundo que se extingue”. Ver: BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à História Contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1966, p. 12.

²⁷⁸ IGLÉSIAS, Francisco. A pesquisa histórica no Brasil. *Revista de história*, Vol. 33, Num. 88, São Paulo, 1971, p. 414.

Existem duas linhas fundamentais na Historiografia brasileira, o que não deve ser ignorado, enquanto ponto de partida de raciocínio. Uma, vinda de Varnhagen: a dos historiadores áulicos de efemérides, protagonizada pelos heróis brancos. Trata-se da tradição continuada por Hélio Viana, Pedro Calmon e inúmeros sebastianistas monárquicos. A outra: a dos historiadores sociais do Povo brasileiro, remontando a Capistrano de Abreu, tronco donde provem José Honório Rodrigues, Carlos Guilherme Mota e o autor destas linhas, entre vários mais, todos voltados para uma Historiografia estudando a Realidade olhada desde suas bases coletivas, quase anônimas. Historiografia das maneiras de Ser, Pensar e Fazer da nossa Sociedade, segundo a perspectiva de cada analista.²⁷⁹

Embora apresente sua própria história da historiografia brasileira, situando inclusive o trabalho do autor resenhado, o movimento temporal apresentado foi duplo: do passado para o futuro. Daí o título da resenha. O que estava em jogo para Vamireh Chacon era tanto a discussão de um dito passado da historiografia nacional quanto o futuro desta mesma produção intelectual, a qual também deveria ser objeto de análise, futuramente. As observações críticas feitas ao trabalho de Guilherme Mota cumpriram o papel de despertar novas pesquisas, assegurando assim a perenidade de uma reflexão historiográfica no Brasil. Para o resenhista, os estudos historiográficos de José Honório Rodrigues e Carlos Guilherme Mota necessitavam de continuadores, no presente e no futuro. Sua resenha seria, pois, uma tentativa nesse sentido, bem como uma conclamação à comunidade historiográfica para tal, uma vez que a autocrítica seria uma marca indispensável do saber científico.

O gesto do historiador resenhista consistiu em uma pragmática histórica de fornecer sentidos orientadores para um contexto de crise, de dificuldade e de carência de direção. O seu texto-resenha seria mais do que um mero comentário, como seria, na verdade, uma espécie de bússola a indicar um caminho, uma vereda historiográfica a se percorrer, a fim de levar a historiografia brasileira a um estado de segurança e de desenvolvimento. Assim, as anotações de Vamireh Chacon poderiam ir além do escrito de Carlos Guilherme, direcionando a história no Brasil rumo a um estágio de evolução superior ao momento de crise que vivia.

Entreabrindo um futuro, a fissura feita em um presente “não dito” andou *pari passu* com uma abertura para o passado. Contra o presente traumático, percebido de forma ameaçadora e crítica, passado e futuro foram antevistos e revistos pelos intelectuais universitários que tomaram a sua historiografia como objeto de

²⁷⁹ CHACON, Vamireh. Passado e futuro da historiografia brasileira. *Revista de história*, Num. 106, 2 trim., São Paulo, 1976, p. 561.

investigação. Essa experiência do tempo vigente jogou a temporalidade para os dias idos e para o porvir, como que em pêndulo, a oscilar ora para o passado, ora para o futuro. O espaço de experiência e o horizonte de expectativa da historiografia estavam como que articulados, um dependendo do outro, como é próprio do regime moderno de historicidade²⁸⁰. Tal experiência do tempo está na base do debate setentista, de modo que nuançou a operação de temporalização da história no Brasil, pavimentando uma grande conversação concernente à produção histórica nacional. A história da historiografia brasileira, praticada ao longo dos anos 1970, parece ter nascido desta abertura do tempo, na qual passado e futuro, como um imã, atraía para si uma gama olhares.

De Maria de Lourdes Monaco Janotti, em 1971, passando por Maria Odila, Guilherme Mota, Nilo Odália, Francisco Iglésias e Amaral Lapa, até chegar em Jayro Gonçalves de Melo, no apagar das luzes da década de 1970, a historicização da historiografia brasileira ocorreu sob o influxo desta dupla abertura temporal. Com horizontes abertos, às custas de um presente sufocante, partiu-se para uma reflexão acerca da historiografia brasileira que poderia não só mudar a contemporaneidade, como também preparar o futuro, antecipando a história. A experiência do tempo, ocorrendo sob o céu da modernidade, em um Brasil marcado por um regime que encapou uma *modernização autoritária*²⁸¹, trouxe a marca da aceleração histórica, o que fazia da atualidade um terreno ainda mais instável e precário.

Nesse sentido, as palavras de Maria de Lourdes, em sua tese de doutorado, parecem valer por todo o grupo, traduzindo e sintetizando sensações, inquietações e projetos de quem estava refletindo sobre sua área de conhecimento:

A historiografia brasileira tem sido insuficientemente estudada. A pobreza do número e do conteúdo de obras que se ocupam de tal matéria revela um campo ainda inexplorado, que aguarda investigação metódica. Ela tem sido tratada por dois tipos de obras: as histórias da literatura e os estudos isolados sobre historiadores. Estes tipos de trabalho se caracterizam por uma completa assistematização

²⁸⁰ Sobre tal discussão, ver: KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. In: _____. *Futuro passado: contribuição a semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. HARTOG, François. Introdução. In: _____. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

²⁸¹ Daniel Aarão Reis discutiu esse traço da ditadura (civil) militar em: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2005.

processual. [...] Deve-se aspirar a uma história da historiografia com problemas historiográficos.²⁸²

Nilo Odália, alguns anos após Maria de Lourdes, externou incômodo semelhante, denunciando a incompletude dos estudos historiográficos no Brasil:

Falta-nos, sem dúvida, uma história da historiografia, que poderia servir como ponte de ligação entre o que se faz e o que se fez. Infelizmente, os trabalhos já realizados não chegam a suprir tais lacunas, porque antes de mais nada são ou o estudo de um único historiador, ou ensaios que muitas vezes apenas afloram a problemática de uma história da historiografia.²⁸³

A urgência de renovação é latente, como se as obras anteriores, a despeito de serem feitas desde 1949, data do livro *Teoria da história do Brasil* de José Honório Rodrigues, não tivessem tratado adequadamente da matéria. Dessa ausência, surgiram os vários trabalhos em torno da história da historiografia brasileira. Esta área disciplinar, apesar dos estudos, estaria carente de passado, missão para a qual, a partir de então, se dedicariam vários historiadores e historiadoras. As críticas aos estudos passados e o apelo de renovação historiográfica também foram procedimentos endossados por outro *intelectual universitário* ligado à USP: “os estudos historiográficos são e devem ser feitos por historiadores, levando em conta uma problemática teórica da historiografia”²⁸⁴. Assim como sua colega de instituição, Fernando Novais manteve o olhar tanto no passado, a fim de revisar os poucos trabalhos já apresentados, quanto no futuro, tendo em vista o fomento a novas reflexões.

A queixa de que os estudos de historiografia não estavam sendo devidamente realizados foi um ponto comum em todos os trabalhos da década de 1970, para além dos historiadores e historiadoras da USP. Muitos trabalhos, inclusive, anunciam sua motivação vindo dessa incompletude e fragilidade. Mais do que preencher lacunas, contudo, pode-se analisar tal reclame como produto de uma abertura de horizontes, proporcionada por uma experiência do tempo presente que, pendularmente, fazia a historiografia brasileira balançar entre o passado e o futuro, entre a revisão e a renovação, a tradição e a modernização. Não à toa, após historiar a historiografia

²⁸² JANOTTI, Maria de Lourdes. *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira*. Tese apresentada a Universidade de São Paulo, 1971, p.10.

²⁸³ ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p. 11.

²⁸⁴ NOVAIS, Fernando. Francisco Iglésias e a historiografia. In: PAULA, João Antônio de (Org.). *Presença de Francisco Iglésias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.58.

brasileira, mostrando toda sua evolução desde o século XIX, Amaral Lapa assim abriu o último tópico de seu texto, intitulado sugestivamente “perspectivas”:

Quais seriam as perspectivas da historiografia brasileira para os próximos vinte e cinco anos que nos restam deste século? Como será ou como deve ser estudado o século V da nossa história? Que tipo de história temos que preparar ou como teremos que nos preparar para ela – para o ano 2000 – como se tornou moda projetar em nossos dias?²⁸⁵

Após tentar uma imersão no que entendia ser o passado da história, flagrando todo o seu desenvolvimento, o historiador campineiro voltava à superfície, com a cabeça erguida, mas olhando para além do presente, em direção aos anos 2000. Assim como Vamireh Chacon e tantos outros, era o passado e o futuro da historiografia brasileira que o inquietava.

²⁸⁵ LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 55.

Ato final: A construção de um passado

CAPÍTULO 3: OS NOMES DA HISTÓRIA: O PASSADO ROMÂNTICO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

A historiografia não é, de modo algum, o que vem do passado até nós, mas o que parte de nós e tende a fornecer certo tipo de inteligibilidade do que recebemos ou estabelecemos como passado. Michel de Certeau, 1970²⁸⁶.

Na virada dos anos 1960 para 1970, quando o país mergulhava de vez na *utopia autoritária*²⁸⁷ do regime ditatorial instalado em 1964, duas historiadoras da USP ingressaram na pós-graduação em história desta universidade paulista. A dimensão pedagógico-formativa da Ditadura Militar²⁸⁸ abria para a jovem classe universitária nacional, sobretudo aquela residente na região sudeste do Brasil, oportunidades de aprimoramento profissional, com o intuito de desenvolver o país, alçando-o ao posto de nação desenvolvida, ou – mais pessimista – em desenvolvimento. Em 1966, Maria Odila Leite da Silva Dias iniciava seu curso de doutoramento, recebendo dois anos mais tarde a companhia de Maria de Lourdes Monaco Janotti²⁸⁹. Produto dessa experiência de pós-graduação, ainda sob o chamado antigo regime, duas importantes teses vieram à baila.

Em 1971, Maria de Lourdes, após defesa perante uma banca de professores da USP, apresentou a comunidade historiográfica do país o trabalho *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira*. Seis anos depois, o mesmo ganhou espaço no mercado editorial, com um título ligeiramente modificado: *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. Situação semelhante aconteceu com Maria Odila, que após defender em 1972 sua tese denominada *Robert Southey*,

²⁸⁶ CERTEAU, Michel de. História e estrutura. In_____. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 177-178.

²⁸⁷ “A crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, “subversão”, “corrupção”) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da “democracia ocidental e cristã”, conforme definição de FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2004, vol.24, n.47 [cited 2019-12-18], pp.29-60. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003 Acessado em 18/12/2019.

²⁸⁸ O mesmo historiador acima apontou ainda que projeto autoritário do regime tinha duas dimensões essenciais: saneadora-repressiva e pedagógico-formativa, as quais se retroalimentavam.

²⁸⁹ As informações a respeito da trajetória das autoras (graduação, mestrado, doutorado, docência etc.) foram retiradas de duas fontes: a primeira da plataforma *lattes* e a outra de um currículo encontrado no Centro de Apoio a Pesquisa Histórica Sergio Buarque de Holanda (CAPH – FFLCH/USP). Quando o cruzamento de tais documentos gerou incongruência, o que aconteceu algumas vezes, reportou-se a outras fontes, as quais serão referenciadas no decorrer do texto.

historiador do Brasil – o fardo do homem branco na Inglaterra Pré-Vitoriana e a formação da nacionalidade brasileira, lançou-a em formato de livro, dois anos depois, com o título alterado para *O fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil*. Esta publicação veio sob o selo prestigioso da coleção brasileira, número 344.

Porém, parafraseando Roger Chartier, é importante lembrar que as historiadoras não produzem livros, nem mesmo os próprios²⁹⁰. Assim, o presente capítulo tomará como objeto principal de análise as teses acima indicadas. Os livros supracitados serão tomados como uma outra fonte, a auxiliar na discussão empreendida, quando necessário. Sobretudo no caso de Maria Odila²⁹¹, os livros publicados diferem consideravelmente da tese de doutorado finalizada, razão pela qual se trabalhará mais de perto com este material do que com aquele.

As teses, ao contrário dos livros, não apresentam coloridos para além do amarelado de suas páginas já desgastadas; não possuem imagens nem tampouco símbolos editoriais na capa; não trazem prefácios de outros autores²⁹². Suas páginas, datilografadas, trazem erros, riscos e rabiscos, anotações de caneta azul e preta, sem nenhum pudor, o que provavelmente um editor de livros reprovaria. Em sua folha de rosto, além da autoria e do título do trabalho, observa-se o nome da Universidade de São Paulo, do Departamento de história e da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. E mais: em tais páginas, de caneta azul, a assinatura dos membros da banca, algumas das quais só reconhecível pelo próprio assinante.

Embora estejam em meio a outros livros, as teses de doutoramento foram encontradas em um arquivo, o CAPH: Centro de Apoio a Pesquisa Histórica Sergio Buarque de Holanda, localizado na FFLCH da USP, mais precisamente no prédio de História e Geografia. Localizadas em um arquivo, já recebem um *status* diferente: ao

²⁹⁰ A frase do historiador francês é a seguinte: “Os autores não escrevem os livros, nem mesmo os próprios”. Ver: CHARTIER, Roger. “Escutar os mortos com os olhos”. *Estudos Avançados*. [online]. 2010, vol.24, n.69, pp.6-30. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000200002 Acessado em 18/12/2019.

²⁹¹ A publicação da tese de Maria Odila trouxe mudanças significativas, como por exemplo na quantidade de capítulos (13 no trabalho original e 12 no livro), na estruturação do texto (a tese traz os capítulos numerados e divididos em três partes) e na bibliografia (reduzida às fontes primárias no livro). Além disso, diversas passagens foram suprimidas, resumidas e realocadas no livro de 1974. Já a publicação de Maria de Lourdes, em que pese ter ocorrido anos depois da defesa da tese, conservou em grande medida o material original, que só foi alterado em pontos específicos, sobretudo no que tange ao estilo narrativo.

²⁹² Estranhamente, o livro de Maria de Lourdes não trouxe nenhum prefaciador.

invés de livros, as teses seriam fontes ou documentos institucionais²⁹³. Porém, o interesse deste capítulo não é cotejar as diferenças – ou semelhanças – entre um material e outro, mas sim investigar a maneira como as teses acadêmicas das historiadoras da USP fabricaram um passado disciplinar para a historiografia brasileira. Maria Odila e Maria de Lourdes, mediante seus objetos de pesquisa, temporalizaram a historiografia brasileira, abordando a época da história no e do Brasil durante o século XIX. Nesse sentido, as questões-chaves que ora se colocam são as seguintes: De que modo um passado oitocentista da historiografia brasileira tais teses produziram? Como João Francisco Lisboa e Robert Southey foram percebidos como historiadores do Brasil? Perguntas como estas balizarão a reflexão a seguir.

3.1) *Dos historiadores-juristas às historiadoras universitárias*

As historiadoras que no início dos anos 1970 realizaram as primeiras pesquisas de fôlego sobre a historiografia brasileira percorreram uma trajetória acadêmica bastante semelhante. Ambas realizaram o curso de história da USP no momento em que o mesmo já tinha conquistado autonomia curricular em relação à área de geografia, o que ocorreu a partir de 1956: Maria de Lourdes colou grau em 1959, recebendo tanto o título de licenciatura como de bacharel, ao passo que Maria Odila obteve as mesmas titulações no ano de 1961. As duas historiadoras realizaram a graduação em um período de três anos, e não se formaram mais em nenhum outro curso superior, ao contrário de Pedro Moacyr Campos, Astrogildo Rodrigues de Melo e tantos que passaram pelo curso de ciências jurídicas. Entra uma geração e outra, é perceptível uma diferença de formação profissional-intelectual.

A graduação em história que elas encontraram, na segunda metade dos anos 1950, era ainda um curso majoritariamente feminino, composto mais por mulheres do que por homens, tanto do ponto de vista do corpo discente quanto do docente. A orientação para o magistério no Ensino Básico era o horizonte privilegiado das graduações na FFLC da USP, o que ajuda a explicar aquele predomínio de gênero. Diogo da Silva Roiz e Jonas Rafael dos Santos apontaram que, “embora os formandos fossem na sua maioria mulheres, a situação se invertia quando se tratava de observar os indivíduos que

²⁹³ Todas as teses trabalhadas nesta pesquisa estão carimbadas com a sigla “CAPH”, seguida de um número-código particular.

exerciam atividades de pesquisa”²⁹⁴. Até o momento de estabelecimento da pós-graduação na USP, no início dos anos 1960, atividades de pesquisa eram majoritariamente realizadas pelos catedráticos, os quais recrutavam discentes (em sua maioria homens) para auxiliarem em suas investigações²⁹⁵.

Observando o corpo docente de história da instituição paulista em fins do ano de 1970, pode-se observar ainda o predomínio do gênero masculino. Dos 46 docentes, apenas 17 pertenciam ao sexo feminino, perfazendo uma tímida porcentagem de 36%. Entre as professoras, nenhuma delas era catedrática, nem tampouco livre-docente, dividindo-se entre os postos de assistente-docente (6) e auxiliar-docente (11), ou seja, as mulheres ocupavam as carreiras iniciais do magistério superior do curso de história da USP²⁹⁶, o que as colocava em uma situação de pouco prestígio na hierarquia docente da instituição.

Ainda sobre a época de graduação, Maria de Lourdes assim a rememorou em 2014:

Estudei no prédio da Rua Maria Antônia, onde então ficava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. O espaço restrito e adaptado do edifício favorecia a sociabilidade entre os alunos e professores de várias disciplinas e a divulgação de ideias e credos políticos. Assim sendo, também assisti a aulas de outras seções, compareci a concursos e defesas de teses; comecei a sentir que pertencia a uma comunidade. Conheci professores de várias gerações e diferentes disciplinas, mestres de todos nós: Antônio Candido de Melo e Souza, Florestan Fernandes, Aziz Simão, Aziz Ab’Saber, Maria Isaura Pereira de Queiroz.²⁹⁷

A memória de Maria Odila sobre sua época formativa inicial também evocou uma vivência universitária semelhante à exposta acima, quando confidenciou em entrevista que costumava assistir as defesas de tese no salão nobre da FFLC, tendo, inclusive,

²⁹⁴ : ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael dos. *As transferências culturais na historiografia brasileira*. Jundiaí: Paco Editora, 2012, p. 179.

²⁹⁵ Uma investigação mais minuciosa sobre a relação entre catedráticos e assistentes, no âmbito do curso de história da USP entre os anos de 1934-1968, está ainda por ser feita, de modo a iluminar questões como a origem social dos segundos, a lógica do recrutamento, o fator gênero, as inter-relações etc.

²⁹⁶ Dados retirados de: *Revista de história*, Num. 85, 1 trimestre de 1971, São Paulo, p.269-270. Levaram-se em conta os professores efetivos e os contratados.

²⁹⁷ JANNOTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Discurso da homenageada*. Outorga do título de professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2014. Texto sem paginação.

presenciado a de Sergio Buarque de Holanda no ano de 1959²⁹⁸. Discussão de textos, debates do movimento estudantil, aulas com professores ilustres e engajamentos em torno de uma Universidade pública e de qualidade ressoam na memória das duas historiadoras a respeito dos seus anos de graduação. Toda essa vivência universitária cimentava um sentimento de *pertença*, conforme a própria Maria de Lourdes indicou.

Segundo Fernando Santos da Silva, em trabalho sobre a época em que a FFLC localizava-se na Rua Maria Antônia - número 294 -²⁹⁹, a menção a esta espacialidade é comum em vários indivíduos que passaram por ela nos anos 1950-1960, seja na condição de aluno ou de professor. Em torno da FFLC da Maria Antônia, constituiu-se *a posteriori* toda uma tradição memorialística, que converteu tal espacialidade em um *lugar*, conforme diversas gerações de universitários, sobretudo para aquelas que vivenciaram a transferência em definitivo para a Cidade Universitária, no Butantã, em 1968, após a chamada “Batalha da Maria Antônia”³⁰⁰. De mero *espaço*, metamorfoseado em *lugar* pela memória, o antigo logradouro da Faculdade de Filosofia da USP transformou-se em tempo singular, “os tempos maria-antonianos”³⁰¹. Como tantos outros intelectuais vinculados à USP, Maria de Lourdes e Maria Odila também vincularam suas genealogias profissionais àquela evocativa Rua.

Com uma sociabilidade acadêmica afim, as duas historiadoras travaram contatos importantes com docentes que as marcaram em termos de formação intelectual. Além dos nomes de Antônio Candido e de Florestan Fernandes, Sergio Buarque de Holanda, Emilia Viotti da Costa, Maria Thereza Shorer Petrone e Paulo Pereira de Castro – todos docentes do curso de história - foram citados como referências importantes em seus percursos historiográficos³⁰². Com Sergio Buarque de Holanda, Maria Odila trabalhou

²⁹⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Entrevista. In: MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Marcio (Entrevistadores). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 186.

²⁹⁹ Tal localização se deu entre os anos de 1949-1964, quando iniciou a transferência de algumas turmas para a cidade universitária, no Butantã. Em 1968, ocorreu a mudança completa. Mais informações em: CARDOSO, Irene. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Editora 34, 2001, p.95-147.

³⁰⁰ Trata-se de um conflito entre alguns estudantes progressistas da FFCL da USP contra alunos conservadores da Universidade Presbiteriana Mackenzie, ocorrido no dia 02 de outubro de 1968. Mais informações em: CARDOSO, Irene. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Editora 34, 2001, p.121-133.

³⁰¹ Expressão usada por Maria Cecília Loschiavo dos Santos, que em 1988 publicou o livro “*Maria Antônia: Uma Rua na Contramão*”. Ver: LOSCHIAVO, Maria Cecília (Org.). *Maria Antônia: Uma Rua na Contramão*. São Paulo: Nobel, 1988, p. 10.

³⁰² Informação alcançada a partir do cruzamento das seguintes fontes: JANNOTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Discurso da homenageada*. Outorga do título de professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2014. Texto sem paginação. e DIAS, Maria

como assistente na cadeira de História da Civilização Brasileira; e ao mesmo, “em conversa nos anos 1960”, Maria de Lourdes manifestou o desejo de “estudar um historiador brasileiro”, recebendo como indicação do “Doutor Sergio o nome de João Francisco Lisboa, o Timon maranhense”³⁰³. Esta última historiadora também atuou como professora-assistente, no caso de Emilia Viotti da Costa, docente responsável pela disciplina de Teoria e Metodologia da História, provavelmente entre 1966-1968, quando a autora de *Da senzala à colônia* foi compulsoriamente aposentada pelo AI-5³⁰⁴.

De fato, Maria de Lourdes e Maria Odila, no momento de produção de suas teses de doutoramento, no alvorecer dos idos de 1970, já possuíam relativa experiência profissional. Logo após a conclusão da graduação, tornaram-se assistentes de prestigiados docentes, condição bastante disputada. Neste particular, as duas apresentaram uma similaridade com Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr, que também atuaram como assistentes de professores responsáveis por dadas cadeiras. Ainda durante os anos de 1960, a condição de assistir um docente - geralmente um catedrático -, preparando e ministrando aulas, era impulsionadora da atividade de pesquisa, uma vez que o professor assistido incentivava não só a prática do ensino, como também a da pesquisa, através da busca de fontes para subsidiar as aulas. Pesquisadores importantes da década 1970, como Boris Fausto, Fernando Novais e Carlos Guilherme Mota, atuaram anteriormente como assistentes³⁰⁵.

Antes do doutorado, Maria Odila passou por uma significativa experiência de pesquisa no mestrado, concluída em 1965, na recém-inaugurada pós-graduação da USP. Em tal investigação já manifestara seu interesse por discussões historiográficas: o trabalho versou sobre o Brasil nos estudos históricos de Robert Southey e Walter Scott, tendo sido publicado na prestigiada Revista do Museu Paulista. Em seu mestrado, a

Odila Leite da Silva. *Discurso da homenageada*. Outorga do título de professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013. Texto sem paginação.

³⁰³ JANNOTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Discurso da homenageada*. Outorga do título de professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2014.

³⁰⁴ Emilia Viotti iniciou sua carreira docente na USP em 1954, como assistente da cadeira de História Moderna e Contemporânea, assistindo o catedrático responsável Eduardo de Oliveira França. Após desentendimentos com este, ela ficou responsável pelos cursos de Introdução ao estudo da história e Teoria e Metodologia da História, entre em fins de 1950 até 1969. Ver: COSTA, Emília Viotti da. Entrevista. In: _____. *Brasil: história, textos e contextos*. São Paulo: Unesp, 2015, p. 313. Mais informações sobre a referida historiadora, ver: RODRIGUES, Pedro Conterno. *Emília Viotti da Costa: contribuições metodológicas para a historiografia da escravidão*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, 2018. Em especial o primeiro capítulo, que trata de sua biografia.

³⁰⁵ Assistentes de, respectivamente: Emilia Viotti da Costa (Teoria e Metodologia da História), Alice Piffer Canabrava (História Econômica do Brasil)/ Eduardo de Oliveira França (História Moderna).

universitária em tela contou com uma bolsa da FAPESP, durante os anos de 1963-1964, o que lhe possibilitou, aliás, uma viagem de pesquisa à Inglaterra. A assistência ao “Dr. Sergio” entre 1962-1968 e a experiência acadêmica no mestrado solidificaram na jovem Maria Odila – na época tinha menos de 25 anos de idade - o perfil de pesquisadora em história. Em 1972, tornou-se professora efetiva da USP, em regime de dedicação exclusiva, permanecendo nessa condição até sua aposentadoria em agosto de 1995, quando então passou a se dedicar apenas a pós-graduação.

Em percurso semelhante, antes da tese Maria de Lourdes fez uma especialização no ano de 1960, e sua memória recordou que desde a época de trabalho com Emilia Viotti tinha iniciado “pesquisas sobre história da historiografia e ensino de história”³⁰⁶, assuntos nunca mais abandonados. Todavia, após a graduação, Maria de Lourdes direcionou parte importante de sua vida profissional ao magistério na Educação Básica da época: aos 22 anos de idade, começou a ministrar aulas de história no Colégio de Aplicação da FFCL da USP, onde trabalhou até 1965. Entre 1963 e 1971, foi professora também na Escola Estadual Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, na capital de São Paulo. Toda essa atividade docente deu-se em paralelo com sua atuação no Ensino Superior, pois além de professora-assistente na USP, atuou também como docente na PUC – SP, de 1961 a 1965, responsável pelas disciplinas de Didática da História e História Moderna e Contemporânea. Em 1966, transferiu-se de vez para FFCL, onde se aposentou em 1987, passando a atuar apenas na pós-graduação, tal qual Maria Odila³⁰⁷.

Embora tenham passado por outras instituições, como as já mencionadas, as duas historiadoras construíram suas carreiras a partir de uma forte vinculação com a Universidade de São Paulo. Em 2013, Maria Odila recebeu o título de Professora Emérita da Faculdade de Filosofia da USP; no ano seguinte foi a vez de Maria de Lourdes receber a mesma outorga. No discurso produzido para tal cerimônia, as duas fizeram questão de mencionar não só o apreço pela instituição universitária, como pela USP em especial: “eu posso dizer que nasci aqui, porque faz 73 anos que vivo dentro da faculdade, meu pai era professor”, disse uma das homenageadas, corrigindo seu ex-orientando – Thomé Salibá, que apontou que ela tinha – apenas! - 50 anos de casa.

³⁰⁶ JANNOTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Discurso da homenageada*. Outorga do título de professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2014.

³⁰⁷ A permanência de ambas na pós-graduação, mesmo após a aposentadoria, é um dado bastante relevante para demonstrar a identidade intelectual assumida, enquanto historiadoras universitárias.

Mesmo sentimento de pertença demonstrou Maria de Lourdes, levando-a a expressar “profundo agradecimento à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas”. Seu vínculo institucional com a USP, pensado em termos de vocação, se expressou também em uma visão segundo a qual a FFLCH “mudou a concepção dos estudos humanísticos no Brasil e desde então instituiu como meta o ensino crítico, e a pesquisa voltada para a compreensão do que é o país, e do que desejamos que ele se torne”³⁰⁸. Para além da história individual, estaria o seu *lugar social*, a influir no desenvolvimento do Brasil. Essa forte vinculação à USP fez um dos seus orientandos, Almir de Carvalho Bueno, se expressar com as seguintes palavras elogiosas: “se há uma ‘escola uspiana de história’, Dilú é uma de suas expressões máximas”³⁰⁹. Essa caracterização indica não tanto um fato em si, mas sim o peso que a referida instituição universitária teve em sua carreira, condicionando possíveis leituras de sua obra historiográfica.

De fato, é possível perceber em Maria de Lourdes e Maria Odila algo presente também em Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr, a saber: um sentimento de valorização da Universidade. É como cultoras desta instituição que ambas se colocaram, ao reverem suas trajetórias profissionais, o que mostra como o processo de profissionalização da historiografia brasileira, centrado na Universidade, foi igualmente forjando subjetividades que passaram a valorizar o espaço acadêmico, erguido a condição de principal instituição de saber da vida intelectual brasileira. A perseguição contra a Universidade durante o regime ditatorial de 1964 concorreu para tal apreço, haja vista os efeitos deletérios que a ordem militar discricionária provocou na vida acadêmica brasileira, notadamente em diversas universidades paulistas³¹⁰.

Ligadas à Universidade, Maria de Lourdes e Maria Odila se vincularam também a órgãos afins, como a SBPC, Sociedade de Estudos Históricos, *Latin American*

³⁰⁸ JANNOTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Discurso da homenageada*. Outorga do título de professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2014.

³⁰⁹ BUENO, Almir de Carvalho. "Um Exercício de Ego-História". In: ARANHA, Gervásio Batista e FARIAS, Elton Jonh da Silva (Orgs.). *Epistemologia, Historiografia & Linguagens*. João Pessoa-PB: Editora do CCTA, 2019, Vol. II, pp. 89-121.

³¹⁰ Questionada sobre como era vida acadêmica no DHIS da USP durante o período, Maria Odila respondeu: “Foi uma fase muito difícil na faculdade. Muitos professores foram aposentados, outros estavam presos. Existia uma presença maciça da Polícia Militar dentro do departamento. Houve períodos em que havia guardas armados ostensivamente, policiando os corredores do departamento para intimidar. Cada sala de aula tinha dois ou três policiais”. Ver: MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Marcio (Entrevistadores). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.191.

Historical Associations e A(N)PUH. Ao contrário de sua colega de departamento, Maria de Lourdes apresentou uma importante atuação nos eventos nacionais da principal agremiação da comunidade historiográfica no país. Registros de sua participação foram encontrados nas APUHs de 1965 (Franca – SP), 1967 (Porto Alegre - RS), 1971 (Campinas - SP), 1973 (Goiânia - GO), 1974 (Belo Horizonte - MG) e 1979 (Niterói - RJ), observando apenas as duas décadas iniciais da entidade³¹¹. Em sua primeira APUH, por exemplo, a jovem universitária participou ativamente do debate sobre a cadeira a qual estava vinculada como assistente, defendendo uma maior padronização de seu ensino no país, pois “nos contatos que manteve com as diversas delegações presentes sentiu uma grande disparidade de conteúdos ministrados”³¹². Uma identidade profissional ligada ao ensino superior já pode ser antevista aqui, por parte da historiadora.

A ausência de Maria Odila nos eventos nacionais de sua entidade profissional pode ser explicada com base em sua intensa atividade de pesquisa no exterior. Durante os anos 1960 e 1970, percorreu diversas universidades da Inglaterra e dos Estados Unidos: Oxford (1962), Leads (1963), Yale (1972), Texas (1975). Nestas duas últimas, chegou a atuar como *Visiting Scholar*, a convite de historiadores como Richard Morse e Richard Graham. Em suas pesquisas de mestrado e doutorado, pesquisou em instituições como *British Museum* (Londres), *Bodleian Library* (Oxford), *Fitz Park Museum* (Keswick), *National Library of Wales* (Aberystwyth), *Nation Library of Edinburg* (Escócia), *Sterling Library* (Yale) e *University of London*, nesta sob a supervisão de Charles Boxer³¹³. Anos depois, em 1999, assim arrematou esse seu período profissional: “tive uma experiência ilusória de que a vida do pesquisador era um paraíso, porque não só financiavam todas as viagens aos arquivos, mas eram perfeitamente organizados a ponto de a documentação ficar à minha espera”³¹⁴.

Ainda em termos institucionais, uma lacuna é bastante significativa no currículo das duas historiadoras. Nenhuma delas apresentou referências institucionais ao IHGSP, um dos tradicionais redutos da intelectualidade paulista. Há aqui uma diferença importante em relação aos seus próprios professores. Astrogildo Rodrigues, Pedro

³¹¹ Informações obtidas junto aos anais dos referidos eventos.

³¹² Simpósio de professores de história do ensino superior. *Anais*. Franca: São Paulo, 1966, p.279.

³¹³ Informações retiradas do currículo de Maria Odila.

³¹⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Entrevista. In: MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Marcio (Entrevistadores). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002. p. 189.

Moacyr, Eurípides Simões de Paula, Eduardo de Oliveira França e o próprio Sergio Buarque de Holanda engrossaram as fileiras daquela instituição. Maria Odila e Maria de Lourdes também não apresentaram credenciais em relação ao IHGB, outra entidade ausente em seus currículos. Tais ausências indicam que ambas as historiadoras ligaram-se à uma institucionalização universitária da historiografia brasileira, processo que estava em curso nas décadas iniciais da segunda metade da era passada, conforme já se discutiu. Suas carreiras profissionais, em especial as atividades de pesquisa, ocorreram em consonância com um movimento histórico de profissionalização disciplinar. Significativamente, é possível encontrá-las atualmente na plataforma *Lattes*³¹⁵.

Observando as teses de doutorado defendidas entre 1967 e 1973, pode-se expor a seguinte quantificação, percebendo a presença feminina na pesquisa historiográfica uspiana de pós-graduação, agente importante na profissionalização disciplinar em foco:

Período	Autoria feminina	Autoria masculina	Total
1967	0	03	3
1968	02	02	4
1969	03	02	5
1970	02	05	7
1971	03	07	10
1972	06	09	15
1973	13	18	31
1967-1973	29	46	75

Quadro 5: Teses de doutorado segundo o gênero defendidas no antigo regime de Pós-graduação (1967-1973)³¹⁶.

Todavia, no total dos doutoramentos concluídos durante o antigo regime de pós-graduação, as *historiadoras universitárias* compareceram com 38, 6 %, número inferior a metade da produção historiográfica da USP, ao passo que os *historiadores universitários* foram responsáveis por 61, 3%. Tal porcentagem corrobora o caráter

³¹⁵ A última atualização no *lattes* de Maria Odila foi no dia 10/02/2017, já Maria de Lourdes o fez em 22/07/2019.

³¹⁶ Elaborado a partir de: *Revista de história*, Num. 100, Vol. 84, São Paulo, 1974, p. 821-857. Trata-se de um levantamento das teses defendidas no departamento de história da USP entre 1939-1974, elaborada por Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula. Optou-se pelas teses e não pelas dissertações em razão da primeira representar o grosso da pesquisa de pós-graduação em história da USP, afinal inexistia o pré-requisito de um nível para o outro.

generificado da pesquisa universitária em história no âmbito da pós-graduação em história da USP. Maria de Lourdes e Maria Odila representaram, assim, um número pequeno e seletivo de mulheres que conseguiam ingressar e concluir o doutoramento.

No depoimento da primeira historiadora supracitada, na ocasião em que ela relembrou seus anos de graduação, entre os intelectuais universitários citados compareceu apenas o nome de uma mulher: Maria Isaura Pereira de Queiroz, socióloga de formação pela USP. Esta ausência de outros nomes é bastante significativa da pouca presença de mulheres no corpo docente do curso de história que Maria de Lourdes se deparou durante seus anos iniciais de formação. Em seu discurso de outorga de professora emérita, apenas o nome feminino de Emilia Viotti ganhou mais relevo, quando se tratou de lembrar uma professora da graduação ou da pós-graduação. Como ser historiadora universitária em um espaço no qual há poucas referências femininas enquanto intelectuais? Em que se inspirar ou se espelhar? Que modelo de historiadora pode ser seguido? Se Maria de Lourdes e Maria Odila não se colocaram tais questões, cabe aqui o registro, no sentido de adensar uma reflexão de gênero importante a respeito da trajetória historiográfica dessas duas mulheres.

Ademais, a condição de *historiadora universitária* era vivenciada em meio a tensões e conflitos. Para elas, a produção intelectual e a atuação profissional não as blindavam de injúrias e outras violências decorrentes do gênero. Apesar dos postos privilegiados que ocupavam – assistentes de docentes ilustres (no caso de Maria de Lourdes e de Maria Odila) e pós-graduandas –, obtidos não sem disputas e questionamentos, elas sofriam *violência simbólica* em razão do gênero feminino que representavam³¹⁷. Se Maria de Lourdes nada explicitou deste ponto de vista – o que não deixa de ser significativo –, sua colega de profissão e de universidade, ainda que laconicamente, assegurou que “havia também um certo machismo. Preferiam professores homens”³¹⁸. No entanto, outras historiadoras universitárias da USP,

³¹⁷ Violências simbólicas deste tipo eram bastante comuns não só no curso de história, como na USP de maneira geral. Um eloquente exemplo pode ser consultado em: BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da S. G. (Org.). *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*. São Paulo: Humanitas, 2004. A respeito da ideia de *violência simbólica*, ver: PIERRE, Bourdieu. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 45-55. Para o conceito de gênero, ver: SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. e BUTLER, Judith. “Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault” In: BENHABIB, Seyla & CORNELL, Drucilla. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987.

³¹⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Entrevista. In: MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Marcio (Entrevistadores). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

asseguradas pelo anonimato, confidenciaram a Carmem Silva da Fonseca, autora de uma importante tese sobre o assunto, o quanto a situação das “historiadoras pesquisadoras” era sofrível, em razão de estruturas de discriminação e opressão de gênero, existentes na instituição universitária:

Eu entrei numa época em que as cátedras não existiam mais. Mas ainda se faziam contratações por indicação. Então você era indicado por um grupo. E havia um velho catedrático que depois da Reforma Universitária passou a se chamar professor titular, que dizia que na antiga cátedra dele, mulher não entrava. Para ele, as mulheres causavam muitos problemas. Primeiro elas tinham filhos, e depois gostavam sempre de fofocar, que criavam problemas e intrigas. De todo modo, eu penso que os velhos catedráticos olhavam as mulheres, digamos, como se elas não tinham que estar lá. Departamento tinha muitas mulheres e eles olhavam com uma certa condescendência. Mas o poder efetivo do Departamento estava nas mãos deles, dos homens³¹⁹.

No período anterior à Reforma de 1968, tudo indica que a situação era pior para as mulheres que ousavam assumir uma atitude de pesquisadora, como foi o caso de Maria de Lourdes e de Maria Odila. Marilena Chauí, *intelectual universitária* cuja trajetória na filosofia encontra várias semelhanças com a das historiadoras em foco, confidenciou que ao longo de sua vida acadêmica teve que ouvir diversas vezes o “comentário” de que professoras da FFLCH deveriam ser esterilizadas para não pararem o ofício por um ano³²⁰.

Emília Viotti, em entrevista concedida em 1999 a uma ex-aluna que passou a trabalhar com ela na disciplina de Teoria e Metodologia da História, Sylvia Basseto, evocou uma triste situação na qual suas escolhas pessoais ligadas à sua performance feminina não foram respeitadas:

O incidente que levou a essa decisão teve a ver com o nascimento de uma segunda filha. Quando anunciei que precisaria um ajustamento do horário para amamentar, o professor Oliveira França me fez um discurso dizendo que se eu pretendia ter filhos nunca seria uma intelectual. Furiosa, disse a ele que, se pretendia cercear minha vida pessoal, eu preferia me demitir. Foi o que fiz. No dia seguinte

p.. 188.

³¹⁹ Consultado em: LIBLIK, Carmen Silvia da Fonseca Kummer. *Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)*. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 2017, p. 225-226.

³²⁰ Marilena Chauí concluiu seu curso de filosofia no ano de 1965, realizando o mestrado em 1967 e o doutorado em 1971. Foi professora assistente da USP desde 1967. Mais informações em: NOBRE, Marcos; REGO, José Marcio. Marilena de Souza Chauí. In: _____ (Org.). *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2000.

apresentei a demissão do cargo que tanto almejava. Comecei então a dar aulas num curso de Introdução aos Estudos Históricos recém-criado no Departamento e recebi, depois de algum tempo, minha indicação para a nova posição. Encerrara um capítulo importante de minha vida para começar um novo³²¹.

Logo, antes ou depois da Reforma Universitária de 1968, entre os *intelectuais universitários*, as historiadoras representavam um grupo diferenciado, a sofrer violências e coações peculiares, ligadas à condição feminina do gênero. Por mais que estivessem no interior da mesma instituição de saber, elas possuíam traços e atuações que eram ignorados pelos seus pares masculinos. A condição feminina gerava determinados constrangimentos que, explicitados ou silenciados, moldavam um perfil intelectual e profissional generificado, dentro de um mesmo *indivíduo epistêmico*. Foi nessa condição ambivalente e complexa que Maria de Lourdes e Maria Odila escreveram suas teses de doutoramento, enfrentando problemas não só de gênero, mas também disciplinares³²².

3.2) *Do balanço à monografia?*

Maria de Lourdes e Maria Odila escreveram seus primeiros trabalhos acadêmicos adotando um formato textual diferente do *balanço*, modelo adotado por Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr. Suas teses de doutoramento representaram a aplicação do gênero *monográfico* nos estudos a respeito da historiografia brasileira. No caso de Maria Odila, a aplicação deste formato acadêmico já ocorreu em sua dissertação de mestrado, quando ela se debruçou sobre a visão histórica em dois autores específicos, Robert Southey e Walter Scott³²³. Longe de um trabalho panorâmico ou geral, a historiadora da USP recortou com precisão cirúrgica sua temática e seu objeto de estudo. Nesse sentido, ocorreu uma espécie de materialização do que Astrogildo de Melo apontou lá nos anos 1950, quando temporalizou a historiografia nacional para o futuro: o gesto monográfico como a performance fundamental do historiador(a) universitário(a).

³²¹ BASSETTO, Sylvia. Entrevista com Emília Viotti da Costa. São Paulo, *Revista da Adusp*, 1999, p. 21. O fato relato provavelmente ocorreu em fins da década de 1950.

³²² Nos últimos anos, algumas historiadoras do Brasil estão fazendo um importante esforço de analisar a história da historiografia brasileira sob o enfoque das relações de gênero. Além do trabalho de Carmen Sílvia da Fonseca, ver também: OLIVEIRA, Maria da G. de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 11, n. 28, 8 dez. 2018.

³²³ CURLY, Maria Odila Dias. O Brasil na historiografia romântica inglesa: um estudo de afinidades de visão histórica. *Anais do Museu Paulista*, Vol. 21, 1967.

Embora a produção de Pedro Moacyr e de Astrogildo Rodrigues trouxesse a marca do espaço universitário, o modelo discursivo utilizado por ambos era comum a diversos letrados pertencentes a outras instituições, para além da universitária³²⁴. Os autores de *Os estudos históricos no Brasil* e *Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX* operaram com uma fôrma narrativa relativamente típica do universo intelectual brasileiro do século XX. Para se ficar em um exemplo, cite-se o capítulo de Nelson Werneck Sodré sobre os estudos históricos, presente no livro *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, publicado no apagar da II Guerra Mundial, em 1945.

Em tal produção, o autor forneceu uma ampla visão geral sobre “os primeiros estudos históricos feitos no Brasil”, marcados por uma “tradição lusa e jesuítica”, até “a quarta década, depois da Revolução de 1930”, com “os trabalhos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras” lançados pelo país afora. O capítulo foi qualificado pelo próprio autor como um “estudo de conjunto”³²⁵. Os estudos históricos seriam não só esse conjunto estável, fechado e nítido, como seria igualmente apreendido em seu traço supostamente total, de conjunto. Daí a necessidade de um “olhar sinóptico”, orientado para apreender o todo, holisticamente, tal qual discutido por François Hartog³²⁶. Nelson Werneck, assim como Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr, mas também Sergio Buarque de Holanda e Américo Jacobina Lacombe³²⁷, apresentou uma preocupação holística sobre a produção histórica no país, desde seus primórdios até os dias que estava vivendo. Tal vontade de saber marcou também diversos intelectuais universitários que refletiram sobre a história da historiografia brasileira nos anos 1970.

Francisco Iglésias e José Roberto do Amaral Lapa, ambos autores de formação universitária, recorreram ao formato do *balanço* para tratar e abordar seu objeto de estudo. Nesse sentido, na produção do primeiro, pode-se destacar *A pesquisa histórica no Brasil*, trabalho lido em uma mesa-redonda de um evento da APUH, ocorrido em 5

³²⁴ Os textos de crítica literária, circulados em grande medida nos jornais da época, costumavam realizar grandes balanços de uma produção literária de um momento específico, de uma tendência literária e /ou de um autor. Mais informações em: LUCA, Tania Regina de. *Revistas literárias e culturais*. In: _____. *Leitura, projetos e (re)vista(s) do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2011.

³²⁵ SODRÉ, Nelso Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1967, p. 215-217.

³²⁶ HARTOG, François. *Evidência da História*. O que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 97.

³²⁷ Respectivamente: HOLANDA, Sergio Buarque de. O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Rio de Janeiro/Campinas, Eduerj/Editora da Unicamp, 2008. e LACOMBE, Américo Jacobina. *Historiografia brasileira*. In: _____. *Introdução ao estudo da história do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

de julho de 1971, na cidade de Curitiba. Direcionado para os seus pares intelectuais, a comunicação de Francisco Iglésias visou “encarar a pesquisa [histórica] em panorama amplo, não só da realidade nacional como das Ciências Sociais. [...] Procurou-se, pois, examinar o progresso da disciplina histórica”³²⁸. Tratamento processual semelhante foi alçado por Amaral Lapa como um dos objetivos da análise sobre a historiografia brasileira, a qual deveria “dar sempre, numa visão de conjunto, a perspectiva da evolução dos estudos de História, dos rumos que até então seguiram e a projeção futura que podem ou não vir a assumir”³²⁹. Senhores do tempo, os historiadores da historiografia brasileira desvelariam não só o passado da história, como também o seu presente e o seu futuro. Logo, o *balanço* implicava em uma temporalização total da historiografia brasileira.

Utilizado por intelectuais universitários e não universitários, o *modus operandis* do *balanço* mostra-se como um texto obrigatoriamente *anafórico*³³⁰, isto é, de retomada de ideias, autores e trabalhos anteriores, com o intuito de expor um percurso temporal, geralmente linear. Uma narrativa deste tipo é sempre acompanhada por um conjunto de referências anteriores sobre um dado objeto presente, como se o passado fosse o rastro vivo de uma atualidade, o que favorece a um procedimento de reconstrução da historicidade. Fazer um *balanço* da historiografia brasileira, como uma gama de autores e textos fez desde fins do século XIX, implica em uma operação de temporalização relativamente ampla da produção intelectual em apreço. Processualiza-se o objeto, flagrando-o ao longo do tempo. Em tempos de grande aceleração histórica, em que o presente passa por um torvelinho de mudanças, conforme ocorreu com a sociedade brasileira especialmente nos anos desenvolvimentistas das décadas de 1950 e 1960, o *balanço* converte-se em um gênero discursivo capaz de estabilizar o tempo, semanticamente.

Os títulos a seguir já deixam entrever tal engenho: *Os historiadores do Brasil no século XIX*, *Aperçu de la production historique recent au Brésil*, *O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos*, *Pesquisa histórica no Brasil: sua evolução e*

³²⁸ *Revista de História*, Num. 88, Vol. 43, São Paulo, 1971, p. 412-413.

³²⁹ LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira em perspectiva: a história em questão*. Rio de Janeiro: Vozes, 1976, p. 17.

³³⁰ Categoria usada a partir das reflexões de: GENETTE, Gérard. *A retórica restrita*. In: COHEN, Jean (org). *Pesquisas de retórica*. Petrópolis: Vozes, 1975.

*problemas atuais e Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira*³³¹. Em todas essas produções, o passado disciplinar é processualizado, visto muito mais na diacronia do que na sincronia, em um tempo relativamente longo, o que faz com que a historiografia brasileira caminhe *pari passu* a uma história. Assim, o texto de *balanço* implica obrigatoriamente em refazer um caminho, em reconstruir todo um período – médio ou longo – da história. Trata-se, pois, de um procedimento tipicamente historicista, entendendo este a partir das ideias de Frank Ankersmit, do historicismo como o modo moderno de atribuir sentido à dinâmica do processo histórico com base em referências buscadas na própria história³³².

O autor do penúltimo trabalho citado acima, José Honório Rodrigues, serve bem para mostrar a complexidade a respeito do modelo *balanço* nas análises sobre a historiografia brasileira, especialmente durante a segunda metade do século decorrido. Pode-se assinalar que o intelectual fluminense, ao longo de sua “arquitetura historiográfica”³³³, combinou a forma do *balanço* e da *monografia* em sua escriturística dos historiadores brasileiros. Mesmo tratando seu objeto de interesse ao longo do tempo, flagrando continuidades e rupturas, Honório Rodrigues não deixou de se dedicar exaustivamente ao escrutínio de dados autores e textos, sendo sua predileção investigativa por Capistrano de Abreu um sinal eloquente dessa atitude combinatória. Foi com essa prática híbrida que ele arquitetou seu ambicioso projeto de uma história da historiografia brasileira, o qual, como argutamente percebeu Rebeca Gontijo, foi marcado por um “duplo viés, crítico e memorialístico”, ou seja, monográfico e balanço, respectivamente³³⁴.

³³¹ BEZERRA, Alcides. Os historiadores do Brasil no século XIX. In: NICOLAZZI, Fernando. *História e historiadores do Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. COORNAERT, Emile. Aperçu de la production historique recent au Brésil. *Revue d'Histoire Moderne & Contemporaine Année*, Paris, 1936, p.11-21. HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Rio de Janeiro/Campinas, Eduerj/Editora da Unicamp, 2008. RODRIGUES, José Honório. *Pesquisa histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais*. Rio de Janeiro: instituto nacional do livro, 1952. CANABRAVA, Alice Piffer. *Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira. Anais do encontro internacional de estudos brasileiros e I seminário de estudos brasileiros*. São Paulo: Fundação do instituto de estudos brasileiros, 1972, Vol. 2.

³³² Ankersmit, F. R. Historicism: An Attempt at Synthesis. *History and Theory*, vol. 34, no. 3, 1995, p. 143–161.

³³³ FREIXO, André de Lemos. *A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues*. 2012. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

³³⁴ GONTIJO, Rebeca. “José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição”. In: NEVES, Lúcia M. B. Pereira das... [et al.]. *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

Em seus textos se reconstruiu a historiografia brasileira em sua processualidade, de sorte a permitir a reflexão sobre indivíduos e obras, história e historiografia, colocados frequentemente como sínteses de processos e estruturas sociais mais gerais. Na sua economia narrativa, se unem não apenas indivíduo e história, como também *balanço* e *monografia*. José Honório Rodrigues não foi um autor que investigou apenas a história da história no Brasil, mas foi também especialista *avant la lettre* em determinados temas e objetos, sobre os quais escreveu várias monografias, até mesmo para além de sua primazia pelo estudo da historiografia. Para ficar apenas nessa seara, aponte-se que ele investigou igualmente as ideologias que dominaram a historiografia brasileira – o colonialismo, o conservadorismo e o latifundiarismo – ao longo das Eras, juntamente com autores e obras de história. Logo, o desenho geral do conjunto – a historiografia brasileira – e o exame das partes – as ideologias, os autores, os textos – comparecem de maneira imbricada³³⁵.

Contrariando o modelo acima, Maria de Lourdes e Maria Odila adotaram uma perspectiva essencialmente *monográfica*, na qual o objeto de pesquisa foi reconstruído de forma bem delimitada, o que reduziu sobremaneira os recortes temporal, espacial e documental. Suas teses não analisaram a historiografia brasileira em conjunto, ao longo do tempo, das origens ao presente vivido. Em uma delas, aliás, repudiou-se uma agenda de pesquisa em torno do famigerado “ídolo das origens”, conforme a acusação de François Simiand aos historiadores do começo do século XX, “considerando estéreis as discussões a respeito do nascimento da historiografia brasileira”³³⁶.

Nesse sentido, o fato de ambas as historiadoras não terem tomado o Visconde de Porto Seguro como objeto privilegiado de investigação pode indicar um certo esforço de escapar dessas discussões em torno dos primórdios. Aliás, exceto em momentos muito pontuais, Varnhagen é um historiador bastante ausente nas teses das duas historiadoras, como se para elas a famigerada discussão do pai ou do Heródoto da historiografia brasileira não fosse uma questão maior, de grande relevância. Daí elas passarem, em grande medida, ao largo do autor de *História Geral do Brasil*, a despeito de investigarem o século XIX. Algo parecido também ocorre com o IHGB, em um

³³⁵ RODRIGUES, José Honório. *História da história no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1979, Vol. 1.

³³⁶ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1971, p. 18.

aparente esforço de escapar dos *topoi* da historiografia brasileira oitocentista. Ir além dos marcos, ainda que podendo construir outros, parece ter encontrado acolhimento por parte das historiadoras universitárias Maria de Lourdes e Maria Odila.

Delimitando o foco de reflexão ao nível de um objeto particular, bem situado no tempo e no espaço, elas se distanciaram do modelo de *balanço*, ainda forte em sua época, contando com várias referências autorais. Tal operação produziu uma historicização tópica, ou seja, pontual e particularizada, e não geral e processual, esticado no e pelo tempo. Significativamente, as teses de doutoramento trazem no título a referência à indivíduos, alusão pouco observada nos *balanços* citados até aqui. O indivíduo, selecionado tanto a partir de sua trajetória como de sua obra, seria a unidade particular a se investigar, em um procedimento que não perderia de vista, igualmente, o geral, a história e a historiografia, pois “não se pode buscar coerência em opiniões subjetivas do indivíduo, a não ser que coincidam eventualmente com as pressões e forças históricas globais, inerentes à estrutura do mundo em que vive”³³⁷.

A opção pelo formato *monográfico* tem muito a ver com a própria estrutura do chamado “antigo regime de pós-graduação” na USP, especialmente na FFLC. Aliás, a própria nomenclatura *monografia* foi utilizada nos documentos oficiais para definir os trabalhos de mestrado e de doutorado. Conforme evidenciado no último tópico do capítulo 1, esse ordenamento institucional de qualificação profissional ligava-se intimamente a uma disciplina existente no currículo, de modo que o orientador do trabalho advinha justamente daí. Geralmente, era um professor ligado à cadeira que - pelo menos formalmente - deveria orientar o trabalho de mestrado ou de doutorado, cabendo ao mesmo marcar a banca e presidir a sessão de defesa. O quadro a seguir evidencia essas relações institucionais concernentes aos trabalhos de Maria de Lourdes e de Maria Odila.

Autoria	Orientador	Vínculo disciplinar	Banca
Maria de Lourdes	Eduardo de	Metodologia e	Eduardo de

³³⁷ DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *Robert Southey, historiador do Brasil – o fardo do homem branco na Inglaterra Pré-Vitoriana e a formação da nacionalidade brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1972, p. 299.

Mônaco Janotti	Oliveira França	Teoria da História	Oliveira França (Presidente), José Honório Rodrigues, Sônia Aparecida Siqueira, Antônio Candido de Mello e Souza e Carlos Guilherme Mota.
Maria Odila Leite da Silva Dias	Maria Thereza Shorer Petrone	História da Civilização Brasileira	Maria Thereza Shorer Petrone (presidenta), Odilon Nogueira de Matos, Celso Laffer, Antônio Candido de Mello e Souza e Sergio Buarque de Holanda.

Quadro 6: Informações institucionais da tese de Maria de Lourdes Mônaco Janotti e Maria Odila Leite da Silva Dias³³⁸.

O arranjo institucional acima tendia a balizar e a delimitar a discussão proposta. Observando os trabalhos defendidos em ambas as cadeiras, percebe-se claramente a opção por um estudo mais circunscrito, distante das grandes sínteses temáticas e dos amplos recortes temporais. Assim, na cadeira de História da Civilização Brasileira, José Gonçalves Salvador defendeu sua tese intitulada *Os cristãos-novos nas capitânicas do Sul (1530-1580)*, sendo seguido por Anita Novisky, com o trabalho *cristãos-novos na Bahia (1624-1654)*. Mesma operação delimitadora se constata nos trabalhos de José Pedro Pinto Esposel e Arnaldo Láraya Contier, denominados, respectivamente, *O conselho de Estado no Segundo Reinado e Ideologia dominante em São Paulo através dos periódicos (1827-1835)*. O foco dos trabalhos propostos caminha para uma análise específica, *monográfica*, sintética.

³³⁸ Elaborado a partir de: *Revista de história*, Num. 100, Vol. 84, São Paulo, 1974, p. 821-857. Trata-se de um levantamento das teses defendidas no departamento de história da USP entre 1939-1974, elaborada por Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula.

O mesmo se observa na cadeira de Metodologia e Teoria da História, onde Maria de Lourdes defendeu sua tese. Porém, antes dessa historiadora, Boris Fausto concluiu seu curso de doutorado, elegendo justamente um evento específico: a Revolução de 1930, justificada a partir de uma “necessidade de se aprofundar uma série de aspectos obscuros, através de uma pesquisa minuciosa”³³⁹. A investigação do autor, incidindo menos no acontecimento em si do que em suas diversas leituras, “pelo prisma da crítica historiográfica”³⁴⁰, encurtou bem o campo de análise. Daí seu título *1930: história e historiografia*, com a discussão pendendo mais para este ponto do que para aquele, o que permitiu ao seu autor estabelecer um contraponto às teses dualistas sobre o fim da Primeira República. Em suas *Memórias de um historiador de domingo*, Boris Fausto lembrou suas pretensões em relação ao produto final do doutorado:

Quis escrever uma monografia detalhada sobre 1930, mas logo senti os limites que a profissão de advogado me impunha. [...] A opção viável, então, foi escrever um pequeno texto interpretativo, tratando de destruir, com o poder do fogo advindo da lembrança das lutas políticas, a interpretação do episódio 1930 como a chegada de uma nova classe ao poder. Foi ouvindo o intelectual marxista Perry Anderson discorrer sobre a década de 1920 no Brasil, em palestra proferida na surdina numa sala da Faculdade de Filosofia, que me convenci da possibilidade de lidar com personagens da trama e não apenas me ater a uma análise estrutural.³⁴¹

Ao invés da estrutura, Maria de Lourdes e Maria Odila também optaram pelo indivíduo, o que reforçou a abordagem monográfica de suas teses de doutorado. No caso, historiadores específicos (conforme o entendimento das autoras), os quais, a partir de sua produção, balizariam formalmente o recorte temporal do trabalho. Assim, *João Francisco Lisboa* se situa entre 1839-1880³⁴², e *Robert Southey, historiador do Brasil*, na primeira metade do século XIX³⁴³. Com isso, as historiadoras não apresentaram uma galeria de letrados, analisados superficialmente um por um. Em lugar de um texto-

³³⁹ FAUSTO, Boris. *1930: História e historiografia*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1969, p. 02.

³⁴⁰ Idem.

³⁴¹ FAUSTO, Boris. *Memórias de um historiador de domingo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 239.

³⁴² JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1971, p.22.

³⁴³ DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *Robert Southey, historiador do Brasil – o fardo do homem branco na Inglaterra Pré-Vitoriana e a formação da nacionalidade brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1972, p. II.

painel, a fim de dar conta do conjunto da historiografia brasileira, elas produziram uma espécie de estudo de caso, debruçando-se acerca de sujeitos pontuais em momentos específicos. Para um(a) leitor(a), suas teses funcionam menos como uma ampla exposição de pintores e telas do que como um contemplar investigativo sobre uma paisagem a partir de um único quadro.

Juntamente com elas, outros intelectuais universitários da USP, refletindo a respeito da historiografia brasileira, adotaram a mesma estratégia. Além dos trabalhos citados na introdução da corrente tese, registre-se aqui o anseio de Katia Maria Abud, que no alvorecer dos anos 1970 formalizou um projeto de doutorado relativo à produção histórica de Paulo Prado, sob a orientação de Eurípides Simões de Paula. Conforme informação fornecida por este³⁴⁴, a referida pesquisa de doutoramento estava vinculada a disciplina de Teoria e Metodologia da História, e visava contribuir para o estudo da historiografia nacional a partir de um importante representante das décadas iniciais do século passado. Porém, a historiadora acabou mudando de tema durante a pós-graduação, terminando por fazer uma tese sobre a construção dos bandeirantes enquanto símbolo da paulistanidade. Em seu discurso de outorga de título de professora emérita, Maria de Lourdes lembrou-se de Katia Maria Abud, como uma das “colegas no desbravar e construir uma nova disciplina para a qual não havíamos tido formação anterior”³⁴⁵.

Jayro Gonçalves de Melo, historiador universitário que em 1979 concluiu sua dissertação sobre Capistrano de Abreu defendida na USP, permaneceu na década seguinte estudando a historiografia brasileira a partir de um sujeito particular. Do autor de *Capítulos de história colonial*, ele passou para Caio Prado Júnior, de quem era, desde sua época de graduação nos anos 1960, leitor assíduo. Segundo o próprio, a decisão pelo estudo dos dois historiadores renomados partiu de uma sugestão feita por dois de seus interlocutores: Nilo Odália, que havia recentemente terminado sua tese de livre-docência sobre Varnhagen, sugeriu o objeto da dissertação, ao passo que Arnaldo

³⁴⁴ DE PAULA, Eurípides Simões. Algumas considerações sobre a contribuição da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a historiografia brasileira. *Revista de história*, Vol. 43, Num. 88, São Paulo, 1971, p. 450.

³⁴⁵ JANNOTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Discurso da homenageada*. Outorga do título de professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2014.

Daraya Contier, conhecido na época do mestrado na FFLCH, fez a indicação para a pesquisa de doutorado³⁴⁶.

Como se vê, parte expressiva dos historiadores universitários vinculados ao debate sobre a historiografia brasileira nos anos 1970 elegeram, a partir de estudos monográficos, letrados específicos para a investigação historiográfica. E nessa escolha a preocupação com a história, enquanto conhecimento produzido, saber que se desenvolvia na sociedade, reluz bem mais forte do que um interesse estritamente biográfico, do tipo da *illusion biographique* que Pierre Bourdieu nos anos 1980 já denunciara³⁴⁷. Ademais, tais trabalhos passaram ao largo de uma tradição laudatória a respeito de sujeitos que escreveram obras de história.

A escrita biográfica não se reduz a contar linearmente uma vida, do nascimento à morte. A vida a ser escrita, contada, não necessariamente precisa ser abordada como total, acabada: “os historiadores serão um dia capazes de enumerar os incontáveis aspectos de uma vida?”, cabe provocar conforme as palavras de Arnaldo Momigliano³⁴⁸. Tal escritura envolve questões para além de uma vida individual, o que abre a possibilidade de pensar inúmeras relações e temas, donde a riqueza e a pluralidade do gênero biográfico, se permitindo a diversos *usos*, como bem elucidou Giovanni Levi. Benito Bisso Schmidt e Marcia de Almeida Gonçalves já demonstraram a possibilidade de pensar o sujeito “na constituição e na transformação do saber histórico no Brasil”³⁴⁹, intercalando escrita biográfica e história da historiografia brasileira.

Essa foi uma das preocupações de Maria de Loudes e de Maria Odila. A oposição entre indivíduo e história, entendendo esta para além do processo histórico, tende a ser nuançada em seus trabalhos, a fim de examinar o saber reivindicado por aquele que o está produzindo. Nessa direção, na tese da primeira, apontou-se que “para

³⁴⁶ MELO, Jayro Gonçalves. *Memorial apresentado à comissão julgadora como exigência parcial para o concurso de livre-docência junto ao departamento de geografia da UNESP*. Universidade Estadual de São Paulo, campus Presidente Prudente, 2004, p. 16-17.

³⁴⁷ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

³⁴⁸ Citado por: LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 170.

³⁴⁹ SCHMIDT, Benito Bisso. Escrever biografias no Brasil hoje. In: DUTRA, Eliana de Freitas. *O Brasil em dois tempos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 214. A referência da autora é: GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história em Octavio Tarquino de Souza*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

compreender a historiografia brasileira são necessários estudos críticos sobre historiadores”³⁵⁰. Mesma relação entre sujeito e saber foi endossada por Maria Odila, quando transformou sua tese em livro, no ano de 1974, assinalando que a motivação original da tese veio em razão do “interesse pelo estudo das matrizes ideológicas da historiografia e da consciência nacional”³⁵¹. Pensados como “historiador”, João Francisco Lisboa e Robert Southey foram tomados como pontos de partida para um exame de questões e de objetos para além de suas vidas enquanto sujeitos da história.

Sergio Buarque de Holanda, professor das duas historiadoras em tela, ao prefaciar a tese de uma de suas ex-alunas, cravou bem a possibilidade de se articular o historiador, a história e a historiografia brasileira:

No livro que agora se publica o que sobretudo se teve em vista, e está dito em suas páginas, é fixar um tipo de mentalidade caracterizada pela expressão ‘o fardo do homem branco’ que Kipling celebrizou, e que, marcando o império britânico do comércio livre, continuaria presente na fase de formação e consolidação do Estado brasileiro. Ele agiria sobre estadista empenhados na construção da nacionalidade e até sobre nossos pensadores e historiadores de fins do século passado e inícios do atual³⁵².

Metodologicamente, o pensamento acima certamente estaria de acordo com os pressupostos teóricos das teses de Maria de Lourdes e de Maria Odila. Nessa relação triangular, envolvendo história, historiador e historiografia, arquitetou-se igualmente um passado disciplinar, edificado a quatro mãos.

3.3) *O passado romântico da história*

As duas historiadoras universitárias do corrente capítulo pensaram seus objetos mediante uma operação de corte temporal. No trabalho de ambas, tanto a obra de João Francisco Lisboa quanto a *History of Brazil* de Robert Southey representariam inovações, isto é, rupturas com uma tradição de estudo anterior. Logo, elas surgiriam

³⁵⁰ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1971, p. 10.

³⁵¹ DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *O fardo do homem branco: Robert Southey, historiador do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia da Editora Nacional, 1974, p. 09.

³⁵² HOLANDA, Sergio Buarque de. Prefácio. In: DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *O fardo do homem branco: Robert Southey, historiador do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia da Editora Nacional, 1974, p. XXI.

como marcos de uma história da historiografia brasileira. Contemplando a evolução da história no Brasil, é como se a produção do letrado brasileiro e do poeta inglês emergissem como significativas, como capitais para a compreensão histórica do conhecimento investigado. Talvez tenha vindo dessa percepção inaugural o interesse das historiadoras em estudar seus respectivos objetos de pesquisa.

A autora de *João Francisco Lisboa* utilizou em sua tese uma tópica comum nos estudos de história da historiografia, qual seja, a distinção entre crônica e historiografia. Desde os estudos de Gustav Droysen nas décadas finais do século XIX, os de Benedetto Croce e de Edward Futer³⁵³ no início do século XX, passando pelos de Harry Elmer Barnes e George Lefebvre no final da primeira metade desta era, as chamadas “histórias gerais da historiografia ocidental”³⁵⁴ delimitavam uma separação entre o cronista e o historiador. O primeiro faria o registro do vivido no presente e para o presente, ao passo que ao segundo caberia a reflexão para além da simples anotação do que se viu ou se viveu. Nas palavras de Croce, tratar-se-ia “de duas atitudes diferentes: a história é a história viva, a crônica é a história morta; a história é um acto de pensamento, a crônica um acto de vontade”³⁵⁵. Ecoando essa mesma discriminação, mas somando a ela as reflexões de Antonio Candido, Maria de Lourdes assinalou que o Timon maranhense representaria um “momento decisivo”³⁵⁶ na história da história no Brasil.

Por mais que elementos da crônica possam ser encontrados na historiografia de João Francisco Lisboa, sua produção se inseriria já em uma conjuntura nova, essencialmente diferente, já que haveria uma diferenciação radical entre a produção cronística e a historiográfica. A primeira apresentaria “denominadores comuns diferentes da historiografia”, haja vista que “os cronistas, uns mais, outros menos, estavam cômicos de seus papéis. Escreviam para registrar informações úteis aos seus sucessores, quer na atividade religiosa ou civil; preocupavam-se com as nobiliarquias,

³⁵³ O livro deste autor, intitulado *História de la historiografia*, foi inserido nas referências bibliográficas da tese de Maria de Lourdes.

³⁵⁴ DA SILVA, Rogério Forastieri. *História da historiografia*. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 58-87.

³⁵⁵ CROCE, Benedetto. História e crônica. In: GARDINER, Patrick. *Teorias da história*. Lisboa: Fundação Calouste, 1984, p. 281. O filósofo italiano foi referenciado na tese com dois trabalhos: *La storia come pensiero e come azione* e *Teoria e história de la historiografia*.

³⁵⁶ A história da literatura brasileira, tal qual historicizada por Antônio Candido em fins dos anos 1950, baseou-se na noção de formação, o que o levou a periodizar seu objeto a partir de “momentos decisivos”. Na trajetória historicizada, a nação é o referente principal. A centralidade desta discussão se evidencia no próprio título de seu projeto. Mais informações em: CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

corografias, e memórias de famílias ou anais de entidade”³⁵⁷. A crônica seria um discurso utilitário, fruto de um interesse informativo imediato a respeito de algum objeto. Logo, apenas indiretamente serviria aos propósitos de conhecimento da realidade sobre a qual se debruçava.

Os parágrafos seguintes à citação anterior vão dando o tom da separação: “bastante diferentes os chamados ‘historiadores românticos’, cômicos de seu papel, eles escrevem por missão, buscam e criam as bases tradicionais do país que nasce”³⁵⁸. Maria de Lourdes identificou inicialmente os historiadores ao Brasil, à nação recém constituída, enquanto que os cronistas representariam o período colonial, no qual a nacionalidade não estava ainda colocada. Assim, à passagem da colônia para a nação corresponderia também o movimento da crônica para a historiografia brasileira. Esta teria surgido com a nação, de maneira que “o árduo caminho que de medíocres notícias cronológicas chegou à obra de Adolfo Varnhagen, demonstra o esforço de um país para libertar-se e criar os seus padrões nacionais, e representa as inter-ligações entre o plano das realidades político-sociais e o da observação e crítica históricas”³⁵⁹.

Na operação de distinção entre crônica e historiografia, a nação surge como elemento fundamental de discriminação entre uma produção e outra, muito mais do que as ambições intelectuais. Os estudos históricos seriam parte já de uma consciência nacional sobre si, evidenciando uma outra realidade histórica. Enquanto a crônica se inseriria no sistema cultural da colônia - daí o afã de levantar informações sobre o território e de repassá-las a outros indivíduos - , a historiografia encarnaria o rosto da nação em busca de si, de suas formas, desenhos e traços. Ali, a vontade de saber seria pragmática, interesseira, político-administrativa; aqui, ela seria autêntica, genuína, sincera, posto que ocorreria no contexto de um país independente que buscava se afirmar interna e externamente. Em uma palavra: a historiografia seria o momento de reconhecimento da nação.

Arrematando essa simbiótica ligação, Maria de Lourdes asseverou:

³⁵⁷ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1971, p.14.

³⁵⁸ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1971, p.15.

³⁵⁹ Op. Cit., 1971, p.14.

A historiografia brasileira nasce comprometida com a independência do país, desenvolvendo-se nas lutas da Regência, (aparecimento das histórias regionais) e chega a sua maturidade no século XIX com Varnhagen e a idealização do Império brasileiro como forma política de integração. [...] O ‘nascimento’ da historiografia brasileira é concomitante ao nascimento do país independente e ao estudá-la nos fins do século XVIII e no século XIX, sente-se em sua evolução todas as vicissitudes da nova nação³⁶⁰.

Forte elemento da cultura nacional, a historiografia viria em decorrência da nação, estando nela inserida, quase que sem autonomia. Percorrer o passado oitocentista seria encarar, além da marcha da nação, o próprio curso da história no Brasil, através de autores e obras que ansiaram por recuperar as origens de sua nacionalidade. A autora das palavras acima reforçou um enunciado já expressado antes por Astrogildo Rodrigues e por Pedro Moacyr, qual seja, a história como espelho da nação.

A nação também se colocou como um elemento decisivo na análise de Maria Odila, no que diz respeito ao corte temporal que a autora viu a partir de *History of Brazil*. Embora a historiadora universitária não tenha operado com a distinção entre crônica e historiografia, ela enxergou em Robert Southey o primeiro historiador que aplicou um “princípio de nacionalidade”³⁶¹ à história do Brasil. O poeta inglês laureado, ao contar a história de uma colônia portuguesa, não o fez subsumindo a colônia na metrópole. Antes, teria captado pioneiramente o desabrochar de uma nacionalidade relativamente autônoma em relação à mãe-pátria. Mesmo tendo sido escrita e publicada antes de 1822, Maria Odila entendeu que *History of Brazil* já antecipava

A independência e a separação do país que considerava inevitável, tendo em vista a decadência de Portugal. De qualquer forma para o historiador, tratava-se de acompanhar o processo de formação de uma sociedade, que deveria ser vista independentemente da metrópole, desenvolvendo-se desde o início com forças vitais próprias. Em sua obra, acima de tudo, quis acompanhar a continuidade inerente a um processo evolutivo da história.³⁶²

Inglês que nunca visitou o Novo Mundo, Robert Southey teria registrado não tanto a história de uma colônia presa a uma metrópole, mas sim a de uma que,

³⁶⁰ Op. Cit., 1971, p.18-19.

³⁶¹ Tal expressão aparece em diversos momentos da tese da historiadora, como que estruturando sua análise acerca de Robert Southey e sua *History of Brazil*.

³⁶² DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *Robert Southey, historiador do Brasil – o fardo do homem branco na Inglaterra Pré-Vitoriana e a formação da nacionalidade brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1972, p. 343.

progressivamente, foi afrouxando os laços coloniais, formando-se, pois “galho tão pesado não pode permanecer por muito tempo unido a um tronco tão carcomido”³⁶³.

Tal posicionamento, conforme Maria Odila explicitou, viria da própria concepção que Robert Southey teria em relação ao processo histórico de diferentes sociedades. Este seria entendido a partir de um prisma orgânico evolutivo, no centro do qual estaria a “formação da comunidade social e do Estado-nação”³⁶⁴. Romântico historicista, seguidor da tradição de Herder, o autor de *History of Brazil* perseguiria a formação de um *ethos* nacional, o germinar de um povo autêntico, consciente de si e de sua singularidade. A história seria o caminhar dos diferentes povos, já que “não se fabrica nações do dia para a noite”³⁶⁵. Maria Odila assim enfeixou a visão histórica de seu personagem principal: “tinha o conceito vitalista e orgânico do crescimento evolutivo das sociedades através dos tempos, de estágios históricos próprios e necessários a cada fase de desenvolvimento”³⁶⁶.

Foi com essa *visão de mundo* – categoria chave em sua tese - que Maria Odila entendeu que *History of Brazil* foi produzida, colocando seu autor como o primeiro historiador do Brasil, como faz jus o próprio título do trabalho da historiadora. Não à toa, destacou-se na tese de doutoramento a volúpia southeyana de ser o “Heródoto da América do Sul”³⁶⁷, ou seja, o pai fundador dos estudos históricos no Novo Mundo, tal qual o grego de Halicarnasso para o Velho Mundo - eurocentricamente. De fato, *Robert Southey, historiador do Brasil* colocou *History of Brazil* como pedra angular da historiografia brasileira, base a partir da qual se edificou todo um pensamento histórico nacional. A proposta de escrever a história da colônia portuguesa como um período em que as sementes de uma nova nacionalidade – a brasileira – estavam sendo plantadas teria sido perseguida, de forma inédita, por Robert Southey, ainda no começo do século XIX, de maneira que *History of Brazil* “lançou os fundamentos da historiografia brasileira”³⁶⁸.

³⁶³ Op. Cit., 1972, p. 265.

³⁶⁴ Op. Cit., 1972, p. 391.

³⁶⁵ DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *Robert Southey, historiador do Brasil – o fardo do homem branco na Inglaterra Pré-Vitoriana e a formação da nacionalidade brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1972, p. 118.

³⁶⁶ Op., Cit., 1972, p.120.

³⁶⁷ Op., Cit., 1972, p. 40.

³⁶⁸ Op., Cit., 1972, p. 474. Foi com essa frase que Maria Odila encerrou sua tese.

Em vários momentos de seu trabalho, Maria Odila estabeleceu vínculos peremptórios entre as ideias de Robert Southey e a historiografia brasileira, como a indicar a influência de um no outro. Além da perspectiva nacional, fundadora dos estudos históricos no Brasil, sublinhou-se a presença de visões southeyanas que teriam cravado raízes em diversos letrados brasileiros. A valorização dos jesuítas enquanto agentes da colonização, a necessidade de integrar índios e africanos na nação, a consciência e até a positivação da mestiçagem e a possibilidade de o Brasil se civilizar no futuro seriam ideias expressadas por *History of Brazil*, e ventiladas pela instituição máxima da historiografia brasileira oitocentista, o IHGB. Na análise de Maria Odila, a obra de Robert Southey chegou a ir além da história: “as ideias de Southey sobre perspectivas de formação de uma futura nacionalidade não divergiram muito dos portugueses e brasileiros que se empenhavam na consolidação do novo império. Viriam mesmo ao encontro dos princípios essencialmente conservadores de formação do Estado Brasileiro”³⁶⁹.

Se Pedro Moacyr situou Robert Southey como o primeiro a combater os arroubos nativistas da historiografia brasileira, os quais teriam longevidade na produção dos historiadores nacionais, a antiga assistente de Sergio Buarque de Holanda posicionou o letrado inglês como uma espécie de matriz formativa dos estudos históricos no Brasil. As ideias e os posicionamentos do autor de *History of Brazil* encontrariam solo fértil para se reproduzir na sociedade brasileira, não tanto em razão de sua genialidade, mas sim porque expressava uma ideologia conservadora e autoritária, na qual o Estado era o agente principal da história. A história da formação do Estado brasileiro, segundo Maria Odila, confirmaria essa incorporação simbólico-política. Como a historiografia nacional se fez sob a sombra do imperador, ela igualmente acolheria e disseminaria um conservadorismo autoritário.

Assim, conforme já aparecia em *Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*, reforçou-se

A convicção de que limites político-geográficos não proporcionam um enquadramento inteligível para a História [no Brasil], que deve ser buscada, antes, no estudo de relações processadas dentro de limites

³⁶⁹ DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *Robert Southey, historiador do Brasil – o fardo do homem branco na Inglaterra Pré-Vitoriana e a formação da nacionalidade brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1972, p. 472.

incomparavelmente mais amplos. O Brasil, portanto, situa-se no grande complexo comumente designado como civilização ocidental.³⁷⁰

Coerente com a visão acima, segundo a qual o país – e conseqüentemente a sua historiografia – se formou em forte cruzamento com uma realidade europeia, logo exterior, Maria Odila, ao verter sua tese em livro no ano de 1974, acrescentou outra epígrafe àquela existente no trabalho original³⁷¹: “trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”³⁷². Nação colonizada, historiografia colonizada? Parece ser a conclusão da autora em seu novo texto, ao enxertar nele a famosa e polêmica citação de Sergio Buarque de Holanda³⁷³.

Em um sentido específico, intimamente relacionado à nação, Maria de Lourdes e Maria Odila usaram a noção de *romântico* para qualificar seus sujeitos de pesquisa. João Francisco Lisboa e Robert Southey estariam ligados a um romantismo – luso-brasileiro e inglês, respectivamente – em razão de buscarem em suas obras a revelação de uma nacionalidade, de um *ethos* nacional, materializado em costumes, tradições, valores, crenças, em uma palavra: em um povo (*Volksgeist*). Daí que o letrado maranhense e o poeta inglês compartilhariam uma preocupação estilística com a história, não escrevendo apenas relatos históricos factuais de teor político-administrativos. O povo de carne e osso, o cotidiano vivido de homens e mulheres, em seu *gênio* nacional, pulsaria nas histórias analisadas pelas historiadoras universitárias³⁷⁴.

³⁷⁰ Op., Cit., 1972, p. 107.

³⁷¹ Na tese, tem-se a seguinte epígrafe, atribuída a Robert Southey: “Les Européens seuls sont capables d’apprendre aux Indiens leur propre histoire, et de voir dans leurs traditions, dans leurs monumens des idées et des faits qui ne sauraient être découverts et compris par les indiens eux-mêmes”. Em português, a partir de uma tradução livre, seria: “Somente os europeus são capazes de ensinar aos índios a sua própria história e de ver em suas tradições e monumentos as ideias e os acontecimentos que não seriam descobertos pelos índios por si mesmos”.

³⁷² DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *O fardo do homem branco*: Robert Southey, historiador do Brasil. Rio de Janeiro: Companhia da Editora Nacional, 1974, p. 01.

³⁷³ Atualmente, a obra de Sergio Buarque de Holanda passou por um momento de efervescente debate, o qual vem renovando algumas discussões tradicionais em torno do autor modernista. Para duas visões divergente, ver: SOUZA, Jesse. A tese do patrimonialismo. In: _____. *A ralé brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. e MATA, Sergio da. Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em Raízes do Brasil. *Revista Brasileira de História*, Vol. 36, p. 63-87, 2016.

³⁷⁴ Eduardo de Oliveira França, ao registrar as atividades desenvolvidas no departamento de história da USP durante o ano de 1970, um ano antes, portanto, de Maria de Lourdes defender sua tese, registrou o trabalho desta com o seguinte título: “historiografia romântica: João Francisco Lisboa”. Ver: FRANÇA, Eduardo de Oliveira. Relatório do departamento de história em 1970. *Revista de história*, Num. 85, 1º trimestre, São Paulo, 1971, p.275.

Emilia Viotti da Costa, professora de ambas na graduação e na pós-graduação, também mobilizou o termo *romântico* para enfeixar a historiografia brasileira da primeira metade do Oitocentos. Segundo ela, “há que se reconhecer, primeiramente, a historiografia de tradição romântica, seja liberal, seja conservadora, que tem origem no século XIX, ligado à organização e institucionalização do país independente. É uma historiografia que corresponde à consciência histórica da sociedade essencialmente rural, senhorial e escravista”³⁷⁵. O raciocínio da historiadora universitária, empreendido em 1971, é o mesmo de suas ex-alunas: associa romântico à nação, como que nacionalizando aquela categoria. Desenvolvendo a conceituação, afirma que a historiografia romântica se caracteriza “por valorizar o papel dos personagens na História e por uma noção vaga e imprecisa de povo, encarado como abstração atuante na História, de uma forma que lembra a ideia que Michelet tinha da participação do Povo na História”³⁷⁶.

Se – no dizer de Huizinga - “o romantismo tem tantas faces quantas foram suas formas de expressão”³⁷⁷, o traço nacional foi apropriado pelas historiadoras universitárias como o elemento definidor do *ser* romântico, justificando, pois, seu uso para caracterizar autores e movimentos historiográficos. Micheal Lowy e Robert Sayre também assinalaram a verve nacional como importante componente da visão de mundo romântica, em oposição ao universalismo iluminista que se hegemonizou. Nesse sentido, os autores colocaram o alemão Johan Gottfried Herder como aquele que inaugurou a perspectiva particularizante na filosofia romântica, em fins do século XVIII, tão bem expressa na visão segundo a qual “cada forma de perfeição humana é, num certo sentido, nacional e temporalizada, e, considerada de forma mais específica, individual”³⁷⁸. Na comunidade humana tão enaltecida pela tradição do Esclarecimento, haveria individualidades, de maneira que as nações, os diferentes povos, comporiam partes significativas desse conjunto maior, tido como a humanidade.

Romântico parece funcionar como o nó a enfeixar as classes de história, historiografia e povo, unindo esses três termos de forma coesa. Categoria agrimensora, ela permite captar a consciência da nação, de uma comunidade nacional, por parte

³⁷⁵ COSTA, Emilia Viotti da. *Anais do I seminário de estudos brasileiros*. São Paulo: IEB, 1972, Vol II, p. 51.

³⁷⁶ Op., Cit., 1972, p. 52.

³⁷⁷ HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 12.

³⁷⁸ LOWY, Michael; SAYRE, Robert. *Romantismo e melancolia*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 43.

daqueles letrados que escreviam a respeito de um suposto passado comum. Contra o universalismo da Ilustração, ela é a marca de uma especificidade histórica, o lampejo de um povo que se descobre como singular, possuidor de uma história própria que seria preciso revelar, contando-a para a posteridade. Logo, nada teria de pejorativo, como de operacional, a sinalizar para uma sociedade que se firmava enquanto nação específica. Através dela, foi possível contar uma história da história no Brasil, tendo a condição nacional como referente principal, compasso a orquestrar o desenvolvimento historiográfico. Trata-se, assim, de uma categoria reflexiva, conforme asseverou Luiz Costa Lima³⁷⁹.

As historiadoras universitárias em tela se apropriaram da proposta de Antonio Candido de escrever uma história da literatura no desejo que esta tinha de ser nacional. Uma historiografia brasileira, assim como sua congênere literária, surgiria quando houvesse “o nacional” a ser buscado, desejado e descrito. No caso delas, a apropriação resultou em um esforço de escrever uma história da historiografia na qual se perseguiria o desabrochar de uma consciência nacional, de um pensamento histórico brasileiro. O autor de *Formação da literatura brasileira*, em verdade, foi mais do que uma referência intelectual de pesquisa, constituindo-se como um interlocutor privilegiado, como demonstra sua presença nas bancas de defesa de tese de Maria Odila e de Maria de Lourdes. Ambas as historiadoras, em razão desse diálogo, manifestaram gratidão ao companheiro de instituição³⁸⁰.

No caso do trabalho de Maria de Lourdes, o crítico e teórico da literatura da USP ainda forneceu à historiadora a chave de tratamento da historiografia brasileira oitocentista como um sistema formado por obras interligadas que possuem denominadores comuns (temas, cenários, personagens, estilos, perspectivas etc.) e que expressam organicamente um dado perfil do desenvolvimento histórico nacional. Considerando a proposta candidiana “muito sugestiva”, a autora apontou que: “tanto as crônicas, quanto os trabalhos históricos que vão surgindo, além de se colocarem numa perspectiva evolutiva do conhecimento, podem ser vistos como um ‘sistema’ no qual os seus denominadores comuns retratam aspectos da cultura e da sociedade

³⁷⁹ LIMA, Luiz Costa. Os destinos da subjetividade: história e natureza no romantismo. In: _____. *Trilogia do controle*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

³⁸⁰ Gratidão essa expressa no discurso de outorga do título de professora emérita da USP. Ainda nos agradecimentos do livro *O fardo do homem branco*, Maria Odila homenageou Antonio Candido e sua esposa, “a Dona Gilda”, por “estimularem desde o início minha carreira universitária”. Ver: DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco*. São Paulo: Brasiliense, 1974, s/p.

brasileira no seu mais amplo sentido”³⁸¹. Ao longo de sua tese, a historiadora investiu na crônica e na historiografia enquanto sistemas distintos, o que lhe permitia pensar unidades particulares para estas formas de se lidar com o passado.

A presença de Antonio Candido se mostrará ainda na percepção de uma “literatura empenhada”, a qual fornece uma espécie de modelo para se pensar e se discutir a historiografia brasileira do século XIX. Diz a interlocutora de *Formação da literatura brasileira*: “se no livro de Antonio Candido fica bem caracterizada a literatura brasileira da independência como sendo empenhada na construção de valores nacionais, mais ainda chamaríamos de empenhada a historiografia brasileira do século XIX que de certa forma ‘nasce’ nesta época”³⁸². Logo, Maria de Lourdes buscou em seu colega de instituição universitária tanto uma referência conceitual para o tratamento de suas fontes quanto ideias para analisar seu objeto de pesquisa. Ela se muniu de uma perspectiva para tratar João Francisco Lisboa e a historiografia brasileira oitocentista marcada por uma história da literatura tal qual encabeçado por Antonio Candido, orientada para a dimensão social, literária e nacional.

Assim, historicizando a historiografia brasileira, tinha-se a oportunidade de contemplar, em perspectiva temporal, um duplo fenômeno: a produção da história *no* Brasil e *sobre o* Brasil. A historiografia era pensada como uma produção intelectual, como um conhecimento específico, a história, mas uma produção voltada para um objeto preciso, o Brasil, a nação. Outroassim, examinando as teses *João Francisco Lisboa* e *Robert Southey, historiador do Brasil*, percebe-se que a categoria “historiografia brasileira” carregava tanto uma marca epistemológica quanto identitária: historiografia e nação, respectivamente.

Com essa junção, refletir sobre a história era igualmente pensar sobre o país no qual a historiografia tinha lugar, o que explica as imbricações entre história *do* e *no* Brasil. Na feliz expressão de Jacques Rancière, havia uma “política do saber”, que transformava o pensamento sobre um conhecimento em uma visada sobre a própria

³⁸¹ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1971, p.13.

³⁸² JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1971, p.17-18.

nação³⁸³, objeto desse mesmo saber. Daí se discutir, dentro de uma proposta de história da historiografia brasileira, a história *no* e *do* Brasil. Em suma: a historiografia não se apartava da nação; antes a enformava na mesma medida em que era por ela enformada.

Se a preocupação com a nação era uma tônica reluzente dos anos 1960-1970, vide o nacionalismo autoritário da Ditadura Militar, no caso da pesquisa de Maria Odila a questão nacional se radicalizava ainda mais. Conforme apontado anteriormente, a historiadora universitária teve sua pesquisa atrelada à cadeira de História da Civilização Brasileira, a qual, na estrutura institucional de pós-graduação em história da USP, funcionava como uma instância legal balizadora das reflexões. Uma pesquisa ligada ao Medievo, ou à Antiguidade dita clássica, não poderia ser realizada na referida cadeira, por exemplo. Outroassim, a própria orientação formal da tese atuava com um elemento de enquadramento da pesquisa, por mais flexível e frouxo que fosse à época³⁸⁴.

Outro elemento condicionador da pesquisa consistia nos membros da banca de defesa do doutoramento – os destinatários de todo e qualquer trabalho acadêmico, e que muitas vezes funciona como uma “polícia do discurso”, conforme as inspirações foucaultianas lembradas por Michel de Certeau³⁸⁵. Aqui, todos eles dialogavam com a história do Brasil, com destaque para os nomes de Antonio Candido e Sergio Buarque de Holanda, os quais incursionaram por tal área ao longo de toda sua obra. Não raro, aos dois era atribuído o epíteto de “intérpretes do Brasil”³⁸⁶. Constrangida por tais agentes institucionais, pensar a nação era mesmo algo incontornável³⁸⁷.

³⁸³ RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, p.210.

³⁸⁴ Conforme o quadro deste capítulo, a orientadora formal da tese foi Maria Thereza Schorer Petrone, historiadora universitária formada em 1953 (licenciatura e bacharelado), que realizou sua formação e obra historiográfica na esteira de Sergio Buarque de Holanda, por quem foi orientada no doutorado, concluído nos anos 1960. Professora do curso de história na cadeira de História da Civilização Brasileira desde essa época, Maria Thereza fez a livre-docência em 1971, especializando-se em temáticas relacionadas a uma histórica econômica do Brasil (comércio, trabalho, imigração, lavoura etc.) oitocentista. Mais informações: *Revista de história*, Num. 100, Vol. 84, São Paulo, 1974, p. 821-857.

³⁸⁵ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In:_____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982.

³⁸⁶ MOTA, Carlos Guilherme. Antonio Candido e nossa formação. In:_____. *História e contra-história*. Rio de Janeiro: Globo, 2010.

³⁸⁷ Os outros dois membros - Odilon Nogueira de Matos e Celso Laffer – , possuem um perfil intelectual bastante semelhante: formação acadêmica em política e sociologia, atuação na área jurídica e ocupação de variados cargos públicos e em diversas instituições culturais, como Institutos históricos e academias de letras. Tais intelectuais também tomaram o Brasil como objeto privilegiado de suas pesquisas, como indica os seguintes livros: LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 1978. e MATOS, Odilon Nogueira de Matos. *O Brasil na brasiliana*. São Paulo, Campinas: PUC, 1994. Este último autor, nos idos de 1960 e 1970, escreveu diversos artigos na *Revista de história*, sob a série intitulada “Vultos da historiografia brasileira”. Nos anos 1950, participou do *Manual bibliográfico de*

Dessa forma, o passado disciplinar da historiografia brasileira se confundiria com o passado da nação, romanticamente. Um teria nascido com o outo, de forma siamesa. Espelho da nação, a historiografia brasileira teria seu tempo pretérito iluminado pela própria origem nacional. As teses produziram como que uma nacionalização do passado da historiografia brasileira, vinculando história e nação. Nesse sentido, o trabalho de Maria Odila é por deveras significativo, já que, antes mesmo da pátria, se poderia entrever o rosto nacional, em relance, através de um “princípio da nacionalidade”: Robert Southey, do estrangeiro, com um olhar de fora, teria contado (profetizado?) a história da nação que ainda viria, pavimentando o solo sobre o qual a história no e do Brasil se ergueria. No entanto, Maria Odila e Maria de Lourdes avalizaram seus sujeitos para além de uma discussão nacional, adensando ainda mais o passado disciplinar da historiografia brasileira.

3.4) *Dois historiadores do passado romântico da historiografia brasileira*

João Francisco Lisboa e Robert Southey representariam o passado da historiografia brasileira não somente por encarnarem uma consciência nacional, por terem escritos obras históricas a respeito do Brasil. Para além da questão nacional, haveria nos dois letrados um *métier* que os habilitaria a adentrarem pelos propileus da historiografia brasileira. Eles foram considerados parte importante do passado disciplinar desta área de saber porque encanariam uma *persona* de historiador, praticando um ofício valorado como historiográfico, conforme se verá a seguir. Ao longo das teses de Maria de Lourdes e de Maria Odila, em inúmeras passagens, os respectivos personagens foram qualificados de “historiador”. Esta figura de saber, presente já no título originário da tese de Maria Odila, apareceu quando da publicação em livro do trabalho de Maria de Lourdes, em 1977: *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*.

Todavia, uma questão pode ser levantada: que *persona* historiográfica foi essa arquitetada pelas historiadoras da USP?

A qualificação de “historiador”, como vem demonstrando os estudos de Herman Paul, não é algo natural, espontâneo e anárquico. No caso das duas teses em apreço, obedeceu a um entendimento do regime disciplinar consagrado no Oitocentos ocidental, no qual a crítica documental e a erudição funcionariam como os elementos decisivos da história como ciência. Sobre isso, as palavras de Manoel Salgado Guimaraes são exemplares:

Ao ‘eu vi’ que fundamentara a escrita da história em suas formas clássicas, corresponde agora o ‘eu li’ da consulta aos arquivos e acervos, que para isso deveriam estar disponível, mas, sobretudo, em condições de legibilidade. [...] Tratava-se de submeter a documentação escrita ao procedimentos da crítica erudita visando estabelecer a autenticidade e a fidedignidade dos documentos em questão. Somente quando vencida essa etapa poder-se-ia estabelecer os fatos do passado como verdadeiros e, por isso mesmo, base confiável para uma escrita da história. [...] Somente após serem submetidos a crítica rigorosa, poderiam os documentos servir à finalidade de uma escrita da história³⁸⁸.

Documentos, arquivos, crítica e erudição formariam, de forma privilegiada, mais do que o léxico do historiador oitocentista, convertendo-se concretamente, na verdade, no elenco de *virtudes epistêmicas* da historiografia de base ocidental, pautando valorações, hierarquizações e discriminações. Munidos com esse patrimônio historiográfico simbólico, Maria de Lourdes e Maria Odila tomaram seus homens de letras como dignos historiadores, a despeito do autodidatismo confessado deles.

Apesar do Timon Maranhense ter atuado como deputado na assembleia legislativa provincial, ter sido político, militante, jornalista e até ficcionista, a autora de *João Francisco Lisboa* não deixou de defini-lo como historiador. Para ela, seu sujeito de pesquisa pertenceria ao “mesmo ‘sistema historiográfico’ que abrange Joaquim Noberto Souza, Varnhagen e Pereira da Silva”, de maneira que o pertencimento destacado teria menos a ver com o fato dos indivíduos serem contemporâneos do que com a “preocupação com a documentação”³⁸⁹. O uso documental foi tido como o fiel da balança. Nessa direção, a passagem a seguir, entremeando outras falas e historiadores, delineou umas das práticas usuais na definição da figura de saber em tela:

³⁸⁸ GUIMARÃES, Manoel Salgado. História e erudição. In: NICOLAZZI, Fernanda; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 51.

³⁸⁹ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1971, p. 22-23.

Trabalhou também Lisboa no Conselho Ultramarino, demonstrando grande entusiasmo quanto às suas possibilidades. A esse respeito, escreve a Varnhagen: “sim senhor, tenciono enterrar-me de preferência na poeira desta repartição. Não duvido que neste arquivo se encontre a coleção mais completa e não explorada de documentos sobre o Brasil, desde 1753 até 1808, como não existe no Brasil, nem existirá jamais reunidos”.³⁹⁰

A poeira, signo por excelência da *fase documental* da *operação historiográfica*, conforme apontou Paul Ricoeur³⁹¹, foi destacada para demonstrar não só o árduo trabalho de pesquisa, mas fundamentalmente para qualificar a identidade intelectual deste tipo de trabalho. Ontem como hoje, enfrentar a poeira do arquivo funcionaria como uma espécie de batismo do(a) historiador(a). Lembrando a definição de Fustel de Coulanges, o historiador não é outro senão “o escavador de textos” antigos³⁹².

Alentando o perfil do historiador, Maria de Lourdes saiu em direção dos primeiros anos formativos de João Francisco Lisboa. Sobre o que historicizou:

Sempre trabalhando só, como autodidata que era, preparou-se para exercer o mister de pesquisador nas poucas bibliotecas e arquivos de S. Luís. Evidentemente, há grandes diferenças entre o seu trabalho e o de Varnhagen, homem viajado, rico, diplomata, erudito e pesquisador incansável, mas não lhe faltam a necessária meditação sobre a interpretação dos documentos que teve em mãos e o exercício da crítica histórica³⁹³.

Junto com Gonçalves Dias, o Timon maranhense teria feito os primeiros levantamentos documentais dos arquivos de sua província, por volta dos anos 1830. Porém, se não foi um assíduo pesquisador de arquivos nacionais e internacionais, como o Visconde de Porto Seguro, compartilharia certamente com este a erudição e a crítica histórica, portanto, o qualificativo de historiador.

Quanto à erudição, Maria de Lourdes destacou que seu sujeito de pesquisa não só leu autores gregos e romanos, como também escreveu sobre a dita Antiguidade Clássica. Nesse sentido, a historiadora universitária apontou os escritos do letrado sobre a democracia ateniense, a república e as instituições políticas romanas e ainda acerca

³⁹⁰ Op., Cit., 1971, p. 41. A citação de Lisboa aparece duas vezes na tese, o que indica sua importância na análise da autora.

³⁹¹ RICOEUR, Paul. Fase documental: a memória arquivada. In: _____ *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2007.

³⁹² Citado em: HARTOG, François. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 20.

³⁹³ Op., Cit., 1971, p. 252-253.

das polis gregas. Versado em latim, João Francisco Lisboa teria se ocupado também de temas como “às eleições gregas, romanas, papais na Idade Média e às francesas e inglesas do século XIX. Torna-se bem evidente o seu aficionamento pelas leituras históricas”³⁹⁴. A figura icônica de Napoleão Bonaparte também teria lhe ocupado durante um tempo. Por erudição, a historiadora da USP aparenta entender justamente esse conhecimento livresco, enciclopédico, amplo e diversificado sobre variados temas do passado. A valorização deste saber erudito fez Maria de Lourdes dedicar praticamente um capítulo inteiro de sua tese para discutir a visão de mundo de seu objeto, a respeito de temas variados, relacionados à política, economia e sociedade.

A própria *persona* literária que João Francisco Lisboa escolheu para veicular suas ideias – Timon -, a partir do *Jornal de Timon*, indicaria a marca erudita de seu perfil enquanto historiador, conforme entendeu Maria de Lourdes. O pseudônimo se inspirou, possivelmente, em Timon o Misanthropo, filósofo ateniense contemporâneo de Sócrates, mais tarde apropriado pelo Visconde de Cormenin, que o usara em suas sátiras contra o rei Luís Filipe, durante as décadas iniciais do século XIX. Referências da cultura ocidental, assim, teriam sido usadas e abusadas pelo letrado maranhense, que do Novo Mundo procurava se assenhorear do patrimônio cultural europeu. Todavia, em termos de figura de saber, no cerne estaria mesmo a sua prática de crítica documental, entendida como o labor minucioso, sistemático e afetivo com as fontes históricas.

Acerca dessa faceta, apontou-se que o letrado maranhense não se limitava “a utilizar-se simplesmente da informação que o texto possa lhe dar; seu espírito possuía uma série de questões a propor ao documento, o que demonstra sua indiscutível sensibilidade histórica”³⁹⁵. Segundo Herman Paul, uma das *virtudes epistêmicas* mais reivindicadas por uma concepção moderna de história, herdeira do século XIX, diz respeito a um *feeling* particular, que levaria o seu portador a perceber questões importantes para a historiografia hodierna, como a diferença entre passado e presente, a especificidade de uma época ou de um acontecimento, a causalidade de um processo, a inter-relação entre fatos etc³⁹⁶.

³⁹⁴ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1971, p. 72.

³⁹⁵ Op., Cit., 1971, p. 257.

³⁹⁶ PAUL, Herman. Performing history: how historical scholarship is shaped by epistemic values. *History and Theory*, Vol. 50, Num. 01, 2011, p.1-19, JSTOR.

Na esteira dessas reflexões, João Ohara demonstrou como, dos letrados do IHGB aos profissionais universitários de fins do século XX, a sensibilidade histórica foi colocada como um atributo *sine qua non* do ofício do historiador no Brasil. A historiografia moderna não se forjou apenas enquanto o discurso da Razão, a expressão límpida e acabada desta, como poderia supor uma autoimagem disciplinar, cultivado e veiculado tanto no Velho quanto no Novo Mundo. A escrita da história também mobilizaria sentimentos e emoções³⁹⁷.

Maria de Lourdes não fez outra coisa senão arquitetar João Francisco Lisboa como um historiador moderno. Eis as peças da construção:

Revela [o trabalho com a documentação], também, que não pretende repetir o mesmo tipo de história feita anteriormente: a crítica que faz [João Francisco Lisboa] aos cronistas é o rompimento definitivo com este gênero de história e demonstra estar inserido num ‘sistema historiográfico’ novo. Uma das características do trabalho de João Francisco Lisboa é a dúvida sistemática a que ele submete as informações que lhe é possível averiguar.³⁹⁸

Além da sensibilidade histórica, o letrado maranhense possuiria igualmente a prática cartesiana da dúvida sistemática, fundadora da ciência moderna (ao menos no nível discursivo), atitude iluminista de desconfiança da tradição, do que o passado legou para o presente. Até mesmo seu dito mestre, Varnhagen, teria sido objeto de suspeita, sendo diversas vezes corrigido, em razão de uma suposta desatenção em relação às fontes.

Essa discussão feita pela historiadora ex-assistente de Emília Viotti estava profundamente articulada com a disciplina na qual sua pesquisa mantinha firmes laços. Pensar a documentação do sujeito examinado, a maneira como este trabalhou com as suas fontes, o uso feito do método histórico, era uma prática muito desenvolvida nos cursos de Teoria e Metodologia da História, que Maria de Lourdes cursou como estudante e depois atuou como professora-assistente. A professora com quem Maria de Lourdes foi iniciada no magistério superior (dentro da USP, pelo menos) lembrou da seguinte maneira a docência na supracitada área curricular:

³⁹⁷ Tal discussão pode ser encontrada em: OHARA, João Rodolfo Munhoz. *Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990)*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, São Paulo, 2017. e PAUL, Herman. self-images of the historical profession: idealized practices and myths of origin. *Storia della Storiografia*, Num. 59-60, 2011, p. 157-170.

³⁹⁸ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1971, p. 257.

O curso era teórico e prático, com os alunos fazendo pesquisas no arquivo do Estado. Isso permitia analisar o uso e a crítica das fontes e discutir os problemas de sínteses históricas. [...] Fiz várias experiências durante o curso. Explorei as relações entre mito e história, dei cursos de historiografia, discuti textos relacionados a teoria da história, examinei as relações entre o historiador e a história³⁹⁹.

Não à toa, o segundo maior tópico de sua tese, contendo 69 páginas, era um intitulado “Análise metodológica da obra”, destinado justamente a comprovar e discutir a faceta historiográfica do exercício intelectual de João Francisco Lisboa. Para avaliar a importância desta reflexão teórico-metodológica, registre-se que o maior tópico, voltado para o exame da “visão política” do Timon Maranhense, foi feito em 77 laudas.

Em seu tratamento acerca de Robert Southey, por meio de *History of Brazil*, Maria Odila forjou seu sujeito de pesquisa igualmente como um historiador, a despeito da fase inicial de poeta do letrado inglês⁴⁰⁰. Assim como João Francisco Lisboa, o personagem principal da historiadora da USP também seria um erudito, leitor voraz que leu sobre praticamente “todos os recantos da terra”⁴⁰¹. Sua obra principal sobre o Brasil traria “os mais variados dados sobre topografia, clima, vegetação e etnografia”⁴⁰². Segue a imagem do historiador erudito Robert Southey:

Como historiador, colhia dados nas coleções de Hakluyt, Ramusio, Purchas; criticava o descuido de Pinkerton ao elaborar a sua coleção de viagem. Seus longos poemas narrativos em torno de temas exóticos [...] eram laboriosamente documentados com fontes de viajantes. [...] Sábio de gabinete, era ávido destrinchador dos mapas de cartografia hipotética. [...] Elaboraria, com Arrowsmith e o capitão Burney, o primeiro mapa do interior do Brasil e da América do Sul⁴⁰³.

O autor de *History of Brazil* evidenciaria um marca da historiografia oitocentista de base ocidental, conforme lembra Temistócles Cesar: a proximidade, beirando a quase

³⁹⁹ COSTA, Emília Viotti da. Entrevista. In: MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Marcio (Entrevistadores). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.72-73.

⁴⁰⁰ Ao longo da tese, frisa-se em vários momentos que Robert Southey seria um “poeta frustrado”, “poeta menor”, “poeta desprezado” e afins.

⁴⁰¹ DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *Robert Southey, historiador do Brasil – o fardo do homem branco na Inglaterra Pré-Vitoriana e a formação da nacionalidade brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1972, p. 170.

⁴⁰² DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *Robert Southey, historiador do Brasil – o fardo do homem branco na Inglaterra Pré-Vitoriana e a formação da nacionalidade brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1972, p. 172.

⁴⁰³ Op., Cit., 1972, p. 174.

indiferença, com a geografia⁴⁰⁴. Os saberes da Terra, físicos e humanos, mostrar-se-iam como fundamentais para a escrita da história, daí a necessidade de erudição. Não obstante, a geografia estava mesmo à serviço da história.

O vasto conhecimento de Robert Southey não faria com que o saber histórico fosse apenas mais um entre tantos outros, pois “voltava-se sempre para os estudos históricos”⁴⁰⁵. Maria Odila entendeu que o letrado inglês era realmente um historiador, como tantos outros de sua época. Nesse sentido, a autora destacou sua filiação como membro honorário da Sociedade Histórica de Massachuets⁴⁰⁶, bem como sua proximidade com autores como Edward Gibbon, Leopold Von Ranke e Jules Michelet, nomes marcantes de uma historiografia europeia moderna. Essa identidade intelectual faria com que o poeta servisse ao historiador: “Southey partilhava com seus contemporâneos um modo peculiar de sentir historicamente. Abordaria o passado com a sensibilidade de poeta”⁴⁰⁷. Historiador romântico, vinculado igualmente a dita escola rankeana, se aproximaria do passado não apenas de bloco na mão, a decifrar seus mistérios, mas sobretudo de espírito aberto para captar o pulsar da historicidade pretérita.

Com a sensibilidade de poeta servindo ao historiador, Maria Odila sublinhou que Robert Southey,

O historiador do Brasil enredou-se nos documentos com a intensidade de um convívio pessoal a ponto de saber com realismo pormenores sobre as mudanças de temperatura na Bahia e no Maranhã: “quando, no decurso de uma hora, todo o céu se carregava de nuvens e começava a chover torrencialmente”. [...] Em Keswick, no norte da Inglaterra, provaria o chá mate do Paraguai e teria em suas próprias

⁴⁰⁴ O autor chega a apontar que a História Geral do Brasil, de Varnhagen, foi inicialmente pensada como o título de *Geografia física do Brasil*. CEZAR, Temistocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 28.

⁴⁰⁵ DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *Robert Southey, historiador do Brasil – o fardo do homem branco na Inglaterra Pré-Vitoriana e a formação da nacionalidade brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1972, p. 203.

⁴⁰⁶ DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *Robert Southey, historiador do Brasil – o fardo do homem branco na Inglaterra Pré-Vitoriana e a formação da nacionalidade brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1972, p. 184.

⁴⁰⁷ DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *Robert Southey, historiador do Brasil – o fardo do homem branco na Inglaterra Pré-Vitoriana e a formação da nacionalidade brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1972, p. 344.

mãos, folheando com familiaridade, livros impressos nas reduções jesuíticas.⁴⁰⁸

Diferentemente de Maria de Lourdes, a autora de *Robert Southey, historiador do Brasil* entendeu que seu sujeito histórico foi um historiador romântico cuja preocupação documental estaria a serviço não tanto de uma crítica, a esclarecer dúvidas e/ou corrigir possíveis equívocos, mas sim a funcionar como material que permitiria reviver o passado, quase presentificando-o para o(a) leitor(a), idealizado como um espectador.

As ideias a seguir comprovariam a concepção romântica do historiador do Brasil:

Escrever a história, tal como deve ser escrita, requer um poder de transmigração intelectual de que poucas pessoas são dotadas. Se o historiador quer tratar com justiça os indivíduos cujos atos registra, deve voltar à sua época e, pondo-se onde eles estiveram, tentar, enquanto possível, ver as cousas, como lhes pareciam aos seus próprios olhos, segundo a visão que tinham deles mesmos, à mesma luz, sob o mesmo ponto de vista e através dos mesmos recursos.⁴⁰⁹

Analisando as palavras acima do letrado inglês, Maria Odila teceu sua interpretação:

Este o motivo porque [Robert Southey] buscava principalmente os testemunhos diretos de cronistas e viajantes. [...] Daí porque não se cansava de ressaltar a importância das cartas e dos relatórios jesuíticos como documentação para a história da colonização ibérica na América do Sul. Referia-se com frequência ao sentido amplo em que concebia a história, chamando a atenção para a importância da análise crítica das pequenas anedotas, que forneceriam preciosos subsídios para a história social e mental de uma época⁴¹⁰.

Ao contrário do João Francisco Lisboa de Maria de Lourdes, no Robert Southey da ex-assistente da cadeira de História da Civilização Brasileira a documentação serviria menos para o estabelecimento de uma verdade histórica do que para um *revival* do passado. As fontes seriam como que fragmentos de um tempo ido, as quais, combinadas

⁴⁰⁸ Op., Cit., 1972, p. 373.

⁴⁰⁹ Op., Cit., 1972, p. 376. As palavras, surgidas entre aspas (no início e no final do período), provavelmente são de Robert Southey, retiradas de algum texto deste, mas que Maria Odila acabou não referenciando adequadamente.

⁴¹⁰ DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *Robert Southey, historiador do Brasil – o fardo do homem branco na Inglaterra Pré-Vitoriana e a formação da nacionalidade brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1972, p. 376-377.

meticulosamente uma a uma, poderiam trazer um efeito de realidade, cabendo ao historiador ser o artífice dessa química.

No entanto, João Francisco Lisboa e Robert Southey compartilhariam o desejo de sentir o passado, de presentificar o tempo ido. Na reflexão sobre o historiador maranhense, a poeira emanada dos documentos preservados nos arquivos seria o elemento em torno do qual se poderia sorver o passado, enquanto que na discussão sobre o poeta inglês o pormenor, o *fait divers* já intuído por Roland Barthes⁴¹¹, funcionaria como elemento de captura afetiva do vivido. Em um e outro, o passado emergiria sob o signo da experimentação, da sensibilidade, muito mais do que da mera e fria explicação racional. As historiadoras universitárias figuraram seus objetos com base em uma compreensão romântica de história, de acordo com a qual “o verdadeiro historiador deve descer aos mínimos pormenores, aproveitando em suas descrições fatos, anedotas e notícias quotidianas e diretas, desde que fossem extorquidos de fontes autênticas”⁴¹².

O uso da categoria *romântico* para pensar a prática de historiadores, como destacou George Gusdorf, é relativamente comum em análises historiográficas, sobretudo naquelas que, do século XX, se voltam para as épocas do XVIII e XIX⁴¹³. Christian Delacroix, François Dosse e Patrick Garcia, historicizando a historiografia francesa, apontaram o que chamaram de “questionamentos do modelo romântico”, feito por historiadores metódicos⁴¹⁴. Flávia FlorentinoVarella, em sua tese de doutorado, questionou recentemente a validade deste atributo para definir o empreendimento historiográfico de Robert Southey, optando por defini-lo a partir de um esforço de

⁴¹¹ BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. Além do *fait divers*, o autor apresenta e discute diversos outros dispositivos linguísticos capazes de criar determinadas imagens e de gerar dados efeitos no leitor, formando um tipo particular de texto e de voz narrativa.

⁴¹² DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *Robert Southey, historiador do Brasil – o fardo do homem branco na Inglaterra Pré-Vitoriana e a formação da nacionalidade brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1972, p. 377. Tais palavras não aparecem devidamente referenciadas (só contém aspas no final do período), o que dificulta saber se elas foram proferidas pelo próprio Southey ou se fazem parte da interpretação mesmo da historiadora.

⁴¹³ GUSDORF, George. *Le romantisme I: le savoir romantique*. Paris, 1993, p. 12-13.

⁴¹⁴ DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 70-71.

pesquisa documental e monumental do passado, próprios de uma historiografia que estava em um processo de cientificização⁴¹⁵.

Se o poeta inglês estava ou não ligado às tradições do romantismo, parece ser um dilema relacionado a uma visão unívoca do conceito, que não foca devidamente nos *usos possíveis* de tal categoria. O fato é que Maria Odila, assim como Maria de Lourdes e outros historiadores e historiadoras do século passado, se valeram da categoria romântica para pensar e discutir a historiografia brasileira oitocentista, o que abre a possibilidade de se investigar *o uso* de tal noção, para além de sua confirmação ou negação.

Assim, *romântico*, tal qual utilizado nas teses das historiadoras universitárias, apareceu para além de uma mera referência literária, ou de um estilo artístico. Antes, na narrativa historiográfica das historiadoras universitárias, para além da dimensão nacional já apontada, *romântico* tentou captar também aquilo que Márcia Regina Capelari Naxara qualificou de *sensibilidade romântica*, isto é, uma atitude afetiva e intelectual de camadas letradas do Ocidente oitocentista para com os vestígios do passado, por suas ruínas e fragmentos, encarados como verdadeiros monumentos do tempo pretérito⁴¹⁶. Sob esses termos, a obra de João Francisco Lisboa e Robert Southey carregariam uma apreensão romântica do passado, orientada que estaria pelo “verdadeiro prazer e deslumbramento produzido pelo contato com a pátina do tempo, com o cheiro do bolor, com o esverdeado do lodo”⁴¹⁷ do mundo de antanho.

A *persona* historiadora tecida nas páginas de *João Francisco Lisboa e Robert Southey, historiador do Brasil* foi urdida sob o signo moderno. Para além de historiadores ditos hodiernos, ou importantes para uma modernização dos estudos históricos – como os já citados Gibbon, Ranke e Michelet -, a análise dos dois letrados tratou de aproximá-los de toda uma tradição intelectual moderna, como a destacar a atualidade e a relevância de ambos. Assim, por exemplo, tem-se que Robert Southey seria

⁴¹⁵ VARELLA, Flávia Florentino. *Reunindo o passado: contextos discursivos e linguagens historiográficas na History of Brazil* de Robert Southey. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

⁴¹⁶ NAXARA, Márcia R. C. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX*. Brasília: UNB, 2004, p. 231-293.

⁴¹⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *O tecelão dos tempos (novos ensaios de teoria da história)*. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 59.

Mais informativo do que pensador sistemático, burilou à sua maneira todo o arsenal de conhecimentos adquiridos nas origens da moderna antropologia. Buscava comparações elucidativas, novas pistas e dados. Queria ater-se aos fatos, captar minúcias e evitar de qualquer modo generalizações abstratas dos estudiosos do século XVIII⁴¹⁸.

Tal comportamento justificaria vinculá-lo ao “princípio do conceito organicista das ciências sociais”⁴¹⁹. E mais: antes mesmo de August Comte e Emile Durkheim, nomes fundamentais na origem da sociologia francesa, Robert Southey falaria em *fato social*. O inglês estaria, portanto, ligado não só às origens da historiografia, mas das ciências sociais de uma maneira geral.

O fato de João Francisco Lisboa ter sido um historiador erudito, praticante da crítica documental, asseguraria, para Maria de Lourdes, sua modernidade, sua presença entre os historiadores nacionais modernos. Afinal, ser moderno é ser atual. As *virtudes epistêmicas* que a historiadora universitária identificou em seu objeto (crítica das fontes, cruzamento documental, correção de autores, pesquisa em arquivos, sensibilidade histórica e percepção de causalidades, entre outras) justificariam a avaliação a seguir, em tom de consideração final: “sem dúvida alguma, João Francisco Lisboa não possuía uma concepção de história muito distante da atual”⁴²⁰. Do século XIX para as décadas finais da era seguinte, um historiador foi atualizado, modernamente. Com tal gesto de atualização, um passado disciplinar se conformava à historiografia brasileira.

Portanto, o passado da historiografia brasileira, modernizado através de historiadores descritos como modernos, hábeis na crítica documental e na ressurreição de realidades históricas transcorridas, se aproximaria do presente. Nas teses de Maria de Lourdes e de Maria Odila o passado disciplinar não foi arcaizado, isto é, apartado nem tampouco rejeitado do tempo vigente. Nesta temporalidade, haveria espaço para ele. Menos alteridade do que mesmidade, ele foi ficcionado para não causar tanta

⁴¹⁸ DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *Robert Southey, historiador do Brasil – o fardo do homem branco na Inglaterra Pré-Vitoriana e a formação da nacionalidade brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1972, p. 176.

⁴¹⁹ Op., Cit., 1972, p. 356.

⁴²⁰ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1971, p. 312. Quando da publicação do livro, a autora fez uma ligeira mas importante mudança na citação, deslocando o “não” para antes do advérbio “muito”, ficando da seguinte maneira: “sem dúvida alguma, João Francisco Lisboa possuía uma concepção de história *não* muito distante da atual”. Ver: JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo: Ática, 1977, p. 191 (grifos nossos).

estranheza, já que as práticas intelectuais, realizadas pelos dois letrados ligados a tal passado, provocariam reconhecimento por parte dos historiadores universitários. Do passado disciplinar para o presente das historiadoras universitárias, do século XIX para a realidade dos anos 1970, haveria como que um laço, um elo unindo temporalidades cronologicamente distintas, porém interligadas, jamais extremadas. O reconhecimento que as autoras da USP devotaram aos seus objetos, conforme tão bem expresso no título dos livros, quando da publicação de suas teses, torna-se bastante eloquente.

O processo de profissionalização da história, correndo a todo vapor – e com inúmeros traumatismos - durante a segunda década da Ditadura Militar, está na base dessa atitude familiar com o *passado romântico* da historiografia brasileira. Por mais que João Francisco Lisboa e Robert Southey estivessem longe de uma formação universitária, de uma prática histórica aprendida em meio às lições proporcionadas por uma instituição como a Universidade, o fato deles realizarem uma crítica documental permitiria uma clara empatia com os historiadores e as historiadoras que estavam passando por um devir de institucionalização. Afinal, no centro da identidade intelectual de um historiador(a) universitário(a), a operação de recolha e análise das fontes é incontornável, condição mesma para uma escrita da história científica. Nas palavras de um importante autor participante do movimento de disciplinarização universitária da história, o trabalho do historiador deveria ser “eminentemente de realização crítica: se coletora e selecionadora, é sobretudo compreensão e juízo, quanto possível isento de aspectos valorativos”⁴²¹.

A ideia de imparcialidade e neutralidade, basilar no *ethos* do cientista moderno, tal qual modelado pelo positivismo oitocentista e apropriada por inúmeros historiadores metódicos da Europa, foi menos valorada do que a crítica documental. Se uma admitiria gradações e flexibilizações, a outra constituiria uma espécie de exigência disciplinar: seria parte integrante do *métier*, da profissão. A crítica das fontes seria, dessa forma, uma *virtude epistêmica* definidora do trabalho historiográfico, razão pela qual Maria de Lourdes e Maria Odila, mesmo apontando em diversos momentos o panfletarismo, sectarismo e moralismo de seus sujeitos de pesquisa, ainda reservaram a estes o qualificativo de “historiador”. Esta identificação simbólica viria menos de uma “objetividade de eunuco” – conforme a célebre expressão de Gustav Droysen, utilizada

⁴²¹ IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, IPEA; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 29.

em um texto de 1881⁴²² - do que de uma prática de pesquisa em arquivo, seguida de leitura, análise e sistematização de fontes.

As avaliações favoráveis da época tanto aos dois letrados quanto às teses publicadas de Maria de Lourdes e Maria Odila são bastante significativas. Sobre o primeiro ponto, registrem-se as considerações de Francisco Iglesias, em um texto de 1979 cujo objetivo foi historiar a historiografia brasileira:

Robert Southey, autor da primeira *História do Brasil* realmente notável. Southey era um poeta romântico e nunca veio ao Brasil. Esteve em Portugal e lá tomou conhecimento da documentação necessária a seu escrito, consultando ainda documentos ingleses, holandeses e franceses. Publicou-o em três volumes, entre 1810-1819. É a primeira história do Brasil reveladora de sentido crítico e sensibilidade. Apesar de conter mais de 150 anos, ainda pode ser lida e consultada com proveito.⁴²³

Se, conforme o detalhado estudo de Flávia Varella, o letrado inglês foi pouco considerado entre os homens de letras do Brasil do século XIX e décadas iniciais do XX⁴²⁴, na segunda metade desta era seu nome, senão devidamente analisado, foi consideravelmente citado, e de forma positiva. Assim como Pedro Moacyr e Maria Odila, o historiador universitário pertencente aos quadros da UFMG conferiu dignidade historiográfica à obra de Southey acerca do Brasil, monumentalizando-a como uma significativa produção da historiografia brasileira. Outro historiador universitário tece elogios semelhantes.

Sergio Buarque de Holanda, na época já aposentado, com carreira feita, estabelecendo o devido valor de Robert Southey, em comparação com o “pai dos estudos históricos no Brasil”, assinalou: “não há grande exagero em dizer-se de Southey que tirou muito mais do que normalmente seria lícito esperar, de uma bibliografia por força lacunosa, ao passo que Varnhagen retiro tudo quanto lhe foi dado obter do muito

⁴²² LOWY, Michel. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Cortez, 1994, p. 33.

⁴²³ DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *Robert Southey, historiador do Brasil – o fardo do homem branco na Inglaterra Pré-Vitoriana e a formação da nacionalidade brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1972, p. 275.

⁴²⁴ VARELLA, Flávia Florentino. *Reunindo o passado: contextos discursivos e linguagens historiográficas na History of Brazil* de Robert Southey. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015, p. 265-272.

que descobriu”⁴²⁵. Tais palavras, presentes no prefácio do livro de Maria Odila, vieram abrindo uma publicação da prestigiada coleção brasileira, da Companhia Editora Nacional, a qual tinha por objetivo publicar obras importantes sobre a realidade nacional, capazes de gerar um autoconhecimento do povo brasileiro, da história e da ciência que no país – ou sobre ele - se produzia.

Consultando a *Folha de São Paulo*, pode-se constatar a recepção elogiosa ao livro *Robert Southey, historiador do Brasil* da historiadora universitária: “Ao publicar seu ensaio no ano do segundo centenário de Robert Southey, Maria Odila da Silva Dias resgatou inegavelmente uma dívida do Brasil para com seu primeiro historiador”⁴²⁶. Toda a resenha ocorreu sob a chave da efeméride, como se a autora tivesse prestado uma homenagem ao poeta inglês que escreveu *History of Brazil. João Francisco Lisboa: jornalista e historiador* foi igualmente elogiado.

Logo de saída, frise-se que sua publicação ocorreu também no interior de uma coleção de relevo, a *Ensaio de Ciências Sociais*, da editora Ática. Esta tinha por objetivo maior publicar obras de referência ímpa nas discussões recentes de áreas como história, sociologia, antropologia, filosofia e crítica e teoria literária. Assim como o livro de Odila, periódicos como *Folha de São Paulo* saudaram a publicação da tese de Maria de Lourdes: “é, portanto, de louvar a exaustiva análise empreendida pela historiadora bandeirante, que se vem incorporar à teoria das novas historiadoras paulistas”⁴²⁷. Interessante que o resenhista, o jornalista Franklim de Oliveira, vinculou o trabalho resenhado ao movimento de renovação da historiografia brasileira, tal qual o encabeçado por Suely Robles Reis de Queiroz, a respeito da escravidão. Uma e outra historiadora estariam como que na dianteira da história no Brasil, imprimindo mudanças importantes em tal área de conhecimento.

Em fins dos anos 1980, Manoel Luiz Salgado Guimarães referenciou com uma nota de rodapé generosa os livros de Maria de Lourdes e de Maria Odila, como dois importantes trabalhos que versaram sobre “a historiografia brasileira do século XIX”⁴²⁸. No final da década anterior, a primeira autora foi mencionada positivamente por José

⁴²⁵ DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *O fardo do homem branco: Robert Southey, historiador do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia da Editora Nacional, 1974, p. XV.

⁴²⁶ *Folha de São Paulo*, 13 de abril de 1976, páginas 2 e 3. Ver também a edição do mesmo jornal do dia 09 de março, em que se saúda positivamente o livro.

⁴²⁷ *Folha de São Paulo*, 03 de outubro de 1977.

⁴²⁸ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011, p. 52.

Honório Rodrigues, como uma historiadora que produziu um “estudo biográfico-historiográfico” importante⁴²⁹. No limite, o intelectual fluminense, na época já a principal referência nos estudos a respeito da historiografia brasileira, seja dentro ou fora da Universidade, se colocava ao lado de Maria de Lourdes, a partilhar com ela a reflexão em torno da história no Brasil.

Assim, a positivação das figuras de João Francisco Lisboa e Robert Southey enquanto “mestres do ofício”, bem como a boa acolhida dos trabalhos de Maria de Lourdes e de Maria Odila, foram sinais de uma cumplicidade em torno do *passado romântico* da historiografia brasileira. Menos renegado do que afirmado, ele foi pincelado como ponto de relevo na paisagem de evolução dos estudos históricos no Brasil; seria o momento de nascimento de uma historiografia praticada em bases documentais, metodicamente, devidamente crítica. Os procedimentos de pesquisa – consulta aos arquivos, seleção, leitura e exame das fontes – atestariam uma proximidade com tal passado, esculpido não tanto como diferença quanto como semelhança. Colonizando o passado a partir do signo da crítica documental, enxergando-o como moderno, forjou-se uma herança a se reivindicar, afirmada em um presente que visava consolidar uma historiografia profissional, vista também como crítica.

Desse modo, o passado romântico utilizado para temporalizar a historiografia brasileira encontra o próprio presente da história no Brasil, isto é, o processo de profissionalização. Este movimento tonificado ao longo da segunda metade do século XX espelhou para o passado disciplinar da história a sua própria origem. Adjetivos como moderno, crítico e romântico seriam marcas predecessoras de uma área de saber que se profissionalizava, que se refundava em bases já fincadas no tempo. Foi este terreno que Maria de Lourdes e Maria Odila avizinhou para a história no Brasil, como pontos a partir dos quais uma historiografia se edificava na época em que escreviam suas teses. Passado romântico, presente profissional, perfilando uma arquitetura temporal na qual a disciplina da história vislumbra os seus começos, para seguir seu movimento de modernização.

⁴²⁹ RODRIGUES, José Honório. *História da história no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1979. p. XIX.

**CAPÍTULO 4: O PRESENTE DA HISTÓRIA: O PASSADO CONTEMPORÂNEO
DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA**

Nada passa, nada expira
O passado é
um rio que dorme
e a memória uma mentira
Multiforme
[...]
Nada passa, nada expira
O passado é
um rio adormecido
parece morto, mal respira
acorda-o e saltará
num alarido.
José Eduardo Agualusa, 2004⁴³⁰.

O ano é 1975, quando o país seguia sua trágica travessia pela ditadura militar, por mais de dez anos já. Em meio a esta realidade traumática, duas produções sobre a historiografia brasileira tomavam forma, nas mãos de Carlos Guilherme Mota e Raquel Glezer, estoicamente. Em maio do referido ano, no campus Butantã da Universidade de São Paulo, o primeiro, perante uma banca formada por cientistas sociais como Raymond Faoro, Michel Debrun e Manuel Correia de Andrade, defendeu sua tese de livre-docência denominada *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Durante três dias e em meio a docentes e discentes, Carlos Guilherme expôs suas ideias a respeito do passado dos estudos históricos no Brasil, mediante o que entendia ser a “ideologia da cultura brasileira”. A historiografia era parte deste “sistema ideológico”⁴³¹, formulação que não escondia a inspiração em Antonio Candido. Como tanto autores de sua época, as produções de historiadores eram encaradas sob o signo da *ideologia*.

Mais do que cumprir um rito acadêmico relacionado à sua atividade profissional na USP, a fim de galgar progressos no plano de carreira, o momento para o candidato paulista era de suma importância. Como disse um dos ilustres espectadores da defesa,

⁴³⁰ AGUALUSA, José Eduardo. *O vendedor de passados*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2004, p. 04. Ficcionalmente, a frase foi atribuída à uma cantora carioca, chamada Dora, a Cigarra.

⁴³¹ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975, p. I. Conforme o capítulo anterior, e pelas mesmas razões já expostas, trabalharei com o exemplar da tese, e não do livro, publicado em 1977. Aquele foi encontrado também no CAPH.

Alfredo Bosi, Carlos Guilherme precisava ser “fiel ao seu momento”⁴³². O que estava em jogo ali era a cultura nacional na qual estava inserido. Seu texto debatia a própria sociedade brasileira, e os diversos autores e livros que a ela se dirigiam, historicamente. Porém, a sua área de conhecimento - a história - ocupava ali também um espaço proeminente, nada desprezível. A pretexto de falar a respeito do passado, o presente e o futuro da historiografia brasileira se insinuavam por meio de cada palavra lançada no ar. O desejo, forte na época, era por uma revisão histórica, que desaguaria em uma reconstrução da história no e do país. Logo, e eis a utopia, uma outra história para o Brasil era disputada e mirada.

Enquanto isso, ao mesmo tempo em que Carlos Guilherme fazia sua defesa, a historiadora Raquel Glezer preparava sua tese de doutorado, a qual foi defendida em 1977, após oito semestres na pós-graduação da USP, na linha de pesquisa História Social. O exemplar final foi batizado com o título de *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*, entregue a uma banca composta pelos seguintes nomes, todos pertencentes na época a FFLCH - USP, exceto o último, ligado à UNICAMP: Eduardo d’Oliveira França, Maria de Lourdes Monaco Janotti, Arlinda Rocha Nogueira e José Roberto do Amaral Lapa.

Em defesa, não só uma tese, como também uma proposta de abordagem da historiografia brasileira com base em um estudo de caso. A análise feita na tese foi como que um experimento analítico, a fim de testar modelos possíveis de tratamento histórico e historiográfico dos historiadores e historiadoras do país. Como tratar a historiografia brasileira? De que maneira abordar um objeto intelectual que reúne uma diversidade de nomes, autores e escritos, no passado e no presente? Questionamentos como estes estavam na ordem do dia para uma gama de historiadores e historiadoras universitários.

Autoria	Orientador	Vínculo disciplinar	Banca
Carlos Guilherme Mota.	Não cabe (tese de livre-docência).	Cadeira de história Contemporânea.	Raymond Faoro, Michel Debrun e

⁴³² BOSI, Alfredo. Um testemunho do presente. In: MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2007, p.35.

			Manuel Correia de Andrade.
Raquel Glezer	Maria Beatriz Marques Nizza da Silva	Não cabe (tese defendida após a reforma universitária de 1968)	Arlinda Rocha Nogueira, Eduardo de Oliveira França, José Roberto do Amaral Lapa e Maria de Lourdes Monaco Janotti.

Quadro 7: Informações institucionais das defesas de tese de Carlos Guilherme Mota e Raquel Glezer.

Se a banca de defesa de tese de Carlos Guilherme Mota não apresentou nenhum historiador de formação, a comissão examinadora de Raquel Glezer, por sua vez, foi toda preenchida por historiadores e historiadoras universitários. Aqui, cumpre ressaltar a presença de Amaral Lapa e de Maria de Lourdes, intelectuais da Universidade que, como já visto, estavam na época dedicando escritos acerca da história da historiografia brasileira. O primeiro, inclusive, publicara no mesmo ano de 1976 seu livro, fruto de um curso ministrado na pós-graduação da UNICAMP, *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Os nomes da banca de Raquel Glezer evidenciam que os historiadores e historiadoras da USP que participaram do debate setentista a respeito da história do e no Brasil estavam em diálogo entre si, contando até com situações institucionais para a promoção de tal conversação historiográfica. Lembre-se ainda que Carlos Guilherme, doutorando-se mais cedo – em 1970 – chegou a participar da banca de defesa de doutorado de Maria de Lourdes (ver o quadro 06).

Ao testarem seus modelos de análise, amparados em diferentes referenciais teóricos, uma temporalização pretérita da historiografia em apreço foi manejada por Carlos Guilherme Mota e Raquel Glezer. Mesmo esta última, que delimitou cirurgicamente seu objeto de doutorado, se viu à vista de traçar um “desenvolvimento do conhecimento histórico”⁴³³ no Brasil. Com isso, não só José Honório Rodrigues – seu sujeito-objeto - foi contextualizado, como a própria historiografia ao qual se vinculava foi igualmente situada em termos temporais, de modo a perfazer um caminho

⁴³³ GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976, p.14, Vol. 1.

evolutivo, linear mas não progressivo e ininterrupto. Algo semelhante se pode dizer da livre-docência de Carlos Guilherme, a qual, a despeito de focar em diversas obras e pensadores que “ideologizaram” a cultura brasileira, acabou por se deparar com a necessidade de historicizar livros e historiadores representativos de uma historiografia brasileira. Esta não era tratada de forma apartada do mundo da cultura e do mundo social, estando, sim, em profunda ligação com contextos mais gerais, razão pela qual uma produção poderia abordar a historiografia sem ser necessariamente historiográfica, isto é, sem se deter especificamente sobre a história.

Desse modo, Carlos Guilherme e Raquel Glezer fabricaram em suas teses um passado disciplinar para a área de conhecimento na qual se qualificavam. Entretanto, tal temporalidade sinalizava para um momento determinado da história, qual seja: a época pós 1930, a chamada moderna historiografia brasileira, quando um conjunto de autores e livros, bem como a instituição universitária, modernizaram a história tal qual vinha sendo feita desde o século XIX. Este tempo decorrido, arquitetado para situar historicamente a historiografia brasileira, será aqui denominado de *passado contemporâneo*, pois trata-se de uma temporalidade não distante do momento em que os autores se formaram e escreveram suas teses. Ao contrário de outras produções, *A ideologia da cultura brasileira* e *O fazer e o saber* não recuaram para os séculos XVIII e XIX, em termos substanciais; longe dessas supostas origens da história, fincaram pé no século em que viviam, tomando a década de 1930 como ponto de partida. Se o recorte temporal das duas pesquisas tem este ano como início, o final foi dado pelo tempo próximo: 1974 para Carlos Guilherme e 1975, para Raquel Glezer.

Aquele historiador, em passagem significativa, clarificou para si mesmo e para seus interlocutores o esforço intelectual maior de sua pesquisa: “levar à compreensão o presente como história”⁴³⁴. Historicizar o vivido, a contemporaneidade, esfriando sua atualidade, parece ser uma ambição importante do(s) autor(es), estabelecendo uma importante condição de possibilidade do *passado contemporâneo* da historiografia brasileira. Além desse exercício de história do tempo presente, cumpre dizer que a temporalidade analisada foi tecida como algo vivo, atuante no presente, envolvendo ainda a historiografia hodierna que se praticava então. Nesse sentido, Raquel Glezer foi

⁴³⁴ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975, p. 202.

quem melhor elucidou: “o processo que se iniciou em 1930 não está concluído, pois nos sentimos dentro dele ainda, profundamente envolvido; os indivíduos que deram partida às transformações na sociedade, na política, na economia e na cultura continuam atuantes”⁴³⁵. Estranho passado, com sua qualidade de ser, ao mesmo tempo, presente.

No momento de sua tese, José Honório Rodrigues estava não só vivo, como estava intelectualmente ativo, prestes a concluir o primeiro volume de *História da história no Brasil*, projeto pensado para sistematizar suas reflexões de teoria, metodologia e historiografia com base na realidade nacional. O mesmo se pode dizer dos autores-objetos de Carlos Guilherme, todos eles vivos em sua maioria, intelectual e politicamente ativos. Não à toa, *A ideologia da cultura brasileira* foi apresentada como uma “história contemporânea da cultura brasileira” pelo seu próprio artífice⁴³⁶. Assim, o passado disciplinar de que as teses trataram não apontava para uma realidade longínqua da historiografia, espécie de arcaísmo temporal. Era um passado vivo e vivido, com seus representantes, suas obras, valores e performances a marcar ainda o presente, a contemporaneidade. Ao contrário do *passado romântico*, situado na época oitocentista, o contemporâneo possuía um senso de atualidade bem mais forte. Essa dimensão atual do tempo tratado pelas teses ajuda a esclarecer a banca de livre-docência de Carlos Guilherme, composta por cientistas sociais, e nenhum historiador de formação.

Sendo assim, como o *passado contemporâneo* da historiografia brasileira se manifestava? De que modo ele se formou e moldou a história no país? Quais eram seus traços, suas formas e seus representantes? Sendo passado, como também pode sê-lo contemporâneo, paradoxalmente? Tais são as questões que balizaram o corrente capítulo.

4.1) A hora da estrela: a historiografia brasileira em questão

Nascidos nos anos 1940, Carlos Guilherme Mota e Raquel Glezer ingressaram no curso de história no alvorecer dos idos de 1960. Assim como muitos estudantes de sua época, formaram-se nas modalidades de licenciatura e bacharelado. Quando um

⁴³⁵ GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976, p. 232, Vol. 1.

⁴³⁶ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2007, p.13.

estava terminando a graduação, no ano de 1963, a outra estava entrando na Universidade: Raquel Glezer finalizara sua etapa acadêmica inicial em 1966, de modo que ambos realizaram sua formação em um período de três anos⁴³⁷. Tal qual Maria Odila e Maria de Lourdes, graduaram-se unicamente em história, perfazendo uma trajetória acadêmica diferente de muitos de seus docentes catedráticos, os quais ostentavam igualmente o título de bacharel em ciências jurídicas. Dos anos 1950 para os de 1960, a graduação em história da USP seguia retumbante o processo de profissionalização disciplinar, cada vez mais intenso e estruturador de práticas e produções simbólicas.

Assim como diversos professores do seu curso, Carlos Guilherme realizou sua graduação no momento em que a FFCL ainda estava na Maria Antônia, ao contrário de Raquel Glezer. Se os dois encontraram já um curso autônomo, apartado do de geografia, o primeiro, todavia, conheceu uma realidade universitária mais modesta, com turmas, salas e espaços menores. Para esse período, o historiador mobilizou toda uma memória afetiva, conforme diversos estudantes e docentes que vivenciaram os “tempos maria-antonianos”. Disse o historiador, na *Oração por ocasião da recepção do título de professor emérito pela FFLCH*, no ano de 2009, no salão nobre da instituição: “naquela escola da Rua Maria Antônia [...] eu aprendi que, na história geral da educação e da cultura, a Faculdade de FCL é a mais bela das ideias surgidas desde os gregos”⁴³⁸. Adensando a excepcionalidade sublime de seu espaço formativo primordial, o homenageado cravou a diferença entre o seu Hoje e o seu Ontem: “recorde-se que o tom geral da vida universitária era outro, muito animado e criativo”⁴³⁹.

Distanciando-se da tradição memorialística acima, Raquel Glezer evocou seu tempo de graduação fornecendo informações técnicas e pontuais, de cunho descritivo apenas. No mesmo ritual de que participara Carlos Guilherme, a historiadora somente registrou que “os cursos de história e geografia, como os de História Natural e de Física,

⁴³⁷ As informações a respeito da trajetória dos indivíduos (graduação, mestrado, doutorado, docência etc.) foram retiradas de duas fontes: a primeira da plataforma *lattes* e a outra de um currículo encontrado no Centro de Apoio a Pesquisa Histórica Sergio Buarque de Holanda (CAPH – FFLCH/USP). Em momentos precisos, a serem precisados, recorreu-se também ao discurso por ocasião da homenagem de professor emérito.

⁴³⁸ MOTA, Carlos Guilherme. *Oração por ocasião da recepção do título de professor emérito pela FFLCH*. In: _____. *Educação, contraideologia e cultura*. Rio de Janeiro: Globo, 2011, p. 410. Grifos do autor/orador.

⁴³⁹ *Idem*, p. 417.

já haviam se deslocado total ou parcialmente dos prédios nas Ruas Maria Antônia ou Glete para a Cidade Universitária”, e em seguida apontou:

No curso de história, quer no período vespertino ou noturno, com 30 vagas por período, as disciplinas obrigatórias eram anuais, com raras exceções. As optativas eram semestrais. Docentes de várias disciplinas se tornaram referenciais, quer por sua erudição, quer pela disponibilidade de atendimento dos alunos e interesse em seu desenvolvimento. As disciplinas tinham diversos docentes⁴⁴⁰.

Graduando-se no Butantã, quando tinha feições de um grande “descampado, com poucas ruas abertas, prédios em construção, árvores mirradas, que na época de chuva ficava quase intransitável pelas correntes de lama”⁴⁴¹, a historiadora da USP apresentou uma memória diferente, bem menos gloriosa e idealizada a respeito de seu curso.

O tom da memória de Raquel Glezer parece indicar um momento de início, de abertura, marcado pelo signo da dificuldade, dos diversos obstáculos a se vencer. Já a lembrança de Carlos Guilherme evocou um momento de desfecho, de fim de era, de conclusão de um tempo irremediavelmente passado, o que justificaria o corte em relação ao presente. A historiadora, rememorando sua época de graduação, como que viu e sentiu um momento de reestruturação do curso de história da USP, a transferir-se para outro lugar, enquanto que o historiador enxergou essa mesma mudança como o sepultamento de uma vivência intelectual que nenhuma Cidade Universitária seria capaz de proporcionar, pelo menos não nos termos do que a Maria Antônia possibilitava. Afinal, nesta rua, os bares, os cinemas, as escolas, as livrarias e a biblioteca municipal de São Paulo, junto com a FFLC, “delimitavam as fronteiras do nosso *Quartier Latin*”⁴⁴². Porém, para além de tais memórias distintas, é possível apontar similaridades entre as duas graduações.

Cursadas no prelúdio dos anos 1960, tais graduações foram marcadas por uma efervescente atmosfera política. A sociedade brasileira de uma maneira geral passava

⁴⁴⁰ GLEZER, Raquel. *Discurso da homenageada*. Outorga do título de professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018, p. 06.

⁴⁴¹ Idem, p. 04.

⁴⁴² MOTA, Carlos Guilherme. Oração por ocasião da recepção do título de professor emérito pela FFLCH. In: _____. *Educação, contraideologia e cultura*. Rio de Janeiro: Globo, 2011, p. 420. A expressão francesa faz referência a um bairro de Paris (*cinquième arrondissement*), no qual se abriga a Universidade de Sorbonne e diversos cafés, bares e livrarias, frequentado por diversos estudantes e professores, além de artistas, jornalistas e outros membros da classe intelectual parisiense.

por uma temporada de intensa politização, manifestada em diversos setores sociais, para além da ciência e da política. Daniel Aarão Reis sintetizou a turbulenta conjuntura:

As agitações sociais ampliaram-se, em um crescendo, alcançando trabalhadores urbanos e rurais, assalariados e posseiros, estudantes e graduados das forças armadas, configurando uma redefinição do projeto nacional-estatista, que passaria a incorporar uma ampla – e inédita – participação popular. Mudaram o tom e o sentido do discurso: ao contrário de uma certa tradição conciliatória, típica do estilo de Getúlio Vargas, os obstáculos deveriam agora ser removidos, e não evitados, e os alvos, abatidos, e não contornados⁴⁴³.

No seio desta efervescência, nasceria os diversos projetos ligados às reformas de base, que sacudiria diversos grupos sociais no pré-golpe de 1964. A realidade era trepidante, instável, com protestos ocorrendo dia a pós dia. De olho neste quadro social, Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes apontaram a radicalização à esquerda e à direita como o principal caminho que pavimentou a irrupção do golpe civil-militar⁴⁴⁴.

Longe de apenas refletir uma realidade externa, as universidades brasileiras acompanhavam de um modo próprio a aguda politização da sociedade. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, “os estudantes universitários tornaram-se um grupo social mais visível e influente, principalmente porque concentrado em muitos centros urbanos”⁴⁴⁵. Para além da sala de aula, grupos de estudos, centros acadêmicos, diretórios, congressos e demais eventos inseriam a juventude estudantil na paisagem acadêmica. Não à toa, a União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 1938 e formada pelos chamados secundaristas e estudantes universitários, começou a desenvolver um atuante papel político no país, sobretudo durante a presidência de João Goulart, participando de greves, comícios e demais protestos. O debate sobre a reforma universitária era muito mais do que um simples item das reformas de base: constituía o próprio eixo de uma política acadêmica nacional, porta de entrada para pensar que tipo de sistema universitário o Brasil poderia e deveria ter. Estudantes e docentes universitários se engajaram nesta celeuma que animou universidades como a USP.

Ante a esse quadro, Carlos Guilherme e Raquel Glezer não passaram incólumes. Quando de sua outorga do título de professora emérita da FFLCH da USP, no dia 18 de

⁴⁴³ REIS, Daniel Aarão. *Esquerda e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 23.

⁴⁴⁴ GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

⁴⁴⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 24.

maio de 2018, a historiadora relembrou a “sequência de conflitos com o conservadorismo da sociedade, com o governo estadual, com os conselhos profissionais e o de Educação, com os grupos sociais que partiam do pressuposto que o conhecimento está pronto e acabado e que só deveria ser reproduzido”⁴⁴⁶ que marcou seus anos iniciais na Universidade de São Paulo. A memória da homenageada registrou bem as diversas contendas existentes no meio acadêmico, as quais se davam em diversas frentes e *fronts*. Os combates políticos, isto é, relacionados à política formal, partidária e institucionalizada, se somavam aos confrontos sociais e culturais, desenhando uma conjuntura tensa e acirrada. Indo nesta direção, o depoimento de Carlos Guilherme também é pertinente:

Nessa transição entre duas épocas [antes e depois do golpe de 1964], nossa “íclita geração”, algo pretenciosa, sentia-se [como que] cavaleiro da história, embora alguns de nós tenhamos sido logo apeados, custando a entender os novos e tristes tempos. Em nossas salas de aula, acompanhávamos com apreensão a mudança dos rumos da história⁴⁴⁷.

Tempo de conflitos, permeado por lances de vitória e tombos de derrota, parece intuir o historiador acima. Tempo de atenção, no qual sobre o presente recaía vários e diversos olhares, e o futuro se abria sob desconfiança. Tempos assim, eram tempos de luta, de combates, exigindo de seus contemporâneos que fossem como que “cavaleiros da história”. Com quais armas estes lutariam? A historiografia poderia ser este instrumento de combate, como pensou certa vez Pierre Bourdieu para a sociologia?⁴⁴⁸

Compreensivo, pois, que a ideia de Revolução estivesse na ordem do dia. Boris Fausto, que realizou a graduação em história entre 1962-1967, tendo inclusive participado de grupos trotskyistas, forneceu também um testemunho que crava a excitação política de seus dias de graduando:

Nos primeiros anos da década de 1960, quando frequentei o curso de história da Faculdade de Filosofia, uma das poucas coisas atraentes ali era o vivo debate historiográfico acerca da revolução, personificado, principalmente, pelos integrantes da cadeira de História Moderna e Contemporânea: o professor catedrático Eduardo D’Oliveira França e

⁴⁴⁶ GLEZER, Raquel. *Discurso da homenageada*. Outorga do título de professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018, p. 02-03.

⁴⁴⁷ MOTA, Carlos Guilherme. Oração por ocasião da recepção do título de professor emérito pela FFLCH. In: _____. *Educação, contraideologia e cultura*. Rio de Janeiro: Globo, 2011, p. 417.

⁴⁴⁸ BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean Claude. *A Profissão do Sociólogo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p.03.

seus sagazes “tenentes”, Fernando Novais e Carlos Guilherme Mota⁴⁴⁹.

O mundo moderno e contemporâneo, a própria sociedade atual, representava um tempo e um espaço privilegiado para pensar e discutir (e planejar?) a revolução, essa experiência-conteúdo constitutiva da modernidade ocidental, desde 1789, pelo menos. Interessante asseverar que as palavras evocativas de Boris Fausto encontram respaldo historiográfico, conforme a tese de Ana Maria de Oliveira Burmester⁴⁵⁰, acerca da existência de uma “cultura revolucionário” na sociedade e na historiografia brasileira da segunda metade do século XX, notadamente nos anos 1970.

Neste torvelinho que fazia a sociedade brasileira fervilhar de tensão, Carlos Guilherme e Raquel Glezer concluíram a graduação e, breve espaço de tempo depois, adentraram na pós-graduação. Quando o historiador concluía sua primeira pós-graduação, a historiadora iniciava a sua. Ele finalizou seu mestrado em 1967, com um trabalho denominado *A ideia de revolução no Brasil no fim do século XVIII: estudo das formas de pensamento*, orientado pelo catedrático Eduardo d’Oliveira França; Ela concluiu um ano depois, dissertando sobre um objeto de pesquisa bem mais delimitado: a cidade de Ribeirão Preto em meados do século XIX, quando ocorreu um intenso processo de urbanização na referida urbe. Ambos vinculados ao antigo regime de pós-graduação, tiveram, todavia, suas pesquisas vinculadas a disciplinas distintas: Carlos Guilherme levou adiante sua investigação no âmbito da cadeira de História Moderna e Contemporânea, ao passo que Raquel Glezer a fez na disciplina de Metodologia da história, orientada por Yves Bruand, professor francês que desde o início dos anos 1960 era um dos responsáveis pelas matérias teóricas do currículo de história da USP.

Assim como outros graduados em história na USP, Carlos Guilherme e Raquel Glezer atuaram como assistentes de professores, o que pavimentou seus caminhos de

⁴⁴⁹ FAUSTO, Boris. *Memórias de um historiador de domingo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.273.

⁴⁵⁰ Pelo valor da obra de uma maneira geral, embora um tanto quanto esquecida nos dias atuais, segue a citação na íntegra: “Intelectuais assumiram posições afastadas de toda e qualquer pretensa neutralidade, as quais acabaram por inspirar análises e promover debates. Estes, partiam de algumas certezas. Entre elas, a ideia de Revolução como a do início de uma nova era, marcada por um período traumático, violento, de ruptura radical. O estudo das revolução contemporâneas alcançou os requintes da elaboração de modelos, historicamente construídos, porém aplicados a-historicamente. Formou-se toda uma cultura revolucionária que marcou temas e definiu conceitos, induziu situações e posições de classe, determinou alianças possíveis e táticas aconselháveis”. BURMESTER, Maria Oliveira. *A (des)construção do discurso histórico: a historiografia brasileira dos anos 1970*. Curitiba: Aos quatro ventos, 1998, p. 07.

pesquisa. O primeiro historiador teve, no mestrado e no doutorado, o mesmo orientador, aquele a quem assistiu na cadeira de História Moderna e Contemporânea, durante boa parte dos anos de 1960. Quando da defesa de sua tese de livre-docência, Eduardo d'Oliveira França também estava presente entre os membros responsáveis por arguir o trabalho. Além disso, ao antigo catedrático, “meu professor, mestre em liberdade de pensamento (e expressão)”⁴⁵¹, foi dedicado o trabalho. Raquel Glezer, por sua vez, assistiu a docente Emilia Viotti da Costa, na disciplina de Teoria e Metodologia da história. Inicialmente, foi com ela que a historiadora se orientou, reproduzindo um padrão muito comum na pós-graduação em história da USP. Porém, com a cassação compulsória de Emilia Viotti, a orientação mudou para Yves Bruad, que na época – além de ministrar aulas em Teoria e Metodologia da história – conduzia pesquisas a respeito de arquitetura e urbanismo no Brasil⁴⁵².

Após o mestrado, os dois historiadores seguiram suas carreiras acadêmicas na Universidade de São Paulo. Carlos Guilherme, logo após seu mestrado, passou para o doutorado, concluído já em 1970, com a tese intitulada *Nordeste, 1817*, uma das últimas a serem defendidas no antigo regime de pós-graduação. Com tal título, o historiador passou para o Regime de Dedicção Integral à Docência e Pesquisa (RDIDP), no âmbito institucional e administrativo da USP. Ao contrário de seu colega de profissão e instituição, Raquel Glezer não entrou de imediato no doutorado, tendo passado cinco anos para ingressar no doutoramento, o que só ocorreu em 1973. Possivelmente, a meia década de espera teve a ver com sua docência na educação básica, posto que assumiu como professora efetiva da Secretaria de Educação de São Paulo, em 1968. Junto com esse magistério, ela também atuava no ensino superior, desde 1971, como professora auxiliar de ensino, em regime de contratação parcial pela USP. Sua docência nesta instituição também se deu na disciplina de Teoria e Metodologia da história.

⁴⁵¹ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975, sem página (ver a dedicatória).

⁴⁵² Em 1971, após retornar para a França, Yves Bruand escreveria *Arquitetura contemporânea no Brasil*, importante obra da historiografia da arquitetura brasileira, segundo Marília Santana Borges. Mais informações em: BORGES, Marília Santana. Sobre a historiografia da arquitetura moderna brasileira. In: *I Encontro de História da Arte do IFCH/UNICAMP: Revisão Historiográfica - o estado da questão*, 2004, Campinas. Anais do I Encontro de História da Arte do IFCH/UNICAMP: Revisão Historiográfica - o estado da questão, 2004.

Do mestrado ao doutorado, a trajetória formativa de Carlos Guilherme Mota e Raquel Glezer chama a atenção para uma mudança que ambos fizeram em determinado momento de suas carreiras. Tal mudança diz respeito a uma maior aproximação, em termos de pesquisa, com a história contemporânea, conforme se dizia na época. Durante todo o seu percurso na pós-graduação, Carlos Guilherme situou suas investigações históricas em fins do século XVIII e inícios do XIX. Assim, seu trabalho de mestrado tratou de uma certa mentalidade revolucionária existente na América Portuguesa, desencadeada em meio aos eventos explosivos de 1789, não à toa o marco inicial do trabalho. Na mesma direção, porém circunscrevendo mais o objeto de pesquisa, sua tese de doutorado partiu de um tradicional evento insurgente da história brasileira, a dita Revolução de 1817, do Nordeste. O autor buscou aqui os diversos sentidos e as variadas práticas sociais que fizeram de 1817 um dos principais acontecimentos subversivos da Colônia luso-brasileira⁴⁵³.

Se a temática poderia aproximar o passado ao presente, formalmente, entretanto, o tempo da pesquisa cravava um afastamento entre o pesquisador e sua época e a realidade sobre a qual investigava. Mundos distintos, 1817 não era 1970, assim como tampouco era o Brasil. Em sua pesquisa de mestrado, Raquel Glezer também tomou um afastamento em relação ao presente vivido. Sua dissertação adotou como marco temporal o século XIX, especialmente o momento em que houve uma intensa urbanização na zona cafeeira do estado de São Paulo, entre os anos 1850-1880. Seu recuo foi não só temporal, como também espacial, na medida em que selecionou a cidade de Ribeirão Preto como estudo de caso de sua investigação, município paulista que em 1865 ganhou existência legal. Em sua tese de livre-docência, defendida em 1992, Raquel Glezer, recuou ainda mais no tempo, fazendo uma história da cidade de São Paulo durante os séculos XVII-XIX⁴⁵⁴.

Analista arguto da historiografia brasileira durante os anos 1970, José Roberto do Amaral não deixou de flagrar, em números e gráficos, o corte entre passado e presente, praticado por diversos historiadores e historiadoras, para além daqueles e daquelas ligados à USP. Para ele, haveria mesmo uma “conspiração

⁴⁵³ MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste, 1817*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

⁴⁵⁴ GLEZER, Raquel. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007.

anticontemporânea”⁴⁵⁵ na produção do conhecimento histórico no Brasil, que interditava, por exemplo, o desenvolvimento dos estudos acerca da experiência brasileira republicana. Antes, a historiografia brasileira vinha se especializando, desde o IHGB, no período colonial, seguido pelo imperial e, em último lugar, os primeiros anos do regime implementado em 1889. Logo, ela “se refugiou no estudo do passado colonial, voltando inteiramente as costas ao presente”⁴⁵⁶, o que, segundo Amaral Lapa, evidenciaria uma historiografia conservadora, pouco disposta a fazer a crítica do regime de poder vigente na sociedade na qual estava inserida.

Tratar do presente seria atitude não de historiador, mas de político, assim como a história contemporânea seria uma atividade de jornalista, conforme o depoimento de Boris Fausto, reforçando os limites temporais e temáticos de parte expressiva da historiografia brasileira dos anos 1960 e 1970⁴⁵⁷. Além das pesquisas de mestrado e doutorado, o trabalho de organização de livros empreendido por Carlos Guilherme Mota na virada dos anos 1960 para 1970 também foi concebido a partir de tais limites. Aqui, duas publicações se destacam: *Brasil em perspectiva* e *Dimensões: 1822*. Organizando esses dois livros com base na contribuição de diversos autores e autoras, respectivamente em 1968 e 1972, foi dado ao século XIX da história brasileira uma maior atenção, notadamente à época imperial. O último, publicado no centenário de 1822, procurou apresentar estudos históricos que rejeitassem a perspectiva segundo a qual “a independência como um fato que se esgota no dia de sua proclamação”⁴⁵⁸. Antes ou após 1822, o Brasil oitocentista foi o grande personagem do livro, abordado, inclusive, a partir de um enfoque regional. *Brasil em perspectiva* também permaneceu pouco próximo de uma história do tempo presente.

Estruturado no sentido de apresentar “um conjunto de trabalhos sobre a formação histórica do Brasil, em perspectivas diversas”⁴⁵⁹, ele recuou ao século XV, ao período das Grandes Navegações, bem como ao momento de Descobrimento do país e do antigo sistema colonial. Quando se voltou para o século XX, o recorte escolhido foi o marco tradicional dos anos 1930. Sintomático apontar que a discussão ultrapassou

⁴⁵⁵ LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 32.

⁴⁵⁶ Idem, p. 41.

⁴⁵⁷ FAUSTO, Boris. *Memórias de um historiador de domingo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 235.

⁴⁵⁸ MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 10.

⁴⁵⁹ MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 12.

esse limite temporal apenas com o trabalho de filósofos e de sociólogos, os quais trataram da industrialização brasileira no século XX, o plebiscito de 1945 e as relações internacionais durante a República de 1945⁴⁶⁰. Interditado pelo tempo da pesquisa, a segundo metade do século no Brasil, a época em que Carlos Guilherme Mota, Raquel Glezer e muitos outros viviam, estava como que recoberta por um silêncio historiográfico. O *breaking up time*, apontando por Berbe Bervanage e Chris Lorenz como o elemento historicista que cindiu passado e presente, também se fez presente na historiografia brasileira, interditando esta última temporalidade aos profissionais de Clio⁴⁶¹.

Porém, quando os dois historiadores citados tomaram a historiografia brasileira como objeto de investigação em suas teses, um ruído se fez soante. Revisitando esse momento de sua carreira no ano de 2017, Raquel Glezer retrçou os impasses gerados por uma mudança temática como a que fez em seu doutoramento:

Pretendia fazer uma análise historiográfica de um autor nacional contemporâneo vivo, considerado dos mais relevantes, através de sua produção histórica e da repercussão obtida. [...] mas como desenvolver tal pesquisa? Naquele momento a proximidade do objeto era questionável; a proposta dos historiadores intervindo na atividade política como historiadores ainda era problemática⁴⁶².

Nesse sentido, cabe levantar algumas questões: como explicar a mudança de recorte temporal e temático empreendida por Carlos Guilherme Mota e Raquel Glezer em suas pesquisas dos anos 1970? O que os fez trabalhar com um tempo mais recente, com sujeitos ainda vivos e atuantes? Por que eles “deixaram” seus recortes de pesquisa anteriores e tomaram a historiografia brasileira de sua época como objeto de estudo? Uma hipótese pode ser a seguir desenvolvida.

4.2) Os “intérpretes do Brasil” e a historiografia universitária

⁴⁶⁰ Os nomes que trataram de tais objetos no livro acima foram, respectivamente: Gabriel Cohn, Paula Beiguelman e Nilo Odália.

⁴⁶¹ BEVERNAGE, Berber; LORENZ, Chris. Breaking up time: negotiating the borders between present, past and future. In: _____. (Orgs.). *Breaking up time: negotiating the borders between present, past and future*. Göttingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 2013. p. 7-36.

⁴⁶² GLEZER, Raquel. Do todo ao fragmento: um breve olhar sobre a pesquisa histórica no Brasil. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno cesar (Org.). *Escrever história: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*. Serra Editora Milfontes, 2017, p. 126-127.

No momento das teses de Carlos Guilherme Mota e Raquel Glezer, um conjunto de autores de origem intelectual não universitária estava em alta, os chamados “intérpretes do Brasil”, isto é, os intelectuais que, entre 1920-1940, escreveram obras de síntese sobre a formação histórica do Brasil, destacando aí uma identidade nacional. Também qualificados de letrados ou eruditos, eles foram, a partir da segunda metade do século XX, mais intensamente, objeto de discussão por parte de diversos intelectuais universitários, provenientes não só da história, como também da filosofia, sociologia, antropologia e da teoria literária. A tese de doutorado de Dante Moreira Leite, *O caráter nacional brasileiro: descrição das características psicológicas do brasileiro através de ideologias e estereótipos*, defendida em 1954 na área de psicologia social, representou um momento inaugural em que os “intérpretes do Brasil” foram veementemente criticados, acusados de ideólogos e mitólogos da cultura brasileira.

A partir de então, os nomes de Oliveira Viana, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, entre outros, em graus variados, passaram a ser alvos privilegiados de estudiosos que seguiam carreira universitária, a exemplo de Dante Moreira Leite. Em causa, estava a própria afirmação da produção intelectual realizada pela Universidade, frente a outras que não tinham seu selo, mas sim o de personalidades, autores erguidos a condição de grandes nomes da cultura brasileira e, como tais, desfrutavam de muito prestígio e capital político. Gilberto Freyre, por exemplo, durante a segunda década da ditadura militar viu suas ideias em torno da democracia racial brasileira e do lusotropicalismo serem alçadas ao posto de política cultural do Executivo, por parte da ação de diversos órgãos federais, como o Conselho Federal de Cultura (CFC) e a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE)⁴⁶³.

A própria expressão “intérpretes do Brasil” carregava uma marca pejorativa, menosprezando os que por ela eram referenciados. Tais sujeitos não seriam cientistas, nem muito menos estudiosos ou investigadores, obreiros metódicos que se pautavam por referenciais e procedimentos científicos; antes, seriam apenas “intérpretes”, ou pintores que retratavam seus “quadros” de uma maneira impressionista, sem muita técnica e rigor. Logo, não estariam muito distantes dos eruditos diletantes dos Institutos históricos. Tal apreciação crítica foi bem formulada por Amaral Lapa:

⁴⁶³ Para mais informações, ver o estudo de Renato Ortiz: ORTIZ, Renato: Estado autoritário e cultura. In: _____. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

Em todos eles a pesquisa arquivada, quando atuou, foi em termos de *complemento* e não de *fundamento* para a elaboração de sua obra. Esta resultou mais de um extraordinário esforço intelectual, respaldado pela erudição bibliográfica, que eventualmente recorreu ao documento, como fonte primária, para confirmar uma hipótese ou provar uma asseveração. Numa escala descendente pode-se tentar dizer nesse caso que de J. Honório Rodrigues, passando por Sergio B. de Holanda, Caio Prado Jr. até chegar em Nelson W. Sodré, o uso do documento primário é relativamente pequeno até chegar a ser ausente, ou pelo menos não vir citado, entre as fontes consultadas.⁴⁶⁴

Assim, muitas das afirmações que os ditos “intérpretes” fizeram em seus vários livros careciam de empiricidade, ficando como que soltas no ar, descarnadas, sem o respaldo das fontes históricas. O que fundamentaria as obras históricas do grupo em (des)apreço não seria tanto a pesquisa empírica, como seria a especulação histórica, respaldada em um vasto conhecimento livresco gerador de uma invejável erudição histórica⁴⁶⁵.

Exemplar por colocar em confronto dois tipos distintos de intelectuais, foi a contenda entre Nícia Vilela Luz, formada em história na USP e assistente da cadeira História da Civilização Americana, e Wilson Martins, bacharel em Direito mas autor de diversos estudos de crítica e história literária, que teve lugar no início da década de 1960. Escrevendo no suplemento literário do *O Estado de São Paulo* no dia 07 de outubro de 1961 acerca da existência de um “nacionalismo econômico” nos estudos acadêmicos, Wilson Martins, em tom de reprovação, citou e resenhou a produção de Nícia Vilela como exemplo, dado que esta autora tinha recém publicado o livro *A luta pela industrialização no Brasil*.

Visando não “defender a minha causa, mas a da História, tão maltratada e tão pouco compreendida”⁴⁶⁶, a historiadora universitária escreveu uma carta de repúdio às palavras de Wilson Martins. Remetida à redação do *O Estado de São Paulo*, a missiva acabou não sendo publicada pelo periódico paulista, mas sim pela *Revista de história*, com o sugestivo título *A verdadeira crítica histórica*. A celeuma toda explicitou a disputa pela legitimidade das instâncias simbólicas de produção. É o que se pode depreender das palavras a seguir, subscritas pelo órgão da FFCL da USP: “é lamentável,

⁴⁶⁴ Lapa, José Roberto do Amaral. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 61.

⁴⁶⁵ A leitura dos historiadores universitários sobre os “intérpretes do Brasil” foi mais desenvolvida em: FREIRE, Diego José Fernandes. Entre o elogio e a crítica: os intérpretes do Brasil na ótica dos historiadores (1920-1970). In: Pablo Spíndola e Wagner Geminiano dos Santos. (Org.). *Teoria da história e história da historiografia brasileira dos séculos XIX e XX: ensaios*. 1ed. Jundiaí: Paco, 2018, v. , p. 1-415.

⁴⁶⁶ *Revista de história*, Num. 23, Vol. 48, 1961, p. 357.

pois, que a crítica histórica continui a ser feita, no Brasil, por leigos no assunto, pouco entendidos na matéria, no seu objeto e nos seus métodos. Já ultrapassamos essa fase de autodidatismo e já existem entre os formados pelas nossas Faculdades de Filosofia profissionais competentes para exercer tal mister”⁴⁶⁷. A prática de Wilson Martins seria, pois, algo do passado, logo obsoleta e inatual. Nícia Vilela Luz reproduzia um discurso muito próximo ao da APUH, entidade da qual era representante e que estava em seus primeiros meses de existência, em 1961.

Dessa forma, quem estaria apto a analisar criticamente obras de história?

Se o sr. Wilson Martins sente ímpetos de vituperar o grupo nacionalista ao qual julga que pertença, creio que tem toda a liberdade de fazê-lo. Não tem, porém, o direito de servir-se da História, nem de uma modesta, mas concenciosa pesquisadora, para dar vazão à sua “ideologia” e as suas paixões. Reconheço, como aliás sinceramente admite a historiografia moderna, que o historiador sempre reflete o presente em suas investigações sobre o passado. Não vivemos numa torre de marfim. É o presente com seus problemas, seus conflitos, suas incógnitas que orienta nossas buscas. Outra coisa, porém, é utilizar-se da História para seus interesses, sejam individuais, partidários ou de classe. Seria inconcebível num verdadeiro historiador ou em quem esperasse a tornar-se tal⁴⁶⁸.

Para Nícia Vilela Luz, a História foi não só atacada, mas usada e abusada por interesses rasteiros, mundanos, por parte de Wilson Martins, qualificado pela historiadora universitária ora como um polígrafo, ora como um escritor autodidata. Valendo-se da História não para fins de análise e conhecimento, mas sim com propósitos pessoais, não cabeira outro título a Wilson Martins que não o de ideólogo, veiculador de ideologias da “inteligência brasileira”, segundo apontou a própria autora da citação.

Assim, a polêmica acima resumida serve bem para identificar os sujeitos em disputa. De um lado, os pesquisadores e as pesquisadoras, profissionais formados nas Faculdades de Filosofia do país, de outro os “intérpretes do Brasil”, com uma formação e atuação intelectual menos especializada e profissional. Entre 1950 e 1970, este foi o tom do debate envolvendo duas gerações de intelectuais que, por essa quadra, conviveram intensa e tensamente no universo simbólico nacional. Além do confronto entre Wilson Martins e Nícia Vilela, pode-se apontar vários outros envolvendo intelectuais ligados ou não à Universidade. A título de exemplo, registre-se também o

⁴⁶⁷ *Revista de história*, Num. 23, Vol. 48, 1961, p. 357.

⁴⁶⁸ *Revista de história*, Num. 23, Vol. 48, 1961, p. 358.

debate entre Nelson Werneck Sodré e Adalberto Marson e Maria Stella Bresciani, nas páginas da revista *Opinião*, no ano de 1973, com o primeiro escrevendo *Reação contra a história*, e os dois últimos respondendo com *A ambiguidade da crítica*. A disputa gerou trélicas e a entrada de novos sujeitos, como Maria Sylvia de Carvalho e Marilena Chauí⁴⁶⁹.

Tendo lugar em diferentes periódicos (acadêmicos e não acadêmicos), envolvendo diversos nomes da cena intelectual brasileira e ocorrendo já há algumas décadas, esse debate colocou na ordem do dia a reflexão sobre a historiografia brasileira e o sujeito do conhecimento que a praticava. Certamente, ele ajuda a lançar luz no deslocamento temático-temporal das pesquisas de Carlos Guilherme e Raquel Glezer, precisamente em direção aos ditos “intérpretes do Brasil”. Adensando a hipótese, cumpre apontar que o próprio Carlos Guilherme foi um dos diversos historiadores universitários a polemizar com a geração intelectual anterior, chamada por ele também de “redescobridores do Brasil”.

No caso, o historiador da USP pugnou com um colega de instituição e de departamento, que, a despeito de seu *locus* institucional, era muito associado aos “intérpretes do Brasil”, a saber: Sergio Buarque de Holanda. Semelhante a Wilson Martins, o autor de *Raízes do Brasil* escreveu criticamente sobre uma produção historiográfica tomada como sintoma de um problema maior, qualificado como uma “doença infantil da historiografia”, como fazia jus o próprio título do texto, provavelmente inspirado no panfleto de Vladimir Lênin de 1920, *esquerdismo: uma doença infantil do comunismo*⁴⁷⁰.

Em 17 de junho de 1973, o crítico tomou como objeto de escrutínio, em especial, duas obras de Carlos Guilherme: sua dissertação publicada e seu livro de organização sobre 1822. Para Sergio Buarque, os dois trabalhos, a despeito de seus méritos, conteriam uma tendência que se intensificava na historiografia brasileira da época, e que consistia na

“Superstição do vocábulo puro, ou seja, perfeitamente unívoco, petrificado, e válido para todo o sempre. Resultado: em vez daquelas

⁴⁶⁹ Informações fornecidas por: LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1976.

⁴⁷⁰ LÊNIN, Vladimir. *Esquerdismo: uma doença infantil do comunismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

coleções de fatos e datas rigorosamente obtidas por métodos críticos conduzidos até a última perfeição, estaríamos para assistir ao surto de uma disenteria torrencial de palavras expurgadas e palavras-chave, próprias para balizar o fluxo dos acontecimentos. Como sucede a todos os simplificadores, os vassalos desses critérios põem neles uma inexpugnável confiança e voltam-se contra os mais céticos com uma suficiência e um glorioso azedume⁴⁷¹.

Sugerir aspas em palavras como independência e inovação, bem como precisar o sentido da expressão “gente policiada” unicamente com base na dimensão militar, seriam exemplos de um “positivismo linguístico” que Carlos Guilherme e outros jovens historiadores e historiadoras do Brasil estariam incorrendo.

Mais de 30 anos depois deste artigo, o alvo privilegiado da crítica assim a rememorou, testemunhando seu impacto no jovem historiador universitário:

Em páginas inteiras no Estadão, em duas edições sucessivas, ‘Dr. Sergio (assim o chamávamos, estamentalmente) arrasou comigo. Cheguei a pensar ter encerrado ali minha trajetória de iniciante, aprendiz de historiador ainda, com apenas dois livros. [...] Segundo alguns amigos atônitos e desconcertados, o artigo de Buarque soou como um certo tiro de canhão...em uma mosca⁴⁷².

Passados alguns meses, após digerir a crítica de seu colega de departamento, veio a resposta, no mesmo jornal e com um título igualmente provocativo: *Os fazendeiros do ar*. Tal qual Dante Moreira Leite – muito citado no artigo-resposta – e Nícia Vilela Luz fizeram décadas atrás, Carlo Guilherme também o fez, pensando a figura de Sergio Buarque de Holanda como um ideólogo, ligado a uma matriz de pensamento nacional aristocrática e estamental. Mesmo tendo atuado no DHIS da USP durante mais de uma década, este último autor foi pensado como um representante intelectual de uma “oligarquia esvaziada economicamente, mas que luta por manter no plano estrito da ‘cultura’ sua força e seu prestígio. Status, eis um bom termo para localizar e definir um dos traços característicos do segmento cultural que compõe o mandarinato remanescente, pouco permeável à crítica e à revisão”⁴⁷³.

⁴⁷¹ HOLANDA, Sergio Buarque de. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Rio de Janeiro/Campinas, Eduerj/Editora da Unicamp, 2008, p. 422.

⁴⁷² MOTA, Carlos Guilherme. Nota do autor. In: _____. *História e contra-história*. São Paulo: Globo, 2010, p. 20.

⁴⁷³ MOTA, Carlos Guilherme. *Fazendeiros do ar*. In: _____. *História e contra-história*. São Paulo: Globo, 2010, p. 33.

Porém, a resposta de Carlos Guilherme não teve apenas esse tom político. O historiador da USP deu-lhe também um caráter de programa, de agenda de pesquisa, voltada para analisar as produções dos “fazendeiros do ar”. Conclama o autor:

Uma análise detalhada do vocabulário dos “explicadores” do Brasil se impõe, portanto, não para instaurar uma espécie de “superstição do vocábulo puro”, ou seja, perfeitamente unívoco, petrificado, e válido para todo o sempre, como parece temer o professor Sergio Buarque de Holanda, ponto de referência na historiografia brasileira, em recente artigo publicado neste mesmo suplemento: não se trata de substituir o mito do fato puro pelo mito da linguagem. O que se tem em mira, isto sim, é iniciar um processo de discussão do instrumental conceitual dos “explicadores” do Brasil, na melhor linhagem de Lucien Febvre⁴⁷⁴.

Transformando Sergio Buarque de Holanda e os demais “intérpretes do Brasil” em objetos de estudo, a fim de serem interrogados e dissecados, Carlos Guilherme ainda esclareceu que sua posição não derivava de “impertinência de uma historiografia mais jovem em confronto com uma historiografia mais idosa”, mas sim de “saber por que investigadores de porte utilizavam terminologia eclética em suas análises”. Ao final, provocativamente, terminou refutando a postura que Sergio Buarque criticou: “trata-se de uma questão de precisão e de adequação conceitual”⁴⁷⁵.

O debate entre os dois uspianos repercutiu consideravelmente, como indica as referências de José Roberto do Amaral Lapa, em livro de 1976, e as menções posteriores de Antônio Celso Ferreira⁴⁷⁶ e do próprio Carlos Guilherme, ao dizer que muitos professores do DHIS se “indignaram com sua resposta ao mestre Sergio”⁴⁷⁷. Para além da polêmica, o que cumpre destacar aqui é que o programa esboçado em *Os fazendeiros do ar* foi seguido e intentado na tese de livre-docência de Carlos Guilherme, escrita logo nos anos seguintes ao debate. Já em julho de 1974, mais precisamente no dia 11, o autor de *A Ideologia da cultura brasileira* começou a apresentar discussões

⁴⁷⁴ MOTA, Carlos Guilherme. Fazendeiros do ar. In: _____. *História e contra-história*. São Paulo: Globo, 2010, p. 35.

⁴⁷⁵ Idem, p. 36.

⁴⁷⁶ FERREIRA, Antônio Celso. A historiografia profissional paulista. In: GLEZER, Raquel. *Do passado para o futuro*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 339.

⁴⁷⁷ MOTA, Carlos Guilherme. Nota do autor. In: _____. *História e contra-história*. São Paulo: Globo, 2010, p. 21.

muito parecidas com o que iria fazer em sua tese de 1975, como indica o trabalho *A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica*⁴⁷⁸.

Tal produção apareceu inicialmente em uma mesa redonda da SPBC, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e destinada a discutir a “pesquisa histórica no Brasil”⁴⁷⁹. Foi também apresentado no *Primer Encuentro de Historiadores Latinoamericanos*, realizado entre os dias 15 e 19 de julho de 1974, na *Universidad Nacional Autónoma de México*. Em seguida, foi exposto e discutido em um colóquio na Universidade de Brasília (UNB), agora no mês de outubro. No ano seguinte, o mesmo texto, com pouquíssimas alterações, apareceu publicado na revista *Ciência e Cultura*, no número cinco, do mês de maio de 1975⁴⁸⁰. Por fim, comporia a introdução da tese de livre-docência de seu autor, balizando, inclusive, toda a discussão do referido trabalho acadêmico.

O trabalho de doutoramento de Raquel Glezer também se liga a discussão aqui apresentada, de modo que um dos fios condutores dessa ligação é justamente Carlos Guilherme Mota, de quem aquela historiadora foi aluna na graduação e na pós-graduação da USP, quando de seu ingresso na linha de História Social, em 1973. Em seu discurso de outorga de título de professora emérita da FFLCH, Raquel Glezer não deixou de fazer referência elogiosa a seu ex-professor e colega de instituição:

Outro docente influente foi Carlos Guilherme Mota, então assistente de história moderna e contemporânea, que orientou para leituras em língua inglesa, a importância do acompanhamento de revistas especializadas, além da preocupação com o momento vivido. Devo às referências feitas por ele a escolha do objeto de doutorado, um historiador na época muito citado e considerado, José Honório Rodrigues⁴⁸¹.

Ademais, especialmente na Faculdade de Filosofia da USP, José Honório Rodrigues era relativamente conhecido, desde os anos 1950, tendo participado de bancas de defesa e de concurso, escrito artigos para a *Revista de história*, ministrado aulas e cursos, além de ter seus textos debatidos em sala de aula. Quando da aposentadoria compulsória de

⁴⁷⁸ MOTA, Carlos Guilherme. *A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica*. In: _____. *Educação, contraideologia e cultura*. Rio de Janeiro: Globo, 2011, p. 37-75.

⁴⁷⁹ *Revista de história*, Num. 97, 1º trimestre de 1977, São Paulo, p. 315-314.

⁴⁸⁰ *Ciência e Cultura*, Num. 05, Vo.27, São Paulo, 1975. Neste mesmo exemplar, há textos de Francisco Iglésias, Heloisa Rodrigues Fernandes e Paulo Silveira que fazem menção ao texto de Carlos Guilherme.

⁴⁸¹ GLEZER, Raquel. *Discurso da homenageada*. Outorga do título de professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018, p. 07.

Emilia Viotti da Costa, em 1968, o nome do autor de *A pesquisa histórica no Brasil* foi cotado e sondado para assumir a vaga aberta com a cassação⁴⁸².

A autora de *O fazer e o saber* analisou seu objeto nos termos (e não na forma) do debate aqui retratado, marcado pela divisão entre os denominados “intérpretes do Brasil” e os autoproclamados pesquisadore(a)s profissionais. Além disso, assim como Carlos Guilherme, ela também partiu da tese de Dante Moreira Leite, bastante referenciado em seu trabalho. Tal qual diversos “intérpretes do Brasil”, José Honório Rodrigues também foi remetido por Raquel Glezer aos anos 1930, a um tempo em que a Universidade no país não tinha expressividade em termos de historiografia:

José Honório Rodrigues é um historiador que para ser compreendido deve ser inserido em seu momento. Ao se lançar como historiador, concorrendo ao prêmio da Academia Brasileira de Letras em 1937, apresenta-se como historiador por vocação e é dentro do âmbito de atuação deste grupo que devemos relacionar suas concepções de história e sua prática profissional⁴⁸³.

A ABL, como que atuando na certidão de nascimento historiográfico de José Honório Rodrigues, marca a distinção entre o historiador por vocação e o por formação, haja vista que este último recebe o timbre da Universidade, instituição específica, especializada. Marcador da diferença, a outra instituição, a ABL, “joga” ainda o seu agraciado no porão do passado, no tempo inatual e antigo. Como outros “fazendeiros do ar”, José Honório seria um historiador de uma outra época, obsoleto, uma espécie de não-contemporâneo dos contemporâneos.

Assim, Carlos Guilherme Mota e Raquel Glezer, inseridos em um debate de longa data, posicionando-se contra os tais “intérpretes do Brasil” e identificando-se com uma historiografia dita profissional, de formação universitária, aproximaram-se de uma investigação acerca da historiografia brasileira durante o início da primeira metade dos anos 1970. Que tipo de reflexão a produção histórica no Brasil vinha fazendo nos últimos 40 anos? Quais eram os historiadores e as obras de história a respeito do país? Como caracterizar e avaliar esta historiografia? Seria ela ainda atuante no presente? Tais questões foram balizando o inquérito dos dois historiadores da Universidade de São

⁴⁸² Informação colhida em: MOTA, Carlos Guilherme. *História e contra-história*. São Paulo: Editora Globo, 2010, p. 320.

⁴⁸³ GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976, p. 236, Vol. 1.

Paulo. Tanto em *A Ideologia da cultura brasileira* como em *O fazer e o saber* a busca pelas respostas colocadas encontrou acolhimento em uma forma monográfica que não desprezou elementos provenientes do balanço historiográfico.

4.3) Da monografia ao balanço monográfico?

Se as teses de Maria de Lourdes e de Maria Odila foram vazadas em um formato monográfico radicalmente diferente do balanço, os trabalhos de Carlos Guilherme e Raquel Glezer situaram-se em uma espécie de *entrelugar*, assumindo traços e rastros de um modelo como de outro. Mais precisamente, pode-se assinalar que suas teses foram monográficas, no sentido de que recortaram minuciosamente um objeto específico, em uma operação que selecionou um *corpus* documental particular, trabalhado durante um determinado tempo e com base em um ou mais sujeitos. No entanto, mesmo assim, procedimentos típicos do *balanço* infiltraram-se em suas produções, evidenciando – mais uma vez – as relações complexas entre os gêneros textuais em apreço. Tais impregnações são visíveis, especialmente, no caso do trabalho de Carlos Guilherme, que confessadamente assumiu a forma do ensaio, gênero por excelência híbrido.

Como em nenhum outro texto até aqui indicado, há em *A Ideologia da cultura brasileira* uma tensão no que toca aos elementos do *balanço*. E não só por causa do modelo monográfico, também presente na estrutura textual do trabalho, como já dito. O *balanço* moldou não só a forma da tese, como também se constituiu, de forma dupla, em metodologia e objeto de apreciação. Ao abalizar seu tema de investigação, Carlos Guilherme indicou o terreno conflitivo em que ia se mover:

Pretende-se, como ponto de partida, e tentando não cair na velha tradição historicista de “contar a história tal qual ela se passou”, apreender alguns momentos mais significativos em que a intelectualidade se debruçou sobre si mesma para autoavaliação ou, ainda, sobre o objeto de seu labor para defini-lo, situando-o em relação ao contexto vivido. Os pressupostos ideológicos que jazem na base de formulações sobre o que seja uma cultura (“brasileira”, “nacional”, “popular”, “de massa” etc.). Eis o que importa neste estudo⁴⁸⁴.

⁴⁸⁴ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*: pontos de partida para uma revisão histórica. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975, p. II-III.

Para a consecução de seu objetivo, o analista da “ideologia da cultura brasileira” se deparou com diversos textos de balanço, interessados tanto em uma (auto)avaliação como em uma (auto)análise da sociedade, os quais compuseram o seu acervo documental de exame. Como exemplo de tais fontes, têm-se livros como *A cultura brasileira* (Fernando Azevedo), *Interpretação do Brasil* (Gilberto Freyre) e *Formação e problema da cultura brasileira* (Roland Corbiser), além dos inquéritos avaliativos da cultura nacional produzidos por Edgar Cavalheiro e Mario Neme, respectivamente *Testemunho de uma geração* e *Plataforma de uma nova geração*.

Todos estes textos foram montados em cima de um gesto metareflexivo no qual o sujeito é parte também do objeto, configurando, pois, uma espécie de autoleitura. Com isso, a tese de Carlos Guilherme toma os balanços históricos como objeto de investigação, balanços a respeito da cultura brasileira, elaborados por intelectuais nascidos na primeira metade do século XX. Do exame dessas avaliações, o historiador concluiu a existência do que chamou de uma “ideologia da cultura brasileira”: um sistema de ideias produzido pela *intelligentsia* nacional entre 1930-1974, responsável por diluir e amortizar as verdadeiras contradições e os reais conflitos da sociedade. A autorrepresentação dos balanços engendraria, de forma especial, uma capa mistificadora por cima do objeto encoberto.

Como bem percebeu Alfredo Bosi, que prefaciou a publicação da tese, a implicação desta operação foi transformar o próprio trabalho em um balanço, também: “balanço dos balanços que alguns dos nossos intelectuais fizeram ou estão fazendo do Brasil: este me parece o objetivo primeiro do ensaio de Carlos Guilherme Mota”⁴⁸⁵. Na mesma direção, o crítico literário ainda definiu o livro prefaciado com “um balanço das ideias contemporânea sobre a cultura brasileira”⁴⁸⁶. O interesse do historiador da USP consistiu em historicizar os diversos balanços acerca da cultura brasileira, revelando a existência de um sistema ideológico em que diversos mitos seriam repetidos, tais como o da cordialidade do homem brasileiro, o traço conciliador da política nacional, o de uma história do Brasil incruenta, entre outros. Assim, o próprio balanço do autor a respeito dos balanços históricos da cultura brasileira converteu-se, para além da forma, em estratégia de conhecimento.

⁴⁸⁵ BOSI, Alfredo. Um testemunho do presente. In: MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 34.

⁴⁸⁶ BOSI, Alfredo. Um testemunho do presente. In: MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 35.

Elevado a recurso metodológico de sua tese, o balanço já na introdução foi justificado, com base no pensamento de Antonio Candido, expresso nas seguintes palavras, erigidas como epígrafe:

A certa altura vida, vai ficando possível dar balanço no passado sem cair na autocomplacência, pois nosso testemunho se torna registro da experiência de muitos, de todos que, pertencendo ao que se denomina uma geração, julgam-se a principio diferentes uns dos outros e vão, aos poucos, ficando tão iguais, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais de sua época⁴⁸⁷.

Há acima um esforço de legitimar o procedimento do balanço, justificando sua razão de ser e seus ganhos para a compreensão da realidade. Ele não seria um gênero condescendente com os sujeitos em análise; antes, haveria espaço para o rigor, bem como para a objetividade.

Em seguida, Carlos Guilherme apontou o tipo de balanço que não se propunha a fazer em sua livre-docência: “ao tentar-se o esboço dos momentos mais significativos da historiografia brasileira nos últimos quarenta anos, não se pode deixar de mencionar as dificuldades acima, sob pena de se recair na velha tradição historicista em que o simples arrolamento de “escolas” que se “influenciam” fica erigido em conhecimento científico”⁴⁸⁸. Contra a listagem de autores e obras, ou a simples descrição de pensamentos autorais, o historiador universitário procurou produzir um levantamento crítico e analítico, escrutinando seus sujeitos de pesquisa. Assim sendo, por exemplo, seu trabalho se deteve de modo particular em diversos “intérpretes do Brasil”, tratados, inclusive, em capítulos ou tópicos específicos. Além disso, não se perdeu de vista a preocupação em “definir o traçado geral de linguagens de pensamento significativas para a instauração de uma história das *ideologias* no Brasil”⁴⁸⁹. Neste passo, a preocupação com o conjunto da obra – daí se falar em sistema – ganha sentido. Novamente, aparece o “olhar sinóptico”, comum nos balanços até aqui analisados.

Em *O fazer e o saber*, também se encontra pontos importantes do modelo *balanço*, muito embora a tese seja relativa a um indivíduo específico, abordado com

⁴⁸⁷ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*: pontos de partida para uma revisão histórica. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975, p. VI.

⁴⁸⁸ *Op., Cit.*, 1975, p. XII.

⁴⁸⁹ *Op., Cit.*, 1975, p. VI.

base em sua vasta produção historiográfica. Semelhante ao seu ex-professor e colega de instituição, Raquel Glezer realizou uma avaliação de seu objeto de pesquisa, produzindo um levantamento exaustivo da vida profissional de José Honório Rodrigues. A historiadora da USP não abriu mão da ideia de conjunto, a revelia do fato de que seu autor-objeto, no momento de produção da tese, continuava em atividade profissional. Aproximando-se do tempo presente, tomou-se como baliza temporal da pesquisa os anos de 1936 a 1975⁴⁹⁰, ou seja, quase quarenta anos de produção, o que assegurou à pesquisadora a percepção segundo a qual Honório Rodrigues já teria constituído uma obra historiográfica. Desse entendimento, resultou todo um esforço de mapeamento e catalogação do conjunto intelectual elaborado pelo escritor fluminense, o qual foi disponibilizado à Raquel Glezer no início dos anos 1970.

Nesse sentido, a tarefa da autora foi de organização de um acervo intelectual, periodizando e categorizando os dados coletados. Como muitos outros balanços, imperou a necessidade de esclarecimento de uma produção vasta, de fornecer inteligibilidade a um *todo* que, a primeira vista, apresentava-se caótico e disperso. Juntando cada um dos escritos de Honório Rodrigues, dividindo-os por áreas de conhecimento, tempo, espaço e idioma, Raquel Glezer acabou por produzir uma espécie de arquivo intelectual da atividade profissional de seu objeto. Sua tese traz diversas tabelas, quadros e gráficos, refletindo um esforço de saber o que, quando e onde Honório Rodrigues produziu seus textos. Não se está aqui muito distante das intenções de Astrogildo Rodrigues, Pedro Moacyr Campos e de Sergio Buarque de Holanda, todos produtores de balanços historiográficos, com a diferença de que Raquel Glezer operou ao nível de um único sujeito. Neste formato, a história da historiografia brasileira torna-se uma empresa de sistematização de escritos e ideias, todos igualmente expostos e avaliados.

Como em Carlos Guilherme Mota, na tese de Raquel Glezer o *balanço* cumpriu também uma função heurística, de estratégia de conhecimento. A autora sistematizou, de forma didática e prática, uma massa de informações sobre José Honório Rodrigues, como por exemplo: artigos jornalísticos e acadêmicos, palestras proferidas, prêmios acumulados, livros publicados e traduzidos para línguas estrangeiras, autores, autoras e

⁴⁹⁰ GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976, p. 61, Vol.1.

livros citados, vínculos institucionais, participação em concursos e em defesa de trabalhos acadêmicos. Para se ter um ideia do trabalho de catalogação e arquivamento que ela realizou, aponte-se que o número de 1053 publicações de Honório Rodrigues foram ordenadas, cada uma das quais recebendo “um número, denominado número de entrada”⁴⁹¹. O trabalho traz ainda um roteiro biográfico-cronológico de quase trinta páginas, começando no dia 09 de setembro de 1913 (data de nascimento de José Honório Rodrigues) e terminando no mês de agosto de 1975, onde se diz que aquele participou do 14º congresso internacional de ciências históricas, em São Francisco (EUA).

Trabalhos de levantamento como este de Raquel Glezer não era incomuns no DHIS da USP dos anos 1970. Além do dela, as historiadoras universitárias Dulce Helena Ramos e Ana Maria de Almeida Camargo realizaram na pós-graduação uspiana pesquisas voltadas para a catalogação e classificação de determinados objetos. A primeira profissional defendeu em 1972 uma dissertação de mestrado acerca das teses americanas sobre o Brasil, produzidas entre 1960 e 1970. Já a segunda em 1975 concluiu seu doutorado com a tese intitulada *A imprensa periódica como objeto de instrumento de trabalho: catálogo da hemeroteca Júlio de Mesquita do instituto histórico e geográfico de São Paulo*. Ambas as historiadoras foram referenciadas e citadas por Raquel Glezer, como exemplo de pesquisas históricas que “são verdadeiros instrumentos de trabalho”⁴⁹² para o historiador e para a historiadora.

Mais do que ferramentas de pesquisa, as produções citadas acima representaram um impulso quantitativista que, entre os anos 1960-1970, foi forte entre diversos historiadores e historiadoras do país. A quantificação de dados, picos de evolução, curvas de regressão e o uso de séries numéricas tornaram-se bastante comuns em trabalhos acadêmicos historiográficos, compondo seus procedimentos teórico-metodológicos. Um exemplo a se citar aqui é o trabalho de José Roberto do Amaral Lapa, de 1976, sobre a historiografia brasileira contemporânea, abordada com base em métodos quantitativos. O número de revistas acadêmicas, de congressos de história, de dissertações de mestrado e teses de doutorado, bem como de cursos universitários de

⁴⁹¹ *Op., Cit.*, p. 62.

⁴⁹² GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976, p. 61, Vol.1. p. 05, Vol. 2.

história foram radiografados e contabilizados pelo historiador da UNICAMP, por exemplo. Como apontou François Furet, a abordagem quantitativa dos fenômenos históricos reforçava a dimensão científica e pragmática da historiografia, o que se mostrava fundamental em um contexto de profissionalização da história, tal qual ocorria na segunda metade do século XX⁴⁹³.

A citação a seguir, apesar de longa, exprime a abordagem e o tom predominantes em todo o trabalho:

Neste período de tempo [1936-1975] observamos que o crescimento da produção nos primeiros decênios foi paulatino e no segundo decênio teve um aumento violento para retroceder e se estabilizar no terceiro e quarto decênios. Percentualmente, o primeiro decênio, 1936-1945, detém 9% do total da produção; o segundo, 1946-1955, 58%; o terceiro, 1956-1965, 20%; e, no quarto, 1966-1975, encontramos 14%. Esta produção, materialmente variada, composta de 1053 documentos editados, está localizada em maior proporção nos periódicos, 87%, e apenas 13% em publicações autônomas, sendo brasileira em 94% dos casos e estrangeira em 6%, cabendo ao México, Estados Unidos e Inglaterra a edição destas obras. A dispersão da obra em periódicos é confirmada pelo fato de os periódicos não especializados atingirem 85% do total, ao passo que os especializados são 15%⁴⁹⁴.

Para cada informação, uma quantificação: parece ser a proposta majoritária de Raquel Glezer em sua tese. Com isso, o fenômeno “José Honório Rodrigues” ressurge a cada página decodificado em números, gráficos e tabelas, de modo que ao final o(a) leitor(a) tem toda a produção do intelectual fluminense não só identificada, mas sobretudo catalogada em diferentes categorias de organização, pronto para a consulta.

Interessante que, em suas teses, Carlos Guilherme e Raquel Glezer divergiram quanto à utilização de métodos quantitativos na historiografia. Se esta última historiadora incorporou tais procedimentos, produzindo, em larga medida, um grande balanço quantitativo da vida e obra de José Honório Rodrigues, fazendo inclusive uma defesa da história serial, o outro historiador posicionou-se de forma contrária. Para ele, a *histoire de série* não passaria de um modismo alimentado pela tradicional dependência da historiografia brasileira em relação à francesa. Logo, seria tão somente uma

⁴⁹³ FURET, François. O quantitativo em história. In: _____. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1980, p.61.

⁴⁹⁴ GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976, p. 208, Vol.1.

“tendência que, no Brasil, assumiu um caráter geralmente neocapitalista e, pretendendo limitar o estudo econômico e social à coleção de números, gráficos e curvas, despreza a análise qualitativa”⁴⁹⁵. Coerente com esta crítica, o balanço de Carlos Guilherme apresentou-se como qualitativo, orientado pelo conceito de “ideologia da cultura brasileira”. Sua tese catalogou mais ideólogos da cultura nacional do que dados numéricos.

Distante do conceito de “ideologia da cultura brasileira”, em seu balanço monográfico Raquel Glezer orientou-se por um referencial teórico-metodológico estranho ao estudo de Carlos Guilherme. A historiadora foi buscar seus aportes analíticos na bibliometria, a ciência da informação, entendendo-a como “o estudo quantitativo dos documentos, englobando-se todas as espécies de produção que transmitem o pensamento humano”⁴⁹⁶. Apoiando-se em autores documentalistas como Paul Otlet – criador do sistema de Classificação Decimal Universal (CDU), usado em várias bibliotecas do mundo – e Samuel Clement Bradford, além do filósofo da história britânico Herbert Butterfield, ela assim justificou a perspectiva bibliométrica em seu doutoramento:

Os estudos bibliométricos tornaram-se necessários para o conhecimento das leis que regem a produção, conservação, circulação e utilização dos documentos, até então empiricamente formulados. [...] Assim, ao propormos o tratamento de documento à obra de história, estamos testando a validade dos estudos bibliométricos numa área de produção intelectual que até o momento ignora as leis que a regem, e simultaneamente esclarecendo aspectos da prática do historiador brasileiro contemporâneo⁴⁹⁷.

Optando por essa perspectiva, a autora rejeitou outros modelos de análise da historiografia brasileira, os quais se dividiriam em dois extremos: de um lado, uma história social da historiografia brasileira, que concedia demasiado destaque à sociedade na qual a obra de história se situaria; de outro, o que ela chamou de um “biografismo”, centrado ou em narrar a vida de historiadores ou em analisar unicamente o seu

⁴⁹⁵ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975, p. IX.

⁴⁹⁶ GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976, p. 52, Vol. 1.

⁴⁹⁷ *Op., Cit.*, 1976, p. 55-56.

pensamento histórico. Visando escapar desses paradigmas de análise, procurou-se uma outra via:

A quem quer que se proponha fazer a história da história no Brasil, em termos de autor, os obstáculos existentes são os mesmos e tornam a tarefa lenta e espinhosa. Todos se encontram diante do mesmo dilema: como fazer a análise historiográfica? Em nosso caso específico, sentimos a necessidade de elaborar um modelo. Esta criação de modelo não deve ser entendida como a única possibilidade de fazer análise de autor na história da história. Ao contrário, com sua apresentação queremos chamar atenção para problemas existentes e despertar interesses pela elaboração e aplicação de novos modelos⁴⁹⁸.

No caso, o novo modelo proposto seria a bibliometria, proposição essa que fez com que sua defensora dialogasse menos com a crítica literária e com a sociologia, conforme ocorreu com os trabalhos de Maria de Lourdes, Maria Odila e Carlos Guilherme, do que com a ciência da informação. O esforço metodológico originou-se do anseio de trazer para os estudos de história da historiografia brasileira novos métodos de trabalho, ligados à bibliometria. Daí a escolha de um autor como José Honório Rodrigues, cuja produção nos anos 1970 já era extensa e reconhecida social e intelectualmente.

Desse modo, o *balanço* nas teses de Carlos Guilherme e Raquel Glezer apresentou-se menos como simples forma a orquestrar o texto do que como procedimento de análise, encaminhando a reflexão a cada página. Ao contrário de outros trabalhos, *balanço* e *monografia* não se repeliram em suas produções. Na verdade, eles se combinaram, se imbricaram, formando uma espécie híbrida, nem lá nem cá, um misto, algo como um *balanço monográfico*, em que a escrita oscilou entre essas duas feições textuais. O *passado contemporâneo* da historiografia brasileira foi recomposto nesta urdidura narrativa ambígua, de modo que sua ambivalência veio muito de tal composição. Afinal, se é passado, como pode ser ao mesmo tempo contemporâneo?

4.4) Anos 1930: o passado disruptivo da historiografia brasileira

A *ideologia da cultura brasileira* e *O fazer e o saber* adotaram o mesmo recorte temporal, a saber, os últimos 40 anos da historiografia brasileira. Embora tenham

⁴⁹⁸ *Op., Cit., 1976*, p. 44.

tratado a respeito do século XIX e as décadas iniciais da era seguinte, o ponto de partida da discussão recaiu mesmo sobre os anos 1930, colocados como um marco na história da historiografia brasileira. Tanto os ideólogos da cultura brasileira quanto José Honório Rodrigues foram situados neste contexto simbólico, o que evidencia sua centralidade. De fato, antes mesmo dos autores e autoras dos anos 1970, o decênio de 1930 foi destacado por outros intelectuais como um “divisor de águas” na história do país. Para se ficar nos historiadores aqui tratados, lembrem-se os nomes de Astrogildo Rodrigues de Melo e Pedro Moacyr Campos.

De fato, o século XX tratou de monumentalizar os anos 1930, através de diferentes produções intelectuais que realizaram balanços de época. Esta atitude avaliativa chegou a extrapolar as áreas da literatura, da história, da sociologia etc., na medida em que até mesmo os discursos políticos se apropriaram do decênio 1930 como um momento divisor de águas. Veja-se, por exemplo, um discurso de Getúlio Vargas proferido durante o Estado Novo (mais precisamente em 1944), de acordo com o qual “só no terceiro declínio deste século operou-se a simbiose entre homens de pensamento e homens de ação”⁴⁹⁹. Tal investimento político, enaltecendo a quadra de 1930 como uma era inaugural na política e na cultura brasileiras, certamente concorreu para a consagração destes anos. Porém, em termos intelectuais, de história do pensamento social brasileiro, o texto de maior relevo nessa centralização dos anos 1930 foi o famigerado prefácio de Antonio Candido, escrito em 1967 para a quinta edição do livro *Raízes do Brasil*.

De todo modo, movendo-se em terreno já lavrado por outras mãos, Carlos Guilherme e Raquel Glezer fizeram suas intervenções sem necessariamente reproduzir simplesmente o que um ou outro estudioso anterior apontou. Nesse prisma, cabe nuançar a expressão do primeiro, que terá vida longa em diversos estudos de história da historiografia brasileira e de pensamento social nacional: “redescobrimiento do Brasil”⁵⁰⁰. Ao trabalhar com a ideia de *descoberta*, 1930 se aproxima de 1500, em

⁴⁹⁹ Consultado em: VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 151.

⁵⁰⁰ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975, p. XII. Nos últimos, com uma proposta de divulgação de discussões teórico-historiográficas, o historiador José Carlos Reis tem difundido muito em seus livros a referida expressão. Ver: REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, Vol. 1 e 2.

termos simbólicos, pois seria mais uma situação de ineditismo, de experiência com o novo, de consciência de uma realidade geográfica e humana singular, portanto de encontro cultural dado sob o signo da novidade. 1930, marco também na história do país, seria um novo 1500, um 1500 historiográfico, mais precisamente. No entanto, quem teria sido o “Cabral” da historiografia brasileira do século XX?

“Redescobridores do Brasil”: eis como Carlos Guilherme Mota qualifica os autores que, em diferentes anos do período 1930, publicaram determinadas obras históricas sobre a nação brasileira. Com olhares atentos sobre a terra *brasilis*, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Robert Simonsen representariam os “descobridores modernos” do Brasil, letrados que escreveram livros de história em que se poderia encontrar um novo passado nacional. Daí o qualificativo de (re)descobridores do Brasil. Nas páginas escritas por esses quatro autores, um novo país se revelava aos brasileiros, assegurando-lhes um posto de inauguradores, pioneiros, desbravadores de uma realidade inédita, tal qual os portugueses que se depararam pela primeira vez com o dito Novo Mundo. Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Robert Simonsen seriam intelectuais cabralinos, descobridores de terras, iluminadas a partir de uma escrita voltada para uma história do Brasil.

Nesse sentido, o olhar colonizado e eurocentrado de Carlos Guilherme se evidencia de forma cristalina. A matriz intelectual ocidental de pensamento, baseada na ideia de descobrimento, propriedade, posse e domínio, enforma a análise do historiador uspiano. Assumindo o ponto de vista do português que descobre, e não dos índios que vê a chegada dos europeus ou dos escravizados trazidos à força para a América, o autor de *A ideologia da cultura brasileira* operou na lógica de uma racionalidade colonizada: o Brasil não se revela aos seus habitantes, mas é sempre revelado por outros descobridores, sejam esses estrangeiros ou nativos. A partir deste sentido de descobrimento, Carlos Guilherme justificou os nomes de Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Robert Simonsen como cânones do pensamento histórico brasileiro.

De acordo com João Marcelo Ehlert Maia, o pensamento social brasileiro, no seu afã de encontrar a identidade nacional, os traços da nação e seus verdadeiros intérpretes, costuma reproduzir um pensamento colonizado, cuja lógica vem justamente

da forma europeia de ver, pensar e sentir o mundo⁵⁰¹. Ligando-se a essa tradição intelectual de pensamento, Carlos Guilherme incorreu também em um viés colonizado, daí o linguajar eurocêntrico. Por que o quarteto mencionado foi denominado de “redescobridores do Brasil”? O termo não é gratuito, mas dialoga com uma certa matriz – eurocêntrica e eurocentrada – de pensamento. Em seguida a tal caracterização, o autor justificou o valor dos protagonistas dos anos 1930 de um ponto de vista mais historiográfico, *tout court*. Porém, apesar de citar o nome de Robert Simonsen, pouco discorreu sobre a obra deste, a não ser *en passant*.

Para Caio Prado Júnior, “o historiador mais significativo do Brasil”, Guilherme Mota sublinhou uma dupla contribuição, uma ao nível da teoria da história e outra a partir do estudo de dados objetos. Quanto ao primeiro ponto, enfatizou-se que o autor de *Evolução política do Brasil* (1933) “anunciou um método relativamente novo, dado pela interpretação materialista da história”⁵⁰². Pela primeira vez na historiografia nacional, um autor mobilizava referenciais teóricos provenientes do marxismo, e isso de forma sofisticada. Esse novo olhar trouxe enormes contribuições à história do Brasil:

A preocupação em explicar as relações sociais a partir das bases materiais, apontando a historicidade do fato social e do fato econômico colocava em xeque a visão mitológica que impregnava a explicação histórica dominante. É o início da crítica à visão monolítica do conjunto social, gerada no período oligárquico da recém derrubada República Velha. Com a interpretação de Caio Prado Júnior, as *classes* emergem pela primeira vez nos horizontes de explicação da realidade social brasileira – enquanto categoria analítica⁵⁰³.

Um Brasil cindido em classes, dividido socialmente, não imune às lutas de classe do sistema capitalista, presente desde o início da história brasileira, tal é a revelação que Caio Prado Júnior teria realizado para os seus contemporâneos, conforme o analista da historiografia brasileira entendeu.

⁵⁰¹ Mais informações em: MAIA, João M.E. O pensamento social brasileiro e a imaginação pós colonial. *Revista estudos políticos*, Num. 0 (inicial), Rio de Janeiro, janeiro, 2010.

⁵⁰² MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*: pontos de partida para uma revisão histórica. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975, p. XIII.

⁵⁰³ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*: pontos de partida para uma revisão histórica. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975, p. XIII-XIV.

Fruto dessa percepção materialista-classista, Carlo Guilherme destacou o segundo ponto forte da obra caiopradiana: a valorização dos movimentos sociais, das lutas dos grupos que, ao longo do tempo, “fizeram da história do Brasil uma história cruenta”. Com Caio Prado Junior, as hoje famosas rebeliões regenciais ganharam, pela primeira vez, existência histórica, “valorizando a Cabanada, Balaiada, Sabinada e Praieira”, eventos que “não passavam de simples notas de rodapé em Rocha Pombo”⁵⁰⁴. Aqui, a historiografia brasileira teria rompido definitivamente com o oficialismo do discurso histórico do IHGB e seus congêneres estaduais, abrindo a história para o povo, para as camadas populares e, principalmente, para as contradições históricas, identificadas a partir da luta de classes. Teria sido este o Brasil histórico que Caio Prado Júnior redescobriu.

O elogio aos escritos históricos de Caio Prado Júnior, no momento em que *Ideologia da cultura brasileira* estava sendo produzido, não raro era feito por outros historiadores universitários do DHIS da USP. Como exemplo, podem-se citar as teses de Fernando Novais⁵⁰⁵ e de José Jobson de Andrade Arruda, ambas defendidas em 1973, denominadas, respectivamente, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)* e *O Brasil no comércio colonial: contribuição ao estudo quantitativo da economia colonial (1776-1808)*. Tanto em um trabalho como no outro, o crédito da pesquisa e das conclusões aventadas, defendendo o sistema colonial português como um momento limiar da transição entre o feudalismo para o capitalismo, foi endereçado ao livro *Formação do Brasil contemporâneo*, elevado à obra máxima de referência historiográfica. Fernando Novais, em especial, colocou-se como um discípulo e continuador da obra historiográfica caiopradiana, para a ele o principal nome entre os ditos “intérpretes do Brasil”⁵⁰⁶.

O segundo nome do trio canônico da historiografia brasileira apresentado por Guilherme Mota foi Gilberto Freyre, cuja obra *Casa Grande & Senzala* (1933) foi avultada. Menos elogiado do que o primeiro, “o sociólogo de Apipucos” foi enaltecido “pelo estilo corrente e anticonvencional, pelas teses veiculadas sobre relações raciais,

⁵⁰⁴ *Op., Cit., 1975*, p. XIV.

⁵⁰⁵ Carlos Guilherme Mota, durante boa parte de sua trajetória profissional na USP, foi bem próximo a Fernando Novais: ambos assistiram Eduardo de Oliveira França – orientador comum – na cadeira de História Moderna e Contemporânea e o primeiro contou com a colaboração do segundo em dois livros que organizou, *Brasil em perspectiva e 1822: dimensões*.

⁵⁰⁶ Para uma discussão aprofundada a respeito das relações entre a historiografia brasileira e a obra de Caio Prado Júnior, ver: RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr. como intérprete do Brasil. *Sinais Sociais*, v. 19, p. 14-39, 2012.

sexuais e familiares, pela abordagem inspirada na antropologia cultural norte-americana e pelo uso de fontes até então não consideradas”⁵⁰⁷. Se Caio Prado Júnior superou os trabalhos dos membros do IHGB, Gilberto Freyre foi colocado como aquele que ultrapassou Oliveira Viana, cujas teses racistas repudiavam a mestiçagem, prevendo um futuro sombrio para a nação brasileira. Em uma abordagem dialética, o escritor pernambucano foi alçado como o intelectual que fez a sociedade repensar a mistura de raças, o contato racial entre índio, negro e europeu, marca originária do Brasil. Assim, na ótica do analista da historiografia nacional, Carlos Guilherme Mota, Gilberto Freyre descobriu o Brasil mestiço, contando uma história de sucesso da colonização portuguesa nos trópicos.

Fechando a trindade historiográfica que se consolidaria anos depois, ressaltou-se o trabalho de Sergio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936), obra que, apesar da pouca repercussão na época, “transformou-se em um clássico”⁵⁰⁸. Carlos Guilherme louvou o caráter antecipador deste livro, que, ao fazer uma crítica “erudita e metafórica para o incipiente e abafado ambiente cultural e político da época”⁵⁰⁹, ao autoritarismo, personalismo e patrimonialismo da cultura brasileira, como que tentava já preparar os cidadãos para o regime ditatorial do Estado Novo que viria em 1937. Modernista vanguardista, Sergio Buarque de Holanda, muito mais do que Gilberto Freyre, seria o grande estilista da historiografia brasileira. Mas, a contribuição de tal autor iria além de uma estética historiográfica, na medida em que, como um médico cirúrgico, diagnosticou os males e entraves do Brasil para se constituir em uma nação moderna. Com *Raízes do Brasil*, assegura Guilherme Mota, o fardo do passado nacional, historicamente carregado por diferentes gerações de homens e mulheres, a sangrar pelo caminho da história, foi revelado. Depois dessa descoberta, o futuro nacional não precisaria mais pedir desculpas ao passado.

Ao elogiar esses três autores, colocando-os em uma espécie de panteão nacional historiográfico, a reflexão de Guilherme Mota não estava exatamente apontando novidades, fazendo algo que nenhum outro historiador ou estudioso já não tivesse feito

⁵⁰⁷ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975, p. XIV..

⁵⁰⁸ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975, p. XVII.

⁵⁰⁹ Op. Cit., 1975, p. XVIII.

antes. Na primeira metade dos anos 1970, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda já eram letrados reconhecidos nacional e internacionalmente, assim como já tinham escritos suas grandes obras. Na verdade, tais ensaístas logo nos anos 1940 alcançaram um considerável prestígio intelectual, em razão de seus escritos. Exemplifica isso o balanço de 1945 de Nelson Werneck Sodré, *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, e o *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*, de 1949, organizado por Rubens Borba de Moraes e Willian Berrien, ambos referenciando *Casa Grande & Senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) como livros de imenso valor⁵¹⁰. Uma memória positiva já sobrevoava a obra dos autores destes ensaios, conforme apontam Rebeca Gontijo e Fábio Franzini⁵¹¹.

O que Carlos Guilherme fez bem foi sedimentar e consolidar Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda como os três principais autores da década de 30 do século passado. Em *A ideologia da cultura brasileira*, os holofotes de análise, mas também de aplausos, recaíram majoritariamente sobre o trio em foco, a revelia de outros autores que, aqui e ali, podem-se surpreender em algumas páginas do texto. É o próprio crítico da historiografia brasileira que assinala que tal trinca intelectual

Fez recuar para um terceiro plano obscuro trabalhos como os de Paulo Prado (*Retrato do Brasil*, 1928), Alcântara Machado (*Vida e morte do bandeirante*, 1929), ou Cassiano Ricardo (*Marcha para o oeste*, 1943). E para um segundo plano estudos contemporâneos como os de Fernando de Azevedo (*A cultura brasileira*, 1943) e Nelson Werneck Sodré (*Panorama do Segundo Império*, 1938). E, vale enfatizar, estas obras, apesar de tudo, contrapunham-se à extrema mediocridade da historiografia rançosa produzida nos institutos históricos e geográficos e nas academias de província.

Se “não se nasce clássico, torna-se clássico”⁵¹², conforme lembrou Antoine Compagnon e popularizou Italo Calvino, pode-se apontar que as palavras acima representam um esforço de canonização de um grupo de autores/obras, realizando, inclusive, uma hierarquia entre tais. O historiador da USP, avaliando criticamente a

⁵¹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. São Paulo: Cia Leitura, 1945, p. 30. E MORAIS, Rubem Borba de; BERRIEN, William (Dirs.). *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 60.

⁵¹¹ FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Memória e historiografia brasileira. In: SOHEIT, Rachel et all. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

⁵¹² COMPAGNON, Antoine. O Valor. In: _____. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p.242. CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos?* São Paulo: Companhia das letras, 2004, p. 10.

historiografia brasileira, atuou como um organizador do *passado contemporâneo* da historiografia brasileira, colocando no topo deste campo de saber três autores específicos, diferenciando-os, assim, dos demais autores nacionais. Como um crítico literário, consagrou determinados autores, a revelia de tantos outros. Ao realizar tal operação, selecionando autores, hierarquizando obras, apontando inovações e elogios, Carlos Guilherme cimentou um cânone da historiografia brasileira. Foi uma voz legitimadora de um grupo intelectual seletivo, distintivo, como é todo cânone. E para desempenhar tal bricolagem, Guilherme Mota baseou-se, bastante, nas ideias de um colega uspiano.

Em termos de intertextualidade histórica, sua tese travou um íntimo diálogo com o famoso prefácio de Antônio Candido à quinta edição de *Raízes do Brasil*, escrito em 1967⁵¹³. Na verdade, Guilherme Mota usou tal prefácio como mote de seu artigo, como comprova a epígrafe que abre suas reflexões, contendo palavras de Antonio Candido⁵¹⁴. Este texto de apresentação foi utilizado, ainda, para se referir à obra historiográfica de Caio Prado Júnior e de Gilberto Freyre. Neste texto, o professor e crítico literário uspiano expos e defendeu a importância da trinca Caio-Gilberto-Sergio não só para si, como também para os homens de sua geração, que, nos anos 1960, estavam “um pouco cá ou um pouco lá dos cinquenta anos”⁵¹⁵.

Estes indivíduos foram iniciados nas Letras e no conhecimento do Brasil por meio das produções de Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, verdadeiras referências incontornáveis. Não se está aqui muito distante da ideia de “redescobridores do Brasil”, letrados que, conforme a metáfora foucaultiana,

⁵¹³ Trata-se de um texto bastante referenciado, tanto nos estudos sobre Sergio Buarque Holanda quanto nos de Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre. “O prefácio de Antônio Candido”, referem-se alguns autores a respeito do texto de 1967. Comprovando ainda o peso de tal produção, aponte-se que, em 1986, Antônio Candido realizou um “Post-Scriptum” do texto de 1967, que mais tarde foi incorporado à edição de 1995 de *Raízes do Brasil*. CANDIDO, Antônio. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

⁵¹⁴ Segue a epígrafe, primeiras palavras do prefácio de Antônio Candido: “A certa altura da vida, vai ficando possível dar balanço no passado sem cair em autocomplacência, pois nosso testemunho se torna registro da experiência de muitos, de todos que, pertecendo ao que se denomina uma geração, julgam-se a princípio diferentes uns dos outros e vão, aos poucos, ficando tão iguais, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais de sua época”.

⁵¹⁵ CANDIDO, Antônio. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995, p. 10.

fazem “ver o visível”⁵¹⁶, isto é, apresentam a mesma “realidade” de forma diferente, com palavras e sentidos distintos.

Para se precisar bem a relação entre os dois textos, registre-se a seguinte passagem, na qual Antonio Candido disserta sobre os livros *Casa Grande & Senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil contemporâneo*, em um tom bastante semelhante ao o das citações anteriores até aqui feitas:

São estes os livros que poderemos considerar chaves para a nossa época, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafada pelo Estado Novo. Ao lado de tais livros, a obra por tanto aspectos penetrante e antecipadora de Oliveira Viana já aparecia superada, cheia de preconceitos ideológicos e uma vontade excessiva de adaptar o real a desígnios convencionais⁵¹⁷.

Os pontos em comum com a tese de Carlos Guilherme Mota saltam aos olhos: originalidade das obras em tela; exemplaridade dos livros; superioridade dos autores em apreço frente a outros e a relação com a Revolução de 1930, marco do Brasil moderno.

Todavia, a adesão ao prefácio de Antonio Candido não foi total, uma vez que Guilherme Mota, ao contrário de seu colega uspiano, não se furtou de tecer duras críticas ao cânone historiográfico que ajudou a consolidar. Assim como elogiou cada um dos três ensaístas da década de 1930, o autor de *A ideologia da cultura brasileira* também apontou algumas fragilidades de cada um deles. Sobre Caio Prado Junior, por exemplo, a despeito de enaltecer seu marxismo, não deixou de apontar que a noção vulgar de *reflexo*, “termo que parasitará muitas das explicações”, se faz bastante presente, obrigando ao analista de sua obra um certo distanciamento, pois “muitos acontecimentos constituem apenas um reflexo exterior daquilo que se passa no íntimo da história”⁵¹⁸. Assim, a leitura e o uso das ideias de Karl Marx ainda apareceriam de forma não muito complexa e rigorosa.

Já Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda foram criticados para além da teoria: “não será difícil encontrar o saudosismo aristocrático perpassando as reflexões

⁵¹⁶ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 65.

⁵¹⁷ CANDIDO, Antônio. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995, p. 12.

⁵¹⁸ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975, p. XVIII.

de ambos. O momento é o da descoberta das oligarquias, em sua vida social, política, psicológica, íntima”⁵¹⁹. Os autores de *Casa Grande & Senzala* e *Raízes do Brasil* seriam autores elitistas, de tão sofisticados que se pretenderam, escrevendo histórias em que o seu presente, a sua atualidade histórica, revelava-se sempre inferior ao passado, representado como mais orgânico, autêntico, harmônico, domínio sempre das classes abastadas. Pouco engajados social e politicamente, os dois ensaístas seriam apenas “grandes intelectuais”⁵²⁰, ou, recorrendo a Gramsci, “intelectuais tradicionais”, letrados refugiados em livros, documentos e pesquisas, homens de letras, muito mais do pensamento do que da ação, da *práxis*.

No caso da tese de Raquel Glezer, a despeito da historiadora pouca discorrer sobre os ditos “redescobridores do Brasil”, a reflexão conduzida, em termos de tom e conteúdo, muito se assemelha à de Carlos Guilherme. Os anos 1930 da historiografia brasileira assim foram descritos em seu trabalho:

A destruição da visão oficial teve início na década de 1930, quando foram publicadas as primeiras obras com novas interpretações histórico-sociais que tiveram aceitação e repercussão imediata e iniciaram a transformação dos estudos históricos no Brasil, com autores como Caio Prado Junior, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Oliveira Viana⁵²¹.

Lembrando a destruição oficial da política, ocorrida com a Revolução de 1930, sacudindo a República dita oligárquica, a historiadora da USP fez com alguns autores da década de 30, introduzindo, inclusive, o nome de Oliveira Viana, pensado por Carlos Guilherme como um letrado vinculado ainda a uma matriz de pensamento oitocentista. No entanto, Raquel Glezer não destronou os três nomes tradicionais da historiografia brasileira, assim como não teceu nenhum comentário específico a respeito dos quatro autores citados.

O entendimento da autora de *O fazer e o saber* sobre a dimensão disruptiva dos anos 1930 fica mais evidente quando se atenta para a maneira como ela caracterizou o passado disciplinar da historiografia brasileira anterior às produções de Caio Prado

⁵¹⁹ *Op., Cit.*, 1975, p. XX.

⁵²⁰ *Op., Cit.*, 1975, p. XXI.

⁵²¹ GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976, p. 231, Vol. 1.

Junior, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Oliveira Viana. Apropriando-se de uma metáfora de José Honório Rodrigues, Raquel Glezer asseverou:

Neste descentramento em relação à realidade que deveria descrever, analisar e compreender, a história como produção cultural se mantinha como obra de elite para elite. Podemos dizer que o conhecimento da realidade nacional, tal como foi feito até tempos relativamente próximos a nós, era “caiado”, isto é, refletia a ideologia da elite ligada aos conceitos europeus de cultura e profundamente divorciada da realidade⁵²².

Alheios ao país, ao “ser nacional”, os historiadores do Brasil oitocentistas e dos anos iniciais do século XX acabaram reproduzindo o comportamento da elite política e econômica do país, de costas para a nação. Como mestiços querendo se passar por brancos, a historiografia brasileira anterior a 1930 renegava sua marca social, seu caráter nacional. Daí a metáfora do “caiado”, ser mestiço que quer se embranquecer, nem que seja de forma postíça.

A ligação com país, em termos históricos, só viria a ocorrer efetivamente com os autores supracitados, responsáveis por “redescobrirem o Brasil”. Apesar de não utilizar esta expressão em sua tese, Raquel Glezer aparentou estar de acordo com ela, semanticamente, na medida em que conferiu aos autores representativos dela o papel de iconoclastas de uma versão oficial e conservadora da história do Brasil. Caio Prado Junior, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Oliveira Viana teriam, pois, encerrado uma etapa na evolução do conhecimento histórico no país. Intimamente ligado a este universo de produção, conforme já adiantado, estaria o próprio objeto da tese de doutoramento, José Honório Rodrigues, historiador que potencializou o “recentramento” com país ocorrido nos anos 1930. Não à toa, ele defendeu intensamente uma história nacional, contra uma dita história colonial, feita na perspectiva contrária do país, do povo brasileiro.

Eis os vínculos, segundo Raquel Glezer: “na mesma década em que se deu o início dos processos de transformação da realidade nacional, a ruptura com a visão conservadora da história do Brasil e o aparecimento das Faculdades de Filosofia, José

⁵²² *Op., Cit.*, 1976, p. 230.

Honório Rodrigues iniciou sua carreira como historiador”⁵²³. Que historiador? Caberia perguntar. A historiadora amarrou seu sujeito de pesquisa à identidade de um historiador por vocação, e não por formação, entendendo o primeiro como aquele que, possuindo uma outra formação profissional, resolve se dedicar ao estudo da história, aprendendo o *métier* historiográfico a partir de tal dedicação própria, não sendo, pois, iniciado em uma instituição de ensino e pesquisa, mediante a ação de mestres do magistério superior. Para além de uma visão técnica simples, a conceituação avançou no sentido de apontar que

Apesar de ter recebido posteriormente a formação de historiador no EUA e de ter sido o primeiro historiador brasileiro a se preocupar e lutar pela introdução de problemas teóricos nos cursos de história, através de suas obras de metodologia da história e história da história, por alguns anos manteve sua posição inicial, praticando a narração histórica apenas no nível descritivo⁵²⁴.

Embora não mencione explicitamente, o nível descritivo, utilizado para caracterizar o historiador fluminense, opõe-se ao conceitual, como se fosse um patamar inferior, um limite para aqueles e aquelas que não passaram por uma formação profissional especializada, disciplinar.

No universo simbólico, nenhuma denominação é gratuita, inserindo-se, antes, nas disputas intelectuais, conforme Pierre Bourdieu já apontou, ao questionar a possibilidade de um ato desinteressado⁵²⁵. De Langlois e Seignobos, passando por François Simiand e Lucien Febvre, até chegar em um Lawrence Stone, a ideia de uma história descritiva costuma ser usada para inferiorizar formas diferentes de escrita da história. De fato, na tese de Raquel de Glezer há uma íntima relação entre uma história descritiva e instituições não universitárias, como se a Universidade não admitisse em seu interior a produção de tal tipo de história, tendo uma espécie de monopólio da historiografia conceitual e analítica, destacada como uma modalidade historiográfica superior, para não dizer científica. A relação entre sujeito e instituição foi assim enfeixada pela historiadora da USP:

⁵²³ GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976, p. 234, Vol. 1.

⁵²⁴ *Op., Cit.*, 1976, p. 237.

⁵²⁵ BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado? In: _____. *Razões práticas*. Campinas, SP: Papius, 2011.

Ao se apresentar como historiador, a característica principal de José Honório Rodrigues é o nível de elaboração conceitual que apresentava em seus trabalhos – a descrição dos acontecimentos. A valorização do trabalho descritivo, até mesmo de erudição, acompanhou seus passos no Instituto Nacional do Livro, no Instituto do Açúcar e do Alcool, no Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, onde também participou da comissão de estudos de textos da história do Brasil, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional⁵²⁶.

Nesta construção do perfil autoral inicial de José Honório Rodrigues, silenciamentos dos laços universitários foram operados, de maneira a desvincular o sujeito do meio acadêmico superior. Assim, por exemplo, sua temporada como bolsista na Universidade de Havard, entre 1943-1944, bem como sua vinculação enquanto membro correspondente da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Madri, em 1950. A relação existente entre o historiador carioca e a instituição universitária, nacional e internacional, não foi de completa oposição, como sugeriu Raquel Glezer para o início de sua carreira intelectual. Até mesmo na FFCL da USP, ou na unidade que a seguiu, a FFLCH, o autor de *História da história no Brasil* se fez presente, como no ano de 1967, quando Raquel Glezer estava cursando sua pós-graduação, e ele ministrou um curso sobre “historiografia do Brasil”. Anos depois José Honório marcou presença na banca das defesas de tese de Carlos Guilherme e de Maria de Lourdes, respectivamente em 1970 e 1971⁵²⁷.

Dessa forma, assim como os autores canonizados da década de 1930 foram escanteados do espaço universitário, aconteceu com José Honório Rodrigues, que não teve suas ligações universitárias explicitadas por Raquel Glezer. A origem intelectual do letrado fluminense não seria devedora da Universidade, na medida em que sua formação teria se dado junto a outras instituições, bem como ao impulso renovador da sociedade brasileira, exemplificado pelo Modernismo de 22 e pela Revolução de 1930. Neste ponto, Raquel Glezer e Carlos Guilherme estariam profundamente de acordo:

Registre-se, como Francisco Iglésias, que algumas das obras mais valiosas de história não foram escritas por historiadores, mas [por] especialistas de outros campos. Podem ser apontados Oliveira Viana e Gilberto Freyre, na seara política e no estudo social, respectivamente.

⁵²⁶ GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976, p. 237, Vol. 1.

⁵²⁷ GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976, p.28-37, Vol. 2.

Note-se, neste passo, que nem Caio Prado Junior (possivelmente o historiador mais significativo do Brasil), José Honório Rodrigues e Sergio Buarque de Holanda tiveram suas formações e carreiras definidas pela vivência universitária. Vale lembrar que também Gilberto Freyre não é fruto de vivência universitária no Brasil, mas sim no exterior⁵²⁸.

Se não se escreve história sem datas, como provocou Levi-Strauss em suas polêmicas antropológicas com Clio⁵²⁹, no passado disciplinar da historiografia brasileira a década de 30 do século passado seria um momento diferencial, um marco mesmo, menos pela criação das Faculdades de Filosofia, onde os cursos de história vieram a se estabelecer, do que em razão da obra dos “intérpretes do Brasil”. A eles a ruptura com a tradição do IHGB seria atribuída. Estes últimos teriam feito a história, fazendo-a ser outra, nova, singular.

Como isso, uma questão se colocava de forma premente: que lugar, então, atribuir-se a uma historiografia universitária, contemporânea dos autores e dos livros dos anos 1930? Qual seria seu papel na história da historiografia brasileira? Em uma palavra: de que modo organizar e avaliar o passado de uma historiografia universitária que, em seu nascimento, não teria sido responsável direta pela disrupção historiográfica do período? Confrontando este tempo pretérito e de modo a fabricá-lo enquanto um passado disciplinar, este *passado contemporâneo* da historiografia brasileira também foi temporalizado.

4.5) O passado universitário da história

Ao contrário de muitos de seus professores catedráticos, Carlos Guilherme Mota e Raquel Glezer não produziram um elogio das origens, isto é, não glorificaram a historiografia produzida na Universidade em seu tempo inicial, nos anos 1930. Se profissionais como Astrogildo Rodrigues de Melo, Pedro Moacyr Campos e Eurípides Simões de Paula enalteciam a USP, em especial sua FFCL, desde o início de sua atuação, os autores de *A ideologia da cultura brasileira* e *O fazer e o saber*

⁵²⁸ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975, p. VIII.

⁵²⁹ LÉVI-STRAUSS, Claude. *História e etnologia*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 09.

mobilizaram, na verdade, uma crítica das origens. A fim de esclarecê-la, aponte-se a atitude oposta, de elegia, tal qual feita por Simões de Paula no entreabrir dos anos 1970:

Assim, tivemos desde 1934 até os nossos dias, um ensino de história orientado mais para os estudos econômicos e sociais do que para outros setores, formando, pois, uma bela unidade, responsável, sem dúvida, por uma quase homogeneidade que se nota entre os jovens professores de história formados pela nossa Faculdade. [...] Assim, sem desmerecer os mestres nacionais, queremos ressaltar mais uma vez o quanto devemos aos nossos professores franceses, e o grande papel que representam na formação cultural da nossa geração⁵³⁰.

Topos sempre reatualizado em diversos textos sobre a criação da FFCL da USP, geralmente em tom elogioso, a chamada *missão francesa* recebeu praticamente nenhuma atenção nas teses ora em apreço. Adotando o recorte inicial dos anos 1930, os trabalhos acadêmicos mobilizaram um passado problemático e questionável dos estudos históricos realizados na Universidade, notadamente na de São Paulo.

Carlos Guilherme tratou logo na introdução de sua livre-docência de esclarecer o que entendia ser a real situação da historiografia praticada intramuros da Universidade, quando de seu período inicial:

A criação de Faculdades de Filosofia (data-base: 1934) não propiciou, na primeira hora, a renovação de estudos de história do Brasil. Visto em conjunto, o processo criativo favoreceu mais outras áreas de investigação, como sociologia, política, antropologia, geografia e economia. De maneira gera, pode-se concordar com Cecília Westphalen, para quem a proliferação de estabelecimentos de ensino superior onde se lecionasse história do Brasil propiciou o recrutamento de docentes entre os eruditos locais, sem formação universitária (técnica, teórica e metodológica)⁵³¹.

Dominada por catedráticos como Alfredo Taunay e Alfredo Ellis Júnior, a história do e no Brasil, nas duas primeiras décadas da instituição universitária no país, pouco se beneficiou dos influxos renovadores que o meio poderia oferecer, ficando presa a uma orientação oitocentista, bastante próxima dos Institutos históricos. Aliás, a ruptura com

⁵³⁰ PAULA, Eurípides Simões de. Algumas considerações sobre a contribuição da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a historiografia brasileira, *Revista de História*, v. 43, n. 88, São Paulo, 1971, p. 429-431.

⁵³¹ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975, p. VIII.

a “Casa de Clío no Brasil” não dependeu dos catedráticos da Universidade, mas sim dos jovens “intérpretes do Brasil”, conforme já explicitado.

Entre o elogio de Eurípides Simões e a crítica de Carlos Guilherme existe uma diferença de enfoque importante. Enquanto o primeiro, reproduzindo toda uma tradição discursiva anterior, voltou seu olhar para os professores estrangeiros, o segundo atentou para os docentes do país que assumiram as cadeiras cujos conteúdos diziam respeito à história do Brasil. Neste patamar, a situação seria sofrível, de modo que nenhum avanço seria possível de apontar. Ao contrário, houve na verdade uma continuidade, em termos de concepção histórica, em relação às visões do século XIX e início do XX. Carlos Guilherme corroborou com a perspectiva de Cecília Westphalen, exposta no I Seminário de Estudos Brasileiros, segundo a qual o recrutamento de eruditos locais para atuarem na área de História do Brasil inviabilizou qualquer movimento de renovação na historiografia brasileira. Afinal, haveria uma enorme diferença entre o historiador erudito e o historiador universitário, personagens duais e dicotômicos que, com o processo de profissionalização, estruturava diversas e variadas análises.

Em entrevista concedida a revista *Veja*, publicada nas páginas amarelas, menos de dois meses após sua defesa de livre-docência, Carlos Guilherme reforçou e ampliou o argumento de sua colega profissional da UFPR:

Tinhámos sempre o ‘sábio de província’, capaz de dar aula de história do Brasil, porque de fato não importávamos professores de história do Brasil. Isso provocou um efeito muito negativo para a pesquisa histórica. Ficamos senhorialmente preocupados com o período colonial, onde íamos buscar o nosso quatrocentismo, o bandeirantismo, o período áureo da nossa ‘nacionalidade’ através do café⁵³².

A crítica à história do Brasil rapidamente se converte em uma crítica da história no Brasil, evidenciando que a deficiência na primeira redundou em uma fragilidade enorme na segunda. Em seu ataque, o crítico toca até mesmo nos mitos do IHGSP, os quais embasaram os “paulistanos de quatrocentos anos”.

Como a citação mais acima deixa entrever, a Universidade seria portadora de uma formação em história de ordem “técnica, teórica e metodológica”, ao contrário de outras instituições ou do autodidatismo, que deixariam muito a desejar nesta seara. O

⁵³² MOTA, Carlos Guilherme. Uma cultura de ideologias. *Revista Veja*, 02 de julho de 1975, p. 04.

profissional de Clio, entendido como aquele ou aquela que passou pelos bancos escolares do ensino superior, teria esse diferencial de formação. Menos conteudista, ele ou ela dominaria não só a técnica, isto é, o método histórico, como também uma gama de teorias da história. Logo, tratar-se-ia de um profissional especializado, disciplinado pelas *hostes* da ciência da história. Conforme Christophe Charle assinalou a respeito do processo de cientificização da história na sociedade francesa, o método e a teoria da história costumam atuar na configuração de uma identidade disciplinar, traçando fronteiras entre os reconhecidos e os não-reconhecidos, os praticantes e os não-praticantes⁵³³.

Ciente destes elementos distintivos, que qualificam ou desqualificam o(a) historiador(a), Raquel Glezer relativizou o que, desde a segunda metade do século passado, seria uma das marcas de José Honório Rodrigues: a reflexão teórico-metodológica sobre a história. Segundo a historiadora da USP, “chama nossa atenção o longo período que foi necessário a ele para refletir criticamente sobre sua prática profissional, cerca de quase 30 anos (pois inicia sua atividade profissional em 1936 e a conferência ‘Vida e História’ é de 1965)”⁵³⁴. Refletir criticamente sobre si, enquanto profissional, não seria uma qualidade inata de todo e qualquer historiador; ao invés, seria um aprendizado, aprendido e exercitado no dia a dia de uma prática consciente de si, não alienada. Nesse sentido, José Honório, embora tivesse publicado *Teoria da história do Brasil* em 1949 e *A pesquisa histórico no Brasil* em 1962, teria despertado tardiamente para a autorreflexão historiográfica.

No entanto, o crítico das origens da FFCL – Carlos Guilherme Mota - não ignorou por completo os personagens da *missão francesa*. E os dois maiores símbolos deste passado, Claude Lévi-Strauss e Fernand Braudel, foram referenciados de modo não positivo, ao contrário do que fizeram vários(a)s cientistas sociais que passaram pela USP. O antropólogo e o historiador foram citados como exemplos de um elitismo aristocrático que dominava o interior da FFCL, e que possuíam, inclusive, “um comportamento senhorial”. Especificamente acerca do historiador francês das durações, apontou-se que

⁵³³ CHARLE, Christophe. *Homo historicus*. Rio de Janeiro: FGV, 2018, p. 60.

⁵³⁴ GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976, p. 226, Vol. 1.

O elitismo, convém insistir, permanece aceso nessa concepção de vida universitária e somente quem assistiu ao ritual de uma aula de um mestre francês – como Fernand Braudel, com suas luvas e ademanos – das missões culturais poderá avaliar o quanto compunha o quadro oligárquico-‘modernizador’ que procurava criar novas frentes de renovação para o ajustamento aos novos tempos⁵³⁵.

Neste mesma linha de repúdio ao passado francês da historiografia universitária da USP, em depoimento dado em 27 de setembro de 2007, sobre sua trajetória acadêmica, Carlos Guilherme evocou o que seria um *habitude* de Braudel: ridicularizar os alunos e as alunas do curso de história por desconhecerem a figura literária de Marcel Proust⁵³⁶. Elitismo, aristocratismo e nacionalismo literário se imiscuíam em sua sala de aula.

Se tais críticas nada esclarecem do ponto de vista da escrita da história, passando ao largo de discussões historiográficas, elas, todavia, marcam bem o posicionamento do autor a respeito do tempo inicial da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, notadamente sobre o passado disciplinar de uma história produzida em bases universitárias. Carlos Guilherme não enxergou pontos positivos aí, negando-se a exaltar os mestres franceses e seus supostos ensinamentos. Ao contrário de seu estimado professor Eurípedes Simões de Paula, a quem agradeceu entusiasticamente em sua tese de livre-docência, não destacou a contribuição de nenhum Braudel, assim como não fez praticamente nenhuma menção a *école des Annales* como origem de seu campo de saber. Seu balanço historiográfico representou, portanto, um distanciamento em relação a uma memória disciplinar exaltadora da *missão francesa*, evidenciando que o DHIS da USP nos anos 1970 esteve longe de representar uma uniformidade de pensamento.

E mais: o crítico apontou que a USP, a despeito de sua autoproclamada e elogiada origem liberal e ilustrada, pretensamente crítica do projeto varguista dos anos 1930, acabou por reproduzir “a ideologia da cultura Brasileira”. Embora contasse com importantes estratos sociais provenientes de uma classe média baixa, o elitismo teria marcado os primeiros anos da FFCL, o que explicaria porque esta “captou e reteve o sentido de ‘cultura brasileira’, sentido profundamente impregnado dos valores do estamento dominante. As classes, tanto a burguesa como a proletária, não haveria tão cedo de imiscuir-se nas salas de aula, nem mesmo como *temas* de pesquisa, e de fazer

⁵³⁵ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975, p. 39.

⁵³⁶ Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=Z3vUApHCn9M> Acessado em 24/02/2020.

sentir os seus dinamismos próprios à organização acadêmica”⁵³⁷. Para o autor, a área de história, no âmbito da Universidade brasileira, seria uma peça fundamental do “sistema ideológico da cultura nacional”, a repor e a reafirmar mitos, valores e personagens de uma certa ideia de país, própria a uma classe letrada dominante. Assim, a FFCL da USP estava longe de representar uma vanguarda cultural na sociedade paulista.

Destoando igualmente da autoimagem dos fundadores da Universidade de São Paulo, presente não só em autores como Eurípides Simões de Paula, como também em Pedro Moacyr Campos e Astrogildo Rodrigues de Melo, Raquel Glezer também assinalou que a origem universitária dos estudos históricos esteve longe de proporcionar qualquer ruptura historiográfica. Para ela, o curso superior de história não se deu em meio a um vazio de historiadores, pois estes já “existiam antes das Faculdades e continuariam existindo e exercendo sua atividade profissional”⁵³⁸. Detalhando esta ideia, tem-se que

Poderíamos presumir que os novos cursos formassem profissionais que preencheriam o espaço e se tornariam dominantes no exercício profissional. Na verdade, isto nunca ocorreu, pois não só não havia espaço vazio como o pequeno número de formados, além de tudo, se dispersaria entre professores de nível secundário e professores universitários, ambos concorrendo com leigos e lutando por décadas para se tornar o grupo dominante em sua área de trabalho⁵³⁹.

A hegemonia do meio não foi obtida de imediato pelos universitários, concorrendo que estavam com os “intérpretes do Brasil”, de maneira que neste embate os últimos levaram a melhor, pelo menos entre os anos de 1930-1950. Sempre que se tratou dos dois tipos de historiador no país (por vocação e por formação), o tom foi de disputa, de confronto, jamais de cooperação ou harmonia, semelhante ao que já havia sido exposto institucionalmente pela APUH, nos anos 1960.

Quando, então, uma historiografia universitária teria tomado a dianteira do processo de renovação dos estudos históricos no Brasil? Eis uma questão central, tanto em *A ideologia da cultura Brasileira* quanto em *O fazer e o saber*, trabalhos que

⁵³⁷ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975, p. 40.

⁵³⁸ GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976, p. 234, Vol. 1.

⁵³⁹ *Op., Cit.*, 1976, p. 234, Vol. 1.

investiram, igualmente, em uma historicização do presente da história, lançando-se na fabricação de um passado disciplinar relativo aos anos imediatos do campo de saber histórico. Daí se falar em um *passado contemporâneo* da historiografia brasileira. Segundo Raquel Glezer, sua historiografia só despontou mesmo na segunda metade do século XX, mais precisamente nos anos 1960. A partir daqui, uma nova idade historiográfica teve início no Brasil. Eis o corte histórico, segundo a autora:

Devido à maior resistência da estrutura universitária às pressões externas, foi dentro dela que o processo de ruptura da visão conservadora da história do Brasil teve continuidade e sequência. A formação específica do historiador era sua preocupação, valorizando o desenvolvimento do espírito crítico e o resultado disto pôde ser notado na década de 1960, quando a segunda geração de historiadores profissionais começou a produzir seus trabalhos, retomando a crítica da sociedade brasileira⁵⁴⁰.

Quase trinta anos após o surgimento da Universidade no Brasil, teria surgido uma geração capaz de romper com a tradição do IHGB e dos “intérpretes do Brasil”.

As linhas desta cissura historiográfica foram escritas pelos trabalhos universitários de Eduardo D’Oliveira França, Eurípides Simões de Paula, Nícia Vilela Luz, Emilia Viotti da Costa, Sergio Buarque de Holanda, Manuel Nunes Dias, entre outros e outras da USP. O olhar de Raquel Glezer, muito mais do que o de Carlos Guilherme, é endógeno, isto é, parte de sua própria realidade acadêmico-institucional para defender grandes transformações da história ao nível nacional. Os nomes supracitados podem indicar também um tributo aos mestres, haja vista que boa parte deles foram professores de Raquel Glezer na graduação. Assim, a estudiosa da obra honoriana fez uma firme defesa dos seus pares universitários coetâneos, perfilando uma história da historiografia brasileira como um empreendimento intelectual bastante endógeno, restrito a uma historicização de um departamento institucional específico.

A mudança foi tão intensa que impulsionou até mesmo o historiador por vocação, José Honório Rodrigues. De acordo com Raquel Glezer, a virada da historiografia universitária nos anos 1960 ensejou uma mudança na escrita da história de Honório Rodrigues, fazendo-o passar de uma prática discursiva descritiva para uma explicativa e analítica. Tal passagem não teria ocorrido se a Universidade, por meio de

⁵⁴⁰ GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976, p. 236, Vol. 1.

seus historiadores e historiadoras, não tivesse entrado em um processo no qual a crítica ao conhecimento produzido, bem como o anseio por uma nova historiografia, passassem a dar o tom. No limite, é como se o historiador fluminense, outrora caminhando errante nas veredas de uma escrita da história narrativa, descritiva, tivesse finalmente entrado em consonância com os historiadores por formação:

Se a introdução de problemas teóricos no estudo da história foi sua contribuição para o desenvolvimento da segunda geração de historiadores por formação, a partir de certo momento deu um salto em sua prática, juntando-se a esta mesma geração na crítica e reformulação do conhecimento histórico. É o que consideramos a passagem ao nível analítico⁵⁴¹.

Mais na frente, este mesmo encontro foi reforçado em termos semelhantes, sempre a apontar a simbiose entre os sujeitos envolvidos, em prol de uma transformação em direção a uma historiografia universitária: “ao se apresentar ao público leitor como um historiador crítico da realidade nacional, repetimos, realizou um salto colocando-se ao lado da segunda geração de historiadores por formação”⁵⁴². O termo *salto* aí não é inocente, como pretende passar, antes, uma ideia de elevação, de novo destino superior.

Termo dos mais presentes na tese de Raquel Glezer, *crítico* aparentar ser um *marcador de diferença*, espécie de monopólio simbólico de uma historiografia de base universitária, produzida pelos chamados historiadores de formação. José Honório Rodrigues, não formado em história, mas em ciências jurídicas, servidor de diversas instituições, não poderia ser um historiador crítico sem entrar em comunhão com a Universidade, instância por excelência do pensamento crítico. Tal qual Carlos Guilherme colocou a técnica, o método e a teoria como propriedades de uma formação em história de curso superior, entendeu a autora de *O fazer e o saber*, reservando o qualificativo *crítico* apenas para aqueles e aquelas que produziam em sintonia com uma historiografia universitária. Nos anos 1960, quando a Universidade tornou-se crítica, nasceria igualmente a possibilidade do historiador crítico e da história crítica.

Periodização semelhante traçou Carlos Guilherme em sua tese, também apontando a segunda metade do século XX como o momento em que a Universidade

⁵⁴¹ *Op., Cit.*, 1976, p. 238, Vol. 1.

⁵⁴² GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976, p. 241, Vol. 1.

gerou uma historiografia de ponta, finalmente contrária ao que se vinha produzindo até então no país. Significativamente, foi em tal intervalo que a crítica aos “intérpretes do Brasil” começou a ser feita de modo vigoroso e contundente, e cujos representantes pioneiros foram Dante Moreira Leite, Roger Bastide, Florestan Fernandes e Antonio Candido⁵⁴³. O abalo repercutiu na historiografia *tout court*, como demonstraria os trabalhos de Emilia Viotti da Costa nos anos 1940-1960. Nestes decênios a realidade inicial foi ficando para trás, sendo logo ultrapassada. Como signo inicial dessa nova era historiográfica, o autor destacou a tese de Alice Piffer Canabrava, defendida em 1951, que

Surgiu calibrada por uma temática fértil e com domínios de técnicas que a qualificariam para servir como ponto de referencia nos estudos históricos universitários. Preocupada com o desenvolvimento da cultura do algodão em São Paulo no século XIX, não desvincula os processos internos da conjuntura mais ampla, internacional, em que se produziram. A Guerra Civil nos EUA e a presença de interesses ingleses compõem a trama desse trabalho sólido, moderno, que inspiraria uma linhagem praticamente desconhecida entre nós: a de monografias de base, sobre temas fundamentais, conduzida segundo técnicas menos empiristas⁵⁴⁴.

Na mesma década, o analista da historiografia brasileira (ou seria da USP?) sublinhou também as pesquisas de seu orientador, Eduardo d’Oliveira França, o qual, além de uma contribuição em termos de conteúdo histórico para o período colonial, chamou atenção da comunidade para os problemas de método em história⁵⁴⁵. Tal qual sua ex-aluna, Raquel Glezer, Carlos Guilherme também homenageou os seus mestres.

O balanço monográfico de autores, autoras e obras contemplou ainda nomes como Olga Pantaleão, Maria Teresa Petrone, Nícia Vilela Luz, Boris Fausto, Edgar Carone e José Roberto do Amaral Lapa (o único não formado pela USP), todas e todos identificados a uma historiografia de feição universitária renovada.⁵⁴⁶ Empreendimentos coletivos também mereceram menção honrosa no escopo traçado pelo historiador da USP, como os livros *Brasil em perspectiva* (1968) – organizado pelo próprio – e

⁵⁴³ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975, p. 29.

⁵⁴⁴ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975, p. XXI.

⁵⁴⁵ *Op., Cit.*, 1975, p. XXII.

⁵⁴⁶ *Op., Cit.*, 1975, p. XXII.

História geral da civilização brasileira (1960-1964), em seus volumes iniciais coordenados por Sergio Buarque de Holanda. Porém, neste quesito, um periódico específico recebeu comentário mais extenso e especial:

A revista de história, da universidade de São Paulo, sob a direção de Eurípedes Simões de Paula, ganhou impulso e funcionou nesses anos como verdadeiro polo centralizador da produção local, acolhendo resultados de pesquisas e reflexões de grande quantidade de mestres estrangeiros e de outros estados [do país]. A interdisciplinaridade, meta da Faculdade de Filosofia, concretizou-se nesses anos da Revista que, além de ser a mais importante no setor de Ciências Sociais, fora criada sob a inspiração da revista *Annales*, sabidamente aberta às diversas disciplinas que estudam o homem em sociedade⁵⁴⁷.

Se houve uma influência dos *Annales* na historiografia brasileira, ela teria começado não na improdutiva década de 1930, mas sim nos anos 1950, com a criação da *Revista de história*, quando uma nova historiografia ligada ao ensino superior começou a deslanchar, descortinando novos horizontes para os historiadores e historiadoras do país.

Com o destaque dado ao periódico acadêmico da USP, Carlos Guilherme chegou bem próximo ao seu presente, dado que no momento da escrita de sua livre-docência a *Revista de história* ainda estava em atividade. Até mesmo o próprio historiador já teria dado contribuições a tal órgão intelectual. Nesse sentido, é como se o historiador da ideologia da cultura no Brasil fosse além de seu objeto de investigação, tocando no próprio processo de profissionalização da historiografia brasileira, por meio de agentes que foram refundando a esta área de saber. Situado no interior deste devir histórico, ele conseguiu verter um olhar sobre o movimento que o conduzia. Por mais que tenha flagrado e denunciado uma ideologia, a fim de se distanciar dela, é possível perceber nas linhas tecidas por Carlos Guilherme algo mais amplo e complexo, como o movimento de profissionalização da história no Brasil, quiçá das Ciências Sociais, embora tudo muito restrito ao eixo São Paulo-Rio de Janeiro.

Porém, seu balanço monográfico se encerra mesmo com os nomes de Florestan Fernandes e Antonio Candido, dois intelectuais universitários que, a despeito da não formação em história, muito teriam contribuído para os estudos históricos no Brasil. Sobre eles, Guilherme Mota elogiou o rigor teórico-metodológico de suas pesquisas, o

⁵⁴⁷ *Op., Cit.*, 1975, p. XXII.

comprometimento científico e acadêmico de suas trajetórias profissionais. Ao contrário da trindade Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, seus pares uspianos foram retratados como autênticos pesquisadores universitários, intelectuais formados na e pela Universidade, homens que inauguraram e consolidaram esta tradição no Brasil. Logo, seriam verdadeiros marcos na história do pensamento histórico brasileiro, por mais que não tenham tido formação em história, o que não excluiria, de forma alguma, uma contribuição historiográfica.

Inicialmente, a avaliação se deteve em uma leitura positiva conjunta dos dois uspianos, como se eles formassem uma dupla intelectual, animada pelo mesmo espírito universitário de rigor científico, de sofisticação metodológica e de consciência política. Segundo o entendimento de Carlos Guilherme Mota, os dois:

Representam em áreas distintas *os dois principais pesquisadores que dão o elo intelectual entre a geração dos antigos catedráticos (Fernando de Azevedo, Cruz Costa, Sergio Buarque de Holanda) e a nova*, representada por O. Ianni, F.H. Cardoso, R. Schwarz, Maria Sylvania de C. Franco, L.A. Costa Pinto, Emilia Viotti da Costa, Fernando Novais. Nos anos 1950 e 1960, serão os dois mais ativos incentivadores da vida universitária e cultural, com atitudes consequentes, empenhadas e austeras, pouco afeitas ao reformismo desenvolvimentista, às explicações dualistas e aos nacionalismos culturais⁵⁴⁸.

Na continuidade da passagem, asseverou-se que a dupla uspiana - fato até então único na história intelectual brasileira - , formou uma escola universitária, a qual reuniu nomes da sociologia, antropologia, literatura e história, conforme os nomes dos discípulos e discípulas destacados acima. “Intelectuais ponte”, Florestan Fernandes e Antônio Candido indicaram um caminho para às novas gerações, em um esforço exemplar de formação de quadros sucessórios para o fortalecimento do pensamento histórico brasileiro⁵⁴⁹.

Tais elementos foram encontrados, plenamente, muito mais em Florestan Fernandes e Antônio Candido do que em Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sergio

⁵⁴⁸ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*: pontos de partida para uma revisão histórica. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975, p. XXIX. Grifos do autor.

⁵⁴⁹ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*: pontos de partida para uma revisão histórica. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975, p. XXX.

Buarque de Holanda. Daí porque se pode pensar em uma abertura do cânone do pensamento histórico nacional, para o ingresso dos dois primeiros intelectuais. Ao contrário do que fez com a trinca historiográfica dos anos 1930, Guilherme Mota só apresentou elogios para os autores da segunda metade do século XX, em uma leitura, por vezes, até adjetivada e laudatória, típica das estratégias de consagração simbólica⁵⁵⁰. *A Ideologia da cultura brasileira*, muito mais do que *O fazer e o saber*, atuou como uma produção discursiva consagradora de autores e obras, de um conjunto autoral valorado positivamente, a partir de uma crítica ao que o historiador chamou de “ideologia da cultura brasileira”.

Além disso, Florestan Fernandes e Antônio Candido foram colocados como marcos temporais, divisores de era, inauguradores de um pensamento histórico nacional diferenciado, renovado, logo originais e autênticos, o que sugere um esforço de canonização dos nomes discutidos, de celebração das figuras intelectuais apresentadas. O fato de os dois nomes serem da FFCL da USP, companheiros de instituição, diz muito sobre a endogenia de Carlos Guilherme, ao analisar seu objeto de pesquisa. Na avaliação dos pares uspianos, não houve espaço para o contraditório, para a crítica, para a dúvida, como ocorreu com os outros autores. O absoluto reinou, inquestionável, como o cânone se pretende, revelando uma tendência de dogmatização dos autores sob aplausos.

Segundo Gadamer, o cânone, a despeito de atravessar distintas épocas históricas, conservando-se atual, dando a impressão de ser a-histórico, é na verdade uma produção cultural que consegue comunicar como nenhuma outra determinados sentidos históricos. Um livro clássico, um autor canônico, uma obra de referência, na visão do filósofo alemão, é justamente aquela que desperta na sociedade um profundo reconhecimento, uma identificação plena nos homens e mulheres que a sentem de forma original, que a vivenciam intensamente. O cânone sempre estabelece uma comunicação íntima com seus contemporâneos⁵⁵¹. Ao tentar abrir o rol de autores e obras clássicas do pensamento histórico nacional para Florestan Fernandes e Antônio Candido, possivelmente Guilherme Mota viu nesses autores e nas suas obras um sentido que sua época poderia aproveitar e incorporar. Mais do que marcos da historiografia brasileira

⁵⁵⁰ Sobre tais estratégias, ver: ABREU, Regina. *A fabricação do imortal*. Memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

⁵⁵¹ GADAMER, Hans-George. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.59.

nos últimos quarenta anos, enxergou-se nos colegas uspianos uma possibilidade de mudança, um retraçar da história brasileira, rumo a uma ciência social que serviria a sociedade, que contribuiria para um mundo esclarecido mais justo, democrático e igualitário.

Neste passo, a livre-docência de *Ideologia da cultura brasileira* atua como um documento de memória não só da historiografia *tout court*, como das Ciências Sociais no Brasil. O inventor de tal construção prepara a maneira como a referida área de saber deveria ser vista no futuro, registrando e destacando os principais nomes do pensamento social nacional. Florestan Fernandes e Antonio Candido seriam importantes não só para a história do e no Brasil, mas seriam sim sumidades intelectuais da história da cultura brasileira, contra ideólogos de um sistema que, durante todo o século XX, montou e desmontou a vida espiritual da nação. Longe de uma mera atitude combativa, de militantes, a dupla uspiana seria igualmente exemplos de cientistas sociais: seguiriam o bom método sociologia histórica, pautada na diacronia, nas fontes e na interligação entre passado-presente, sem perder de vista o futuro. Com isso, o passado disciplinar arquitetado por Carlo Guilherme revelou-se amplo, abarcando a produção histórico-sociológica no Brasil, numa certa indistinção entre os ramos das Ciências Sociais.

O *passado contemporâneo* da historiografia brasileira mobilizado por *A ideologia da cultura brasileira* e *O fazer e o saber* se, por um lado, propôs um movimento de fechamento, ao tomar o *locus* universitário como uma grife simbólica fundamental para discriminar autores e obras, por outro mostrou um relativo senso de abertura, quando colocou a dimensão ético-política na ordem do dia, enquanto critério de avaliação também fundamental. No trabalho de Raquel Glezer, esta última dimensão, em especial, apareceu no momento em que se assinalou a chamada “filosofia do compromisso” de José Honório Rodrigues, expressão formulada para criticar sua postura excessivamente conciliatória e liberal, em termos políticos e históricos: “diante de tudo que foi exposto, fica claramente configurado o posicionamento de José Honório Rodrigues como um elemento moderado, amarrado a sua própria (de)formação, procurando integrar-se com a juventude e com as ideias vigentes na intelectualidade brasileira na década de 1960”⁵⁵².

⁵⁵² GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976, p. 193, Vol. 1.

O tempo próximo da historiografia brasileira foi concebido muito em razão de posicionamentos políticos, seja em relação a uma dita cultura brasileira, seja a respeito de transformações importantes da sociedade. Carlos Guilherme e Raquel Glezer potencializaram os compromissos políticos de sua época, marcada pela Ditadura Militar e pelos diversos atos discricionários daí decorrentes, direcionados, sobretudo, contra a Universidade, propondo uma analítica do tempo pretérito recente da historiografia brasileira eivada de critérios não exclusivamente historiográficos. A política do saber, ou uma política do tempo, esteve fortemente presente. O contemporâneo parece mesmo ter dado o tom em suas análises, com todo o trauma, a tensão e a urgência de reconstruir o presente que se mostrava vacilante frente a um regime ditatorial. Nesta trama, o *passado contemporâneo* da história também poderia atuar como um elemento vital nos combates do presente, explicitando vícios a se livrar e virtudes a se preservar e a se construir.

Epílogo

CAVALEIROS DA HISTÓRIA: A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA COMO CRÍTICA DA IDEOLOGIA

A História é o produto mais perigoso que a química do intelecto tem desenvolvido. As suas propriedades são bem conhecidas. Provoca sonhos, intoxica as pessoas, sobrecarrega-as com falsas memórias, exagera seus reflexos, também suas velhas feridas, a turbulência em seu descanso, leva a delírios de grandeza ou de perseguição, e faz das nações amargas, bonitas, vaidosas e insuportáveis.

Paul Valery, 1932⁵⁵³.

Assegurar o passado não é uma tarefa menos arriscada do que assegurar o futuro.

Andreas Huyssen, 2000⁵⁵⁴.

Nos anos finais da década de 1970, a filósofa Marilena Chauí entregava os manuscritos de um pequeno livro que, meses depois, entrando no decênio seguinte, faria considerável sucesso. Trata-se do *O que é ideologia*, obra – a mais vendida, diga-se – da prestigiada coleção Primeiros Passos da editora paulista Brasiliense, casa editorial fundada em 1943 com a participação de Caio Prado Júnior. Neste livro, a docente da USP esmiuçou o conceito de ideologia, passando por sua origem e, sobretudo, por sua caracterização marxista, conforme um conjunto de autores ligados ao materialismo histórico. Ao término do texto, uma reflexão sobre a escrita da história se sobressaiu, arrematando toda a discussão a respeito da noção de ideologia, como se o destino final desta levasse inelutavelmente a uma problematização da historiografia, tal qual vinha sendo feita no Brasil desde a segunda metade século XX.

Eis a relação entre ideologia e conhecimento histórico, conforme a enfeixou a autora: “Porque a ideologia não tem história, mas fabrica histórias imaginárias que nada são mais do que uma forma de legitimar a dominação da classe dominante, compreende-se por que a história ideológica (aquela que aprendemos na escola e nos livros) seja sempre uma história narrada do ponto de vista do vencedor ou dos poderosos”⁵⁵⁵. Em

⁵⁵³ No original: “L’Histoire est le produit le plus dangereux que la chimie de l’intellect ait élaboré. Ses propriétés sont bien connues. Il fait rêver, il enivre les peuples, leur engendre de faux souvenirs, exagère leurs réflexes, entretient leurs vieilles plaies, les tourmente dans leur repos, les conduit au délire des grandeurs ou à celui de la persécution, et rend les nations amères, superbes, insupportables et vaines”. VALÉRY, Paul. *Regards sur le monde actuel*. Chicoutimi: Québec, 2005, p. 19.

⁵⁵⁴ HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídias*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 36.

⁵⁵⁵ CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 123.

xeque, a própria escrita da história, tecida e retorcida pelas mãos dos grupos sociais dominantes, os quais inviabilizariam um conhecimento do Outro, logo fraturando a história real. A consequência deste tipo de história seria fácil de apontar:

Não possuímos a história dos escravos, nem a dos servos, nem a dos trabalhadores vencidos – não só suas ações não são registradas pelo historiador, mas os dominantes não permitem que restem vestígios (documentos, monumentos) dessa história. Por isso os dominados aparecem nos textos dos historiadores sempre a partir do modo como eram vistos e compreendidos pelos próprios vencedores⁵⁵⁶.

O conflito de classes ocorreria não só no presente, como também no passado, na medida em que os dominados e as dominadas não teriam ainda a devida e merecida visibilidade historiográfica, com seus feitos como que apagados da história. A ideologia riscava-os do passado, e a ninfa Léthê tomaria conta de todos e todas. A ideologia não permitiria a história, de modo que as duas travariam sempre um acirrado combate, uma contra a outra.

Além dessa crítica textual, o livro apresentou ainda, na mesma página de tal crítica, uma ilustração feita pelo artista plástico de São Paulo, também formado na USP, Guto Lacaz, seguida da seguinte legenda, em negrito: “a história dos vencedores: um carro alegórico de ‘grandes homens’⁵⁵⁷. Observando a imagem, percebe-se que o cortejo traz os grandes nomes da história (ideologia?) do Brasil, tais como D. Pedro I, D. Pedro II, Princesa Isabel, Deodoro da Fonseca, Getúlio Vargas, entre outros. Segue-a:

⁵⁵⁶ CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p.123-124.

⁵⁵⁷ Op., Cit., 1980, p. 123.

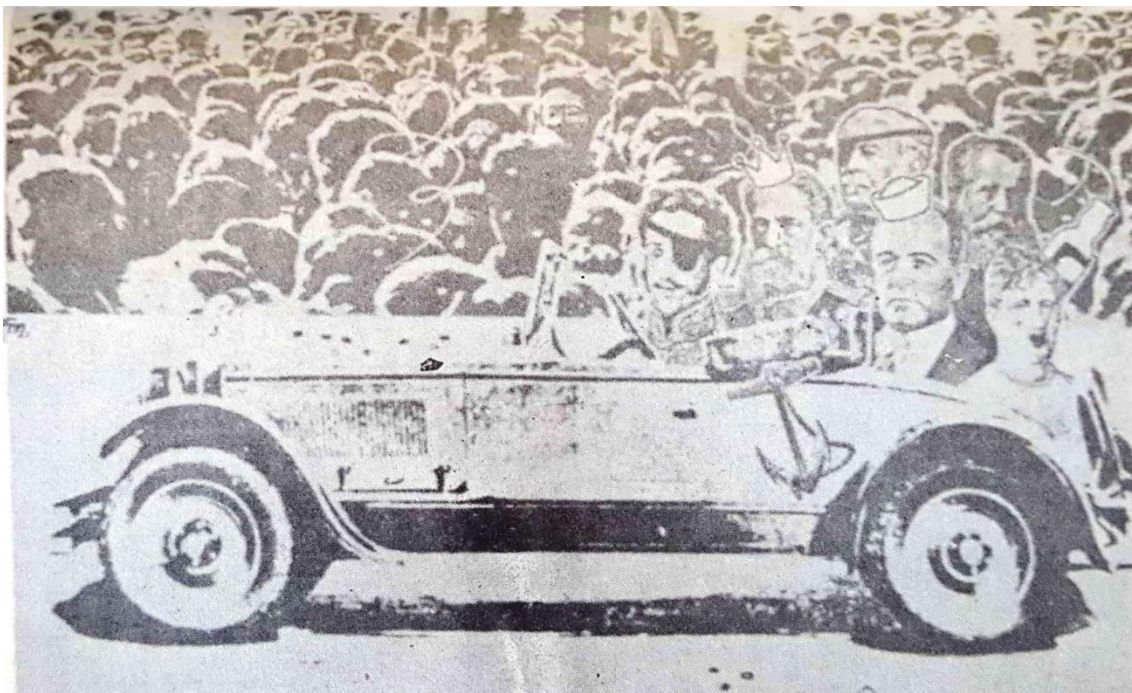


Figura 2: Ilustração de Guto Lacaz

Por de trás das faces históricas, outros tantos rostos, porém turvados, acinzentados, sem face e feição, irreconhecíveis. A eles não foi dada visibilidade histórica, logo não teriam identidade, conteúdo, mas apenas forma. A historiografia brasileira daria uma visibilidade amorfa às camadas populares, dominada que estava pela ideologia.

Como a presente tese espera ter mostrado, a crítica à historiografia brasileira não foi feita apenas pela filósofa da USP Marilena Chauí, durante os anos 1970. Na verdade, uma gama disciplinarmente diferenciada de intelectuais universitário(a)s lançou-se sobre a história, com destaque para historiadores e historiadoras, mas também filósofos, sociólogos e críticos literários, boa parte dos quais centrados na região sudeste do país. Se nos anos 1950 e 1960 poucos profissionais ligados às Humanidades escreveram textos sobre a historiografia brasileira, conforme exemplificado com as produções de Astrogildo Rodrigues de Melo e Pedro Moacyr Campo, dez anos depois a situação mudará consideravelmente, com a presença de diversos intelectuais universitário(a)s, todos e todas inseridos em um processo de profissionalização da história que fortalecia-se cada vez mais, com o passar dos anos, em pleno autoritarismo e desenvolvimentismo do regime militar.

Sob a história, notadamente acerca de seus frutos sobre o passado nacional, pairou considerável desconfiança e ataque, o que resultou em um esforço autoral coletivo de análise, no interior da instituição universitária, que na conjuntura setentista vivia uma quadra de forte expansão, a despeito dos vários ataques que sofria. Daí a profusão de trabalhos acadêmicos, como artigos, dissertações e teses, alguns dos quais aqui examinados, sobretudo na parte II. Um dos principais elementos em comum, dentre toda essa produção simbólica, foi o uso do conceito de ideologia. À exemplo da crítica historiográfica praticada por *O que é ideologia*, diversos historiadores e historiadoras da USP escrutinaram historicamente seu campo disciplinar pelo prisma da ideologia, de modo que tal abordagem engendrou um tipo específico de história da historiografia brasileira. Que tipo seria este? Cabe pontuar e apontar.

As historicizações disciplinares examinadas nestas páginas se aproximaram de uma história da historiografia como crítica da ideologia. Como este conceito ocupou uma certa centralidade no repertório analítico de historiadores e historiadoras da década de 1970, em especial, o uso não foi apenas científico, no sentido de servir apenas para o esclarecimento do objeto de estudo. Mais do que uma função heurística, a noção de ideologia, mobilizada para fabricar o passado disciplinar da historiografia brasileira, apresentou um uso no qual a crítica, no duplo sentido de exame e rejeição, reluziu fortemente, estruturando as investigações acadêmicas empreendidas. Exemplo evidente desta operação se encontra no trabalho de Pedro de Alcantara Figuera, uma tese de doutoramento intitulada *Historiografia brasileira: análise crítica (1900-1930)*, defendida nos moldes do antigo regime de pós-graduação.

Segundo este historiador universitário, a produção histórica brasileira seria uma objetivação da ideologia, isto é, ao invés de espelhar o esforço de reconstrução do passado, ela refletiria o pensamento da classe dominante, na medida em que a produção intelectual de uma sociedade tende sempre a corresponder a visão daqueles que a dominam materialmente. Haveria uma correspondência entre infraestrutura e superestrutura, domínio material e produção intelectual, como a que se segue:

Nesse sentido, nossa historiografia carrega um peso histórico bem mais significativo do que uma análise das aparências poderia indicar. Ela é de tal modo solidária com as formas de dominação de classe historicamente encontradas no Brasil, que reflete integralmente os desejos, as perspectivas, os anseios da classe dominante brasileira. Isto

significa que a historiografia brasileira nasceu com seu destino predeterminado.⁵⁵⁸

O artífice das palavras acima reduziu a historiografia nacional aos interesses dos grupos dominantes. Esta seria uma marca indelével de tal produção. Como uma corrente que aprisiona, que prende, estaria a história no Brasil refém das ideias de uma dada camada social. A epistemologia da reflexologia, para se usar um termo caro a Luiz Costa Lima⁵⁵⁹, segundo a qual as produções simbólicas refletem interesses sociais, políticos e econômicos, enforma o conceito de historiografia de Pedro de Alcântara Figueira⁵⁶⁰. A história apresentou-se subsumida em uma linguagem vazada na noção de ideologia, daí se falar em dominação, interesse, hegemonia, reflexo etc.

Tal como Pedro de Alcântara Figueira, historiadoras como Maria Odília, Maria de Lourdes e Raquel Glezer, além de Carlos Guilherme, Amaral Lapa e Francisco Iglésias, em especial, também fizeram uso, em graus e modos diferenciados, da noção de ideologia para pensar e analisar a historiografia do seu país. Na verdade, ideologia aparenta ser uma noção cara à geração intelectual brasileira que viveu os anos 1950-1990. É o que pode ser intuído com base no depoimento de um dos membros dessa geração:

A crítica ideológica entrara na ordem do dia das esquerdas e dos setores esclarecidos da população: tratava-se de uma prática corriqueira em todo e qualquer trabalho científico ou artístico, literário, dramático etc. [...] um novo grupo-geração - o nosso, e não apenas historiográfico - começava agora a se ocupar dos estudos brasileiros com a atenção e a crítica voltadas para a "identidade nacional", porém na contramão do caminho trilhado pelos ideólogos da hora.⁵⁶¹

Vivendo o contexto em que o país iniciava efetivamente a todo o vapor a sua industrialização, em que a sociedade brasileira experimentava o pluripartidarismo, a discussão de distintos projetos político-econômicos e a influência norte-americana na

⁵⁵⁸ FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. *Historiografia brasileira. 1900-1930 (análise crítica)*. Tese de doutoramento defendida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis – São Paulo, 1974, p.03.

⁵⁵⁹ LIMA, Luiz Costa. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e técnica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, p.47.

⁵⁶⁰ A vinculação entre história e ideologia chegou até a confundir o autor: no sumário, o capítulo IV é denominado de "A historiografia conservadora", entretanto, no corpo da tese, o mesmo capítulo é aberto com título "A ideologia conservadora". Ato falho? De todo modo, a troca indicia bem a associação entre historiografia e ideologia.

⁵⁶¹ MOTA, Carlos Guilherme. *História e contra-história: Perfis e contrapontos*. Rio de Janeiro: Globo, 2010, p.22-23.

esteira do dito vírus comunista, o(a)s intelectuais brasileiro(a)s engajavam-se na realidade nacional, colocando a política sempre no horizonte de suas publicações. De certa forma, ainda que sofrendo duros golpes, essa atmosfera de crítica sócio-política, de engajamento intelectual, de preocupação com os rumos da sociedade brasileira, atravessou sofregamente os anos ditatoriais pós-1964.

Na verdade, na conjuntura dos anos 1970, produção simbólica e engajamento político confundiam-se, tornando-se como que uma ação indissociável. O(a)s intelectuais universitário(a)s desse momento pensavam que podiam fazer política a partir de suas produções acadêmicas. Daí porque o marxismo, enquanto referencial teórico-político, desfrutava de importante adesão no meio intelectual brasileiro. A noção marxista de *práxis*, unindo solidamente teoria e prática, fornecia uma base intelectual para justificar a necessidade de compreensão e transformação da realidade⁵⁶². Nos termos colocados por Jacques Rancière, havia uma *política do saber*⁵⁶³, a qual concedia uma importante valorização da categoria ideologia, legitimando-a em estudos acadêmicos.

Os trabalhos acadêmicos não eram produzidos e encarados como apartados dos combates políticos da época. Intelectual era aquele indivíduo que se engajava social e politicamente, fazendo de sua obra um instrumento de intervenção no mundo. De acordo com Perruso, os anos 1960 e 1970 viu a emergência do dito *intelectual engajado*, de maneira que autores como Caio Prado Junior, Antonio Candido, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Emília Viotti, José Arthur Giannotti, entre tantos outros e outras, ganharam enorme prestígio justamente porque aliavam rigor e qualidade acadêmica com preocupação e atuação política. Quem assim não procedia era taxado de pequeno burguês, de alienado, de intelectual sem consciência social, um idealista. Cobrava-se de tal camada letrada o chamado “compromisso social”⁵⁶⁴. Tal fato explica, em certa medida, a denúncia da ideologia que muitos intelectuais da segunda metade do século XX faziam.

⁵⁶² Para uma apreciação histórica das relações entre marxismo e ciências humanas no Brasil, com destaque para a historiografia, ver: MALERBA, Jurandir; JESUS, Ronaldo Pereira de. *Marxism and Brazilian Historiography*. In: IGGERS, Georg; WANG, Edward (ed.). *Marxist Historiographies*. London/New York: Routledge, 2016, p. 142-173.

⁵⁶³ RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, p.210.

⁵⁶⁴ Sobre o(a)s intelectuais dos anos 1970, em especial, ver: PERRUSO, Marco Antônio. *Em Busca do “Novo”*: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970-80. São Paulo: Annablume, 2009.

De acordo com Marilena Chauí, no Brasil da ditadura militar, o combate que muitos docentes universitários faziam contra a ideologia burguesa dava-se não a partir de uma contraposição, em nome, por exemplo, de uma ideologia proletária. Ao invés de pensar e agir no terreno dicotômico de uma ideologia dominante x ideologia dominada, vários intelectuais prefeririam estrategicamente propor uma crítica ideológica, isto é, o combate aos princípios burgueses ocorria a partir de uma atitude crítica. O contrário da ideologia seria a crítica: “o antidiscurso da ideologia, o seu negativo, a sua contradição, seria um discurso que se elabora no interior do próprio discurso ideológico como o seu contradiscurso. Esse contradiscurso é o discurso crítico”⁵⁶⁵. O universo da crítica ideológica foi, pois, o terreno em que se travou um embate contra a ideologia burguesa⁵⁶⁶. Menos contraposta, esta deveria ser revelada e desmascarada. O confronto passava, assim, obrigatoriamente pela via intelectual, logo do conhecimento. E nessa via (crucis?), a crítica iria abrindo o caminho, feito luz a dissipar as sombras, aclarando tudo.

Os historiadores e as historiadoras da Universidade que vivenciaram os anos 1960-1970, em especial, utilizaram de forma massiva o termo “crítica”, como uma espécie de bandeira, termo-chave, mobilizado para definir e qualificar o trabalho historiográfico que faziam. Nessa direção, cabe citar novamente as palavras de Amaral Lapa, quando se encontrou com Carlos Guilherme Mota e José Honório Rodrigues em fins do decênio de 1970:

Nós três, em diferentes momentos, tivemos como preocupação comum examinar criticamente o que se está fazendo em matéria de estudos históricos no Brasil. Nesse caso [...], o José Honório deu a primeira contribuição, a mais ampla, a mais profunda, dessa avaliação *crítica*. O Carlos Guilherme inseriu neste exame *crítico* a preocupação de recuperar todo o universo das ciências humanas, fazendo uma espécie de leitura ideológica do discurso do historiador brasileiro. E eu tento sistematizar e exigir uma permanência para esse processo de avaliação *crítica*⁵⁶⁷.

Citado três vezes, uma para cada historiador, o termo crítico aparece como uma espécie de procedimento identitário, a compor uma autoimagem intelectual daquele que maneja

⁵⁶⁵ CHAUI, Marilena. Crítica e ideologia. In: _____. *Cultura e democracia*. São Paulo: Moderna, 1981, p. 22-23.

⁵⁶⁶ CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p.87.

⁵⁶⁷ MOTA, Carlos Guilherme. *História e contra-história*. São Paulo: Editora Globo, 2010, p.343. Grifos nossos.

e põe em operação a análise. Amaral Lapa contou sua história dos trabalhos de seus companheiros de lida historiográfica com base na supracitada noção. Não à toa, sua história da historiografia brasileira feita na primeira metade dos anos 1970 reivindicou o estatuto de um “exame crítico”⁵⁶⁸ do objeto de estudo.

A própria natureza do trabalho se vê, pois, qualificada com o termo, o que abre a possibilidade de diferenciações. Conforme apontou Max Horkheimer, em seu famoso texto *Teoria crítica e teoria tradicional*⁵⁶⁹, uma reflexão crítica só se define se houver uma outra reflexão não crítica, frequentemente chamada de tradicional. O gesto da crítica pressupõe o seu contrário: o passivo, o descritivo, o superficial, o inocente, o banal, o simples. Desse modo, ao se falar em uma historiografia brasileira crítica, ou de uma história da historiografia crítica, se está também criando um outro, um oposto, uma antítese. No caso dos historiadores e das historiadoras investigados nesta tese, o não crítico seria o tradicional, o descritivo, o factual etc. A historiografia universitária, que se pretendia crítica pelos praticantes e cultores, deveria tomar outros qualificativos para se (auto)definir. Analítico e criterioso caberiam mais como termos-chaves, de modo que o exame ideológico das produções asseguraria mais confortavelmente o procedimento crítico.

Porém, o que chama mais a atenção no uso do conceito de ideologia por parte do(a)s intelectuais universitário(a)s é que ele foi bastante presente entre os historiadores e historiadoras que participaram nos anos 1970 do debate sobre a história da historiografia brasileira. Neste filão, termos como ideologia, ideólogos, crítica ideológica, valores ideológicos, pensamento ideológico, entre outros, fizeram-se especialmente presentes. Condizente com esse contexto, temos as palavras convidativas de Amaral Lapa, em tom de forte proposição: “é necessário desengravidar a historiografia brasileira de sua carga ideológica e justamente as avaliações ao nível ideológico é que poderão oferecer esse discernimento. A ideologia é aí objeto e não motor do conhecimento histórico”⁵⁷⁰.

⁵⁶⁸ LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão: a história em questão*. Rio de Janeiro: Vozes, 1976, p. 11.

⁵⁶⁹ HORKHEIMER, Max. “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”. In: ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Textos escolhidos*. SP: Abril Cultural, 1982, p. 117-154.

⁵⁷⁰ LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão: a história em questão*. Rio de Janeiro: Vozes, 1976, p.13-24 e 194.

Por que a noção de ideologia foi tão usada no debate sobre a história da historiografia brasileira? De que modo ela foi manejada pelos diferentes historiadores e historiadoras preocupados em historicizar a sua própria disciplina? Que papel ou função ela ocupou não só na escrita da história de nossa historiografia, mas na da própria nação, no momento em que se atravessava um regime ditatorial militar? E mais: Por que tal noção sofreu um considerável refluxo nas décadas finais do século XX? Haveria aí alguma relação com o processo de Redemocratização e a consolidação dos novos movimentos sociais? Eis algumas importantes questões, às quais é importante dar registro, por mais que não se procure respondê-las.

O fato é que os quatro trabalhos acadêmicos aqui discutidos empreenderam uma história da historiografia brasileira como crítica da ideologia. Em cada um deles, é possível perceber uma crítica a uma ideologia específica, a qual estaria presente não só na sociedade, como estaria dominando a própria historiografia no contexto analisado. Os passados arquitetados para a historiografia brasileira, seja o romântico ou o contemporâneo, ganharam inteligibilidade para seus inventores e inventoras a partir de dadas ideologias. Para o caso das teses de Maria de Lourdes e Raquel Glezer, o alvo bem delimitado era o liberalismo moderado de letrados como João Francisco Lisboa e José Honório Rodrigues. Em sua conclusão, a autora de *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira* não deixou dúvidas:

O tipo de pensamento ao qual pertence o de João Francisco Lisboa não foi o mais extremado, que levaria certos grupos à posição republicana e revolucionária, mas àquele que de início exaltado, acomodou-se a uma posição crítica aos costumes políticos, que envolvia nos seus ataques os representantes da opressão e não a própria estrutura do regime⁵⁷¹.

Na ótica das historiadoras universitárias, esta ideologia suavizadora e seus respectivos ideólogos deveriam ser combatidos. Não à toa, os sujeitos de pesquisa de ambas as teses foram criticados como ideólogos: um das classes proprietárias, e o outro de uma história oficial, pouco comprometida com as reais mudanças que a sociedade precisava na

⁵⁷¹ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1971, p. 378.

época⁵⁷². Se eles não eram historiadores conservadores, no entanto, estavam igualmente longe de serem engajados e comprometidos com a transformação histórica.

Mirando uma outra ideologia, Maria Odília realizou sua história da historiografia brasileira, a partir da análise de Robert Southey. Para ela, este poeta e historiador inglês representaria a ideologia do colonialismo da metrópole, em pleno século XIX prestes a desenvolver o imperialismo causador da Grande Guerra. Para a historiadora universitária, tal pensamento não era de forma alguma distante da sociedade brasileira e de sua historiografia. Por isso o imperativo de criticá-lo, conforme fez em sua tese. Seu conceito de *messianismo cultural*, se por um lado garantia um rigor analítico, por outro estabelecia também os problemas da obra histórica de Robert Southey, eivado de pretensões neocolonizadoras:

A história do Brasil de Robert Southey é documento da ideologia conservadora e autoritária, que norteia a reformulação da política colonial inglesa nas primeiras décadas que se seguem às guerras napoleônicas. Culturalista, evolucionista e organicista, é representativa da ideologia de ‘influência’ e de ‘aculturação’, própria do sistema de livre comércio, que marca nesse período o predomínio dos ingleses no mundo⁵⁷³.

O *passado romântico* da historiografia brasileira traria, inevitavelmente, a marca de uma ideologia imperialista, eurocêntrica, que procurava, como outrora as metrópoles fizeram, incorporar as nações colonizadas, apagando suas tradições e particularidades. Assim como Portugal está na origem do Brasil, a Europa, com seu eurocentrismo, também estaria na raiz da historiografia brasileira, de modo que Southey seria apenas mais um veiculador de ideologias eurocêntricas.

Por fim, igualmente crítico à ideologia, Carlos Guilherme não só analisou como também bombardeou o que denominou de “ideologia da cultura brasileira”, um dos produtos mais perigosos que a química do intelecto nacional poderia criar,

⁵⁷² Ver, respectivamente: JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1971, p. 379. e DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *Robert Southey, historiador do Brasil – o fardo do homem branco na Inglaterra Pré-Vitoriana e a formação da nacionalidade brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1972, p. 240, Vol.1.

⁵⁷³ DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *Robert Southey, historiador do Brasil – o fardo do homem branco na Inglaterra Pré-Vitoriana e a formação da nacionalidade brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1972, p. IV.

parafraseando a corrente epígrafe desta seção final. Seu entendimento de cultura brasileira caminhou *pari passu* com um sentimento de repúdio:

*Trata-se de um conceito autofágico, alienante, de raiz estamental e que, numa sociedade já de classes, nobilita aqueles que sobre ela tratam. Não existe, nesse sentido, uma Cultura Brasileira no plano ontológico, mas sim na esfera das formações ideológicas de segmentos altamente elitizados da população, tendo atuado como um fator dissolvente das contradições reais*⁵⁷⁴.

Em razão de sua perspectiva integradora, segundo a qual a produção histórica seria uma peça importante da “ideologia da cultura brasileira”, Carlos Guilherme explicitou bem a relação umbilical entre história da historiografia brasileira e crítica da ideologia. Na introdução de sua livre-docência, no momento em que apresentava para sua banca leitora os pressupostos teórico-metodológicos do trabalho, precaveu-se que: “na comunidade dos historiadores de ofício, a história da historiografia geralmente é considerada o mais difícil dos gêneros. Dadas suas características e implicações, pressupõe que o analista reúna conhecimentos de metodologia, teoria da história e teoria das ideologias”⁵⁷⁵. Sua proposta de historicização da história procurou articular estes elementos, tendo a crítica ideológica como elemento central. Em texto anterior, que serviu de base para sua tese de 1975, afirmou que “não se pode conceber análise historiográfica eficaz que não seja, ao mesmo tempo, uma análise ideológica”⁵⁷⁶. Esta era o horizonte da história da historiografia brasileira.

A história da historiografia, quando surgiu em fins do século XIX, na esteira do processo de cientificização da história, adotou uma escriturística própria a época oitocentista⁵⁷⁷. Assim, na virada do século XIX para o XX, foi muito comum historicizar a história a partir de abordagens que hoje se rotula de simplistas, como o mero catálogo de livros e autores, o elogio interessado a obra, a explicitação de ideias, correntes e tendências políticas etc. Nada mais anti-histórico – portanto anacrônico – do que cobrar de uma época específica uma escrita da história cuja as condições de possibilidade não estavam colocadas no momento. Cada comunidade historiográfica

⁵⁷⁴ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975, p. 291. Grifos do autor.

⁵⁷⁵ Op., Cit., 1975, p. XI.

⁵⁷⁶ MOTA, Carlos Guilherme. *A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos*. In: _____. *Educação, contraideologia e cultura: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Globo, 2010, p. 38.

⁵⁷⁷ Para uma discussão histórica a respeito desse campo, ver o primeiro capítulo do livro de Rogério Forastieri da Silva: DA SILVA, Rogério F. *História da historiografia*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

desenvolve, a partir de variados instrumentos intelectuais (teorias, métodos e estilos narrativos), sua própria forma de autohistoricização. Quando se pondera a história da historiografia em diferentes momentos, não se pode perder de vista o princípio basilar da historicidade das formas disciplinares⁵⁷⁸.

Analisando a década de 1970 no Brasil, temporada em que a discussão sobre a história da historiografia brasileira estava em alta, sendo realizada por uma gama de autores e autoras, pode-se identificar uma maneira particular de se historicizar a história. Se hoje nos estudos de história da historiografia é comum observar noções como *discurso, lugar social, escrita, autoria, campo, invenção, ficção*, há 40 anos partia-se de uma outra gramática acadêmica para se estudar a historiografia. A diferença de termos é sintomática de uma mudança mais profunda. Maria de Lourdes, Carlos Guilherme, Amaral Lapa, Maria Odília, Francisco Iglésias, Nilo Odália e muitos outros e outras que formaram, talvez pela primeira vez em nossa história, um grande ambiente coletivo de conversação, em que a historiografia nacional era uma preocupação inquietante, realizavam suas produções com uma lógica diferente da atual. Nesta ampla conversação em torno da história, posicionamentos foram aventados.

Ao fazer da história da historiografia brasileira uma crítica da ideologia, o dito real aspecto dos estudos históricos no Brasil seria efetivamente revelado. Desvelando a ideologia que assolou os historiadores, abrir-se-ia a possibilidade de uma escrita da história científica, pura, anti-ideológica. No horizonte historiográfico, como que se inscreveria uma nova possibilidade, um novo tempo, uma nova escrita, uma nova história, em suma: uma espécie de *utopia historiográfica*, partilhada por inúmeros historiadores e historiadoras: "feita a análise crítica da ideologia e removido todo o aluvião historiográfico, fica aberto o caminho para a visão científica da história"⁵⁷⁹, acreditou Pedro de Alcântara Figueira, de modo que certamente não estava sozinho nesta crença.

Conforme lembra Paul Ricoeur, em um importante estudo sobre as relações entre ideologia e utopia, o combate a primeira frequentemente redonda na esperança de um novo mundo, livre das ideias parciais e tendenciosas de uma classe dominante.

⁵⁷⁸ TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 6, n. 13, p. 78-95, 12 nov. 2013.

⁵⁷⁹ FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. *Historiografia brasileira. 1900-1930 (análise crítica)*. Tese de doutoramento defendida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis – São Paulo, 1974, p.77.

Criticar a ideologia também é, no limite, acreditar na sua eliminação, ou de pelo menos na limitação do seu poder de dominar mentes e corações ⁵⁸⁰. Assim, um trabalho de crítica da ideologia é também um esforço de abertura do tempo, de gestação de novos espaços possíveis. Uma obra de história, ou de história da historiografia, não só indicia ou revela seu tempo, como é notório, mas mantém também com este mesmo tempo uma relação de tensão, de conflito, marcado pela criação de um novo mundo. Afirmar a historicidade da história da historiografia implica em vê-la também como em uma relação política com o seu tempo. Criticando a presença de ideologias na historiografia brasileira, travou-se este combate com o tempo, com as temporalidades do passado, do presente e do futuro.

Com a *utopia historiográfica*, colocava-se no horizonte uma nova realidade, reabrindo o campo de possibilidades para o(a)s intelectuais brasileiro(a)s e permitindo a estes a imaginação de um futuro diferente do presente autoritário que vivia o país. Como se sabe, o gesto utópico tende sempre a ocorrer a partir da rejeição de um presente, sendo também um ato de resistência àquilo que se vê contemporaneamente. Desmascarando a historiografia e revelando a ideologia, surge a *utopia historiográfica*, a esperança de uma escrita da história expurgada dos interesses classistas. A crença ganha lugar em detrimento da constatação crítica e pessimista da situação ideológica da historiografia. Abre-se a possibilidade de espera, de sonho, de desejo de um novo tempo para a escrita da história. Utopia e imaginação, como crítica e criação, costumam andar juntos.

Comprometida com a mudança, as pesquisas de historiadoras como Maria de Lourdes, Maria Odila e Raquel Glezer emergiriam não apenas como um trabalho científico sobre o passado, mas como um instrumento que poderia produzir o futuro, antecipando-o. Conforme apontou Michel Foucault, em sua famosa conferência *Qu'est-ce que la critique?* de 1978, toda crítica supõe um gesto de abertura, de criação de alternativa, de apresentação de um Outro, pois ela

Existe apenas em relação a outra coisa que não ela mesma: ela é instrumento, meio para um devir ou uma verdade que ela não saberá e que ela não será, ela é um olhar sobre um domínio onde quer desempenhar o papel de polícia e onde não é capaz de fazer a lei.[...] E, ao mesmo tempo, quais que sejam os prazeres ou as compensações que acompanham essa curiosa atividade de crítica, parece que ela traz, de modo suficientemente regular, quase sempre, não somente alguma

⁵⁸⁰ RICOEUR, Paul. *Ideologia e utopia*. Lisboa: Edições 70, 1999, p. 107.

rigidez de utilidade que ela reivindica, mas também que ela seja subentendida por uma sorte de imperativo mais geral – mais geral ainda que aquela de afastar os erros. Há alguma coisa na crítica que se aparenta à virtude⁵⁸¹.

A *ágora* montada em torno da historiografia brasileira, durante os anos 1970, inscreve-se no presente e, principalmente no futuro, como um texto que, criticando o *espaço de experiência* da historiografia brasileira, projeta um *horizonte de expectativa* para a escrita da história no Brasil⁵⁸². Como toda crítica, reteve um elemento pastoral cristão de anúncio do futuro, possuindo, logo, um forte componente ético-político, como bem detectou Judith Butler, em sua leitura da conferência de Foucault⁵⁸³.

Nesse sentido, os personagens desta tese, se não foram os vencedores, também não podem ser colocados como meros vencidos, intelectuais universitário(a)s derrotado(a)s pelo regime ditatorial de 1964⁵⁸⁴. Em lugar disso - e tentando escapar da dicotomia vencedores x vencidos -, a experiência dada pela *utopia historiográfica* sugere a prática da resistência, da contraofensividade, da resposta dada diante de uma realidade presente tensa, a qual é criticada e negada. Semelhante ao *Naval e Carcereiro* de Michel de Certeau, figuras presas em equipamentos urbanos monstruosos que ousam sonhar com mundo exterior, ela assegura uma liberdade possível, possibilitando o confronto, o ataque, a estratégia⁵⁸⁵. Por isso, apropriando-se da metáfora utilizada por Carlos Guilherme sobre seus contemporâneos dos anos 1970, utiliza-se aqui o mote imagético de *cavaleiros da história*, a lutar não contra moinhos de vento, mas tendo como oponente inimigos reais que golpeavam a sociedade brasileira e, conseqüentemente, a historiografia.

Longe de serem heróis e heroínas, os historiadores e as historiadoras desta tese, ao serem enredados com a metáfora de *cavaleiros da história*, foram pensados como sujeitos inseridos em um dado processo histórico mais amplo, mas que apesar de

⁵⁸¹ FOUCAULT, Michael. Qu'est-ce que la critique? Critique et *Aufklärung*. *Bulletin de la Société française de philosophie*, Vol. 82, Num.2, p. 35 - 63, avr/juin, 1990, p.02. (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Tradução de Gabriela Lafeté Borges e Revisão de Wanderson Flor do Nascimento.

⁵⁸² Sobre tais categorias, ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição a semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

⁵⁸³ BUTLER, Judith. O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. *Cadernos de ética e filosofia política*. São Paulo, Num. 22, 2013, p.163.

⁵⁸⁴ A reflexão aqui é inspirada em: KOSELLECK, Reinhart. Mutation de l'expérience et changement de méthode. In _____. *L'expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard, Le Seuil, 1997.

⁵⁸⁵ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 178-182.

englobá-los e os constituir, não os apassivou completamente. O tempo vivido por estes homens e por estas mulheres era de ação, de projetos, de enfrentamentos nas mais variadas dimensões da sociedade. Em uma palavra: tempo de engajamentos. Daí tanto se falar em reforma, desenvolvimento, modernização, inovação, revolução, resistência etc., palavras comuns no reportório da era discricionária inaugurada em 1964⁵⁸⁶. Nesse sentido, *cavaleiro da história* indica tanto os indivíduos como a própria atmosfera bélica da época, o clima de luta no qual se estava envolto os historiadores e as historiadoras universitárias.

Ademais, é o próprio historiador da USP que também indicou a experiência de não perdedores, para si e para os seus coetâneos, ao dedicar sua tese publicada em livro aos “colegas que não se exilaram nem se deixaram acovardar. Ficaram no país, resistindo e formando novas gerações”⁵⁸⁷. Seu próprio livro, *Ideologia da cultura brasileira*, pretendia se inserir “na história de resistência político-cultural, intelectual e universitária, a ser escrita, na qual vários colegas e as associações de docentes por certo ocuparão”⁵⁸⁸. Do *passado romântico ao passado contemporâneo* da historiografia brasileira, há, portanto, não só o desmascaramento de ideologias que “contaminaram” o passado disciplinar da história no e do Brasil, como há também o descortinamento do futuro, tempo-promessa que se desenhava limpidamente na página e na vida de homens e mulheres que, como cavaleiros da história, travaram seus conflitos para vencer o adversário e iniciar uma nova história.

Portanto, retendo a *utopia historiográfica*, a passagem final da tese de Maria de Lourdes, escrita para indicar o significado da prática historiográfica de João Francisco de Lisboa no século XIX, pode atravessar o tempo e servir para iluminar não tanto o presente da autora, de maneira geral, mas sim a ambição maior do grupo de historiadores e historiadoras que, durante a Ditadura Militar, investigou a história no país, fabricando um passado disciplinar eivado de presente e de futuro:

O estudo da história foi [...] um meio de superação da impossibilidade de resolver as contradições entre os seus ideais e a realidade nacional, procurando através de uma atitude historicamente pragmática exercer sobre seu meio a influência que não pode se exercer na política. A

⁵⁸⁶ Sobre tais combates, ver: ALVES, Maria H.M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: SP, Edusc, 2005.

⁵⁸⁷ MOTA, Carlos Guilherme. Apresentação a esta edição. In: _____. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 17.

⁵⁸⁸ Op., Cit., 2007, p. 15.

crença no pragmatismo da História deu-lhe forças para superar um presente impossível e lançá-lo na esperança de um futuro provável⁵⁸⁹.

⁵⁸⁹ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1971, p. 386-387.

Fontes e referências bibliográficas:

1) Fontes:

A) Artigos:

CAMPOS, Pedro Moacyr. A idealização de Roma e a sua aceitação pelos cristãos. *Revista de História*, Vol.2, Num. 6, São Paulo, 1951.

CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista de história*, Vol. 22, Num. 45, São Paulo, 1961.

CAPELATO, Maria H. R.; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera L. A. A escola uspiana de história. *Estudos Avançados*, Vol. 8, Num. 22, São Paulo, 1994.

COMISSÃO DE REDAÇÃO. O arquivo nacional. *Revista de história*, Ano I, Vol. 1, Num. 2, São Paulo, 1950, p. 241-252.

COMISSÃO DE REDAÇÃO. *Revista de história*, Ano IX, Vol. 17, Num. 35, São Paulo, 1958.

CHACON, Vamireh. Passado e futuro da historiografia brasileira. *Revista de história*, Num. 106, 2º trimestre, São Paulo, 1976.

COORNAERT, Emile. Aperçu de la production historique recent au Brésil. *Revue d'Histoire Moderne & Contemporaine Année* , Paris, 1936, p.11-21.

FRANÇA, Eduardo de Oliveira. Relatório do departamento de história em 1970. *Revista de história*, Num. 85, 1º trimestre, São Paulo, 1971.

IGLÉSIAS, Francisco. A pesquisa histórica no Brasil. *Revista de história*, Vol. 33, Num. 88, São Paulo, 1971.

MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os estudos históricos no Brasil. *Revista de história*, ano II, Num. 06, 1951.

MESGRAVIS, Laima. *Revista Brasileira de história*, Num. 3., Vol., 5, São Paulo, 1983.

MOTA, Carlos Guilherme. Arquivo aberto – um marxista heterodoxo. *Folha de São Paulo*, 18 de janeiro, 2015, São Paulo.

MATOS, Odilon de Nogueira. Resenha. *Revista de história*, Num., 80, Vol., 30, 1969.

PAULA, Eurípides Simões de. Algumas considerações sobre a contribuição da Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo para a historiografia brasileira. *Revista de história*, Vol. 43., Num., 88, São Paulo, 1971.

PAULA, Eurípides Simões de. História Geral das Civilizações. *Revista de história*. Vol. 18, Num. 37, São Paulo, 1959.

PAULA, Maria Regina Simões. Teses Defendidas no Departamento de História da Universidade de São Paulo (1939-1974). *Revista de História*. São Paulo: v. 50, n. 100, 1974.

RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. *Revista Anos 90*. Num. 11., Porto Alegre, 1999.

B) Documentos institucionais:

BRASIL. *Lei nº 2.594, de 8 de setembro de 1955*. Dispõe sobre o desdobramento dos Cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia.

BRASIL. *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. I PNPG. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Pós-Graduação. Brasília, DF: 1975.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. O ensino superior: 1974-1978. Brasília, 1979.

CNPq. História. In: *Avaliação & perspectivas*. Brasília: CNPq, 1978.

CNPq. História. In: *Avaliação & perspectivas*. Brasília: CNPq, 1982.

CNPq. História. In: *Avaliação & perspectivas*. Brasília: CNPq, 1983.

DIAS, Maria Odila L. da S. *Robert Shouthey, historiador do Brasil*. Tese de doutorado apresentada a Universidade de São Paulo, 1972.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Discurso na outorga do título de professora Emérita*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2013.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Currículo do sistema Lattes*. [Brasília] 04 de março. 2020. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizaev.do?id=K4793220A5> Acessado em 04/03/2020.

FAUSTO, Boris. *1930: História e historiografia*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1969.

FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. *Historiografia brasileira: 1900-1930 (análise crítica)*. Tese de doutoramento defendida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis – São Paulo, 1974.

ESPOSEL, José Pedro P. (Org.). *Anais - I encontro brasileiro sobre Introdução ao estudo da história*. Niterói: UFF, 1970.

- GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo, 1976, 2 Vols.
- GLEZER, Raquel. *Discurso na outorga do título de professora Emérita*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2018.
- GLEZER, Raquel. *Discurso na outorga do título de professora Emérita*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2018.
- GLEZER, Raquel. *Currículo do sistema Lattes*. [Brasília] 04 de março. 2020. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787376T8> Acessado em 04/03/2020.
- IEB. *Anais do I Seminário de Estudos Brasileiros*. São Paulo: IEB, 1972, 3v.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. *João Francisco Lisboa: historiador e jornalista*. Tese apresentada a Universidade de São Paulo, 1971.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Discurso na outorga do título de professora Emérita*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2014.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Currículo do sistema Lattes*. [Brasília] 04 de março. 2020. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780805T1> Acessado em 04/03/2020.
- MELO, Jayro Gonçalves. *A obra de João Capistrano de Abreu: um estudo*. Dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo, 1979.
- MELO, Jayro Gonçalves Melo. *Memorial*. Trabalho apresentado para o concurso de livre docência junto ao departamento de geografia da Universidade Estadual de São Paulo, 2004.
- MOTA, Carlos G. S. S da. *Curriculum vitae*. Universidade de São Paulo, 1992.
- MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Tese de livre-docência defendida na Universidade de São Paulo, 1975.
- MOTA, Carlos Guilherme. *A ideia de Revolução no Brasil (1789-1801)*. Dissertação de mestrado apresentada a Universidade de São Paulo, 1967.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste, 1817*. Tese de doutorado apresentada a Universidade de São Paulo, 1970.

- MOTA, Carlos Guilherme. *Currículo do sistema Lattes*. [Brasília] 04 de março. 2020.
Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783183D6>
Acessado em 04/03/2020.
- PINSKY, Jaime. *Curriculum vitae*. Universidade de São Paulo, 1992.
- SÃO PAULO. *Decreto 40.346, de 7 de julho de 1962*. Aprova os Estatutos da Universidade de São Paulo e dá outras providências.
- SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR. *Anais*. Marília: São Paulo, 1962.
- SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR. *Anais*. Goiânia: São Paulo, 1971.
- SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR. *Anais*. Goiânia: São Paulo, 1973.
- SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR. *Anais*. Aracaju: São Paulo, 1975.
- SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR. *Anais*. Florianópolis: São Paulo, 1977.
- SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR. *Anais*. Niterói: São Paulo, 1979.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Plano Orientador da Universidade de Brasília*. Brasília: UnB, 1962.
- UNIVERSIDADE SÃO PAULO. *Portaria GR nº 885, de 25 de agosto de 1969*. Dispõe sobre o regime de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. São Paulo: FFCL/Secção de Publicações, 1970.

C) Entrevistas:

- BASSETTO, Sylvia. Entrevista com Emília Viotti da Costa. São Paulo, *Revista da Adusp*, 1999.
- CORRÊA, Anna Maria Martinez; DIAS, Márcia Regina Tosta. Entrevista com o professor Nilo Odália, *Cadernos CEDEM*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 83-97, 2011.
- MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Marcio (Entrevistadores). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- MOTA, Carlos Guilherme. Uma cultura de ideologias. *Revista Veja*, 02 de julho de 1975.
- NOBRE, Marcos; REGO, José Marcio. Marilena de Souza Chauí (Org.). *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2000.

D) Livros:

- BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à História Contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1966.
- BERRIEN, William; MORAIS, Manoel Borba de. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- BEZERRA, Alcides. Os historiadores do Brasil no século XIX. In: NICOLAZZI, Fernando. *História e historiadores do Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *A indústria de açúcar nas ilhas inglesas e francesas do mar das Antilhas*. São Paulo: IPE/FIPE/USP, 1981.
- CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- CANDIDO, Antônio. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia: Corpo e alma do Brasil*. São Paulo: DIEL, 1966.
- CROCE, Benedetto. História e crônica. In: GARDINER, Patrick. *Teorias da história*. Lisboa: Fundação Calouste, 1984.
- DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *O fardo do homem branco: Robert Southey, historiador do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia da Editora Nacional, 1974.
- FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989)*. Ouro Preto: UFOP, 1992.
- FICO, Carlos. *Reiventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- GASPARI, Elio; HOLANDA, Heloisa Buarque de; VENTURA, Zuenir. *Cultura em trânsito: da repressão a Abertura – 70/80*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- GLÉNISSEON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1961.
- GLEZER, Raquel. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007.
- GLEZER, Raquel. *Do passado para o futuro*. São Paulo: Contexto, 2011.

- IGLÉSIAS, Francisco. A história no Brasil. In: FERRI, Mario G.; SHOZO, Motoyoma. *História das ciências no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1979.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, IPEA; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- LACOMBE, Américo Jacobina. *Introdução ao estudo da história do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1973.
- LAFER, Celso. O sistema político brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- LOSCHIAVO, Maria Cecília (Org.). *Maria Antônia: Uma Rua na Contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- MATOS, Odilon Nogueira de Matos. *O Brasil na brasiliana*. São Paulo, Campinas: PUC, 1994.
- MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Rio de Janeiro/Campinas, Eduerj/Editora da Unicamp, 2008.
- MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- MOTA, Carlos Guilherme. *História e contra-história*. São Paulo: Editora Globo, 2010.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Educação, contraideologia e cultura*. Rio de Janeiro: Globo, 2011.
- MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- ODÁLIA, Nilo (Org.). *Varnhagen*. São Paulo: Ática, 1979.
- PAULA, João Antônio de (Org.). *Presença de Francisco Iglésias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- RODRIGUES, José Honório. *Vida e história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- RODRIGUES, José Honório. *Pesquisa histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1952.

RODRIGUES, José Honório. *História da história no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1979, Vol. 1.

SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

SODRÉ, Nelso Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, Antonio C. de M. e. (et all). *In memoriam de Eurípides Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros de FEB*. São Paulo: Seção gráfica da FFLCH – USP, 1983.

TYLOR, Edward Burnett. *Primitive Culture. Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art, and Custom*. London: John Murray, 1903.

E) Memórias:

FAUSTO, Boris. *Memórias de um historiador de domingo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

F) Periódicos:

Ciência e Cultura, Num. 05, Vo.27, São Paulo, 1975.

CORREIO POPULAR, 21 de junho de 2000, Caderno Memórias, Campinas, São Paulo.

Folha de S. Paulo, 17 de junho, São Paulo, 1979.

Folha de São Paulo, 13 de abril de 1976.

O Estado de S. Paulo, 22 de julho de 1978.

Revista de história, Ano I, Num. 01, Vol. 1, São Paulo, 1950.

Revista de história, Ano I, Num. 01, Vol. 1, São Paulo, 1950.

Revista de história, Ano II, Num. 05, São Paulo, 1951.

Revista de História, Num. 50, Vol. XXIV, São Paulo, 1962.

Revista de história, Num. 68, São Paulo, 1966.

Revista de História, Num. 65, São Paulo, 1966.

Revista de história, Num. 85, 1 trimestre de 1971, São Paulo.

Revista de história, Num. 88, 4º trimestre, São Paulo, 1971.

Revista de história, Num. 100, Vol. 84, São Paulo, 1974.

Revista de história, Num. 97, 1º trimestre de 1977, São Paulo.

Revista de história, Num. 14, Vol. 1, São Paulo, 1983.

Revista de história, Num. 160, 1º semestre, São Paulo, 2009.

Revista de história, Vol. 12, Num. 25, 1956, p. 285.

Revista Veja, 02 de julho de 1975.

Sites:

: <https://anpuh.org.br/> Acessado em 25/07/2019.

<http://portal.sbpcnet.org.br> Acessado em 22/07/2019.

https://www.historia.ufg.br/up/108/o/dossie_sobre_a_regul_da_prof_do_hist.pdf
Acessado em 30.04.2019.

<https://www.fespsp.org.br/> Acessado em 17/12/2018.

<http://www.agb.org.br/> Acessado em 17/12/2018.

<https://www.fflch.usp.br/> Acessado em 14/02/2019.

http://www.scs.usp.br/identidadevisual/?page_id=10 acessado em 13/12/2018.

: <http://www.arcadas.org.br/> Acessado em 13/03/2019.

<https://prabook.com/web/> Acessado em 30.05.2019.

<http://pollagoras.free.fr/> Acessado em 13/03/2019.

2) Referências bibliográficas**A) Artigos**

ANKERSMIT, Frank R. Historiography and Postmodernism. *History and Theory*, Num. 28, 1989, 137-153.

ANKERSMIT, Frank. R. Historicism: An Attempt at Synthesis. *History and Theory*, vol. 34, no. 3, 1995, p. 143–161.

BENTIVOGLIO, Julio Cesar. A história no Brasil Imperial: a produção historiográfica na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839 – 1850). *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 63, n. 2, 2015.

BUTLER, Judith. O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. *Cadernos de ética e filosofia política*. São Paulo, Num. 22, 2013, p.163.

CHARLE, Christophe. Le temps des hommes doubles. *Revue d'histoire modern et contemporaine*. Tomo 39, Num. 1, Janvier-mars, p. 73-85, 1992.

CHARTIER, Roger. "Escutar os mortos com os olhos". *Estudos Avançados*. [online]. 2010, vol.24, n.69, pp.6-30.

- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2004, vol.24, n.47 [cited 2019-12-18], pp.29-60.
- FOUCAULT, Michael. Qu'est-ce que la critique? Critique et *Aufklärung*. *Bulletin de la Société française de philosophie*, Vol. 82, Num.2, p. 35 - 63, avr/juin, 1990, p.02. (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Tradução de Gabriela Lafeté Borges e Revisão de Wanderson Flor do Nascimento.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1. p. 31-47, jan./jun. 2005.
- JÚNIOR, Otávio Erbereli. De preterida a preferida: considerações em torno da trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava (1935-1951). *História da historiografia*, Num. 22, Dezembro, p. 97-115, 2016.
- MAIA, João M.E. O pensamento social brasileiro e a imaginação pós-colonial. *Revista estudos políticos*, Num. 0 (inicial), Rio de Janeiro, janeiro, 2010.
- MATA, Sergio da. Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em Raízes do Brasil. *Revista Brasileira de História*, Vol. 36, p. 63-87, 2016.
- MENDONÇA, Ana Waleska P.C. A universidade no Brasil. *Revista Brasileira de educação*, Rio de Janeiro, Num., 14, maio-agosto, 2000.
- PAUL, Herman. Self-Images of the Historical Profession: Idealized Practices and Myths of Origin. *Storia della Storiografia*. Num. 59-60, 2011, p. 157-170.
- PAUL, Herman. Performing history: how historical scholarship is shaped by epistemic values. *History and Theory*, Vol. 50, Num. 01, 2011, p.1-19.
- PAUL, Herman. self-images of the historical profession: idealized pratics and myths of origin. *Storia della Storiografia*, Num. 59-60, 2011, p. 157-170.
- PEREIRA, Mateus H. de F.; SANTOS, Pedro A. C. dos; NICODEMO, Thiago L. Brazilian historical writing in global perspective: on the emergence of the concept of “historiography”. *History and Theory*, Theme Issue 54, december, 2015, p.84-104.
- POMIAN, Krzysztof. História e ficção. *Revista Projeto História*. Num. 26, São Paulo, 2003.
- POPPINO, Rolli E. A century of the Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *The Hispanic American Review*. Durham (USA), Num. 33, Vol. 2, 1953.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. *História da Historiografia*, n. 11, p. 85-103, 2013.

- RODRIGUES, Mara Cristina de M. A formação superior em história na UPA/URGS/UFRGS de 1943-1971. *Revista História da historiografia*. Num. 11., Abril, 2013, p.122-139.
- SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.
- TOUBERT, Pierre. Allocution à l'occasion du décès de M. Michel Mollat du Jourdin, académicien ordinaire. *Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 140^e année, nº 4, 1996, p. 1275-1277.
- VENÂNCIO, Giselle Martins; FURTADO, André Carlos. Brasiliana & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da História, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956- 1972). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.9, jan./jun. 2013.
- ZIMMERMANN, B e WERNER, M. Pensar a História Cruzada: entre empiria e reflexividade, *Textos de História*, vol.11, nºs 1-2, 2003.
- WASSERMAN, Claudia. Identidade nacional: o Brasil para seus intelectuais. *Revista Acervos*, Vol.19., Num. 1-2., jan/dez, 2006.

B) Dissertações:

- ALVES, Fabrício Gomes. *Folheando páginas, descobrindo histórias: a Revista de História e a difusão da historiografia dos Annales no Brasil (1950-1960)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, 2010.
- RODRIGUES, Pedro Conterno. *Emília Viotti da Costa: contribuições metodológicas para a historiografia da escravidão*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, 2018.
- TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Silvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

C) Livros:

- AGUALUSA, José Eduardo. *O vendedor de passados*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2004.

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *O tecelão dos tempos (novos ensaios de teoria da história)*. São Paulo: Intermeios, 2019.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. São Paulo: EDUSC, 2001.
- ALMEIDA, Rodrigo Estramanho; SILVA, Isabela Oliveira Pereira da (orgs). **As Ciências Sociais em Revista: temas e debates da Revista Sociologia 1939-1966**. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2015.
- ARANHA, Gervásio Batista e FARIAS, Elton Jonh da Silva (Orgs.). *Epistemologia, Historiografia & Linguagens*. João Pessoa-PB: Editora do CCTA, 2019, Vol. II.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. Jundiaí, SP: Paco, 2017.
- BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César (Org.). *Escrever história*. Serra: Editora Milfontes, 2017.
- BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da S. G. (Org.). *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*. São Paulo: Humanitas, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2014.
- BUTLER, Judith. “Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault” In: BENHABIB, Seyla & CORNELL, Drucilla. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987.
- CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos?* São Paulo: Companhia das letras, 2004.
- CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2016.
- CARDOSO, Irene. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- CATROGA, Fernando. “Ritualizações da história”. In: CATROGA, Fernando, TORGAL, Luís Reis e MENDES, José Amado. *História da história em Portugal, séculos XIX e XX*. S.l., Temas & Debates, 1998, vol.2.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- CHAUÍ, Marilena. Crítica e ideologia. In:_____. *Cultura e democracia*. São Paulo: Moderna, 1981.
- CHARLE, Christophe. *Homo historicus*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: UFMG, 2014
- DA SILVA, Rogério Forastieri. *História da historiografia*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- DILTHEY, W. O sonho de Dilthey. In:_____. *Introducción a las Ciencias del Espíritu*. México: Fondo de Cultura Económica, 1949.
- DUMOULIN, Olivier. *O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- DUTRA, Eliana de Freitas (Org). *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- ECO, Humberto. Prefácio. In:_____. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- ELIAS, Nobert; MARTINS, Herminio; WHITLEY, Richard (Edited by). *Scientific establishments and hierarchies*. Dordrecht, 1982.
- ELIAS, Nobert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FALCON, Francisco J.C. *Estudos de teoria da história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2015.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

- FERRES JÚNIOR, João. O conceito de civilização: uma análise transversal. In: _____ (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1980.
- GADAMER, Hans-George. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- GENETTE, Gérard. *A retórica restrita*. In: COHEN, Jean (org). *Pesquisas de retórica*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história em Octavio Tarquino de Souza*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.
- GRAHAM, Loren; LEPENIES, Wolf; WEINGART, Peter (editer by). *Functions and uses of disciplinary histories*. Dordrecht (Holland): D. Reidel, 1983.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial: instituto histórico e geográfico brasileiro (1838-1889)*. São Paulo: Anablume, 2011.
- GUSDORG, George. *Le romantisme I: le savoir romantique*. Paris, 1993.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EdUSP, 1985.
- HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora da UNB, 2003.
- HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HARTOG, François. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídias*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

- IGGERS, Georg; WANG, Edward (ed.). *Marxist Historiographies*. London/New York: Routledge, 2016.
- KELLEY, Donald R. *History and the disciplines*. New York: University of Rochester Press, USA, 1997.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição a semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *L'expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard, Le Seuil, 1997.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- LEPENIES, Wolf; WEINGART, Peter. Introduction. GRAHAM, Loren; LEPENIES, Wolf; WEINGART, Peter (editor by). *Functions and uses of disciplinary histories*. Dordrecht (Holland): D. Reidel, 1983.
- LIMA, Luiz Costa. *Dispersa Demanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- LIMA, Luiz Costa. *Trilogia do controle*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- LOWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- LOWY, Michael; SAYRE, Robert. *Romantismo e melancolia*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LUCA, Tania Regina de. *Leitura, projetos e (re)vista(s) do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2011.
- MAIO, Marco Chor; BÔAS, Glaucia Villas (Org.). *Ideias de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre (RS): Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- MALERBA, Jurandir (Org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- MICELLI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.
- MICELLI, Sergio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989, 2 Vol.
- MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NAXARA, Márcia R. C. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX*. Brasília: UNB, 2004.

- NEVES, Lúcia M. B. Pereira das... [et al.]. *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- NICOLAZZI, Fernanda; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdei Lopes de. *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- OAKESHOTT, Michel. *Sobre a história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de; ARAÚJO, Valdei Lopes de (Org.). *Disputas pelo passado: História e historiadores do império do Brasil*. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.
- ORTIZ, Renato (Org.). *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39, 1980.
- OSBORNE, Peter. *The Politics of Time: modernity and avant-garde*. London: Verso, 1995.
- PERRUSO, Marco Antônio. *Em Busca do “Novo”*: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970-80. São Paulo: Annablume, 2009.
- PROST, Antoine. *Doze lições de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- RANCIÈRE, Jacque. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2005.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2007.
- RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1991.
- ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. *O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- ROIZ, Diogo. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de história na FFLC da USP*. Curitiba: Appris, 2012.
- ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonal Rafael dos. *As transferências culturais na historiografia brasileira*. Jundiaí: Paco Editora, 2012.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2015.

- SILVA, Ana Rosa Cloquet da; NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Matheus. *Contribuições à história da historiografia luso-brasileira*. São Paulo: Hucitec/Belo Horizonte: Fapemig, 2014.
- SMÍTH, Bonni. *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.
- SOHEIT, Rachel et al. (Org.). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SOUZA, Jesse. *A ralé brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *História e etnologia*. Campinas: Unicamp, 2004.
- TUAN, Yi Fu. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 2005.
- VALÉRY, Paul. *Regards sur le monde actuel*. Chicoutimi: Québec, 2005.
- VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das Arcadas do Bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

D) Teses

- BURMESTER, Maria Oliveira. *A (des)construção do discurso histórico: a historiografia brasileira dos anos 1970*. Tese de livre-docência apresentada a Universidade Federal do Paraná, 1992.
- DA SILVA, Paulo Thiago S. G.; *A Associação Nacional dos Professores Universitários de História: espaço de identificação profissional e legitimação do saber histórico (1967-1977)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, 2014.
- FERRETI, Danilo José Zioni. *A construção da paulistanidade: identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)*. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social, do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2004.
- Freixo, André de Lemos. *A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues*. 2012. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- LIBLIK, Carmen Silvia da Fonseca Kummer. *Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)*. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 2017.
- LIMA, Aryana Costa. *De um curso d'água a outro: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de história da USP*.

- Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
- OLIVEIRA, Fabiane Costa. *Boris Fausto: história e historiografia*. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em história da Universidade de Brasília, 2016.
- OHARA, João Rodolfo Munhoz. *Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990)*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, São Paulo, 2017.
- SANTOS, Alessandra Soares. *A universidade, a história e o historiador: o itinerário intelectual de Francisco Iglésias (1940-1990)*. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.
- SANTOS, Wagner Germiniano dos. *A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em história da Universidade Federal de Pernambuco, 2018.
- VARELLA, Flávia Florentino. *Reunindo o passado: contextos discursivos e linguagens historiográficas na *History of Brazil* de Robert Southey*. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- VIRGULINO, Maria Helena C. *O itinerário de duas uspianas na UFPB*. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal da Paraíba, 2016.